

A análise dos impactos do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” na ausência da avaliação formal: um estudo com base em perspetivas da “avaliação realista”

Sónia Fernandes da Ponte Viveiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:  
Professor Doutor José Manuel Esteves Henriques, Professor Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

*Agradecimentos*

Agradeço os momentos de partilha que se proporcionaram ao longo deste estudo, a amabilidade e a disponibilidade de todos os envolvidos.

Um agradecimento muito especial ao Professor José Manuel Henriques, pela sua motivação e dedicação incansável. Agradeço-lhe ainda a orientação e os desafios que foi colocando, que me fizeram despertar.

À equipa do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Doutora Maria João Freitas, Doutor Eng.º Armando Manso e Doutor Eng.º António Cabaço, pelo apoio no desbloqueio do acesso à informação e pelas conversas exploratórias que orientaram os primeiros passos.

Ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, em especial ao Arq.º Luís Maria Gonçalves pela sua abertura ao desbloqueio da confidencialidade da documentação.

Ao Dr. Artur Martins e Mestre Pedro Gouveia pelas conversas exploratórias e pela orientação em contactos tão valiosos.

Ao Instituto de Ação Social, em especial à Dra. Cristina Ruela e Dr. Fernando Anselmo por terem tornado possível o contacto com os seis beneficiários do RSI.

Aos entrevistados pelo tempo e partilha das suas experiências, por ordem alfabética, Dra. Ana Almeida, Doutor Eng.º António Cabaço, Dr. António Pedro Costa, Sr. Artur Martins, Doutor Eng.º Armando Manso, Doutora Maria João Freitas, Mestre Pedro Gouveia, Doutora Piedade Lalande, Mestre Ruben Farias, Dra. Tânia Diogo, Dra. Teresa Rosa, Dra. Susana Cavaco.

À Doutora Carina Cunha um especial obrigada pela sua compreensão, sensibilidade e apoio.

À minha família que tanto me incentivou e apoiou ao longo desta caminhada.

E a todos aqueles que estiveram ao meu lado e transmitiram-me a energia necessária para alcançar a serenidade, coragem e sabedoria.

A todos um muito obrigada,

Sónia Viveiros

sonia.viveiros@gmail.com

## **Resumo**

Os recursos públicos são um bem escasso, obrigando, por isso, a uma gestão rigorosa e a que se tome decisões informadas. Daí ser imprescindível que as políticas públicas sejam acompanhadas por um rigoroso exercício de avaliação.

No entanto, em que medida é possível analisar os impactos de um projeto que não tenha sido sujeito a uma avaliação formal? Em que medida a avaliação de um projeto permitirá aprofundar o conhecimento sobre as condições de mudança na população em situação de pobreza?

Há questões inquietantes e que merecem uma reflexão dedicada. A proposta deste estudo surge no sentido de tentar responder a estas questões.

Tomando como exemplo a vila de Rabo de Peixe onde foi implementado um projeto de intervenção social com um investimento de 23 milhões de euros, questiona-se se este projeto produziu, de facto, os impactos esperados na população em situação de pobreza. Pretende-se saber, para além do número de equipamentos construídos, do número de formações realizadas, etc. se esse investimento minimizou a problemática da pobreza na população ou se criou condições para que esta minimização ocorresse.

Existe informação suficiente que permita chegar a estas respostas? E mais importante, conseguiu-se saber a origem das dinâmicas que conduzem à perpetuação das condições da pobreza, isto é, as causas exatas que contribuem para estes ciclos?

Considera-se que a descoberta da origem das dinâmicas só poderá ser feita através do paradigma da “avaliação realista”. Descobrir os bloqueios, desmontando o puzzle obter-se-á informação que conduza ao caminho da solução das problemáticas da pobreza.

**Palavras-chave:** Avaliação, Pobreza, Projeto, Rabo de Peixe

**JEL:** R58 Regional Development Planning and Policy; O22 Project Analysis

## **Abstract**

Public means are a scarce good, therefore is mandatory a rigorous management, as well informed decisions. It is essential that public policy is accompanied by a strict exercise of evaluation.

However, to what extend it is possible to analyse the impacts of a project that hasn't submitted to a formal evaluation? To what extend a project evaluation will allow deepening the changing conditions in the impoverished population?

There are questions that deserve a dedicated reflexion. The purpose of this study arises attempting to provide the answers for these questions.

Considering "Rabo de Peixe" village as a case study, where a project of social intervention was implemented - an investment of 23 million euros, one wonders if this project actually created the expected impact in the impoverished population. One intends to know about the instruction carried out among the population, etc., in addition of the built equipment. Does the investment minimized the problematic of the poverty in the community or created the conditions to allow this minimization?

Is there enough information to achieve these answers? And most important, can one figure out the source of the dynamics leading to the perpetuation of the poverty conditions, such as the causes that contribute to these tendencies?

It is considered that the discovery of the origin of the dynamics can only be done through the paradigm of "realistic assessment". Discovering the blockages, disassembling the puzzle, we will obtain the knowledge that will lead us to the solution of the poverty issues.

**Key words:** Evaluation, Poverty, Project, Rabo de Peixe

**JEL:** R58 Regional Development Planning and Policy; O22 Project Analysis

## Índice

Introdução.....	1
Considerações iniciais.....	1
Estrutura do estudo.....	4
Capítulo I - Enquadramento teórico-conceptual e metodologias aplicadas .....	7
1. Considerações gerais.....	7
2. Pobreza .....	8
2.1 O conceito de Pobreza .....	8
2.1.1 Abordagem geral .....	8
2.1.2 Pobreza vs Privação.....	13
2.2.3 Pobreza Objetiva (absoluta e relativa) e Subjetiva .....	14
2.1.4 Para além do conceito.....	19
2.2 Estratégias atuais na luta contra a pobreza .....	20
3. Áreas urbanas em crise.....	23
3.1 O conceito de áreas urbanas em crise .....	23
3.2 Tipologias atuais das áreas urbanas em crise .....	24
3.3 As problemáticas das áreas urbanas em crise .....	25
4. Avaliação realista em projetos .....	28
4.1 Abordagem geral.....	28
4.2 A Avaliação Realista: o que é e as suas vantagens.....	30
4.3 As dificuldades da Avaliação Realista.....	31
5. Metodologias do estudo .....	33
Capítulo II - Desenvolvimento da análise do projeto.....	37
6. Considerações Gerais.....	37
7. Caracterização de Rabo de Peixe.....	38
7.1 Caracterização de Rabo de Peixe, uma das localidades a intervir .....	38
7.2 Rabo de Peixe, um fenómeno de pobreza e de área urbana em crise .....	41
8. Candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” financiado pelas <i>EEA Grants</i> .....	43
8.1 Uma breve visão sobre os fundos EFTA e as EEA Grants .....	43
8.2 Como surgiu a ideia do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” .....	44
8.3 Considerações gerais sobre a candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” .	45
8.4 Especificidades da candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” para Rabo de Peixe .....	48

9. A implementação do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” .....	54
9.1 A fase de arranque do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe .....	54
9.2 Considerações e especificidades da implementação do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe .....	55
9.2.1 Alterações ao projeto e à metodologia de intervenção .....	56
9.2.2 Dificuldades sentidas .....	62
9.3 Resultados e impactos do projeto na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza ....	63
Capítulo III – Avaliação e Reflexões finais .....	67
10. Considerações gerais .....	67
11. Avaliação ou apenas monitorização do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe? .....	68
12. Aprendizagem retirada do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe .....	71
Conclusão .....	73
Conclusões do estudo .....	73
Sugestões para ações futuras .....	76
Fontes .....	78
Bibliografia .....	79
Anexos .....	81
Anexo A – Entrevista com Pedro Gouveia .....	81
Anexo B – Entrevista com Maria João Freitas .....	96
Anexo C – Entrevista com Armando Manso e António Cabaço .....	107
Anexo D – Entrevista com Piedade Lalanda .....	120
Anexo E – Entrevista com Tânia Diogo .....	149
Anexo F – Entrevista com António Pedro Costa .....	157
Anexo G – Entrevista com Artur Martins .....	160
Anexo H – Entrevista com Ana Almeida .....	167
Anexo I – Entrevista com Ruben Farias .....	176
Anexo J – Entrevista com Teresa Rosa e Susana Cavaco .....	194
Anexo K – Entrevista com 6 formandos do curso de literacia no âmbito do projeto .....	204
Anexo L – Dados do RSI disponibilizados pelo ISSA .....	216
Anexo M - Síntese das atividades previstas nas dimensões definidas na candidatura do projeto. ....	218
Anexo N - Síntese das atividades desenvolvidas, informação retirada dos relatórios do projeto . ....	226
O primeiro ano do projeto .....	226
Intervenção física .....	227

Intervenção social.....	231
Anexo O – Quadro resumo das atividades desenvolvidas e resultados previstos em candidatura	243

## **Índice de Quadros**

Quadro II.7.1. 1 - Síntese da percentagem da população residente de Rabo de Peixe, Açores e Portugal, censos 2001 e 2001.....	39
Quadro II.7.1. 2 - Síntese da percentagem de dados caracterizadores da população de Rabo de Peixe, censos 2001 e 2001 e dados do ISSA.....	40
Quadro II.8.3. 1- Distribuição do financiamento do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” pelas regiões intervencionadas .....	48

## **Índice de Figuras**

Figura II.7.1 1 - Mapa de São Miguel, com saliência para o Concelho da Ribeira Grande e respetiva vila de Rabo de Peixe a azul. ....	38
--	----

## **Glossário de siglas**

ANAN - Associação Nacional de Árbitros de Natação  
BM – Banco Mundial  
CAO – Centro de Artes e Ofícios  
CDRP – Clube Desportivo de Rabo de Peixe  
CE – Comissão Europeia  
CEC - Commission of the European Communities  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CMRG – Câmara Municipal da Ribeira Grande  
CNRP – Clube Naval de Rabo de Peixe  
CRAA – Centro Regional de Apoio ao Artesanato  
DL – Decreto de Lei  
DR - Diário da República  
DRE – Direção Regional da Educação  
DREQP - Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional  
EBDPJT - Escola Básica Integrada D. Paulo José Tavares  
EEA - European Economic Area (Espaço Económico Europeu)  
EEAFM - European Economic Area Financial Mechanism  
EFTA – European Free trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)  
EPRG – Escola Profissional da Ribeira Grande  
EUA – Estados Unidos da América  
GOIAP - Gabinete de Orientação, Inserção e Acompanhamento Profissional  
IAS – Instituto de Ação Social  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IFEEA – Instrumento Financeiro do Espaço Económico Europeu  
IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INH – Instituto Nacional de Habitação  
IPH – Índice de Pobreza Humana  
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional  
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa  
ISS – Instituto da Segurança Social  
ISSA - Instituto da Segurança Social dos Açores  
JFRP – Junta de Freguesia de Rabo de Peixe  
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
MDG - Millenium Development Goals  
NEGC/DED - Núcleo de Economia, Gestão e Tecnologia da Construção /Departamento de Edifícios

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OJ – Official Journal of the European Union  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PELCP – Plano Europeu de Luta Contra a Pobreza  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNLCP – Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPC – Paridades de Poder de Compra  
RAA - Região Autónoma dos Açores  
RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão  
RMG – Rendimento Mínimo Garantido  
RSI – Rendimento Social de Inserção  
SCMRG – Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande  
SDG - Sustainable Development Goals  
SIM - Sistema Informático de Monitorização  
STEP – Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza  
UE – União Europeia  
UN – United Nations  
VGNC – Velhos Guetos, Novas Centralidades  
VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida



## **Introdução**

### **Considerações iniciais**

Ao longo dos últimos anos tem-se vindo a assistir à implementação de projetos locais de intervenção social com o objetivo específico de lidar com problemas de natureza social.

Contudo, questiona-se se os resultados dos projetos e programas se traduzem nos impactos esperados. Não se duvida, certamente, que trarão uma mais-valia para a população, mas questiona-se sim, se a aplicação destes esforços e contributos é a pretendida e a que se desejaria alcançar.

Uma visão também interessante da implementação dos projetos será a da própria perceção da população visada pelos mesmos. Acredita-se que, muitas das vezes, os projetos implementados com financiamentos públicos, e outros, são desconhecidos aos olhos da população em geral.

Os resultados facilmente visíveis são matéria passível de análise e debate ao alcance de qualquer indivíduo, trazendo-os para a esfera do senso comum, mas aqueles que não se traduzem em resultados imediatos, certamente que passam despercebidos, concluindo-se por vezes, de forma incorreta, que em nada se traduziram.

Assim, uma das inquietações representadas no presente estudo prende-se com a concretização e a verificação dos impactos gerados pelos projetos, essencialmente os financiados por fundos públicos. Pois como se sabe, os recursos são limitados e é necessário uma gestão rigorosa dos mesmos.

É evidente que se poderia afirmar que há dimensões na nossa sociedade, como o ensino, a saúde, a resolução de situações de pobreza, etc. que não deveriam ser submetidas à limitação de recursos, por se considerarem prioritárias. Compreende-se e até se concorda com essa perspetiva, pois numa situação ideal dever-se-iam direcionar todos os meios para estas dimensões. No entanto, a realidade é bem diferente e são muitas as limitações para que tal aconteça.

Como é referido por Abhijit Banerjee e Esther Duflo (2012: 20), o foco deve estar no que realmente importa: para onde vai o dinheiro (e não tanto de onde vem), o que se traduz em escolher o projeto certo a ser financiado, e em seguida, descobrir a melhor maneira de o gerir.

Assim, considera-se essencial perceber se os impactos gerados pelos projetos com financiamentos públicos são os propostos e os esperados. Apenas com essa visão clara se poderá ter a informação e experiência necessárias para direcionar futuros financiamentos para projetos com ações mais eficazes, causadoras de mudança na população e redução das problemáticas visadas.

A outra grande inquietação, para além de perceber se os financiamentos públicos aplicados através de projetos dão origem a impactos, tendo em vista a superação dos problemas de pobreza, é se, as ações propostas em projetos direcionados para a luta contra a pobreza, efetivamente são suficientes para combater a pobreza.

Assim, seria de todo o interesse realizar uma análise rigorosa e profunda a todos os programas e projetos de luta contra a pobreza que têm vindo a ser implementados, perceber que tipo de intervenções têm sido realizadas e quais os resultados e impactos traduzidos por estas. Mas será que tal é possível? Será que todos eles foram acompanhados por exercícios de avaliação, que permitam retirar informação de forma a poderem ser tomadas decisões conscienciosas?

No entanto, ainda mais importante do que chegar aos impactos esperados dos projetos seria o de tentar perceber quais os bloqueios causadores dos problemas existentes numa comunidade. Compreendendo a dinâmica e a origem dos fenómenos causadores das problemáticas, estas poderão ser combatidas de forma mais incisiva.

No seguimento destas questões pretende-se assim explorar e analisar um projeto específico que permita responder se os impactos gerados se traduziram no que era pretendido, se o que era pretendido seria suficiente para atingir o proposto, ou seja, minimizar os problemas de uma população, e se foi possível descobrir os fenómenos causadores do problema instaurado, nomeadamente a da situação de pobreza.

A opção do estudo pelo projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” na vila de Rabo de Peixe, prende-se com uma motivação pessoal.

O projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” implementado entre 2005 e 2008, implicou um investimento de valores avultados, cerca de 25 milhões de euros, sendo que cerca de 23 milhões foram aplicados exclusivamente na pequena vila piscatória de Rabo de Peixe, São Miguel, Açores e visava uma intervenção social a várias dimensões.

Rabo de Peixe, que ascendeu a vila em 2004, sempre foi uma localidade conhecida pelos problemas e situação precária da sua população, nomeadamente a da zona “baixa” mais próxima e ligada ao mar. Foram, ao longo do tempo, destinados alguns financiamentos e projetos à população, mas a ideia que prevalece na população da região é a de que as suas condições precárias se mantêm e que um dos motivos dessa situação é a própria resistência à mudança por parte da população de Rabo de Peixe, como se costuma ouvir: “não tem remédio!”.

Será que se podem assumir tais comentários como verdadeiros? Será possível que uma população em situação de pobreza se recuse a mudar as suas condições de vida? Por muito que não se acredite nestes comentários, até se pode assumir que sim, o ser humano é tão diferente na sua essência que, o que é verdade e serve para uns, deixa de o ser para outros.

No entanto, considerando que tal é verdade, então deve-se assumir que, ou a metodologia de implementação dos projetos não tem sido a mais apropriada, ou os projetos que estão a ser implementados não são os mais indicados, ou ainda, que se tais projetos provocaram mudanças apenas numa pequena franja da população, então a abrangência dos mesmos não tem sido suficiente. Acredita-se que qualquer ser humano em consciência, não quererá certamente viver numa situação precária, apenas se poderá compreender que tal aconteça se não houver uma perceção real das vantagens e melhorias que as mudanças poderão trazer às suas vidas e, se assim for, é por aí que a intervenção deve começar. Isto, assumindo que os comentários são verdadeiros!

Esta é uma das razões que fez suscitar tanto interesse pelo estudo do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”. Sendo um projeto com uma dimensão considerável de investimento e de intervenção integrada em várias dimensões e havendo uma aparente desmotivação e descrença por parte da generalidade da população da ilha, seria interessante perceber se, com o projeto “Velhos Guetos,

Novas Centralidades”, houve, de facto, impactos na população de Rabo de Peixe ou se foram apuradas as causas das dinâmicas geradoras das problemáticas instaladas.

Como refere o despacho conjunto n.º 12/2005, do nº3 da II série, do DR de 5 de Janeiro, o projeto aqui estudado e avaliado, “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, implementado entre 2005 e 2008 em duas localidades consideradas de intervenção prioritária, Rabo de Peixe e Alagoas, visava atenuar “(...) as disparidades de qualidade de vida, social e urbana entre as populações residentes em Rabo de Peixe (município da Ribeira Grande, São Miguel, Açores) e Alagoas (município de Peso da Régua) e as populações vizinhas.”, fomentando o desenvolvimento sustentável dessas mesmas regiões, essencialmente a nível de desenvolvimento socioeconómico e do espaço urbano das regiões.

Embora o projeto tenha sido implementado em duas localidades, o presente estudo focar-se-á na localidade de Rabo de Peixe, por uma questão de afetividade e limitação no tempo.

Então, pode-se afirmar que o interesse pelo tema aqui discutido, a intervenção social do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” e os seus impactos na população da vila de Rabo de Peixe que vive em situação de pobreza, vai de encontro a duas questões essenciais: a primeira, a importância e escassez das verbas públicas e a necessidade da sua correta e rigorosa aplicação em projetos que criem mudança, e a segunda, se a aplicação dessas verbas produziu, de facto, efeitos positivos na população de Rabo de Peixe.

Os projetos locais e programas experimentais, na sua generalidade, visam responder a problemas sociais identificados. Mesmo quando não seja possível apresentar soluções concretas para a sua resolução, deverão ter como intuito analisar a origem dos mesmos.

Como indica José Manuel Henriques (2003: 87) “O objetivo dos projetos (enquanto projeto) não pode consistir na erradicação do problema mas na identificação do tipo de mudanças de que poderá depender a sua erradicação e inovar nas formas de resposta pública”.

Acredita-se que percebendo e incorporando a origem e a dinâmica do problema, mais facilmente podem ser trabalhadas e desenvolvidas possíveis soluções, contribuindo assim para futuras políticas públicas, evitando desperdícios financeiros, temporais e o sofrimento das populações que vivem esses mesmos problemas.

Considera-se um tema merecedor de reflexão, dadas as potencialidades que a avaliação de projetos e programas experimentais podem trazer à sociedade.

O intuito do presente estudo prende-se, assim, com a análise do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” de forma a perceber se este foi acompanhado por um exercício de avaliação que permita apurar os seus impactos e quais as transformações sociais que o projeto, eventualmente, conseguiu na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza. Pretende-se ainda demonstrar a potencialidade que o paradigma da avaliação realista traz num exercício de avaliação de um projeto.

Os impactos focados e trabalhados serão aqueles que foram definidos na candidatura do projeto, com as respetivas variáveis associadas, são elas:

- Redução do analfabetismo;
- Redução do insucesso e abandono escolar;
- Diminuição da maternidade precoce;
- Redução do desemprego;

- Redução dos beneficiários do rendimento social de inserção;
- Aumento do rendimento familiar;
- Acesso ao saneamento básico;
- Acesso a habitação.

Em suma, espera-se no final do presente estudo dar resposta às perguntas inicialmente colocadas: Sendo imprescindível que o desenvolvimento de políticas públicas seja acompanhado por um rigoroso exercício de avaliação, em que medida é possível analisar os impactos de um projeto que não tenha sido sujeito a uma avaliação formal? É possível apurar os impactos gerados pelo projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” na população de Rabo de Peixe que vive em situação de pobreza? E em que medida?

Espera-se que o leitor se identifique com a problemática aqui desenvolvida e que encontre respostas claras às questões que for colocando ao longo do estudo.

Embora seja uma questão inquietante do ponto de vista pessoal considera-se que será, com certeza, uma questão de interesse comum.

## **Estrutura do estudo**

Para que se tenha uma visão global do presente estudo e como foi pensada a sua estrutura, passa-se a explicar a sua organização geral.

O estudo está repartido em três grandes capítulos:

- Capítulo I - Enquadramento teórico-conceitual e metodologias aplicadas

Capítulo referente à definição dos conceitos, nomeadamente o conceito de pobreza e áreas urbanas em crise, que servem de base ao desenvolvimento do trabalho. Far-se-á ainda uma abordagem ao paradigma da avaliação realista.

Dado que o estudo visa uma população em situação de pobreza, não se poderia deixar de focar esse conceito. A explicitação do conceito de áreas urbanas em crise tornou-se fundamental a partir do momento em que o próprio projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” menciona a vila de Rabo de Peixe como uma área com características muito específicas, semelhantes à caracterização de áreas urbanas em crise.

Ainda no presente capítulo vai ser descrita a metodologia utilizada no estudo para que se identifiquem os métodos e os caminhos utilizados no desenvolvimento do trabalho e na procura de resposta às perguntas apresentadas.

- Capítulo II - Desenvolvimento da análise ao projeto

Relativamente ao capítulo do desenvolvimento do estudo, propriamente dito, encontra-se por sua vez repartido em três grandes temas.

O primeiro, a caracterização da vila de Rabo de Peixe, para que se identifique melhor a localidade onde se centra o estudo e se percebam todas as suas particularidades.

O segundo tem como propósito a apresentação da candidatura do projeto. Aqui pretende-se fazer uma abordagem à proposta de candidatura apresentada às *EEA Grants* expondo e detalhando os traços considerados fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

No terceiro ponto será abordada a implementação do projeto, identificando as ações, alterações e dificuldades sentidas durante o mesmo e os resultados e impactos referidos em relatórios e apurados nas entrevistas realizadas.

- Capítulo III – Avaliação e reflexões finais

O presente capítulo centrar-se-á em dois pontos, o primeiro na análise sobre a realização de uma avaliação formal, ou não, ao projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” e o segundo, numa reflexão sobre as aprendizagens retiradas de todo o processo.

Por último, pretende-se salientar os pontos mais relevantes da análise ao projeto, avaliando a sua implementação e os efeitos produzidos, dando resposta à pergunta de partida.

Para além de apurar os impactos alcançados pelo projeto e os seus efeitos na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza, é ainda, tão ou mais importante, compreender as evidências apresentadas na avaliação (ou falta dela) realizada ao projeto. Ao longo do presente estudo reforçou-se a convicção da importância de exercícios de avaliação em projetos e programas, e é essa a mensagem que se pretende também transmitir.

Serão ainda apresentadas sugestões para estudos e projetos futuros, derivadas de novas inquietações insurgidas ao longo deste estudo.



## **Capítulo I - Enquadramento teórico-conceitual e metodologias aplicadas**

### **1. Considerações gerais**

A opção pelos conceitos aqui abordados prende-se, em grande medida, pela necessidade de clarificar os pontos cruciais do presente estudo, desde logo relacionados com a intervenção social do projeto, e por intervenção social entende-se uma intervenção societal numa unidade territorial considerada uma área urbana em crise.

Para se falar na população em situação de pobreza, tem-se, antes de mais, de clarificar o que é considerada uma população em situação de pobreza e o que se entende por uma pessoa pobre. Como se verá, há abordagens e teorias várias apresentadas por diferentes autores para o mesmo conceito, diferentes perspetivas, diferentes visões, por isso, é importante estabilizar e acolher o conceito que mais se adequa à situação analisada.

Da mesma forma, torna-se também premente clarificar o conceito de áreas urbanas em crise, para melhor entender a tipologia e as características da localidade visada no projeto. Ver-se-á também que a vila de Rabo de Peixe apresenta uma série de características que a identificam como uma área urbana em crise, sendo assim necessário que esse mesmo conceito seja tomado em consideração na análise presente.

Considera-se, portanto, que estes são os conceitos fundamentais e suficientes a ter em conta para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Como refere a abordagem “avaliação realista”, a explicitação e definição dos conceitos é fundamental em todo o processo de avaliação de um projeto (Henriques, 2003: 89), o que também é válido no desenvolvimento da análise de qualquer estudo.

Não poderia deixar ainda de se fazer uma abordagem à própria “avaliação realista” que, não podendo ser considerada um conceito, pode ser vista como uma abordagem em si. O estudo que aqui se apresenta propõe, não só perceber se o projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” produziu efeitos na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza, e se sim, quais, como também, fazer uma avaliação ao projeto como um todo, de forma a perceber o caminho percorrido e como devem ser olhadas futuras intervenções. Por isso, além da explicitação dos conceitos referidos, é importante esmiuçar o que se entende por avaliação de projetos e quais as suas características.

Após a clarificação dos conceitos e abordagens utilizadas no presente estudo, antes de se avançar com a análise do projeto, é ainda necessário definir e clarificar as metodologias aplicadas neste percurso. Os caminhos utilizados na busca de respostas para o desenvolvimento do estudo são, também, reveladores da organização e da forma como foi elaborado, podendo vir a esclarecer questões relativas à construção do conhecimento aqui produzido.

Feitas estas breves considerações, estão reunidas as condições para prosseguir com a explicitação dos conceitos necessários.

## 2. Pobreza

### 2.1 O conceito de Pobreza

#### 2.1.1 Abordagem geral

O conceito de pobreza tem passado por evoluções conceptuais, como é natural verificar-se na construção e estudo de conceitos, encontrando-se, assim, perspectivas de diferentes autores sobre o conceito de pobreza e do significado do que é ser-se pobre.

Como refere Alfredo Bruto da Costa (2012: 14) há uma “diversidade de perspectivas em que tem vindo a ser definida a pobreza, salientando sobretudo o seu carácter de complementaridade, essencial para que se possa traçar um quadro o menos incompleto possível do complexo fenómeno da pobreza.”

A evolução da sociedade ao longo das últimas décadas e os movimentos sociais em permanente construção obrigam a uma adaptação e ajuste do conceito. É inegável que as sociedades de hoje apresentam características distintas de há 30 ou 40 anos, novas realidades surgiram.

A pobreza deixou de ser considerada como uma situação anómala e secundária, passando a ser considerada como um problema estrutural das sociedades contemporâneas, obrigando assim a um aprofundamento do próprio conceito e dos modelos interpretativos (Amaro, 2003: 7).

Essa ideia é transmitida na comunicação da Comissão Europeia “*Towards a Europe of Solidarity*”, de 1992 (CEC, 1992: 7-8), indicando que inicialmente a maioria dos estados membros consideravam a pobreza como um estado residual que desapareceria com o progresso e crescimento. Ainda na comunicação é referido que tal não veio a verificar-se.

Algumas correntes acreditavam e eram defensoras de que os países desenvolvidos, a partir da era industrial, tinham as condições necessárias para reduzir e eliminar a pobreza. Com a riqueza produzida e as condições de trabalho criadas, naturalmente o problema deixaria de existir. Assim, a pobreza ficou associada aos países subdesenvolvidos. Era ainda afirmado que caso os países subdesenvolvidos “imitassem” as boas práticas dos países desenvolvidos, o problema ficaria erradicado do planeta (Amaro, 2003: 9).

Como se sabe, nada disso se verificou, a realidade demonstra bem que a produção de riqueza de um país não tem relação direta com a eliminação da sua pobreza. Envolve muitas outras vontades e atitudes. É evidente que num país onde existem níveis de maior crescimento económico, há uma maior probabilidade ou, pelo menos, mais facilmente estão reunidas as condições para que se proporcione a erradicação da pobreza, mas que isso, por si só, não é suficiente.

Ainda nos finais dos anos 70, veio a confirmar-se esta realidade. No mesmo relatório da Comissão Europeia é referido o surgimento de novas formas de pobreza, já no final da década de 70, originadas pela crise económica, pela subida do desemprego, pela insegurança relativa às condições de trabalho, bem como por mudanças económicas, tecnológicas e sociais, próprias da sociedade industrial. Como tal, a Comissão Europeia dá conta de que as controvérsias existentes em redor da noção de “novos pobres” é um reflexo dessa mudança de pensamento, que gradualmente foi produzindo a ideia de que

as situações encontradas e os mecanismos que as causavam eram de natureza estrutural<sup>1</sup> (CEC, 1992: 7).

Ou seja, a própria crença de que o crescimento económico, por vezes confundido e sobrepondo-se à ideia do desenvolvimento social e económico, seria por si só suficiente para a eliminação da pobreza, foi abandonada, por se ter revelado manifestamente desadequada.

O conceito de pobreza merece, portanto, toda a atenção e o entendimento generalizado na forma em que tem vindo a ser (des)construído, nomeadamente nos diferentes contextos temporais e territoriais em que é analisado.

A pobreza, como conceito, tem passado por diferentes entendimentos e contextualizações. A Comissão Europeia, em 1992, reconhece a existência de uma “nova” pobreza até então desconhecida ou não assumida.

No entanto, ainda antes deste reconhecimento por parte da Comissão Europeia, nos finais dos anos 80, houve uma tentativa de associação do conceito de pobreza ao novo conceito de exclusão social. Chamemos-lhe novo, não pela sua existência histórica, tal como refere Jordi Estivill (2003: 5) “(...) pode-se afirmar que exclusão e excluídos sempre existiram desde que os homens e as mulheres vivem de forma coletiva e quiseram dar um sentido a esta vida em comunidade.”, mas pelo reconhecimento como conceito em 1974 com a publicação do livro “Les Exclús”, de René Lenoir.

No ponto 12 do *Comission Working Paper “Social Dimension of the Internal Market”* (CEC, 1988: 7) referindo-se ao emprego, ou melhor, à falta dele, a Comissão Europeia afirmava-o como principal motivo para a exclusão social e marginalização, e o fator mais importante para uma má distribuição de rendimentos e, portanto, o surgimento de novas formas de pobreza<sup>2</sup>.

A evidência da importância dada ao conceito de exclusão social em detrimento do conceito de pobreza é salientada na resolução do Conselho de Ministros de 29 de Setembro de 1989, publicada no jornal oficial da Comunidade Europeia 89/C 277/01 de 31 de Outubro, que aqui se transcreve:

“1. Evocam os esforços já empreendidos pela Comunidade e pelos Estados-membros no domínio da luta contra a pobreza e pela integração económica e social dos grupos de pessoas económica e socialmente menos favorecidos, concretizados nomeadamente pela adoção do terceiro programa de luta contra a pobreza.

Salientam que a luta contra a exclusão social pode ser considerada parte significativa da dimensão social do mercado interno.

2. Constatam que os processos de exclusão social se desenvolvem em vários domínios e que daí resultam situações multiformes que afetam pessoas e grupos populacionais diversos em zonas geográficas tanto rurais como urbanas. (...)”

6. Salientam que as situações de exclusão não se prendem apenas com uma insuficiência de recursos e que a luta contra a exclusão implica também que as pessoas e as famílias acedam a condições de vida satisfatórias, por meio de mecanismos de inserção social e profissional; (...)”

---

<sup>1</sup> Tradução livre parcial do ponto 9.

<sup>2</sup> Tradução livre parcial do ponto 12.

Como se verifica, o conceito de exclusão foi incluindo as formas de pobreza, prevendo-se assim uma tentativa de substituição do conceito de pobreza pelo de exclusão social.

Contudo, em Junho de 1993, Jacques Delors no seu discurso em Copenhaga salientou a importância de se manter os dois conceitos: pobreza e exclusão social.

Os dois conceitos passaram a ser novamente reconhecidos. Esse reconhecimento fica demonstrado pela sua introdução no Livro Verde "Política Social Europeia - Opções para a União" (CEC, 1993) da Comissão Europeia, com um tópico sobre a luta contra a pobreza e a exclusão (prevenção e reabilitação), e no Livro Branco "Política Social Europeia - Como avançar na União" (CEC, 1994) da Comissão Europeia, também com um tópico sobre a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Nestes livros foi ainda salientado o carácter estrutural e multidimensional dos dois problemas, alertando para a insuficiência de os reduzir a um mero problema de escassez de rendimentos (Henriques, 2006: 50).

De facto, tem vindo a ser visível e reportado em diversos relatórios da OCDE e da Comissão Europeia, que não só, a pobreza não estava erradicada, como foram surgindo outras realidades de pobreza, até então inexistentes, tais como a pobreza despontada junto dos desempregados de longa duração, reformados, crianças, etc., como um evidente aumento dos sem abrigos nos grandes centros urbanos, para além do agravamento das situações de exclusão social mesmo sem pobreza evidente (Amaro, 2003: 10).

Os conceitos da pobreza e exclusão social, embora por vezes coincidentes e complementares, não são substituíveis. Como refere Jordi Estivill (2003: 20) "Efetivamente, exclusão e pobreza não são equivalentes. É possível ser pobre e não excluído e, o contrário, nem todos os excluídos são pobres (...)".

Mas como indica ainda o mesmo autor, também é verdade que, na generalidade, há uma grande "área" onde estes conceitos coincidem (Estivill, 2003: 20). Ou seja, "Embora distintos, os dois conceitos visam traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm face a uma dada norma, definida em termos de satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas, ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar." (Amaro, 2003: 15).

A exclusão social tem as suas especificidades e ainda que, seja um conceito de extrema relevância para definir e caracterizar uma realidade da nossa sociedade, por uma questão de limitação conceptual e temporal, não será abordado no presente estudo.

Considera-se pertinente focar a atenção apenas no conceito de pobreza, dado que esse é um problema extremamente visível na população a analisar e que merece ser olhado e melhor entendido, nomeadamente na forma em como está enraizado na mesma.

Ao iniciar-se o processo de clarificação do conceito de pobreza, surgem dificuldades que não se julgavam existir, mas insurgidas, precisamente, pela dinâmica de transformação da própria sociedade e, portanto, das novas vertentes e da própria adaptação do conceito às novas realidades.

Pode-se admitir que as condições de vida objetivas, ou seja, as dimensões diretamente observáveis, tais como as condições materiais de um indivíduo que se referem ao rendimento, o acesso à

alimentação, ao vestuário, saúde, habitação, por exemplo, dão indicações sobre o nível de pobreza que ele possa estar eventualmente a vivenciar.

Admite-se, no entanto, que este tipo de caracterização do conceito é muito limitado, já que a pobreza é um fenómeno pluridimensional. Se forem analisadas outras dimensões existentes, que não só as materiais, tais como a liberdade, o exercício de cidadania, os sentimentos derivados das dificuldades materiais referenciadas anteriormente, certamente que se poderá entender que todas estas dimensões afetam o indivíduo, podendo mesmo levar à dificuldade em sair desta condição humana, que deveria estar extinta.

Recuperando o termo liberdade, um dos direitos universais da humanidade, pode-se facilmente compreender que um indivíduo que assista a uma dificuldade em alimentar-se por falta de recursos, não é livre de comer, estando assim a sua liberdade posta em causa. Da mesma forma que, se o indivíduo estiver privado do acesso às condições básicas de saúde, educação, etc., por falta de recursos, as suas liberdades estão constantemente a ser violadas (Sen, 2007: 29).

No nº 1 do art.º25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pode ler-se:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

E, tal como é referido no preâmbulo da declaração, “(...) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.”

A liberdade como direito fundamental da humanidade não poderia, nem deveria, em momento algum ser posta em causa. Mas a partir do momento em que o acesso aos elementos mais básicos da vida humana estão restringidos por falta de recursos, então, sem dúvida, que o direito à liberdade está a ser negado (Bruto da Costa, 2012: 23).

Portanto, pode-se afirmar que a pobreza atropela um dos direitos universais da humanidade, merecendo por isso, toda a atenção mundial.

É por isso, de extrema relevância, perceber desde logo a origem do problema da pobreza. Acredita-se que conhecendo a sua origem e as principais causas e dinâmicas relacionais que aprofundam o problema, este pode ser desmontado mais facilmente, ou pelo menos, proporcionar condições para o desmontar e conseqüentemente encontrar o caminho para o resolver.

Mas, como refere Rogério Roque Amaro (2003: 21-26), o carácter multidimensional e sistémico da pobreza e a variedade das suas manifestações, torna a identificação das suas causas uma tarefa extremamente complexa. Embora complexa, essa tarefa é possível. Tem-se então em consideração três tipologias de fatores que poderão estar na origem do fenómeno de pobreza: os fatores macro (globais), meso (locais ou setoriais) e os micro (pessoais e familiares).

Os fatores macro, os dito globais, são considerados os provenientes das configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento e económicos predominantes no mundo. No âmbito deste fatores, pode-se dizer que alguns dos que mais contribuem para a pobreza são a própria

globalização económica e financeira, com o aumento da competitividade e da agressividade comercial, com custos sociais e ambientais não controlados e não partilhados; perda da eficiência das respostas do Estado-Providência e tendência para a liberalização das economias, deixando ao mercado a regulação económica e social; Individualismo crescente, como orientação cultural e comportamental dominante nas sociedades atuais; entre outros.

Os fatores meso, que podem ter origem nos macro, têm uma incidência a nível local ou setorial, como por exemplo as políticas regionais e locais, como as de construção e modernização urbana, podendo desalojar os mais pobres, realojando-os em locais por vezes com falta de acesso a transportes públicos, difícil acesso à educação, etc.; práticas institucionais que excluam os mais fragilizados nas suas relações de atendimento, informação, etc.

E por último os fatores micro, a nível pessoal e familiar, como a saúde, educação, idade, a dimensão e “estatuto” da família, etc. Estas variáveis, interligadas entre si, afetam a vida quotidiana do indivíduo e a sua situação relativamente ao fenómeno de pobreza. Tomando o exemplo da saúde, facilmente é perceptível que a falta da mesma afetará diretamente o estado do indivíduo, podendo provocar baixas no seu rendimento e por isso uma maior vulnerabilidade à pobreza. Também é verdade que, quem tem poucos rendimentos, mais exposto está à falta de cuidados de saúde básicos adequados

A pobreza e a sua perpetuação tem a sua origem em fatores de diversa ordem. Para melhor analisar o conceito de pobreza, incluindo e clarificando alguns destes fatores, o estudo do conceito pode ser realizado via duas dimensões: o da pobreza objetiva e pobreza subjetiva, interligadas entre si.

Nesse sentido, José Manuel Henriques (2006: 12) refere que o desenvolvimento da construção do conceito de pobreza, nestes últimos anos, tem-se realizado em torno de duas metodologias, complementares entre si, embora difíceis de se estabelecer uma ligação direta entre elas. Passa-se a explicar.

A primeira metodologia tem uma visão macro da pobreza, isto é, foca-se nos indicadores de risco de empobrecimento para o seu estudo e análise, tais como o limiar da pobreza e respetivos indicadores: o desemprego, monoparentalidade, habitação precária. É uma metodologia que se foca essencialmente nas análises e dados estatísticos. Pode-se dizer que a presente metodologia tem o seu foco na pobreza e não nos pobres.

A segunda metodologia centra-se no conhecimento adquirido através dos pobres e de como a pobreza é de facto vivenciada. Foca-se nas histórias de vida e processos sociais da população, tendo em conta o comportamento e o desencadeamento de efeitos que afetam os indivíduos e o agregado familiar.

Em síntese, pode-se afirmar que a primeira metodologia se baseia em análises quantitativas e a segunda em análises qualitativas. Está-se assim perante os conceitos de pobreza objetiva e subjetiva. Antes de se prosseguir com a explicitação dos conceitos de pobreza objetiva, que por sua vez se bifurca em pobreza absoluta e relativa, e a pobreza subjetiva, é fundamental esclarecer e distinguir o conceito de pobreza do de privação.

Estes termos são utilizados de forma corrente, sendo muitas das vezes de fácil confusão na sua aplicação e utilização. Pretende-se, por isso, manter a máxima coerência na utilização dos conceitos e definições ao longo deste estudo.

### **2.1.2 Pobreza vs Privação**

O que se entende então por privação e qual a sua relação com o conceito de pobreza?

Embora o conceito de pobreza seja distinto do de privação, podem, no entanto, em determinadas situações, estar interligados e até coincidirem.

Segundo Townsend (1987: 125), fala-se em privação quando um indivíduo, família ou grupo se encontra em desvantagem a nível de condições de vida perante a comunidade local ou sociedade onde se encontra inserido.

Pela afirmação de Townsend entende-se que a privação representa uma situação de relatividade, isto é, para avaliar, por exemplo, a privação de um determinado indivíduo, é necessário ter conhecimento das condições de vida do meio em que o mesmo está inserido. Por condições de vida entendem-se as diversas dimensões por que a vida, ou a vivência em sociedade, é composta.

Por isso, e de forma a clarificar melhor o que é a privação, recorre-se à afirmação de Alfredo Bruto da Costa (2012: 26), em que diz que “a privação consiste numa situação de carência, que pode resultar da falta de recursos, mas também pode ter outras causas”, em que estas outras causas poderão ser situações de doenças aditivas (alcoolismo, toxicodependência, etc.), psiquiátricas, entre outras. Entende-se então que o conceito de privação está associado a condições e não a recursos, embora, os recursos sejam também uma das dimensões incluídas e a ter em conta quando se analisa as condições do indivíduo.

Ou seja, pode-se estar em privação e estar acima do limiar da pobreza, conforme refere José Manuel Henriques (2006: 52). Estar em privação não significa que o indivíduo se encontre em situação de pobreza, mas sim, que relativamente à comunidade em que se insere, se encontra em desvantagem. No entanto, se se focar o conceito de privação apenas nas condições de vida associadas aos recursos e no presente contexto, ao falar em recursos, refere-se a recursos materiais, facilmente se entende que se um indivíduo estiver em situação de privação por falta de recursos, e que, se esses recursos estiverem seriamente abaixo dos recursos médios dos indivíduos, famílias ou grupos da sociedade em que estão inseridos, encontrando-se assim excluídos dos costumes, atividades ou padrões habituais de vida (quer a nível de alimentação, de saúde, conforto, etc.), então esse indivíduo encontra-se perante uma situação de pobreza (Townsend, 1979: 31).

É importante também referir que a pobreza pode ser analisada à luz de diferentes perspetivas, que serão abordadas de seguida. Mas no seguimento do que foi exposto, assume-se que o conceito de pobreza aqui referido está apenas associado ao conceito de privação resultante da falta de recursos materiais.

E nessa perspetiva, estando um indivíduo a viver em situação de pobreza, que seja equivalente a uma situação de privação resultante da falta de recursos materiais, se em determinado momento a falta de alguns desses recursos for ultrapassada, a sua carência pode, temporariamente, ter sido resolvida ou minimizada, o que não significa necessariamente que o indivíduo tenha saído de uma situação de pobreza, ou seja, que a sua condição de pobreza se tenha alterado.

É evidente que todas as soluções encontradas para resolver situações de privação derivadas da falta de recursos são, sem dúvida, necessárias e bem-vindas, mas por si só são insuficientes para se solucionar a condição de pobreza.

O foco de ação deve manter-se, não só na superação das carências, como também nas medidas de resolução da falta de recursos, isto é, na resolução do acesso aos recursos por parte dos indivíduos, famílias e ou grupos que se encontram em situação de pobreza, de forma autonomizada. Caso contrário, a população manter-se-á dependente das ajudas prestadas, não se conseguindo organizar de forma a independentizar-se e solucionar o problema em que vive.

A questão fundamental na resolução da pobreza é, para além da resolução imediata da privação, a resolução da falta de recursos de forma permanente, oferecendo condições para que a pessoa se torne auto-suficiente em matéria de recursos (Bruto da Costa, 2012: 26).

A pobreza pode mascarar-se de diversas formas tornando-a muito menos visível ou evidente, daí ser tão indispensável estar-se consciente do problema e identificar exatamente as situações em que ela se reveste, senão, subtilmente, poderá induzir a erros de análise. Se se quer, de facto, solucionar e ultrapassar a condição de pobreza enraizada na sociedade, é necessário levantar a máscara e observá-la atentamente, perceber de forma autêntica as suas origens e causas. Se essa observação não for feita de forma clara, teme-se que se possa estar a aplicar medidas para resolver situações de privação, considerando-as como suficientes e capazes de resolver a verdadeira condição de pobreza.

### **2.2.3 Pobreza Objetiva (absoluta e relativa) e Subjetiva**

Importa clarificar os diferentes conceitos de pobreza, desde logo para justificar a escolha do conceito a utilizar no presente estudo.

Tem-se, por um lado, o conceito de pobreza objetiva, que por sua vez abarca dois conceitos, o da pobreza absoluta e pobreza relativa, e que “(...) assentam na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, indiferentemente do modo como estas (pessoas e famílias) analisam e avaliam a sua própria situação.” (Bruto da Costa, 1985: 21).

Por outro lado, o conceito de pobreza subjetiva que “(...) apoia-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua própria condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral.” (Bruto da Costa, 1985: 21).

Relativamente à pobreza subjetiva, certamente que, se fosse feito um levantamento às avaliações dos próprios indivíduos ou famílias sobre as suas condições de vida, nomeadamente no que concerne à condição de pobreza, levaria a resultados possivelmente muito diversos. Por exemplo, dois indivíduos em situação de pobreza equivalente, se questionados sobre a sua condição, acredita-se que mediante as expectativas de cada um, as prioridades nas suas várias dimensões, a atitude de cada um deles perante a vida, classificariam de forma distinta a sua condição de vida face à situação de pobreza.

Ou seja, perante uma mesma situação, a observação e análise à luz do conceito de pobreza objetiva ou subjetiva, muito provavelmente levar-nos-ia a conclusões diferentes.

A pobreza é, de facto, um fenómeno do senso comum, mais não seja por estar presente no dia-a-dia de qualquer indivíduo ou família, mesmo na daqueles que não a experienciam diretamente e, por isso, qualquer indivíduo ou família tem a sua própria percepção da pobreza e do que é ser-se pobre.

Ora, se se propusesse a fazer um estudo à luz do conceito de pobreza subjetiva de determinada população, decerto que levaria a resultados muito interessantes, mas que não se enquadrariam no presente estudo.

Para além disso, como indica Bruto da Costa (1985: 23) “Põe-se aqui, naturalmente, a questão de saber qual a validade de análises baseadas em posições subjetivas, assentes em critérios tão diversos quanto as pessoas.”.

Focando-se então no conceito de pobreza objetiva que, segundo Bruto da Costa, apoia-se na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, independentemente das suas perceções, o que diferencia então o conceito da pobreza absoluta do da relativa?

Para responder a esta questão toma-se como referência o que é dito por José Manuel Henriques e Alfredo Bruto da Costa.

José Manuel Henriques refere que o conceito de pobreza absoluta se baseia nas ideias de "sobrevivência" e "subsistência", usadas pela primeira vez no trabalho pioneiro de Charles Booth e Seebohm Rowntree. (Henriques, 2006: 65). Ou seja, pode-se entender que o conceito é particularmente importante quando se deseja salientar os aspetos mais relevantes da pobreza. (Bruto da Costa, in Henriques, 2006: 65),

Bruto da Costa (1985: 21) refere ainda que a pobreza absoluta “(...) parte da noção de necessidades elementares (...), independentemente do nível geral da sociedade ou dos padrões de distribuição do rendimento e da riqueza. Trata-se de um conceito normativo, que presume a possibilidade prática de definir o limiar da pobreza por critérios com base científica.”.

Em contraposição, segundo Bruto da Costa (1985: 21), o conceito de pobreza relativa “(...) considera a pobreza como um fenómeno essencialmente relativo, ou seja, como uma realidade que só pode ser definida convenientemente por comparação com a situação da sociedade em geral.”.

Ou seja, e como indica José Manuel Henriques (2006: 65), a pobreza relativa relaciona o estilo de vida dominante na sociedade com as condições, abaixo das quais, as pessoas não são capazes de participar na vida da sociedade, de acordo com a especificidade do contexto.

Estamos então perante dois conceitos que, embora sejam assentes na observação das condições de vida concretas, podendo ser analisados com base em indicadores facilmente comparáveis, baseiam-se, no entanto, em duas formas distintas de análise.

Considera-se aqui importante a sugestão dada por Alfredo Bruto da Costa de que a pobreza absoluta e pobreza relativa devem ser vistas como complementares, em vez de conceitos alternativos (Bruto da Costa in Henriques, 2006: 65).

Para ambos os conceitos e de forma a definir o limiar da pobreza, tanto absoluta como relativa, é necessário definir e estabilizar indicadores concretos que se considerem relevantes. Pode-se afirmar que para o limiar de pobreza absoluta se devem considerar indicadores que permitam obter informação sobre as necessidades básicas. Já na pobreza relativa estes indicadores devem ter em consideração dados relativos aos padrões de vida da sociedade. (Bruto da Costa , 1985: 23). A referência a estes limiares é importante para o exemplo que se apresenta.

Se analisarmos a condição de determinado indivíduo ou família à luz do conceito da pobreza absoluta, iremos analisar as suas condições individualmente e de acordo com os indicadores estabelecidos para o cálculo do limiar de pobreza absoluta. Esse resultado dar-nos-á informação, por exemplo, relativamente à situação do indivíduo em termos dos níveis de subsistência. Mas a sua situação analisada à luz do conceito da pobreza relativa e aplicando os indicadores pode, de facto, ser menos ou mais agravada, se em termos de pobreza relativa não se afastar ou se pelo contrário, distanciar-se bastante do estilo de vida dominante da sociedade em que se insere, ou seja, do limiar da pobreza relativa.

Pode-se mesmo, chegar à conclusão que apesar de num determinado país um indivíduo não se encontrar em pobreza absoluta, imaginemos que se encontra ligeiramente acima do limiar de pobreza absoluta, poderá encontrar-se numa situação de pobreza relativa acentuada. Basta imaginar um país onde haja uma grande desigualdade em termos de padrões de vida, onde a riqueza esteja concentrada numa minoria e que seja exponencialmente elevada relativamente à maioria da população.

Perante estas condições, percebe-se a importância da complementaridade dos conceitos, tem-se uma visão mais precisa da real situação do indivíduo ou família, embora esta seja uma questão para ser também analisada à luz do conceito de desigualdade, que não será aqui estudado.

Embora com o exemplo dado pareça que o conceito de pobreza relativa tenha sido introduzido para analisar situações de desigualdade, não é assim.

É importante ter presente que o conceito da pobreza relativa surgiu da necessidade de conceptualizar a pobreza nos países industrializados, da consciência do surgimento deste fenómeno nos países industrializados e da necessidade de diferenciar do conceito aplicado nos países em desenvolvimento. (Bruto da Costa in Henriques, 2006: 65).

Como se viu anteriormente, algumas correntes económicas acreditavam que os países industrializados, os ditos desenvolvidos, deixariam, de forma natural, de ter indivíduos ou famílias a viver em situação de pobreza. Como se sabe, não só esta situação não se verificou, como foram também surgindo novas formas de pobreza decorrentes de insegurança relativa às condições de trabalho, de desemprego de longa duração, etc. Esta nova realidade nos países ditos desenvolvidos, levou à emergência de um novo conceito mais adequado a estas novas realidades.

No entanto, sendo a população de Rabo de Peixe a visada, interessa de facto que o presente estudo se debruce sobre o conceito de pobreza absoluta. Pode-se admitir que Rabo de Peixe ainda comporta um número considerável de famílias que lutam pela sua subsistência e sobrevivência.

A própria ideia de sobrevivência e subsistência, associadas à pobreza absoluta, surgiu pela primeira vez nos estudos de Charles Booth e Seebohm Rowntree, como referido anteriormente.

O estudo pioneiro de 1899 intitulado *“Poverty: A Study of town life”* baseou-se na recolha de informações detalhadas das famílias de Inglaterra, mais concretamente de York. Rowntree definiu as famílias em situação de pobreza primária cujos ganhos totais eram insuficientes para obter os bens mínimos necessários para a manutenção da eficiência meramente física<sup>3</sup> (Townsend, 1979: 33).

---

<sup>3</sup> Tradução livre

Ou seja, os primeiros estudos sobre a pobreza debruçavam-se exclusivamente no rendimento auferido e na manutenção da eficiência física, ou seja subsistência e sobrevivência. Nestes estudos não eram considerados os padrões de vida que a população levava.

Entende-se assim que o conceito de pobreza absoluta está intimamente associado à satisfação das necessidades humanas básicas. Mas, o que se pode entender como necessidades humanas básicas? Como facilmente se depreende, este seria mais um conceito que nos levaria a mais um debate interessante, mas longo, e por isso terá que ser deixado para outro momento.

Contudo, não se pode deixar de referir que é natural que os estudos iniciais apresentados sobre o conceito de pobreza absoluta apenas incluíssem dimensões físicas tais como necessidades humanas básicas, mas gradualmente foram sendo incorporados aspetos sociais e culturais. É certo que ao longo do tempo foi havendo uma tentativa de associar e direcionar o rendimento das famílias exclusivamente à satisfação das necessidades humanas básicas. (Henriques, 2006: 65).

Mas volta-se à questão, quais são as necessidades humanas básicas? É necessário referir e reter que as necessidades humanas básicas devem ser vistas segundo uma perspetiva individual e social. Ou seja, à luz da primeira perspetiva, consideram-se apenas aquelas que são necessárias para satisfazer de forma imediata a condição humana de sobrevivência e subsistência, tais como alimentação, vestuário, habitação, etc. À luz da segunda perspetiva, deve-se assumir aquelas que são essenciais na vida ativa de qualquer indivíduo em sociedade, tais como a participação cívica, o acesso à cultura, etc.

Claro que, cada indivíduo é constituído por ambas as dimensões, a individual e a social, como refere José Manuel Henriques (Henriques, 2006: 65), não devendo assim ser analisado por apenas uma delas, correndo o risco de se transformar numa análise empobrecida.

Entende-se que numa fase inicial dos estudos apresentados fossem focadas as condições individuais. Em 1943 Abraham Maslow publicou a sua obra "*A Theory of Human Motivation*", onde apresenta uma hierarquia das necessidades. Como se sabe, na base dessa pirâmide estão as condições fisiológicas e de segurança, tais como a alimentação, o abrigo, o emprego, etc. que são consideradas as necessidades primárias.

É natural que em sociedades onde as necessidades primárias estão longe de estar satisfeitas, haja uma tendência para que sejam tornadas como prioritárias. A questão é que há outras necessidades humanas básicas, que podem não estar definidas como primárias, mas que são tão essenciais como estas, tais como a liberdade, o respeito, etc.

Nesse sentido, o próprio Maslow reconheceu a estaticidade da sua teoria, inclinando-se posteriormente para uma hierarquia de dois níveis de necessidades, vindo a classificar as necessidades humanas em apenas dois tipos, com um ligação estreita entre elas: as necessidades humanas básicas e o crescimento ou as necessidades de autorrealização. Como refere José Manuel Henriques (2006: 79), esta nova versão do Maslow representa a ideia de que o ser humano é constituído por dois polos na sua motivação: o polo material (necessidades de carência) e o polo espiritual (necessidade de crescimento e desenvolvimento).

Ainda Henriques (2006: 81), e considera-se que é uma observação muito precisa daquilo que se poderá assumir como necessidade humana básica, refere que a subsistência física e a autonomia pessoal constituem as mais elementares das necessidades básicas.

Atualmente, o conceito de pobreza absoluta tem vindo a ser utilizado para debater a abordagem de uma pobreza não material, que inclua elementos como a liberdade, o direito ao trabalho, a felicidade, a vida familiar, a poluição, etc. (Bruto da Costa in Henriques, 2006: 66).

O conceito de pobreza absoluta tem vindo também a ser usado, distinguindo o rendimento dos recursos e distinguindo também a escassez de recursos do acesso aos recursos. (Bruto da Costa, in Henriques, 2006: 66).

De acordo com John Friedmann a pobreza tem a sua raiz numa impotência social derivada da falta de acesso a recursos, materiais e não materiais. E mais importante do que a falta de acesso aos recursos, é a falta da capacidade que o indivíduo tem em alterar esse contexto.

Ou seja, a pobreza é entendida como uma falta de capacidade de articular os interesses individuais e coletivos (Henriques, 2006: 70).

Ainda neste contexto, Amartya Sen (1999: 112) diz que, embora seja importante distinguir a noção de pobreza como uma inadequação de capacidade de acesso a recursos, da noção de pobreza como baixo rendimento, as perspetivas estão interligadas. Ou seja, é certo que o rendimento poderá ser um meio de se alcançar as capacidades necessárias para alterar o contexto de pobreza, mas também é certo que um aumento das capacidades no acesso aos recursos, potenciará uma saída do contexto de pobreza. Ninguém nega que um aumento de capacidades individuais como a educação, a saúde, etc. poderão potenciar o acesso aos recursos, tanto materiais como não materiais.

Em suma, a pobreza não resulta apenas da análise do baixo rendimento do indivíduo ou das famílias. Segundo José Manuel Henriques (2006: 70), a pobreza está relacionada com uma complexa interdependência entre a falta de diversas condições, que são elas:

- Afastamento da produção (falta de dinheiro, falta de meios de produção para consumo próprio, etc.)
- Falta de capacidades cognitivas (conhecimento, informação, etc.)
- Condições afetivas frágeis (isolamento e rutura de relações interpessoais, falta de organizações coletivas, etc.)
- Condições emocionais bloqueadoras (ansiedade, depressão, perda de identidade, etc.)

Estas dimensões foram já reconhecidas pela Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (UN, 2002: 199), que, em 2001, no seu relatório anual considera que a pobreza "(...) pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais."<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Tradução livre

Na sua definição tanto é referida a privação sustentada de recursos, como a privação nas capacidades, que são as dimensões usadas no conceito de pobreza absoluta.

Aqui, resta fazer referência ou reforçar uma questão que se considera de extrema importância e que, de certa forma, está relacionada com as capacidades do indivíduo ou da família de se organizarem para sair do seu contexto de pobreza.

É fundamental, e dir-se-ia até obrigatório, que o Estado, Sociedade Civil, e todos os atores da sociedade, contribuam para a capacitação dos indivíduos ou famílias, que se encontram em situação de pobreza. Como se viu, a pobreza tem origem não apenas na privação de recursos, tanto materiais como não materiais, como também na falta de capacidade de aceder aos mesmos, como tal, só se poderão debater, de forma séria, as medidas e condições para uma saída de um contexto de pobreza, se no mínimo abarcarmos na discussão todas estas dimensões.

É pois de fácil percepção que as atuações que têm sido realizadas vão, em grande medida, no sentido de colmatar a privação imediata. É claro que essas medidas devem continuar a ser implementadas, pois não se imagina uma regressão nesse sentido, agora, considera-se urgente uma reflexão cuidada sobre como estão a ser aplicadas essas medidas.

Considera-se que as medidas aplicadas na resolução de privação de recursos deveriam, simultaneamente, ser acompanhadas de medidas adicionais de capacitação, de forma a proporcionar a independência e autonomia por parte da população visada, retirando assim a fragilidade da dependência em que essas pessoas se encontram.

#### **2.1.4 Para além do conceito**

A explicitação do conceito, por si, é essencial para se compreenderem e detalharem as particularidades que se encontram por trás da palavra pobreza, que, de forma superficial, poderia levar a outros entendimentos do que é a pobreza.

Considera-se, agora, estar em melhores condições para analisar a população visada no presente estudo e compreender se as dimensões do conceito, associadas à população, sofreram alterações após a implementação do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”. Mas esta será uma análise a realizar mais à frente.

Não se quer, no entanto, terminar esta exposição, sem antes fazer alusão a uma questão que se considera relevante e se pode extrair do conceito.

O conceito de pobreza deve estar ao serviço da análise e da identificação das situações de pobreza, mas considera-se que deve ser utilizado para ir mais além.

Compreendendo devidamente as problemáticas do que leva a uma condição de pobreza, esta mesma compreensão deve ser utilizada para detetar, preventivamente, situações que possam estar em risco de se tornarem situações de pobreza.

Como refere José Manuel Henriques (2006: 47) é necessário um conceito de pobreza que permita identificar os indivíduos, agregados familiares e comunidades pobres distinguindo-os dos não pobres,

e, dos que são considerados não pobres, aqueles que possam facilmente cair na condição de pobreza, caso não sejam aplicadas medidas de prevenção.

Esta é uma perspectiva interessante, já que, se se pretende minimizar as situações de pobreza numa comunidade, não basta olhar por aqueles que já se encontram em tal condição. Para salvaguardar que as pessoas consideradas, em determinado momento, como não pobres, não caiam facilmente nessa condição humana tão indesejável e trágica. É necessário entender se as suas condições individuais e sociais são vulneráveis, isto é, se o risco de caírem numa situação de pobreza é grande.

## 2.2 Estratégias atuais na luta contra a pobreza

A pobreza é um fenómeno que afeta e preocupa a população mundial. Todos os dias, infelizmente, é fácil confirmar esse facto. Lamentavelmente, continua a verificar-se que a pobreza está tão presente nas sociedades e que não se encontrou ainda uma solução definitiva para esse problema.

Embora por vezes queira parecer, e relembrando a afirmação de Mahatma Gandhi de que “A Terra pode oferecer o suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens, mas não a ganância de todos os homens”, que os instrumentos existem e que se encontram à disposição das entidades que podem agir, mas que falta uma vontade séria de ultrapassar o problema, e que tal seria possível, pelo menos junto daqueles que quisessem verdadeiramente sair dessa condição.

No *Human Development Report* do PNUD (1997: iii), de 1997, também é referido que o mundo tem o material e os recursos naturais, o *know-how* e as pessoas para tornar um mundo livre de pobreza em menos de uma geração. E ainda afirma que não é um idealismo, mas um objetivo prático e alcançável.<sup>5</sup> Então, as questões que se impõe são: “Há formas de os pobres melhorarem as suas vidas e o que os impede de serem capazes de fazerem essas coisas? O difícil é começar, ou o mais fácil será começar e o difícil será prosseguir?” (Banerjee, 2012: 12).

Ao longo destes últimos anos, têm vindo a ser concertadas diversas estratégias de luta contra a pobreza, tanto a nível nacional como internacional.

Pode-se considerar que o grande marco de uma estratégia tão concertada e abrangente foi no ano 2000 quando foram estabelecidos pela ONU, na Declaração do Milénio das Nações Unidas os ‘Objetivos do Desenvolvimento do Milénio’ (*Millenium Development Goals, MDG*) para o período 2000-2015.

Em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio, liderada por Kofi Annan, na altura secretário-geral da ONU, reafirmando as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis.

Dessa cimeira resultou o compromisso mundial em atingir oito objetivos específicos e comuns, no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Estes oito objetivos foram:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;

---

<sup>5</sup> Tradução livre

3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade de crianças;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

No que concerne ao primeiro objetivo a proposta foi de reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento era inferior a 1 dólar por dia, medida utilizada pelo Banco Mundial, e para metade a percentagem da população que sofre de fome.

Em 1999 no arranque desta estratégia concertada, cerca 34% da população mundial vivia abaixo da linha da pobreza, sendo que em 2011 isso acontece com cerca de 17% da população mundial<sup>6</sup>.

Efetivamente, o objetivo encontra-se a ser cumprido, sendo de louvar os esforços de todos os países. No entanto, não deixa de ser assustador que em pleno séc. XXI, num planeta com cerca de 6 mil milhões de habitantes, cerca de mil milhões ainda vivam abaixo da linha da pobreza, o que significa que vivem em condições de pobreza extrema.

Para agravar esta situação, se considerarmos o novo índice que mede a pobreza o IPM, Índice de Pobreza Multidimensional, estes valores aumentam.

O IPM surgiu em 2010, apresentado no *Human Development Report* de 2010, em substituição do IPH, o Índice de Pobreza Humana, publicado em 1997. Os indicadores inseridos neste índice complementam as dimensões de medida que se baseavam no rendimento, considerando agora as múltiplas privações. O IPM mede as privações nas dimensões da saúde, educação e padrões de vida, combinando o número de pessoas que estão em privação e a intensidade das mesmas, ultrapassando a lacuna do IPH no que concerne à identificação de indivíduos específicos, famílias ou grupos que experimentam a sobreposição de diversas privações e em média, o número de privações que enfrentam. (PNUD, 2010) Pode-se estar a caminhar para uma melhoria das condições humanas, e quer-se acreditar que sim, pois pelo menos no que refere à eliminação da pobreza extrema, os dados demonstram essa evidência. No entanto, continua-se longe daquilo que é aceitável. No mesmo planeta, onde se conseguiram criar condições para que um ser humano pisasse a Lua em 1969, quase 50 anos depois, ainda existem pessoas a não ter água potável para beber e a morrer à fome.

Atenção que não se está contra à evolução tecnológica, bem pelo contrário, só se pretende deixar a crítica relativamente ao que poderia ser feito caso houvesse uma verdadeira vontade de alterar as condições de subsistência da população humana. Também seria injusto se aqui não se deixasse registado que felizmente, vai havendo, por poucos que possam parecer, esforços nesse sentido.

Atualmente começam-se já a falar nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals, SDG*) para um novo período 2015-2030, o que é uma demonstração de que se continuam a reunir esforços para combater as realidades mundiais mais difíceis.

---

<sup>6</sup> 2005 PPP and \$1.25/day poverty line (<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/index.htm?1>)

Em 1993, as Nações Unidas publicaram a sua decisão de declarar o dia 17 de Outubro como o dia da Erradicação da Pobreza. Desde 1993, que anualmente são criadas ações a nível mundial, organizadas por cada país, para que seja lembrado este fenómeno e sensibilizar as populações.

Em Portugal foram sendo tomadas diversas medidas na luta contra a pobreza, inseridas também numa estratégia Europeia.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP) foi criado em 1990, sendo que as medidas adotadas “(...) foram fortemente influenciadas pelas diretivas comunitárias, assentando as diferenças sobretudo nos recursos disponibilizados e na inexperiência portuguesa nesse tipo de projetos (...)” (Amaro, 2003: 58).

A criação do PNLCP foi também impulsionada pela participação de Portugal em projetos no IIº Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (PELCP), que face à aprovação de apenas 10 projetos e às novas preocupações políticas face aos problemas sociais, foi decidido que os restantes projetos fossem apoiados pela Secretaria de Estado e Segurança Social.

Deu-se então, no início do IIIº PELCP, que arrancou em 1989, o surgimento de uma decisão nacional de criação de um programa de âmbito nacional, que visasse dar respostas aos problemas de carência, em particular de determinados indivíduos, famílias ou grupos, e que essas respostas fossem também desenvolvidas com os bons exemplos europeus. (Amaro, 2003: 57-59).

Paralelamente em 1996 foi implementado o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)<sup>7</sup> impulsionado pela recomendação europeia 92/441 /CEE de 24 de Junho de 1992, em que previa que cada Estado visasse uma política comum de apoio, revestindo-se numa prestação pecuniária suficiente, para proteção social a todos aqueles que não tivessem capacidades para trabalho ou caso tendo essas capacidades, procurassem inserir-se na vida ativa. Posteriormente, em 2003, o RMG veio a ser substituído pelo Rendimento Social de Inserção (RSI)<sup>8</sup>, com algumas adaptações em termos de critérios de maior acompanhamento e fiscalização.

---

<sup>7</sup> Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho

<sup>8</sup> Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio

### 3. Áreas urbanas em crise

#### 3.1 O conceito de áreas urbanas em crise

O conceito de áreas urbanas em crise, ao contrário do da pobreza, é um tema cuja literatura é diminuta, certamente por ser um fenómeno mais recente e por integrar diversas problemáticas em simultâneo que normalmente são olhadas e analisadas individualmente.

Ou ainda, "(...) pela própria dificuldade de definição e consensualização em torno do que possam ser "áreas urbanas em crise" ou "áreas críticas"(...)". (Freitas, 2010: 175).

No entanto, apresenta-se o conceito citado no Relatório da OCDE (1998: 15) de 1998 "*Integrating distressed urban areas*". As áreas urbanas em crise são frações de cidades ou periferias das mesmas, normalmente à escala de bairros residenciais, onde se concentram problemas sociais, económicos e ambientais. No seguimento do que foi apresentado, pode-se ainda acrescentar que nestas mesmas áreas "(...) conjugam-se contextos territoriais desfavoráveis (bairros degradados, áreas periurbanas sem qualidade urbana, etc.) com segregação social espacial (habitação social, operações de realojamento, bairros degradados, etc.) e com frequente estigmatização por razões de ordem social ou étnica." (Henriques, 2010: 13)

As características mais evidentes destas áreas, que provocam, por sua vez, ciclos de declínio e um acentuar dos problemas, são a baixa escolaridade dos residentes, as altas taxas de desemprego, habitação precária e altas taxas de criminalidade.

Sendo áreas que tendem a aglomerar problemas diversos, nomeadamente aqueles que se acabou de referir, naturalmente que situações de pobreza encontram-se, muitas das vezes, representadas nestas áreas. Contudo, nem sempre é assim. O fenómeno da pobreza pode estar presente nestas áreas ou não, pois podem-se encontrar indivíduos a viver em situação de pobreza fora destas áreas e indivíduos não pobres a viver nestas mesmas áreas.

Quando se verifica a concentração de pobreza em áreas urbanas, esta concentração não implica apenas uma concentração espacial de indivíduos ou famílias com baixos rendimentos, vai muito além desta questão. Este género de concentrações implica também um conjunto de condições e perspetivas oferecidas a estes indivíduos ou famílias (ou melhor, a falta delas), contribuindo para o risco de constituição de formas crónicas de pobreza e de exclusão social. (Henriques, 2010: 13)

As áreas urbanas em crise são um fenómeno que merece uma atenção cuidada pois, para além de concentrarem em si problemáticas tão complexas, que seriam já suficientes para captarem toda a atenção, os sintomas presentes nestas áreas afetam também toda a área e atores envolventes.

Como refere Maria João Freitas (2010: 175-176) os desafios das áreas urbanas em crise não são exclusivos, mas sim partilhados por uma variedade de atores e produtores do sistema de ação. E avança ainda que "(...) a persistência em "ações unilaterais" – independentemente da sua bondade – quando reforçadas por tendências de "produção independente" – mesmo quando ganham temporariamente força motora de processos mais partilhados acabam por apresentar enormes dificuldades (para não dizer fracassos na sua generalidade) em assegurar a sua sustentabilidade." (Freitas, 2010: 176).

O conceito, embora recente, vem experimentando uma evolução conceptual provocada pelo desenvolvimento social, económico e ambiental, ao longo dos anos. As áreas urbanas em crise apresentam diferentes tipologias e diferem consoante o país, tanto a nível espacial, como temporal.

Tradicionalmente o conceito de áreas urbanas em crise estava ligado aos “guetos”, “bairros de lata”, “favelas”, etc., áreas onde se agrupavam habitações com condições débeis, muitas das vezes com saneamento básico precário ou inexistente e falta de higiene, que se localizavam próximo dos centros urbanos, respondendo assim à oferta de trabalho em massa proveniente das zonas industriais localizadas nesses mesmos centros.

Atualmente está-se perante um fenómeno muito mais abrangente. As áreas referidas podem não apresentar problemas de condições habitacionais, mas enfrentam outras dificuldades que os países desenvolvidos não enfrentavam até então.

Toma-se como exemplo a França, com zonas periféricas de grandes centros urbanos, com acentuados grupos de imigrantes não integrados na sociedade e que apresentam taxas de desemprego elevadas entre eles. Bem recentemente presenciaram-se tumultos provocados por uma sociedade com condições de vida desiguais bem espelhadas, onde claramente se sentiu a revolta deste sintoma de periferização.

### **3.2 Tipologias atuais das áreas urbanas em crise**

Atualmente pode-se verificar, em todo o mundo, nomeadamente nos países desenvolvidos, diferentes tipologias de áreas urbanas em crise, conseqüentes do próprio desenvolvimento das sociedades. Este é um fenómeno, infelizmente, presente na maioria dos países, que se foi transformando consoante as características e as ações aplicadas pelos próprios países.

De forma a serem melhor compreendidas estas tipologias, far-se-á uma breve exposição das mesmas:

- **Privação nos centros urbanos**

Fenómeno que se verificou essencialmente até aos anos 50-60 na maioria dos países da OCDE. Na maior parte das cidades europeia, dos Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, a reconstrução e “limpeza” destes locais nos anos 60-70, reabilitando e modernizando a habitação das áreas, levou também a que esses bairros começassem a ser ocupados por residentes de classe média.

No entanto, principalmente no sul da Europa, há ainda muitas cidades que apresentam áreas com condições habitacionais precárias, normalmente nos centros históricos urbanos, apresentando uma população mais idosa e com condições de vida muito precárias, normalmente compensados com subsídios estatais.

- **Privação nas periferias**

Fenómeno essencialmente gerado pela reestruturação e reabilitação dos centros urbanos, forçado pelo crescimento populacional localizado nos mesmos. Esta reorganização territorial levou ao realojamento de famílias com baixos rendimentos em habitações novas, construídas para o propósito, nas periferias dos centros urbanos.

De forma a manter baixos custos de construção e um realojamento em larga escala, estas habitações foram construídas em blocos, não se prevendo as conseqüências nefastas em que se viriam a traduzir.

Estes bairros construídos para o realojamento das famílias deslocizadas apresentam ainda diversas lacunas, tais como deficientes acessos a vias rodoviárias, pobre rede de transportes públicos, escolas, centros de saúde, etc. Verifica-se também uma rápida degradação nos mesmos, devido à fraca qualidade dos materiais utilizados na sua construção, a uma fraca manutenção e a atos de vandalismo. É importante salientar que muitos desses bairros foram planeados para receber determinados grupos, tais como trabalhadores imigrantes, fomentando assim condições de isolamento e alienação da sociedade em geral.

- Misto de privação nos centros urbanos e periferias

Atualmente, como foi já referido, as duas situações de privação encontram-se presentes em diversas cidades dos países da OCDE.

Na sua maioria, as áreas urbanas em crise existentes são resultado de políticas adotadas pelos governos dos respetivos países.

Em alguns casos, como o de Lisboa, pelo seu rápido crescimento populacional, observou-se uma expansão territorial circular em redor da cidade, localizando as novas habitações precisamente na fronteira da mesma, provocando assim uma concentrada polarização de determinados grupos, com as mesmas características de condições de vida.

As cidades canadianas, por outro lado, apresentam uma baixa taxa de polarização social pois adotaram uma regulação territorial distinta, que visa uma combinação de vários “graus” sociais dentro das mesmas áreas urbanas, ou seja, construíram pequenos agregados de habitações sociais em diferentes bairros.

### **3.3 As problemáticas das áreas urbanas em crise**

Como já referido, as áreas urbanas em crise apresentam problemas multidimensionais, provenientes de fatores económicos, sociais, espaciais e ainda da falta de antecipação dos resultados de algumas políticas públicas.

Podem-se salientar as seguintes problemáticas a partir de diferentes fatores:

- Dos económicos, o aumento de desemprego de longa duração e conseqüente exclusão do mercado de trabalho e o aumento das desigualdades salariais, conseqüência da fraca procura de mão-de-obra não qualificada ou com baixa qualificação e a diminuição da remuneração atribuída a essa população.
- Dos sociais, a segregação de determinados grupos populacionais da sociedade em geral, por exercerem padrões de vida distintos, diferentes níveis de integração, competências e motivações.
- Dos espaciais, a deslocalização da população para as periferias e o crescimento das populações no exterior dos centros, provocando polarizações sociais; este fator provocou também uma diminuição na preocupação em reabilitar os centros históricos, bem como numa fragmentação na jurisdição governamental, dada a expansão territorial, dificultando a implementação de ações concertadas.
- Dos fatores resultantes da falta de antecipação dos resultados de políticas públicas, nomeadamente em termos de bem-estar, políticas de habitação e de serviços público. Uma boa

rede de transportes, diversos serviços públicos disponíveis nas respetivas áreas, como de saúde e ensino, por exemplo, são contributos determinantes para as tornar atrativas à população em geral, evitando o declínio das mesmas.

Para se criar uma solução para este fenómeno e quebrar-se o ciclo de espiral decadente, que normalmente está presente em todo este processo, é fundamental colocar as perguntas certas e perceber os desafios que se enfrenta. Como em vários conceitos, vários fenómenos, cada caso é um caso, e nestes processos específicos é necessário compreender a verdadeira natureza dos pontos críticos instalados. “E isso implica, identificar os campos de tensões que estão na sua origem e os campos de oportunidades ao seu desenlace e nomear e esclarecer as dimensões em que essas tensões e oportunidades se ativam.” (Freitas, 2010: 178).

Se nada for feito para contrariar os problemas que se verificam nas áreas urbanas em crise e para abrandar o próprio processo dinâmico de concentração da população com as mesmas características e problemáticas, estes tenderão a acentuar-se e as próprias áreas a convergir numa espiral decadente, pois “Facilitam processos que se podem tornar muito dificilmente reversíveis.” (Henriques, 2010: 13). As problemáticas referidas estão associadas a uma série de repercussões negativas, que dificultam a libertação da população do estigma e das dificuldades vivenciadas. Entre estas repercussões prejudiciais à população que lá vive, salientam-se algumas onde facilmente se demonstra as “armadilhas” que são difíceis de transpor, se nada se fizer para as desativar:

- Os residentes locais têm uma maior dificuldade em obter qualificações educacionais ou profissionais, dada a falta de serviços/estabelecimentos na proximidade e poucos modelos exemplares existentes no bairro.
- Em situação de realocização de empresas, normalmente são os trabalhadores menos qualificados que são dispensados, ficando ainda mais isolados do mercado de trabalho.
- As externalidades negativas, normalmente associadas a estas áreas, levam a que haja alguma inibição em instalar empresas nessas áreas e por sua vez criar oportunidades de empregos.
- As baixas rendas nestas zonas atraem por sua vez grupos normalmente menos equipados e qualificados.
- Muita da economia existente nestas áreas é informal, havendo assim muita atividade não declarada.
- A morada representa, muitas vezes, uma forma de discriminação, podendo representar dificuldades em conseguir emprego, parcerias comerciais, etc.

Apenas uma ação concertada e focalizada na resolução destes problemas, com o envolvimento de todos os atores de dentro e fora da área de intervenção, poderá romper com o ciclo decadente das áreas urbanas em crise.

Como menciona José Manuel Henriques, a intervenção e as medidas a aplicar nestas áreas “(...) constitui um dos domínios de ação de maior complexidade para as políticas públicas contemporâneas nas sociedades mais desenvolvidas.” (Henriques, 2010: 14) e é já “(...) de consideração recorrente a percepção de que “não é regando os territórios ou os problemas com dinheiro que os problemas desaparecem e que a mudança acontece”.” (Freitas, 2010: 178).

Para alterar toda esta dinâmica das áreas urbanas em crise, como refere Maria João Freitas (2010: 181-182), é tão necessário fazer uma animação territorial, como uma animação institucional, na área em causa.

## **4. Avaliação realista em projetos**

### **4.1 Abordagem geral**

O presente estudo pretende aferir que avaliação foi realizada à implementação do projeto “Velhos Guetos Novas Centralidades”, que critérios e procedimentos foi baseada e se foi suficiente para perceber os impactos do projeto na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza, para além de aferir se os impactos puderam ser observados. Pois só com a confirmação de que o projeto produziu efeitos positivos na população de Rabo de Peixe, nomeadamente aqueles a que se propunha a atingir, ou pelo menos, se criou condições para que tal viesse a acontecer, se pode concluir que ocorreu uma intervenção bem-sucedida e daí retirar aprendizagens para a construção e implementação de projetos futuros.

Cabe agora, no seguimento do que foi dito e estando os conceitos explicitados, explorar então a abordagem das metodologias de avaliação.

A preocupação com as metodologias da avaliação, e a própria avaliação de projetos e programas, prende-se com a consciência da limitação das verbas públicas e que, por isso, a sua aplicação deve ser cuidada e eficaz. Sendo um recurso limitado, naturalmente que a gestão desse recurso deve ser muito criteriosa. No entanto, nem sempre o que se revela mais óbvio como resultados de projeto são, realmente, os verdadeiros resultados do projeto, isto é, o projeto pode produzir efeitos que não são imediatamente visíveis ou evidentes, mas que não deixam de ser impactos do projeto.

Desde logo, é fundamental aferir se as verbas foram aplicadas tal como o previsto, ou se, mediante eventuais reestruturações, foram aplicadas de acordo com as novas propostas. Mas mais importante do que perceber se os financiamentos concedidos foram corretamente aplicados e se atingiram os resultados propostos, é perceber que efeitos estes resultados provocaram na população visada e na comunidade em geral.

Quando se fala em projetos de desenvolvimento local é expectável, de facto, que esses projetos tragam melhorias e produzam a diferença num determinado grupo e ou território, dependendo, claro, dos objetivos, da incidência, etc. do projeto, mas esperando-se sempre vir a observar uma diferença, uma reação. No entanto, tudo o que seja mudanças provocadas num indivíduo, família ou grupos, nomeadamente no que se tratar de mudanças comportamentais, relacionais, etc. normalmente não são imediatamente visíveis, trazendo dificuldades na avaliação do projeto.

Retome-se a ideia de que, mais importante que os resultados são os impactos, pois considera-se que é uma matéria que deve estar muito bem clarificada para o presente estudo. Pode-se, por exemplo, propor a realização de uma série de ações que pareçam de extrema utilidade para determinada comunidade e que se acredite que, por si só, sejam suficientes para a produção de determinados efeitos, mas na verdade, pode não se vir a verificar que tal aconteça. É essencial, portanto, perceber se as boas intenções das ações apresentadas para determinada comunidade foram, de facto, tão úteis e positivas como aquilo que se pensava inicialmente.

Daí a importância da avaliação. Com a avaliação pretende-se aferir exatamente os efeitos dos projetos, e efeitos das medidas implementadas no projeto.

No documento publicado pelo Banco Mundial, em 1986 (Bamberger, 1986), sobre a monitorização e avaliação de programas de desenvolvimento urbano, é já referida a importância da avaliação. É certo que a avaliação é mencionada no sentido de ser aplicada às candidaturas de projetos que o Banco Mundial teria que avaliar, mas a sua ideia de base aplica-se precisamente à avaliação da implementação de um projeto.

É referido que o processo de avaliação pode avaliar a extensão dos benefícios do projeto (melhor habitação, maior rendimento, etc.) e trazer ainda um levantamento e apuramento da distribuição dos benefícios entre os diferentes grupos. Diz ainda que, um sistema de avaliação eficaz traz uma análise custo-benefício do projeto em relação a outras opções a financiar.

Ou seja, com uma avaliação eficaz pretende-se, não apenas confirmar os resultados produzidos pelo projeto, como também perceber os efeitos mais diretos e, como indica o relatório, apurar a distribuição desses efeitos pela comunidade.

Prossegue-se com um exemplo prático desta situação, inspirado num exemplo de José Manuel Henriques, e que, como se verá, tem uma relação direta com o projeto a analisar no presente estudo: Imagine-se que foram realizadas x formações de “jardinagem” e que se verificou uma afluência e uma participação muito interessada por parte da comunidade. Facilmente poder-se-ia concluir que o projeto foi um sucesso, dado que foram realizadas x formações, com muitos participantes. Mas pode-se considerar este tipo de resultados como suficientes? Será que se pode ou se deve contentar com este tipo de observação e de análise meramente quantitativa ou factual do projeto?

Considera-se que não. Considera-se que um exercício de avaliação deve ir muito mais além do que um mero exercício quantitativo. Ou seja, os resultados de um projeto não são, de todo, os efeitos produzidos pelo projeto.

De facto, o projeto previa fazer as formações, fez todas as formações e a sala estava cheia. Mas, e o que trouxeram essas formações à comunidade que participou? Que competências, de facto, essa comunidade ganhou?

Pode-se ainda ir mais longe. Assumindo que a comunidade ganhou competências, essas competências foram de facto derivadas do conteúdo das ações? Ou poderá a sua origem estar no perfil do formador, que era uma pessoa compreensiva, motivadora e que incitava à participação dos seus formandos? Porque se se chegar à conclusão de que não foi o curso de “jardinagem” que realmente trouxe uma mais-valia à comunidade, então que se foque a atenção para o que pode, de facto, trazer competências à comunidade e para aquilo que realmente provoca a mudança.

Ou seja, que se deixe de aplicar dinheiro e tempo em atividades ou ações que não trazem os efeitos pretendidos e, após a aferição do que realmente produz efeitos em determinada comunidade, investir nisso mesmo.

Se se chegar à conclusão que é o formador que faz toda a diferença e o que é necessário é alguém que acompanhe a comunidade com ações de incentivo e motivação, então que se procure precisamente formadores com esse perfil e se façam ações mais adequadas à população em causa.

Este é um bom exemplo para representar a diferença entre uma avaliação baseada nos resultados de um projeto e uma avaliação que tem a preocupação em identificar as causas dos impactos desse projeto.

Estas são variáveis que merecem ser olhadas de forma atenta. Se se conseguir apurar exatamente os efeitos de um projeto e que ações provocaram determinados efeitos na comunidade, poder-se-á fazer imensas poupanças, não só financeiras, como também temporais e, mais importante, um possível desbloqueio mais acelerado nos processos de mudança, que se pretendem atingir nas comunidades com a implementação de projetos.

#### **4.2 A Avaliação Realista: o que é e as suas vantagens**

Por este ser um tema não muito explorado, considera-se que merece uma atenção mais cuidada do que aquela que lhe tem vindo a ser dada.

É certo que o impacto da implementação de projetos tem vindo a ser, cada vez mais, valorado. A própria Comissão Europeia através do novo programa-quadro Horizonte2020 demonstra, isso mesmo. O impacto dos projetos neste novo programa-quadro ganhou uma relevância superior àquela que tinha em programas anteriores, sendo mesmo, um aspeto essencial na avaliação das candidaturas.

Para se compreender melhor o que é isto de se avaliar os impactos é necessário, desde logo, explicar o que é a avaliação realista, que é a metodologia de avaliação que se considera ser a mais adequada. Os métodos de avaliação correntemente utilizados, os convencionais, que normalmente se centram numa avaliação *ex-ante* e *ex-post* dos projetos, centrando-se essencialmente nos resultados produzidos, têm vindo a demonstrar-se insuficientes. Esta insuficiência deve-se sobretudo, como foi entretanto referido, por não integrarem os efeitos daí produzidos, como também, por não se conseguir assimilar as aprendizagens e os efeitos na comunidade, muitas vezes invisíveis a olho nu, mas subjacentes aos projetos avaliados.

A avaliação realista surge como um paradigma de avaliação que se propõe ultrapassar as limitações referidas nas metodologias convencionais, como menciona José Manuel Henriques (2003: 86) “As experiências de avaliação em programas experimentais com base em metodologias convencionais têm vindo a ser acompanhadas por uma insatisfação crescente. (...) A «avaliação realista» constitui uma proposta de superação dessa insatisfação”.

Os exercícios de avaliação de programas públicos, segundo o mesmo autor (Henriques, 2003: 88), têm por base os seguintes objetivos:

- Avaliação da coerência de objetivos e estratégias – fase em se pretende apurar a causa dos problemas e a adequação da ação;
- Avaliação do impacto – fase em que se pretende apurar os efeitos líquidos do projeto, o que é diferente do output. Os efeitos líquidos são aqueles que ocorrem diretamente da ação do projeto;
- Avaliação processual – fase em que se analisa a eficiência dos recursos na obtenção dos efeitos líquidos.

A avaliação deve ainda ser feita de forma intercalar, ao longo de todo o projeto. Os processos de avaliação não se podem restringir ao *ex-ante* e *ex-post*, sofrendo o risco de se perder informação, ideias demasiado preciosas que poderão fazer toda a diferença nos impactos do projeto.

A avaliação intercalar permitirá, então, apreender o sentido dos sinais de possíveis impactos, isto é, apreender o “(...) sentido da inovação potencialmente expectável (...)” (Henriques, 2003: 90). Apenas com as avaliações intercalares é que é possível captar, ao longo do projeto, determinados sinais que se possa daí retirar possíveis estratégias de inovação e até aplicá-las ainda no projeto em curso. E esta, sim, é a riqueza da avaliação realista.

Nessa mesma periodicidade das avaliações, é também fundamental que sejam integrados os conhecimentos e as aprendizagens de todos os interlocutores do projeto, tais como, decisores, técnicos, beneficiários e avaliadores, o seu envolvimento é essencial para produzir informação mais fiável e apurar as possíveis inovações. É necessário aqui alertar para a exigência da coerência e do rigor teórico-conceptual, pois diferentes interlocutores poderão ter diferentes noções ou perspetivas de um mesmo conceito, o que poderá induzir a erros evitáveis, é imprescindível ter a certeza de que se está a falar do mesmo.

A abordagem realizada através do paradigma da “avaliação realista” traz, de facto, uma possibilidade de inovação, que de outra forma não seria viável, que se baseia na análise das causalidades dos fatores que contribuem para a mudança desejável.

Pode-se afirmar que o propósito da avaliação realista é a identificação dos poderes causais. Nesse sentido José Manuel Henriques (2003: 94) afirma que “Os exercícios de avaliação devem orientar-se para o esclarecimento do modo como mecanismos que geram problemas sociais são removidos ou contrariados através de mecanismos alternativos introduzidos através de um programa.”, e para além dos poderes causais, ainda as condições necessárias para que a inovação possa ocorrer.

Tem-se então como foco o efeito líquido, ou seja, o impacto derivado das possibilidades da inovação. Neste sentido, torna-se então crucial a validação do conhecimento produzido, de forma a legitimar a sua aplicação em ações e estratégias futuras.

### **4.3 As dificuldades da Avaliação Realista**

A avaliação realista apresenta algumas dificuldades, que quando identificadas facilitará, seguramente, o processo de avaliação.

Uma das dificuldades que a avaliação realista enfrenta, originando assim uma dificuldade no próprio processo da avaliação é que, muitas das vezes, os projetos locais apresentam vulnerabilidades na definição e clarificação da natureza dos resultados e impactos a atingir (Henriques, 2003: 87).

Logo aí, percebe-se de forma imediata que é difícil aplicar um processo de avaliação se não se conseguir apurar exatamente o que se pretende avaliar. Também é certo que esta é uma dificuldade que se prevê ou se espera que se dilua no tempo, dada a exigência generalizada de rigor e de clarificação nos objetivos e impactos por parte das entidades financiadoras.

Uma dificuldade efetiva do processo de avaliação realista é, de facto, “A dificuldade de aceitar, ou incorporar, a relevância de realidades invisíveis (relações interpessoais de carácter informal, etc.) na

explicação dos resultados (...)” (Henriques, 2003: 90), isto é, a forma de expressar e integrar nos resultados e impactos do projeto, os efeitos provenientes das relações comportamentais, de confiança, etc. que não são perceptíveis ou diretamente observáveis, ou ainda, que não são fáceis de traduzir na forma escrita. Estas relações causam, sem dúvida, uma aproximação ou distanciamento dos beneficiários dos projetos, bem como dos outros atores do projeto, podendo levar muitas das vezes ao sucesso ou fracasso de uma intervenção, sem que por isso seja evidente a verdadeira razão do seu acontecimento.

Mas é certo que, por muito que seja difícil traduzir estes elementos invisíveis, deve ser feito um esforço nesse sentido. Estes elementos são essenciais na verdadeira perceção global da implementação do projeto, pode-se até considerar que, em muitos dos casos, são elementos-chave numa avaliação clara e rigorosa.

Não se pode deixar ainda de referir uma problemática que se verifica de forma constante nas avaliações de projetos, podendo causar um certo desconforto na construção dos mesmos e, por vezes, até uma necessidade implícita de inflacionar os impactos propostos nos projetos.

Confunde-se por diversas vezes o fim do projeto com o fim do problema. Com a implementação de um projeto, poder-se-á pretender, idealmente, resolver dificuldades apresentadas em determinada comunidade. No entanto, é necessário ter consciência de que transformações sociais e de desenvolvimento local são, muito dificilmente, produzidas de forma instantânea e que, por isso, em vez do foco se centrar na resolução do problema, deve antes centrar-se no reconhecimento dos motores desbloqueadores destes mesmos problemas. Neste seguimento, José Manuel Henriques (2003: 88) refere que “O objetivo dos projetos não pode consistir na erradicação do problema mas na identificação do tipo de mudanças de que poderá depender a sua erradicação e inovar nas formas de resposta pública”.

## **5. Metodologias do estudo**

Este estudo sofreu ao longo do seu percurso diversos contratemplos. Um estudo que se esperava mais linear acabou por não o ser, mas transformou-se num estudo muito mais gratificante e enriquecedor do que inicialmente se previa.

Inicialmente a metodologia adotada baseou-se na análise extensiva. Foi realizada a recolha de dados estatísticos, sendo o portal mais relevante para o efeito o INE. Para além dos indicadores recolhidos, foi ainda realizado um levantamento e recolha de informação dos relatórios de acompanhamento do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, apresentados pela entidade monitorizadora do projeto, o LNEC. Sendo o IHRU a entidade promotora do projeto, à qual o LNEC prestou o serviço de monitorização do mesmo, os relatórios depositados no LNEC encontravam-se sujeitos a uma norma de confidencialidade. Foi, por isso, necessário fazer um pedido de levantamento de confidencialidade ao IHRU, para fins académicos. Apesar destes aparentes entraves, tanto o LNEC como o IHRU, foram de extrema sensibilidade e disponibilidade na facilitação do processo.

Acreditava-se que, através da análise extensiva, era possível reunir informação de forma a responder à pergunta de partida. Também é certo que, ao longo do processo, as ideias se foram clarificando e ganhando outra forma e pretensões, daí ter-se concluído que os resultados a que se chegaram, inicialmente, eram insuficientes para responder à pergunta de partida.

Decidiu-se então prosseguir com uma estratégia de pesquisa baseada no método de análise intensiva, realizando um conjunto de entrevistas a interlocutores, considerados privilegiados, com relações distintas em relação ao projeto, mas todas eles com um contributo muito enriquecedor para a pergunta de partida.

Foram então realizadas dez entrevistas semidiretivas, com perguntas abertas, adaptadas a cada interlocutor e seis entrevistas diretivas, com perguntas na sua maioria fechadas, a beneficiários do RSI que frequentaram um curso de literacia enquadrado no projeto. Foram ainda estabelecidos diversos contactos informais e entrevistas informais ao longo do processo e quatro entrevistas exploratórias, estas últimas, antes do acesso aos relatórios do LNEC.

A opção pelos entrevistados que aqui se apresentam esteve relacionada com os contributos que se considerou que poderiam dar como resposta à pergunta inicial.

Um elemento que não teve uma relação direta no projeto mas que tinha participado num projeto de luta contra a pobreza em Rabo de Peixe:

- Mestre Pedro Gouveia, coordenador (na altura, denominado como chefe de projeto) do projeto Sementes de Mudança entre 1997 e 1999, em Rabo de Peixe, integrado no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. (Anexo A)

Com esta entrevista pretendeu-se perceber o relacionamento e a integração da informação produzida em projetos anteriores no projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” (VGNC) e absorver perspetivas, relativamente à implementação do projeto VGNC, de interlocutor, embora externo ao projeto, conhecedor da realidade de Rabo de Peixe.

Os entrevistados seguintes estiveram envolvidos no projeto, embora com diferentes papéis e em diferentes fases:

- Doutora Maria João Freitas, coordenadora da candidatura do projeto VGNC, apresentada às *EEA Grants*, e que esteve envolvida na fase inicial da implementação do projeto. (Anexo B)

Pretendeu-se aferir que critérios base foram utilizados na construção da candidatura e perceber ainda que avaliação a própria Doutora Maria João Freitas fazia dos efeitos resultantes do projeto e se tinham ido de encontro ao pretendido na candidatura.

- Doutor Eng.º Armando Manso e Doutor Eng.º António Cabaço, coordenadores e responsáveis pela monitorização do projeto VGNC e que estiveram envolvidos ao longo de todo o período do projeto (e ainda numa 2ª fase adicional ao projeto). (Anexo C)

Com o envolvimento íntimo estabelecido ao longo de todo o projeto, pretendeu-se perceber todas as relações criadas no projeto, o que correu melhor e as maiores dificuldades encontradas e os efeitos que consideraram que o projeto produziu.

- Doutora Piedade Lalanda, gestora do projeto VGNC e coordenadora da equipa executiva local a partir de 01/01/2006 até ao final do projeto (em 4 anos esteve 3 a coordenar o projeto).

Como gestora do projeto e com um envolvimento e visão interna do projeto, na mesma lógica dos interlocutores anteriores, pretendeu-se perceber todas as relações criadas no projeto, o que correu melhor e as maiores dificuldades encontradas e os efeitos que considerou que o projeto produziu. (Anexo D)

- Dra. Tânia Diogo técnica, psicóloga da equipa local do projeto VGNC e que participou ao longo de todo o período da sua implementação. (Anexo E)

Pretendeu-se aferir também as relações criadas no projeto, o que correu melhor e as maiores dificuldades encontradas e os efeitos que considerou que o projeto produziu, com o privilégio de ter tido um envolvimento mais direto com a população e por isso numa perceção mais bottom-up.

- Dr. António Pedro Costa, presidente da Câmara da Ribeira Grande até Setembro de 2005 e que esteve envolvido na fase do diagnóstico para elaboração da candidatura e no arranque do projeto VGNC. (Anexo F)

Tendo um envolvimento por um período curto no projeto pretendeu-se perceber a sua perspetiva do curso que o projeto tomou, relativamente ao que estava planeado, e a sua visão dos efeitos produzidos.

- Sr. Artur Martins, presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, de 1997 a 2008, que esteve presente durante o período completo do projeto VGNC. (Anexo G)

Como presidente da junta de freguesia e conhecedor da localidade, teve também um envolvimento próximo. Pretendeu-se aferir o que considerou que correu melhor e pior e os efeitos produzidos pelo projeto.

Os entrevistados seguintes têm cargos de coordenadores/presidentes de equipamentos que foram construídos no âmbito do projeto:

- Dra. Ana Almeida, coordenadora da Escola Básica Integrada D. Paulo José Tavares (Anexo H)
- Mestre Ruben Farias, presidente do Clube Naval de Rabo de Peixe (Anexo I)
- Dra. Teresa Rosa, presidente da Escola Profissional da Ribeira Grande e entrevista adicional a Dra. Susana Cavaco coordenadora do Gabinete de Orientação, Inserção e Acompanhamento Profissional (GOIAP) na EPRG. (Anexo J)

Os entrevistados apresentam realidades distintas relativamente ao período de exercício dos cargos aquando da implementação do projeto, mas independentemente de terem vivenciado ou não a implementação do projeto, ambas as perspetivas dos efeitos que aquele produziu são importantes. Pretendeu-se uma visão dos efeitos produzidos pelo projeto no funcionamento do próprio equipamento e mudanças que o projeto tenha introduzido para além das evidências físicas.

Por último, conforme referido, realizaram-se ainda entrevistas a seis beneficiários do RSI (Anexo K), cujos nomes se manterão anónimos, de acordo com o estabelecido com o Instituto de Ação Social de Rabo de Peixe (IAS). As marcações das entrevistas foram intermediadas pelo IAS e realizadas na própria sede do IAS de Rabo de Peixe, sendo a seleção dos entrevistados totalmente aleatória.

Pretendeu-se com estas entrevistas apurar os benefícios do projeto e no caso concreto, de um dos cursos de formação enquadrados no projeto, aferindo-se assim as mudanças criadas pelo projeto ou desbloqueios de mudança proporcionados pelo mesmo.

A informação apurada a partir destas seis entrevistas não é representativa, mas poderá ser assumida como exemplificativa dos efeitos causados pelo projeto VGNC.



## **Capítulo II - Desenvolvimento da análise do projeto**

### **6. Considerações Gerais**

No presente capítulo vai se proceder à análise do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, passando pela candidatura ao encerramento do mesmo.

Para melhor compreender e contextualizar as problemáticas de uma das localidades onde foi implementado o projeto, Rabo de Peixe, a vila analisada no presente estudo, considera-se essencial fazer uma breve caracterização da mesma. Seguidamente, far-se-á uma abordagem da localidade relativamente aos conceitos explicitados.

Depois da caracterização da localidade, está-se em condições de compreender mais incisivamente todo o contexto em que a candidatura foi elaborada e a respetiva implementação do projeto.

De seguida, apresenta-se uma síntese da candidatura elaborada e posteriormente aprovada, com o objetivo de se perceber as premissas que estavam em causa e o que foi considerado essencial na implementação do projeto, de forma a produzir efeitos na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza.

Após a apresentação da candidatura segue-se a exposição dos elementos mais relevantes na implementação do projeto. Este capítulo agrupa ou reúne toda a informação, isto é, aqui ir-se-á perceber a ligação da candidatura apresentada, com os resultados e impactos do projeto. Neste ponto serão referidos os relatórios que acompanharam a monitorização do projeto, bem como a informação retirada das entrevistas realizadas. Por fim, far-se-á uma síntese dos resultados e impactos do projeto.

## 7. Caracterização de Rabo de Peixe

### 7.1 Caracterização de Rabo de Peixe, uma das localidades a intervir

A candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” abarca duas localidades, Alagoas, um bairro em Peso da Régua, na região do Douro e Rabo de Peixe, vila situada no concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, Açores.

No entanto, como já referido, o presente estudo debruçar-se-á apenas sobre a localidade de Rabo de Peixe.

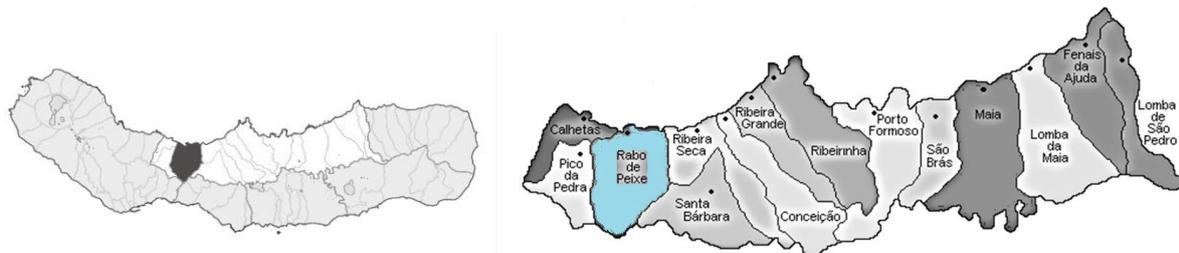


Figura II.7.1 1 - Mapa de São Miguel, com saliência para o Concelho da Ribeira Grande e respetiva vila de Rabo de Peixe a azul.

As características que aqui importam referir relativamente à população e à localidade, são as consideradas relevantes para análise do estudo elaborado sobre o projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, descritas abaixo.

Rabo de Peixe, freguesia elevada a vila a 25 de Abril de 2004, apresenta uma área geográfica de 16,98km<sup>2</sup> e uma população de 8.866 habitantes, censos de 2011, tendo em 2001 uma população de 7.407 habitantes (censos de 2001). O que representa um aumento em termos populacionais de 19,70% em comparação com os 4,73% do crescimento da população na ilha de São Miguel e 2,06% da Região Autónoma dos Açores.

Rabo de Peixe é uma vila que pode ser “repartida” em duas zonas distintas, a zona alta, onde estão situados os habitantes considerados mais ricos, que se dedicam geralmente à agricultura e a zona baixa, junto ao mar, onde vivem os habitantes considerados mais pobres e que tradicionalmente se dedicam à pesca. Esta distinção geográfica tão evidente tem provocado ao longo dos anos um movimento de segregação relativamente aos habitantes da zona piscatória.

Nessa mesma área, à data da elaboração da candidatura, estavam localizados três bairros muito problemáticos “Bairro de Pescadores”, “Cova da Moura” e “Bairro do Carungejo”.

A população de Rabo de Peixe é representada por uma série de indicadores, que não são indiferentes a quem os analisa.

Rabo de Peixe tem uma população muito jovem. Em 2001 cerca de 35% da população tinha idades compreendidas entre os 0 e 14 anos e cerca de 60% situava-se entre os 15 e 64 anos, população com uma média de idade de 25,5 anos. Em 2011 essa realidade alterou-se ligeiramente, embora mantendo o princípio de uma população jovem e, mais ainda, se comparado com os dados do país. Então em

2011 a população até aos 14 anos, inclusive, representam 29%, e a população com idades compreendidas entre 15 e 64 anos representam pouco mais de 66%.

O que comparativamente com os dados homólogos da Região Autónoma dos Açores e Portugal, demonstram a realidade distinta desta região, já que nos Açores, em 2001, cerca de 21% da população tem idades iguais ou inferiores a 14 anos e em 2011 apenas 18% e quase 66% têm idades compreendidas entre os 15 e 64 anos, em 2001, contra os cerca de 69% de 2011.

Analisando os dados globais de Portugal, em 2001, temos para as idades até aos 14 anos, inclusive, cerca de 16% da população e cerca de 15% para 2011, com idades entre os 15 e 64 anos, 68% para 2001 e 66% para 2011.

População (Idades)	2001 (dados em %)			2011 (dados em %)		
	Rabo de Peixe	Açores	Portugal	Rabo de Peixe	Açores	Portugal
0-14	35	21	16	29	18	15
15-64	60	66	68	66	69	66
+65	5	13	16	5	13	19

Quadro II.7.1. 1 - Síntese da percentagem da população residente de Rabo de Peixe, Açores e Portugal, censos 2001 e 2011.

A população tão jovem de Rabo de Peixe justifica-se grandemente pela elevada taxa de natalidade, nomeadamente a gravidez precoce, que é um dos problemas identificados em Rabo de Peixe, havendo assim uma predominância para as famílias numerosas.

A população de Rabo de Peixe apresenta também uma taxa muito elevada de analfabetismo, em 2001, cerca de 17% da população não sabe ler nem escrever, comparativamente com 9% na Região Autónoma dos Açores. Embora em 2011, a taxa de analfabetismo tenha sofrido uma redução é ainda muito elevada, cerca de 10% da população de Rabo de Peixe é analfabeta.

A taxa de abandono escolar é também, uma vez mais, representativa da situação da população de Rabo de Peixe, já que quase que triplica quando comparada com a dos Açores, apresentando uma taxa de 13% em 2001. Em 2011 o abandono escolar sofreu também uma redução para cerca de 5%, no entanto, embora o desfasamento entre a taxa de abandono escolar de Rabo de Peixe e dos Açores tenha diminuído, continua ainda a ser bem mais elevada que as realidades envolventes, já que mais que duplica a taxa de abandono escolar dos Açores.

Em termos de emprego, ou melhor dizendo, de desemprego, em 2001 a população de Rabo de Peixe apresentava uma taxa de desemprego de 16%, em comparação com a de 7% da Região Autónoma dos Açores. Em 2011 estes valores para Rabo de Peixe tornaram-se quase inalteráveis, mantendo-se nos 16%, embora a taxa de desemprego nos Açores quase que duplicou, atingindo mais que 11% da população ativa. Considera-se relevante referir que a taxa de desemprego em Rabo de Peixe sofre um

grande desequilíbrio na sua repartição entre homens e mulheres, dado que 21% dos desempregados são mulheres e 13% homens.

Considerando informação referente a 2013 (dados do INE), a taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores sofreu um aumento em 158% em apenas 12 anos, atingindo os 17%. Este é um indicador preocupante que deveria ser analisado com mais cuidado.

Adicionalmente, Rabo de Peixe tem também problemas profundos na área da saúde, essencialmente derivados de uma imensa lacuna da prevenção primária, nomeadamente a nível de vacinação e higiene. Apresenta ainda graves problemas relacionados com alcoolismo crónico, toxicod dependência e violência doméstica.

Todas as problemáticas referenciadas, levam a uma apatia geral por parte da população e uma contínua dependência dos subsídios estatais, nomeadamente do rendimento social de inserção (RSI). A título de amostra, pode-se referir que em 2001, 2097 indivíduos recebiam o RSI<sup>9</sup>, o que equivale a cerca de 30% da população. Se considerarmos a população com idade igual ou superior a 15 anos e inferior aos 65 anos, verifica-se que quase metade da população de Rabo de Peixe é beneficiária do RSI, com uma taxa aproximada de 47%.

Em 2011, embora a taxa de dependentes de RSI possa ter diminuído, ainda estamos perante uma realidade de grande dependência de subsídios estatais, cerca de 39% da população entre os 15 e 64 anos de idade foram beneficiários de RSI em 2011.

Coloca-se um quadro síntese com alguns dos dados que foram descritos anteriormente:

	2001 (dados em %)		2011 (dados em %)	
	Rabo de Peixe	Açores	Rabo de Peixe	Açores
Tx de analfabetismo	17	9	10	5
Tx de abandono escolar	13	5	5	2
Tx de desemprego	16	7	16	11
% de beneficiários RSI*	47	14	39	12

\*(população beneficiária de RSI/população residente com idades compreendidas entre 15 e 64 anos)

Quadro II.7.1. 2 - Síntese da percentagem de dados caracterizadores da população de Rabo de Peixe, censos 2001 e 2011 e dados do ISSA.

De salientar que em 2001 Rabo de Peixe era ainda uma comunidade que revelava uma degradação urbana intensa, com a área ambiental e espacial completamente negligenciada. Em termos de vias e acessos, de rede de esgotos, de poluição urbana tudo compunha um cenário de completa segregação e isolamento de uma comunidade.

<sup>9</sup> Anexo L: Dados do Rendimento Social de Inserção, do ISSA, IPRA

Conforme é referido na proposta de candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, essa mesma comunidade não representava qualquer iniciativa ou interesse na mudança da sua condição, bem como a população que a rodeia, tendencialmente considerava-a como um “caso perdido”, não apostando de forma assertiva e crente na possibilidade de mudança da mesma.

## **7.2 Rabo de Peixe, um fenómeno de pobreza e de área urbana em crise**

Perante a caracterização realizada anteriormente e o quadro “sombrio” demonstrado, principalmente se se focar nos dados de 2001, não é de difícil perceção que se está perante uma população que apresenta níveis acentuados de pobreza.

Como se explanou na exposição do conceito de pobreza, e assumindo o conceito de pobreza absoluta, a população de Rabo de Peixe apresenta diversos indicadores e realidades que se coadunam com uma realidade de pobreza.

Os baixos rendimentos e dependência de subsídios estatais, as condições precárias de habitabilidade e envolvente poluída, causando também condições sanitárias e de higiene precárias, afetando as condições de saúde, etc. O RSI sem dúvida que ajuda a colmatar algumas destas privações sentidas pela população, mas como se pode recordar da definição do conceito, para além da escassez dos recursos, a pobreza está também associada à falta de condições de acesso a esses recursos. E como se percebeu pelo diagnóstico realizado, em 2003, pela equipa do LNEC, à população de Rabo de Peixe em condições precárias, observa-se uma população apática e sem condições de acesso aos recursos considerados básicos para uma qualidade de vida digna e respeitosa, seja por desinteresse, seja por falta efetiva de condições de acesso.

Para além de ser uma população pobre, a localidade de Rabo de Peixe representa, sem dúvida, as características de uma área urbana em crise, pois apresenta uma série de fenómenos, tais como um isolamento profundo, não físico, mas um isolamento emocional da população, que não se integra na restante população envolvente, bem como a própria população externa a esta comunidade também não se envolve e não entra, normalmente, na malha urbana delineada por estes bairros.

O próprio crescimento da população sobre si mesma e dentro dos limites dos seus bairros, reproduzindo-se em número e instalando-se nas mesmas habitações, motiva ainda mais a deterioração das suas condições, quer de habitação, quer de ambiente envolvente, já que é uma comunidade que também apresenta lacunas a nível de preservação de espaço público. O espaço público e a envolvente destes bairros encontravam-se constantemente poluídos, aliás, uma das características que representava Rabo de Peixe era a permanência de lixo doméstico na orla costeira, havendo mesmo o hábito de se atirar o lixo para a costa e conseqüentemente para o mar, com a ideia de que o mar levava o lixo.

Retomando a definição de áreas urbanas em crise, que diz que são frações de cidades ou periferias das mesmas, normalmente à escala de bairros residenciais, onde se concentram problemas sociais, económicos e ambientais, compreende-se perfeitamente que Rabo de Peixe enquadra-se neste panorama.

Em síntese, Rabo de Peixe apresenta dois dos problemas mais difíceis de ultrapassar na nossa sociedade: a pobreza e a inversão do ciclo das áreas urbanas em crise.

Estas duas problemáticas foram desde logo evidenciadas como dois problemas-chave observados no contexto da população de Rabo de Peixe e apresentados na candidatura do projeto. Por um lado o desequilíbrio ambiental resultante de uma deficiente rede de esgotos e tratamento das águas residuais, provocando por sua vez uma degradação urbana, habitacional e problemas sociais, por outro lado, a existência da cultura da pobreza intensamente enraizada, acompanhada de um processo de segregação sócio espacial.

Este ciclo vicioso, de que era falado e observado em Rabo de Peixe, necessitava de uma rutura, considerando-se assim a urgência de uma intervenção que fosse desbloqueadora de todos estes processos.

E toda esta realidade presente num país europeu, onde poderá ser chocante para muitos dos outros países pertencentes à mesma europa, levou, sem dúvida, que Rabo de Peixe fosse uma das localidades aceites a ser intervencionada através do financiamento e implementação de um projeto, que visava uma intervenção física e social intensa.

## 8. Candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” financiado pelas EEA Grants

### 8.1 Uma breve visão sobre os fundos EFTA e as EEA Grants

O projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” foi financiado pelos fundos *European Free Trade Association* (EFTA), mais concretamente pelas *European Economic Area Grants* (EEA Grants), sendo a candidatura apresentada ao *Financial Instrument of the European Economic Area* (1999-2003).

De forma a enquadrar-se a proveniência do financiamento do projeto implementado, prossegue-se com uma breve descrição dos fundos EFTA e EEA Grants.

O *Agreement on the European Economic Area (EEA Agreement)*<sup>10</sup> entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1994 com a adesão de dezassete países, os doze estados membros que constituíam a União Europeia (na altura denominada de comunidade europeia) e cinco dos sete países que formavam à data a EFTA: Áustria, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

Posteriormente, em 1995, com a entrada da Áustria, Finlândia e Suécia para a União Europeia e a adesão do Liechtenstein ao *EEA Agreement*, o acordo ficou estabelecido com quinze estados membros da União Europeia e três dos quatro que formavam a EFTA (mantendo-se a Suíça fora do acordo).

O *EEA Agreement* tem como objetivo principal a aplicabilidade das "quatro liberdades" do mercado único europeu: a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.

Desde logo foi estabelecido o protocolo 31 do *EEA Agreement*, que estabeleceu a cooperação em matérias externas às quatro liberdades enunciadas.

Foi ainda instituído o Mecanismo Financeiro, através do Protocolo 38 do *EEA Agreement*, onde refere que o mecanismo irá providenciar contribuições financeiras, realizadas pelos Estados membros da EFTA pertencentes ao *EEA Agreement*, a determinadas regiões, nomeadamente a Portugal, para o desenvolvimento e ajustamentos estruturais, conforme indicam os artigos 1º e 4º:

#### “Article 1

1. The Financial Mechanism shall provide financial assistance to the development and structural adjustment of the regions referred to in Article 4, on the one hand, in the form of interest rebates on loans and, on the other hand, in the form of direct grants.

2. The Financial Mechanism shall be financed by the EFTA States. (...)

#### Article 4

1. The financial assistance provided for in Article 1 shall be limited to projects carried out by public authorities and public or private undertakings in Greece, the island of Ireland, Portugal and in those regions of Spain listed in the Appendix. (...)”

No ano 2000, a Decisão nº 47/2000 do Comité Conjunto do EEA (OJ L 174, 13.7.2000, p. 59 and EEA Supplement No 32, 13.7.2000, p.8), e.i.f. 1.1.2001) introduziu no Protocolo 31 do *EEA Agreement*, mais um acordo externo às quatro liberdades do mercado único europeu, na sequência do estabelecido no Protocolo 38.

---

<sup>10</sup> OJ No L 1, 3.1.1994, p. 3, EEA Agreement and EFTA States' official gazettes

O acordo revê-se no artigo 19º, que prevê a cooperação para a redução das disparidades económicas e sociais, através da criação do *Financial Instrument of the European Economic Area* para o período 1999-2003. O artigo refere:

“Article 19

Reduction of economic and social disparities

1. The Contracting Parties shall strengthen their cooperation in reducing the economic and social disparities in the EEA through a financial contribution by the EEA EFTA States. For that purpose, a Financial Instrument shall be established for the period 1999-2003.

2. By virtue of Article 82(1)(c) of the Agreement, and subject to the modalities set out in Appendix 4 to this Protocol, the EEA EFTA States shall contribute the amount of EUR 119,6 million to the cooperation set out in paragraph 1 above. This contribution shall be made available for commitment in five equal annual tranches.”

No apêndice 4 do mesmo documento, indica os estados beneficiários, nomeadamente a contribuição destinada a Portugal para o período 1999-2003, no valor de 21.288.800€, sendo este contributo correspondente a 85%, desde que as respetivas entidades governamentais central, regional ou local contribuíssem para o seu cofinanciamento (de 15%), que foi o que se verificou em Portugal.

## 8.2 Como surgiu a ideia do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”

Foi no âmbito dos fundos destinados a Portugal, no período de 1999 a 2003, mencionado no ponto anterior, que Portugal viu aprovada a sua candidatura às *EEA Grants*, a 18 de Dezembro de 2003, com o projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, vindo o *Grant Agreement* a ser assinado a 30 de Agosto de 2004, entre o Estado Português e o *Financial Instrument of the European Economic Area*.

A candidatura do projeto foi apresentada pelo Estado Português através do Instituto Nacional de Habitação<sup>11</sup> e Gabinete da Secretária de Estado de Habitação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação<sup>12</sup> em parceria com Governo Regional, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Direção Regional da Juventude, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direção Regional de Educação, Centro Regional da Segurança Social, Centro de Saúde Local e Organização Mundial de Saúde.

A questão que agora se coloca é a de como surgiu a ideia deste projeto em concreto.

Como já se viu anteriormente, estava destinado a Portugal um fundo de 21.288.800€ para aplicar em projetos que visassem a redução das disparidades económicas e sociais (artigo 19º do protocolo 31 do *EEA Agreement*). E de acordo com o ponto 4 do apêndice 4 do artigo 19º, as atividades elegíveis para financiamento de projetos eram nas áreas do ambiente, incluindo a renovação urbana, redução da poluição urbana e a proteção do património cultural europeu, dos transportes, incluindo infraestruturas, e da educação e formação, incluindo investigação académica, sendo que pelo menos 2/3 do montante total do projeto deveria ser aplicado na área do ambiente.

A estratégia adotada por Portugal foi a de focalizar a intervenção em apenas duas localidades, concentrando o financiamento em Alagoas (Peso da Régua, Douro) e Rabo de Peixe (Ribeira Grande,

---

<sup>11</sup> Atualmente designado por Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

<sup>12</sup> Atualmente designado por Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, por força da lei orgânica do XIX Governo Constitucional

São Miguel, Açores), duas localidades que partilhavam problemáticas básicas que iam de encontro ao solicitado na regulamentação do *EEA Agreement*, ao invés de alargar o financiamento e respetivas intervenções de forma dispersa pelo país.

As localidades selecionadas tinham em comum um estatuto periférico e uma larga escala de assimetrias económico-sociais relativamente aos padrões locais, nacionais e europeus.

Alagoas, por seu lado, apresentava o problema da interioridade, lacunas a nível de qualidade de vida e sustentabilidade em termos de necessidades a satisfazer e representava uma região de pequena dimensão. Rabo de Peixe, por outro lado, tinha presente o problema da insularidade, necessidades básicas a satisfazer, sendo uma região de média dimensão a intervir.

### **8.3 Considerações gerais sobre a candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”**

As duas localidades a intervir na candidatura “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, identificadas como prioritárias pelo Estado Português, foram Alagoas e Rabo de Peixe.

Estas duas localidades foram assumidas como estratégicas e prioritárias, merecendo uma intervenção e aplicação de recursos, dado que partilhavam as mesmas problemáticas, embora com especificidades distintas, que serão identificadas de seguida.

De acordo com o documento da proposta apresentada, a candidatura teve em conta dois grandes problemas identificados no território português: a interioridade e a insularidade, que revelam-se a três níveis:

- Territorial – interioridade e insularidade como obstáculo para a coesão social

Assimetrias sociais e territoriais, expressas em disparidades sociais e económicas entre regiões, provocando custos sociais e de desenvolvimento do país.

- Urbano – os guetos mantêm-se guetos

Dado o rápido crescimento urbano a partir dos anos 70, as periferias urbanas foram-se transformando em novas centralidades, embora sem perder o carácter de periferias e as áreas sofredoras de processos de segregação mantiveram-se também fora do desenvolvimento urbano e social, continuando como guetos.

- Localidade (território local) – Necessidade de uma abordagem territorial e metodologias de projeto

Em Portugal verificava-se ainda uma lacuna a nível de metodologias interventivas baseadas numa maior integração e sinergias da abordagem territorial, partilha de conhecimento, planeamento adequado, avaliação e participação local precisa. A falta de experimentação, desenvolvimento e transferência de conhecimentos mantinham-se como obstáculo para atingir uma maior performance na intervenção territorial.

O último ponto identifica uma dimensão essencial no desenvolvimento territorial ou, atreve-se mesmo a dizer, em qualquer estudo que se realize. Considera-se fundamental, na preparação e construção de projetos e também na elaboração de medidas públicas, a integração das experiências produzidas por

projetos e medidas anteriores, bem como uma continuada integração das sinergias de ações e medidas de diversas dimensões que surjam durante a implementação de projetos em curso.

O investimento realizado na produção do conhecimento e as experiências acumuladas devem servir como ponto de partida para novas análises, estudos e investimentos a realizar. Considera-se evidente que a integração desses resultados em projetos futuros origina um progresso no conhecimento e a avanços mais sustentados na produção de novos resultados e, desta forma, da produção de soluções para os problemas estudados.

A candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” assumiu então, como grande tema, a “Promoção da qualidade e sustentabilidade urbana através da regeneração socio-territorial” e tendo em conta as metas nacionais (Plano Nacional de Ação para a Inclusão, 2001-2003 e 2003-2005), teve como orientações principais:

- Promover a sustentabilidade ambiental e a reabilitação urbana;
- Assegurar a coesão social e qualidade de vida;
- Promover novas formas da regulação social entre os diferentes níveis da administração pública e sociedade civil;
- Implementar uma abordagem multidisciplinar aos problemas e potencialidades;
- Usar a inovação e conhecimento em termos organizacionais, técnicos e de instrumentação do “*know-how*”

As orientações definidas na candidatura representam o caminho que o projeto se propôs seguir. A proposta do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” foi tratada de forma integrada e multidisciplinar, focando-se em quatro dimensões, que foram trabalhadas ao longo da implementação do mesmo. Estas quatro dimensões tinham como objetivos gerais, relacionados entre eles e com as próprias orientações, o seguinte:

A. Residentes

Social, económico e cultural – promover qualidade de vida, empreendedorismo, coesão social, história local e património cultural;

B. Ambiente de Construção (Renovação urbana)

Territorial – promover a requalificação urbana e ambiental;

C. Gestão e Organização

Organizacional - Promover novas formas da regulação/organização social entre os diferentes níveis da administração pública e sociedade civil, garantir a eficácia e eficiência da gestão territorial e social no médio e longo prazo;

D. Representação social

Conhecimento e inovação – usar o conhecimento e inovação em termos organizacionais, técnicos e de instrumentação do “*know-how*”, desenvolver uma abordagem multidisciplinar aos problemas e potencialidades, monitorizar modelos de intervenção sustentáveis, transferir modelos de sucesso de intervenção e soluções.

Foram ainda definidos em candidatura os impactos esperados, que iam de encontro às quatro dimensões abordadas. Considera-se que os impactos propostos eram, de facto, diversos, demasiado

gerais e ambiciosos, dada a duração inicialmente prevista para o projeto, que seria de três anos (de 2004 a 2007). São eles:

A nível social, económico e cultural (Residentes):

- Melhorias no bem-estar e segurança
- Mitigação da pobreza e exclusão social
- Diminuição do abandono escolar e insucesso
- Melhorias da qualificação profissional e na inserção no mercado de trabalho
- Melhoria nas condições de saúde pública
- Reforço da participação dos habitantes e empreendedorismo local
- Valorização da história local e património cultural
- Aumento da autoestima e identidade social positiva

A nível territorial (Ambiente de Construção)

- Desenvolvimento integrado do território local
- Decréscimo da degradação ambiental
- Requalificação do território urbano: espaço público urbano, habitação e acessibilidades
- Construção e reabilitação de infraestruturas sociais, educacionais e de lazer

A nível organizacional (Gestão e Organização)

- Gestão baseada na participação alargada e integrados dos atores do sistema
- Gestão baseada no conhecimento atualizado
- Gestão baseada na monitorização periódica e avaliação
- Gestão social e territorial continuada

A nível do conhecimento e inovação (Representação social)

- Melhoria do *know-how* na gestão e implementação de projetos de renovação urbanística local
- Melhoria no conhecimento dos problemas da coesão/exclusão social e nas suas soluções
- Atualização do conhecimento nas metodologias de intervenção permitindo a transferência de boas práticas

Foram ainda apresentados um grupo de indicadores que seriam monitorizados durante e para além do período do projeto, de forma a traduzirem os impactos esperados. Embora tenham sido apresentados alguns indicadores, ficou registado em candidatura que estes seriam detalhados e definidos na fase do arranque do projeto.

Em termos de financiamento, dada a diferente dimensão das duas localidades intervencionadas, Alagoas um bairro e Rabo de Peixe uma freguesia, à data da proposta, e as diferentes componentes de intervenção, a distribuição do financiamento proposta foi a seguinte:

Áreas de Intervenção	<i>EEA Financial Instrument</i>	Co-financiamento de entidades nacionais	Total
Rabo de Peixe			
Intervenção Social	1.466.250€	258.750€	1.725.000€
Intervenção física	17.956.250€	3.168.750€	21.125.000€

Subtotal	19.422.500€	3.427.500€	22.850.000€
Alagoas			
Intervenção Social	595.000€	105.000€	700.000€
Intervenção física	850.000€	150.000€	1.000.000€
Subtotal	1.445.000€	255.000€	1.700.000€
Avaliação e Monitorização	421.300€	74.347€	495.647€
Total	21.288.800€	3.756.847€	25.045.647€

Quadro II.8.3. 1- Distribuição do financiamento do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” pelas regiões intervencionadas

Paralelamente ao financiamento total do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, ficou ainda estabelecido um investimento para ambas as regiões em outras “atividades” não financiadas pelas *EEA Grants* e, portanto, um investimento totalmente nacional, para Alagoas um montante de 1.156.250€ e Rabo de Peixe de 22.838.256€. Para Rabo de Peixe assiste-se assim a uma intervenção prevista com um investimento superior a 45.500.000€.

No entanto, considera-se relevante referir que, no que respeita à intervenção social, engloba as dimensões referentes às ações junto dos residentes, a gestão e organização e a representação social, estava destinado um investimento de 1.725.000€, representando cerca de 7,5% do investimento total do projeto, o que sugere um possível desequilíbrio na distribuição da verba. É certo que ao ambiente de construção, ou seja o saneamento e as infraestruturas previstas, estava inerente uma dimensão social, mesmo assim, e dadas as problemáticas da população e a dimensão da freguesia, parece que se justificava um maior investimento na componente de intervenção social.

#### **8.4 Especificidades da candidatura do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” para Rabo de Peixe**

O presente estudo foca-se sobre a implementação do projeto na vila de Rabo de Peixe (freguesia à data da apresentação da proposta), por isso interessa detalhar o que efetivamente ficou previsto realizar em cada uma das dimensões apresentadas em candidatura, de forma a compreender-se melhor a dinâmica e a ideia subjacente ao projeto, nomeadamente no que toca ao aproveitamento das sinergias das competências criadas em cada uma das ações e respetivas dimensões. No entanto, opta-se por colocar essa mesma informação em anexo<sup>13</sup>, para não tornar o presente estudo demasiado denso.

Pretende-se referir outras questões relevantes no processo de candidatura, tais como o processo do diagnóstico, dificuldades sentidas no processo e outras observações sobre a própria candidatura.

Importa ainda referir que se considera que os pontos visados na candidatura foram extremamente bem delineados e argumentados prevendo várias dinâmicas entre as quatro dimensões, parecendo que tudo

<sup>13</sup> Anexo M - Síntese das atividades previstas nas dimensões definidas na candidatura do projeto

preconizava a alavancagem para uma inversão sustentável da espiral decadente enraizada na população em situação de pobreza de Rabo de Peixe.

Como refere Maria João Freitas, coordenadora da candidatura, a candidatura assumia uma abordagem integrada, o que para a altura era novo

“(…) não se tratava este tipo de abordagens como se trata hoje, na altura, as candidaturas normalmente eram muito separadas, entre o físico e o social, as instituições eram muito separadas” e que “(…) era um projeto atípico, um projeto que tentava, apesar de tudo, trabalhar em colaboração com os agentes locais.”

Ou seja, esta é uma proposta com uma metodologia inovadora de intervenção através de um projeto que já previa uma integração em várias dimensões. Nesse sentido, Fabrizio Barca, no relatório apresentado para as políticas de coesão, sendo o *place-based approach* protagonista, refere que, em termos de inovação de políticas de *place-based* (que tem como base o local) que se deve prosseguir com a experimentação e modelos piloto de “pacotes” de intervenção. (Barca, 2009: 175-176). Ainda Barca (2009: 106):

“A política de coesão tem desempenhado um papel importante na "mudança de paradigma" nas políticas de desenvolvimento regionais em toda a UE, no sentido de ir ao encontro de uma abordagem mais de base local/territorial, orientada para o conhecimento, abordagem integrada e participativa para o investimento o público com base numa governação a vários níveis.”<sup>14</sup>

Ou seja, as políticas de coesão devem ter como base uma abordagem integrada e participativa, e foi a isso mesmo que o projeto se propôs.

Relativamente ao processo de diagnóstico, este foi realizado quer por via de recolha de informação disponibilizada pelo INE e entidades locais, quer por um trabalho desenvolvido no terreno com diversos interlocutores de Rabo de Peixe.

Desse processo é possível retirar que houve de alguma forma, como indica Maria João Freitas na sua entrevista, dificuldades iniciais na mobilização dos atores locais, que “(…) não era muito hábito eles fazerem esse tipo de interações, houve ali alguma dificuldade em reunir os atores locais em grupo (…)”, nomeando mesmo a confiança como uma das principais dificuldades, quer entre os atores locais, quer para com os elementos da coordenação da candidatura.

Salienta-se esta questão porque, de forma intuitiva, compreende-se que desde logo, a confiança poderá ter tido um efeito bloqueador no desenvolvimento de todo o processo, mas acredita-se também que essa é uma dimensão que pode e deve ser trabalhada.

A aliar-se à confiança, as questões políticas são também mencionadas por alguns entrevistados. António Pedro Costa, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande (CMRG) à data da candidatura, refere que por influências políticas facilitou-se a canalização do financiamento para Rabo de Peixe. A própria Maria João Freitas refere que o momento em que se deu a preparação da candidatura não era o mais indicado, por ser um momento pré-eleitoral, tornando-se mais complicado todo o processo. Há também uma observação de Piedade Lalande, gestora do projeto, referindo que o plano de intervenção fora pensado “desgarradamente” do Governo Regional, o que causou algumas tensões iniciais. Artur Martins, presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe (JFRP) desde o período da candidatura até ao final da implementação do projeto, refere que “Houve aqui bloqueios

---

<sup>14</sup> Tradução livre

políticos absurdos, uma coisa que tinha que se agir com o coração e com a inteligência foi gerida com a política.” E ainda Armando Manso, coordenador da monitorização do projeto, quando fala de uma outra situação refere também “(...) Não é fácil, então sobretudo num ambiente pequeno com muitas influências políticas, aliás, a influência política não é nada fácil (...)”.

Retomando uma questão que já se referenciou anteriormente, considera-se que os impactos traçados eram demasiadamente ambiciosos para o prazo de execução do projeto, julga-se que teria sido importante, ainda em fase de candidatura, delimitar de forma precisa os objetivos e impactos do projeto, detalhar e quantificar as atividades a realizar, estabelecendo também os indicadores e a quantificação dos mesmos, e que não fossem procrastinados para a fase de arranque do projeto.

Sobre esse mesmo aspeto, Maria João Freitas, refere que esta é uma dificuldade em muitos projetos, que “(...) não é fácil identificar logo imediatamente os indicadores que são os mais pertinentes para os quais é possível arranjar informação, isso é sempre uma dificuldade”, para além das pressões, por vezes sentidas por parte das entidades financiadoras. E admite mesmo que “(...) houve dificuldades concretas em estabilizar. O sistema de indicadores que acabou por estar a funcionar foi o sistema possível que respondia mais ou menos àquilo que era possível recolher de informação e que era aceite por parte do EFTA.”, não sendo por isso o sistema perfeito.

Essa dificuldade foi posteriormente sentida por Piedade Lalanda, gestora do projeto, indicando na sua entrevista que a

“(...) intervenção social estava difusa no projeto, apesar de haver esses grandes objetivos de promover o emprego, promover o combate ao analfabetismo, promover uma qualidade ambiental melhor (...) a esse nível, não estavam explícitas as intenções, não estavam quantificadas as ações, foi muita criatividade por parte da equipa no sentido de tentar concretizar esses objetivos, que são mais subjetivos do que objetivos.”

Ainda a reforçar esta ideia na entrevista com Armando Manso e António Cabaço, coordenadores e responsáveis pela monitorização do projeto, referem que no início as ideias estavam criadas, mas relativamente à intervenção física “(...) no caso das obras, onde é que elas se iriam realizar e a sua dimensão, não estava definido.”

Daqui conclui-se, de facto, que a estabilização e a definição detalhada de indicadores e dos impactos esperados e de outros dados relevantes, é sem dúvida uma necessidade premente na concretização de uma candidatura de projeto, até porque como veremos mais à frente, para se implementar um exercício de avaliação a um projeto, que se considera fundamental, esse tipo de informação deve e tem que estar devidamente estabilizada, por maior dificuldade que isso possa representar.

Piedade Lalanda adianta ainda que muitos dos objetivos não estavam devidamente operacionalizados, como por exemplo, a taxa de insucesso escolar, a taxa de analfabetismo e que “(...) Só se pode combater uma coisa e outra pela formação, pelo incremento da educação.”

Contudo, importa aqui referir que há de facto, na opinião do relator, diferentes perspetivas na forma de intervenção, pois como se pode retirar da entrevista de Maria João Freitas, estes objetivos seriam trabalhados de forma indireta através do desenvolvimento de competências definidos noutras dimensões, como por exemplo, com a construção da piscina oceânica e clube naval, pois

“(...) a função da piscina oceânica e do clube náutico, das duas infraestruturas estavam indexadas à animação e ao desenvolvimento de competências dos miúdos.” e que “Tendo em linha de conta que os miúdos não iam à escola, os miúdos passavam ali muito tempo sozinhos, os miúdos atiravam-se para o mar e ainda por cima

nem sabiam nadar e os miúdos eram só miúdos, não eram miúdas” “A piscina oceânica e o clube náutico era um pretexto para agarrar um trabalho com toda uma geração que passava ali o seu tempo para começar a construir outro tipo de relações e dinâmicas.”

Compreende-se e partilha-se da visão de Maria João Freitas, pois considera-se importante recorrer ao desenvolvimento de competências com a finalidade última de se atingir outras competências que de forma imediata não se consegue, ou que causam mais resistência. Talvez sejam necessários outros caminhos para que a própria comunidade interiorize a importância de competências, que à primeira vista repugne.

No entanto, também é certo que em determinadas situações, como no caso do Centro de Artes e Ofícios (CAO), que embora o resultado não fosse o previsto na candidatura - inicialmente previa-se a reabilitação de um espaço já existente conotando-o a um sentimento de pertença cultural e de história local, que não é de todo o que o construído de raiz CAO representa - mas previa-se para este edifício o desenvolvimento de atividades ligadas aos ofícios e artesanato local. No entanto, este equipamento acabou por ter uma utilização distinta, sendo atualmente as oficinas da Escola Profissional da Ribeira Grande (EPRG). Crê-se que teria sido útil ter estabelecido acordos ou contratos de compromisso com as entidades previstas a gerir alguns equipamentos, de forma a que as entidades se sentissem comprometidas e envolvidas com o desenvolvimento dos objetivos propostos, para além projeto.

Nesta sequência, embora com premissas um pouco distintas daquilo que foi referido, Piedade Lalanda refere que

“(…) só dever ser transferida a titularidade do equipamento após o encerramento da construção, ou seja uma espécie de compromisso entre a entidade que recebe o equipamento e a finalidade para o qual o equipamento se destina, acho que essa questão do compromisso e do envolvimento dos donos de obra com a finalidade do equipamento é fundamental.”.

Acredita-se efetivamente que as entidades devem estar envolvidas e sentir uma apropriação da obra, para conseqüentemente se identificarem com a finalidade da obra. Neste ponto concorda-se em absoluto com Piedade Lalanda, a questão do compromisso e o envolvimento dos donos da obra com a finalidade do equipamento é fundamental, no entanto considera-se que esse envolvimento deve ser feito desde o início da construção.

O princípio em que se acredita é que as entidades, naturalmente, dever-se-iam sentir envolvidas ao longo do projeto, sem necessidade de qualquer contrato formal, e que tivessem todo o interesse em manter as dinâmicas desenvolvidas durante o projeto. O contrato seria uma precaução para o caso de tal não acontecer, conforme se veio a verificar no presente projeto.

Ainda neste sentido, há também a situação da Escola Profissional da Ribeira Grande (EPRG), que por muito que se desenvolva ações para criar uma outra dinâmica, esta encontra-se sujeita a responder a orientações da tutela. Como indica na sua entrevista, Teresa Rosa, diretora da EPRG, “(…) não temos autonomia na decisão nos cursos que nós queremos.” e relativamente ao CAO, onde ministram os cursos Reactivar, um programa destinados a desempregados com baixa escolaridade (sendo os cursos profissionais ministrados no edifício sede da EPRR), “(…) estamos dependentes quer das autorizações da Direção Geral da Educação quer da Direção Regional do Emprego e de Qualificação Profissional”. E por muito que queiram desenvolver cursos mais adequados para a comunidade local, não têm autonomia nas suas decisões. Quando questionada se tinham já ponderado realizar cursos

direcionados à pesca e ao mar, orientados à comunidade local, respondeu que “(...) Sim, já pensámos e já apresentámos e foram sempre recusados.” Ou seja, essa é uma matéria que não depende apenas da vontade das entidades, no entanto, também se considera que por vezes a mudança possa ser motivada com iniciativas bottom-up.

Ainda nesta sequência, Piedade Lalanda refere que a EPRG era de facto

“(...) uma necessidade estrutural apesar de ser um investimento que se podia eventualmente dispensar (...) tendo em conta que o ensino profissional da região está suportado em fundos estruturais, no fundo social europeu e sabendo já que nessa altura que havia um limite temporal, que era 2013, do qual não se sabia se o novo quadro comunitário iria ou não contemplar o ensino profissional (...)”.

Indica que o equipamento deveria ter sido pensado de forma a poder ser transformado, caso o ensino profissional não tivesse possibilidades de continuar na localidade, no sentido de ter uma flexibilidade de utilizações.

Havendo esse tipo de limitações e dado que o financiamento público é de facto um recurso limitado, concorda-se que devem ser criados planos “b”, e pensar de forma estratégica para eventuais restrições que não dependam apenas da própria localidade.

Neste contexto considera-se útil o que defende a abordagem *Development from Below* que, resumidamente, apologiza que o desenvolvimento deve ser realizado através do desenvolvimento total dos recursos e de capital humano da região, requerendo inicialmente a satisfação das necessidades da região e que posteriores excedentes sejam aplicados na própria região, de forma a contribuir também para a diversificação da economia regional. Defende ainda que a maioria dos serviços básicos deve estar organizada territorialmente (Stöhr, 1981: 43).

Quer-se com isso dizer que, é certo que vivemos num mundo global em permanente interação, mas de facto, considera-se que alguns serviços devem ser pensados mais a nível local, mas nessa impossibilidade (ou na possibilidade de serem financiados, sendo uma vantagem), criar estratégias para implementações futuras. Ou seja, relativamente à EPRG, ou havia um compromisso a nível regional em que se garantia a continuidade com o ensino profissional, independentemente da aprovação de futuros fundos comunitários, ou na impossibilidade de tal acontecer, considera-se de facto que o edifício deveria prever uma flexibilidade de utilizações.

Por fim, outro fator que se considera fundamental e que é, no fundo, o propósito deste estudo, a importância da avaliação de projetos e os seus possíveis contributos, foi o de não estar previsto um exercício de avaliação com metodologias claras e detalhadas, tanto na candidatura como ao longo da implementação do projeto, de forma a ir avaliando a intervenção que estava a ser realizada, nomeadamente a intervenção social na comunidade visada. Também é importante recordar que a candidatura surge há mais de dez anos.

Mas de facto, essa pode ter sido uma grande fragilidade de todo o processo. Houve sim um acompanhamento, uma monitorização, que se diga, por sinal, muito cuidada e rigorosa, no que toca essencialmente à intervenção física do projeto, mas não estava prevista uma metodologia de avaliação que permitisse de forma periódica integrar os resultados produzidos, a informação e conhecimento entretanto adquirida pelos intervenientes no processo, as perceções e reatitudes da própria comunidade às atividades entretanto realizadas, que viesse a trazer um conhecimento adicional e uma

análise concreta relativamente aos impactos que entretanto se estavam a alcançar e se, efetivamente, estavam a ir de encontro aos esperados.

Um processo de avaliação permitiria a qualquer momento, mudar de estratégia na intervenção que se encontraria eventualmente a ser implementada, ou a reforçá-la, mediante os impactos produzidos no momento da avaliação, permitindo ainda captar os verdadeiros bloqueadores de toda uma condição de uma comunidade. Julga-se que ninguém terá dúvidas que, percebendo exatamente as causas de determinado bloqueio, mais facilmente se poderá trabalhar sobre ele, transformando-o, e acabando mesmo por fazê-lo diluir. Mesmo que esse trabalho tenha continuidade após o projeto e venha a produzir resultados, o projeto cumpriu já o seu papel, bem como o processo de avaliação. Pois a partir do momento em que o bloqueio é ultrapassado, foram criadas todas as condições para que se persiga o caminho do desenvolvimento social.

Como se referenciou no capítulo sobre a abordagem realista num processo de avaliação, um exercício de avaliação neste contexto traria imensas oportunidades para a implementação do projeto, seria uma espécie de radiografia a todo o processo, permitindo identificar de forma clara e perceber melhor ainda as sinergias de todas as dimensões propostas.

É certo que tal não foi feito e as oportunidades que passaram ficaram já perdidas e não vale a pena continuar a insistir neste ponto, mas vale sim a pena alertar para a importância e vantagens significativas que estes processos poderão trazer em processos futuros.

## **9. A implementação do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”**

### **9.1 A fase de arranque do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe**

O projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” foi aprovado a 18 de Dezembro de 2003, sendo o *Grant Agreement* assinado a 30 de Agosto de 2004. Teve como data de arranque 1 de Janeiro de 2005, que se efetivou com a publicação do despacho conjunto n.º 12/2005 do nº3 da II série do DRE de 5 de Janeiro, do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, assinado a 29 de Outubro de 2004.

O mesmo despacho refere que o projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”:

“(…) visa, nas suas diversas áreas de intervenção e através de ações de desenvolvimento social e de recuperação urbana, mitigar as disparidades de qualidade de vida, social e urbana entre as populações residentes em Rabo de Peixe (município da Ribeira Grande, São Miguel, Açores) e Alagoas (município de Peso da Régua) e as populações vizinhas. (...) atenta sempre a sua finalidade última de resolução ou redução sustentada dos problemas de exclusão social, desqualificação urbana e degradação ambiental, implica um profundo empenho e articulação de atuação na execução do mesmo por parte das entidades nacionais, regionais, locais, públicas ou privadas intervenientes.”

Como previsto em candidatura, foram criadas comissões executivas e fóruns consultivos, que por sua vez integraram as comissões executivas, as equipas executivas locais, as autoridades municipais, as principais instituições e organizações locais envolvidas, que tinham por missão acompanhar a execução do projeto e facilitar a sua ligação a outras iniciativas de desenvolvimento em curso nas zonas de intervenção.

Encarregue da gestão do projeto estava a equipa executiva local, que no mesmo despacho ficou definida pelo gestor do projeto e oito técnicos superiores e seis elementos para apoio técnico e administrativo.

Como indica o despacho conjunto n.º12/2005 de 5 de Janeiro de 2005, cabia à comissão executiva:

- a) Assumir as responsabilidades pelos resultados globais do projeto;
- b) Assegurar a coordenação de todas as iniciativas previstas;
- c) Facilitar e promover a rápida implementação do projeto;
- d) Avaliar e seguir a evolução da implementação do projeto;
- e) Estabelecer parcerias locais;
- f) Publicitar e comunicar publicamente a evolução e impacte do projeto.

À equipa executiva local, na dependência da comissão executiva, competia:

- a) Desenvolver e propor um plano de ação detalhado, que incluía as atividades previstas, a sua calendarização e respetivas responsabilidades de execução, baseado nas linhas de orientação do plano de monitorização;
- b) Conduzir, diariamente, o desenvolvimento e orientação do projeto;
- c) Gerir e supervisionar a ação dos diferentes parceiros locais;
- d) Proceder ao lançamento dos concursos públicos de projetos;
- e) Comunicar a evolução do projeto à comissão executiva;
- f) Gerir as operações administrativas e financeiras do projeto.

Ainda em Agosto de 2004, foi desenvolvido pelo LNEC, na qualidade de agente de monitorização, o Sistema Informático de Monitorização (SIM) aplicado a Rabo de Peixe, que estabeleceu regras de organização de processos administrativos e técnicos de cada obra a realizar de acordo com o apresentado em candidatura, e que visava controlo de custos, controlo de prazos e observação do comportamento dos indicadores sociais.

Deste processo, importa salientar a observação do comportamento dos indicadores sociais. Foram criadas tabelas com indicadores gerais, que são considerados os impactos do projeto e os específicos de cada ação, por cada ano de execução do projeto.

No relatório 425/04 – NEGC/DED, de Outubro de 2004, realizado pelo LNEC, relativamente ao Sistema Informático de Monitorização, onde se encontram as tabelas dos indicadores sociais, refere que “Os valores a atingir em cada ano e em cada indicador serão definidos oportunamente com o Gestor do Projeto.” Ficou ainda definido que relativamente aos indicadores específicos das atividades de cada tarefa seriam estabelecidos dois indicadores comuns, o primeiro e o último, sendo o primeiro, avaliador do desenvolvimento da atividade e o último, avaliador da obtenção de resultados específicos geradores de inovação e sinergias com outras tarefas. Os restantes indicadores, de execução, tinham por base a natureza das tarefas e os resultados esperados, sendo na sua maioria quantificáveis.

Ficou também estabelecido que o SIM possibilitaria uma eventual inscrição de novos indicadores, derivados do próprio desenvolvimento das ações.

O Sistema Informático de Monitorização permitiria o acesso “na hora” da situação da execução do projeto, permitindo a consulta pontual de informação, o acesso *on-line* do sistema pelo gestor do projeto e a produção dos relatórios trimestrais a realizar para a entidade financiadora, através dos resultados obtidos do sistema.

Os relatórios trimestrais apresentados, denominados de *Disbursement Claim*, incluíam várias componentes, não se referindo apenas ao pedido de reembolso. A estrutura dos relatórios era constituída, na sua generalidade, por quatro pontos-chave: as ações realizadas, o controlo físico do projeto (atividades de construção), o controlo social do projeto (atividades sociais) e o controlo financeiro do projeto. Foi ainda apresentado o *Final Report* em Dezembro de 2011, com as conclusões finais do projeto.

O projeto teve como data de encerramento 31 de Dezembro de 2008, sofrendo um interregno, sendo depois retomado entre 2010 e 2011, considerada a 2ª fase.

Esta situação deveu-se a verbas sobrantes da 1ª fase do projeto, que após uma auditoria da equipa das *EEA Grants*, foram posteriormente autorizadas para trabalhos adicionais a nível de saneamento e aquisição de equipamento para o Clube Naval e a Escola Básica D. Paulo José Tavares.

## **9.2 Considerações e especificidades da implementação do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe**

No presente capítulo considera-se essencial haver espaço para considerações várias sobre o projeto, tais como as metodologias aplicadas e perspetivas de intervenção, as dificuldades surgidas na implementação, etc., que não a explicação dos relatórios do projeto, até porque, após a análise dos

mesmos, chegou-se à conclusão que não se traduziam nas respostas às questões que se procuravam. No entanto, por se considerar que é também importante ter uma visão do que foi apresentado em relatório ao longo do projeto, procede-se da mesma forma que no capítulo da candidatura do projeto, colocando em anexo um levantamento das atividades desenvolvidas apresentadas em relatório<sup>15</sup>. Pretende-se agora analisar questões consideradas fundamentais no esclarecimento de procedimentos adotados ao longo do projeto que possam, eventualmente, ter trazido alterações no impacto conseguido.

### **9.2.1 Alterações ao projeto e à metodologia de intervenção**

Ao longo do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” foram feitas algumas alterações ao que estava inicialmente previsto, nomeadamente no que diz respeito à localização da sede da equipa do projeto, a alteração da construção da piscina oceânica para uma piscina coberta junto das escolas, a desistência da reabilitação da orla costeira, entre outras.

Daqui importa ressaltar que as alterações a qualquer projeto são de facto possíveis e saudáveis. É natural que entre a aprovação da candidatura e o arranque do projeto, e ao longo do mesmo, surjam externalidades não previstas, podem também surgir situações que, não estando devidamente salvaguardadas em fase de candidatura, tenham que vir a ser readaptadas na fase da implementação do projeto, etc. Agora, é importante ter em mente que as readaptações ou alterações a realizar no projeto devem ser cuidadas ao ponto de não desvirtuar o contexto do mesmo, mas pelo contrário, reforçar as intenções positivas desse contexto.

Quanto a isto, Maria João Freitas assume:

“(...) eu não vejo mal nenhum em que os projetos ao longo da sua vitalidade possam propor alterações àquilo que era inicial, não vejo. Às vezes vejo que há mais problemas quando os projetos propõem uma coisa para 4 anos e depois ficam cegos e surdos relativamente a tudo o que se vai evoluindo, até porque, muitas vezes e inicialmente, fazem-se propostas que são aquelas que são possíveis e depois até se criam condições para que sejam outras coisas possíveis (...).”

De facto, houve alterações ao projeto, estando também presente na equipa monitorizadora um espírito de flexibilidade com o intuito de se alcançar o proposto, como refere António Cabaço “(...) tínhamos muito presente na nossa cabeça quais eram os objetivos a atingir e as necessidades, fomos pragmáticos também de não sermos inflexíveis – de não ser: isto e isto e não se altera – altera-se, porque o caminho é: queremos atingir e vamos tentar chegar o mais próximo possível.”

No entanto, há que fazer a distinção entre o que são as decisões de alteração de ações ou atividades, pela impossibilidade de as realizar, decisões de alteração pelo surgimento de novas circunstâncias, sejam pela envolvente do projeto, sejam por questões internas ao projeto, ou decisões de alteração de base, de raiz, isto é, alterações na metodologia de intervenção.

As alterações na metodologia de intervenção leva-nos a outra discussão. Seria necessário apurar a metodologia de intervenção inicialmente apresentada e os impactos que se propunham atingir no

---

<sup>15</sup> Anexo N - Síntese das atividades desenvolvidas, informação retirada dos relatórios do projeto

projeto, com as ações e atividades delineadas e a forma de as executar, e o mesmo para a metodologia de intervenção entretanto implementada. Ao apurar esta informação, estar-se-ia em condições de fazer uma análise teórica comparativa entre as duas metodologias, no entanto, da análise que se fez ao projeto, não foi possível concretizar de forma incisiva a metodologia entretanto implementada.

Todavia, pela recolha de informação realizada, depreende-se que houve alterações, não apenas nas ações ou atividades, como também na metodologia de intervenção. Exemplo disso é o que menciona Maria João Freitas, considerando-se importante colocar alguns trechos da sua entrevista:

“Uma coisa é o que está na candidatura outra coisa depois é o que está feito e a forma como foi feito e a intensidade como as coisas foram feitas. (...) não me pareceu que tivesse seguido nem uma regra do que estava previsto, houve alterações e não houve alterações só porque a piscina deixou de ser oceânica e passou a ser uma piscina interior, houve alterações na orientação, nos pressupostos...”

“(...) no pressuposto de que a própria intervenção física por si só desencadeia e faria uma série de coisas (...) que nem era preciso estar a fazer mais nada paralelamente, houve diferenças, depois nos pressupostos que teve a ver obviamente com a própria evolução do percurso, com as lideranças que daí também resultaram.”

A confirmar esta questão António Cabaço refere também:

“(...) Isto não tinha sido pensado da forma como foi concretizado, o que tinha sido pensado era: há a intervenção física e a intervenção social e haver uma interligação ou um acompanhamento, as pessoas perceberem o que é que são as obras, envolverem-se nas obras, participarem, começarem logo a utilizar, haver numa preparação para as obras, uma utilização das obras e isto não foi feito assim, a parte social ficou um pouco aquém do que estava previsto no projeto.”

Esta metodologia de intervenção é, de certa forma, confirmada por Piedade Lalanda, quando refere que:

“(...) nós tentámos lançar, através dos equipamentos, um conjunto de dinâmicas que tinham que depois ser agarradas pelas entidades que ficavam a gerir os equipamentos, na ótica que elas iam encontrar o sentido e a continuidade que essas iniciativas tinham.” “(...) as outras todas foram inauguradas bastante tarde, essencialmente em 2008 (...) nós acabámos por conseguir concretizar os equipamentos já no último ano que tínhamos para o projeto. E isso também comprometeu muito esta dinâmica do impacto dos equipamentos, porque não se podia pensar a dinâmica sem o equipamento estar acabado.”

Das afirmações apuradas, depreende-se que a intervenção implementada teve como princípio uma abordagem baseada na componente física e que as dinâmicas a desenvolver deveriam partir, essencialmente, dos equipamentos construídos.

Também foi possível interpretar que a equipa do projeto assumiu que a intervenção esperada pela entidade financiadora (EFTA) era a de trabalhar e desenvolver dinâmicas a partir dos equipamentos com as entidades locais, e não tanto diretamente com a comunidade. Para exemplificar, transcreve-se o que menciona Piedade Lalanda:

“(...) um indicador do falhanço, se é que se possa assim chamar, da intenção do EFTA, que era trabalhar a dinâmica dos equipamentos com as entidades locais. (...) Os equipamentos foram revistos e pensados não na ótica que estavam previstos inicialmente mas dentro desta perspetiva, mantendo a mesma filosofia.”

De facto, a grande diferença que se retira de ambas as intervenções é que, a intervenção inicialmente prevista estava mais orientada para um trabalho junto da comunidade local, enquanto a intervenção implementada baseava-se numa interação com as entidades locais, de forma a prosseguirem o trabalho com a comunidade local.

Estando esclarecida esta questão, retoma-se as alterações que se consideram mais evidentes ou, pode-se mesmo dizer, mais relevantes na fase da implementação do projeto.

A primeira alteração está relacionada com a deslocalização da sede da equipa do projeto para fora do centro de Rabo de Peixe. Esta é sem dúvida uma ação que se traduziu numa estratégia distinta da inicialmente prevista.

Um dos requisitos da candidatura era que a equipa executiva local se situasse no centro de Rabo de Peixe. A decisão tomada na fase de arranque do projeto foi a da instalação da equipa do projeto num edifício, adquirido anteriormente pela Junta de Freguesia, que se situava em plena rua do Rosário, rua principal de Rabo de Peixe, e onde estão localizadas diversas tabernas.

O edifício foi reabilitado de forma a alojar a equipa do projeto, ficando entretanto decidido que, após o término do projeto, seria atribuído ao Clube Desportivo de Rabo de Peixe (CDRP) para sua utilização enquanto sede e outras atividades enquadradas no seu funcionamento.

Após a remodelação concluída, houve entretanto uma orientação distinta, decidindo atribuir desde logo o espaço ao CDRP, ficando decidido que a sede da equipa do projeto situar-se-ia não no centro, mas numa zona mais periférica de Rabo de Peixe, com espaço exterior para realizar atividades, tais como, campos de férias para crianças.

Esta decisão não reuniu consenso junto dos intervenientes do projeto. Artur Martins refere que a sede do projeto deveria ter ficado no centro, como estava previsto, visto que era onde se encontravam os problemas e, portanto, onde os técnicos deveriam estar de forma a identificar e perceber melhor os problemas. Por suas palavras:

“(...) houve mudanças na gestão do projeto e nas suas orientações... (...) O espaço ficava ali mesmo no centro, ao lado das tabernas, que era onde estavam os problemas e onde os técnicos deviam estar, mas entretanto ficou decidido que não deviam ficar ali.

E aí acho que o objetivo nº1 que era fazer com que os técnicos percebessem onde é que estava o problema e como é que podia mudar (...) ficou logo comprometido.”

António Cabaço ao referir-se à desconfiança da população relativamente ao projeto, numa fase inicial, assume também que a deslocalização da sede terá agravado essa situação, dizendo:

“No início estavam desconfiadas porque já tinha havido muitas promessas anteriores de intervenções e aquilo não tinha dado em nada (...) Depois, a agravar isso, deu-se a circunstância de a sede do projeto ter sido desviada do centro histórico de Rabo de Peixe, inicialmente a sede estava ali na rua central, mas depois decidiram não instalar a sede no Clube Desportivo de Rabo de Peixe e colocaram lá em cima e, portanto, completamente desviada.”

Quando questionados, António Cabaço e Armando Manso, se sabiam a razão da opção, Armando Manso refere: “As razões nós não sabemos, se nos perguntassem a nós, diríamos que não era o mais adequado.”

Quanto a esta questão, Piedade Lalanda, esclarece a opção, dizendo que fazia mais sentido atribuir de imediato o espaço destinado à futura sede do CDRP:

“(...) a primeira obra era a sede para o projeto. (...) Quando se faz a pergunta, e a seguir quem é que vai ficar com isso? O Clube Desportivo de Rabo de Peixe (...) Primeira coisa, decidiu-se que o projeto não iria sediar nesse espaço, ponto nº1, ia manter-se num espaço de renda (...). Então trabalhava-se este primeiro equipamento, uma vez que havia um atraso de um ano já no sentido de o devolver à comunidade (...)”

E quando questionada sobre a opção de a equipa não ter ficado no centro de Rabo de Peixe, se tinha havido alguma razão concreta, Piedade Lalanda responde:

“(...) Nós estávamos numa casa de renda quando eu cheguei que não oferecia condições (...) E então tentámos encontrar um sítio alternativo e não foi fácil arranjar. Apareceu aquela casa que tinha espaço para podermos fazer formação lá, para podermos trazer os miúdos quando eram os campos de férias, fazíamos sempre os campos de férias na páscoa, no verão e portanto tinha um espaço exterior que servia também para isso, portanto a casa não estava no centro da freguesia mas tinha potencialidades para se permitir um conjunto de atividades.”

Pode-se dizer que a decisão da sede da equipa do projeto se localizar fora do centro de Rabo de Peixe foi, por um lado, por questões logísticas, e por outro lado, e que parece mais relevante, por questões estratégicas, com o intuito da sede comportar uma área exterior com potencialidades para se realizar atividades no exterior com a comunidade. Depreende-se também que a localização da sede no centro de Rabo de Peixe, não era valorado por Piedade Lalanda.

O que se pretende aqui captar é se esta opção, resultante de uma metodologia de intervenção distinta da inicial, poderá ter trazido maiores ou menores efeitos ao projeto.

Em muitas respostas dos entrevistados denota-se que esta foi uma questão que pode, eventualmente, ter trazido algum distanciamento no que toca ao envolvimento da comunidade visada e por isso, produzido um efeito menos positivo nos eventuais impactos do projeto.

Como exemplo disso, Armando Manso ao falar do sucesso da intervenção realizada em Alagoas (a outra localidade intervencionada no projeto, que utilizou uma metodologia de intervenção distinta), ao ser questionado sobre o que poderá ter levado a esse sucesso que não parece ter acontecido em Rabo de Peixe, é esclarecedor ao dizer “Não houve esse distanciamento.”

Assume ainda que na sequência da intervenção física que houve um ponto-chave, um ponto de viragem, que se deu essencialmente quando passou a haver um contacto direto com as pessoas na sequência da construção do saneamento básico.

“(...) em vez de ser uma ação direta, foi uma ação indireta. E qual foi, na nossa opinião, a chave? Foi termos feito a reabilitação toda, as águas os esgotos e termos, nós, feito as ligações às casas, foi o essencial. Permitiu-nos duas coisas, primeiro, entrar em contacto com as pessoas, entrar nas casas falar com elas (...)”

“Isto passa sempre pelas pessoas.”

Nas palavras de Ruben Farias também é evidente que a confiança estabelecida com a população é fundamental e que só o é possível através da proximidade. Ao referir-se à possibilidade de estabelecer um diálogo com os pescadores, no âmbito da associação de pescas que gere, diz mesmo “(...) eu não o teria feito, se não fosse o Clube Naval, porque dificilmente alguém entraria na confiança deles assim à primeira vindo de fora (...)”

Faz-se aqui uma referência a Peter Singer relativamente à história que apresenta no seu livro *The Life You Can Save*. Peter Singer acredita que se um adulto passar por uma lagoa e vir uma criança a afogar-se, certamente que se atirará à lagoa para salvar a criança, mesmo que isso implique estragar o seu fato luxuoso. No entanto, sabendo que há crianças a morrer à fome, mas à distância, isso já não o afeta da mesma forma.

O que se quer aqui destacar com o exemplo é a questão da pessoalidade, da presença. Certamente que se pode transpor este mesmo exemplo para a questão da proximidade relacional entre comunidade e agentes intervenientes.

Aplicando-o à comunidade, deduz-se que, se a comunidade identificar e ganhar uma relação pessoal, de proximidade com o interveniente, estará muito mais suscetível em receber o apoio e mensagem. Se assim não for, se se verificar uma relação de distanciamento, certamente que não estará tão aberta a receber a mensagem, da mesma forma que o indivíduo à distância não estará tão disposto a estragar ou a dispensar o seu fato luxuoso para evitar que algumas crianças morram. É certo que pode ser uma visão um tanto ou quanto dramática, mas de facto, tal acontece.

Há diversos exemplos ao longo das entrevistas a sustentar as informações relativas à proximidade e à interação baseada na confiança, quer-se apenas deixar aqui referenciado que, a metodologia comumente aceite, e a metodologia de intervenção na qual se acredita que pode ser geradora de efeitos mais incisivos e sustentáveis é, de facto, a metodologia que envolva uma proximidade com a comunidade local, fazendo com que a própria se sinta integrada, fazendo parte do projeto e do processo de mudança que se pretende. Isto é, que seja a própria comunidade a passar a sentir essa necessidade de mudança, deixando de ser uma visão apenas externa.

Faz-se referência a dois trechos que representam essa mesma ideia:

Pedro Gouveia: “

“(…) quando tens um projeto que consegues ter uma lógica de interação entre quem presta um serviço e de quem é beneficiário desse serviço e portanto, perceberes, as ansiedade do teu interlocutor, entrares na casa da pessoas, sentar com as pessoas, convidá-las a ir ter contigo, estares na comunidade, consegues perceber que de facto se não for com as pessoas que tu queres fazer a mudança, a transformação, podes por lá o dinheiro todo, podes gastar o que quiseres, que ela não te acontece, ou acontece numa perspetiva de cosmética, mas o interior, que é a alma daquilo que são as pessoas ou a comunidade, não foi tocada.”

“Às vezes a comunidade pode não perceber que tem essas competências, essas capacidades e é preciso alguém que vem mais de fora, que é o facilitador das dinâmicas com compreensão, e isso muitas vezes é necessário, o tal clique, falta o clique (..) o exterior há de ir embora (..) se não houver vontade de apropriação porque não é importante ou não faz sentido, aquilo está lá e as pessoas continuam a não usar.”

Maria João Freitas:

“(…) eu acho que a proximidade, a participação, o envolvimento, quando eu digo proximidade é a proximidade física, a proximidade relacional, é a proximidade do propósito, é a proximidade de informação, é a proximidade de comunicação, é a disponibilidade para estar ali, porque os projeto vindos de fora, envolve a comunidade e tem que ser feito com as pessoas.”

Nesse mesmo sentido, ainda uma última consideração, Tânia Diogo refere que a equipa do projeto realizava o seu trabalho no terreno e que por isso, estava próxima da comunidade, que procurava a comunidade, não sentindo essa mesma necessidade por parte da comunidade, mesmo na fase inicial do projeto enquanto estiveram instalados no centro de Rabo de Peixe. No entanto, admite que fazia sentido a equipa estar instalada e integrada na comunidade, acabando por assumir que, talvez com o tempo, houvesse uma maior procura por parte da comunidade.

Considera-se que a integração de uma equipa de projeto no seio da comunidade é fundamental, por forma a que seja permitido e facilitado à comunidade, mesmo em termos físicos, acolher e procurar as

dinâmicas de mudança da sua condição. Ou seja, uma intervenção com a comunidade e não apenas para a comunidade.

Outra das alterações verificadas no projeto, certamente por não ter ficado devidamente salvaguardada na candidatura, foi a reabilitação da orla costeira.

A reabilitação da orla costeira era um dos pontos-chave do projeto, até porque uma das prioridades do programa *EEA Grants* para que os projetos fossem financiados, era a área ambiental. E essa intervenção era extremamente necessária porque tinha como intuito “limpar” a imagem negativa associada a Rabo de Peixe, para além de retirar as pessoas, que ali viviam, de uma situação precária e insegura.

Infelizmente, essa ação veio a verificar-se inviabilizada na sua concretização, pela impossibilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande assumir o compromisso da aquisição das casas.

Desta situação, resultou que a verba fosse reaplicada na construção das escolas em vez de prosseguirem com a reabilitação inicialmente prevista.

Relativamente à piscina oceânica, houve também uma alteração, transformando-a numa piscina coberta de apoio às escolas e para atividades do Clube Naval, que se entende também como muito útil e com vantagens relativamente à prática do ensino da natação.

No entanto, o previsto em candidatura e a motivação da piscina oceânica era que servisse de fio condutor para trabalhar outras competências, provocando a atração das crianças para a escola (essencialmente os que costumavam faltar), proporcionando uma maior segurança às crianças que continuavam a passar muito tempo no porto a atirar-se ao mar, junto dos óleos dos barcos.

Embora tenha sido referido nas entrevistas que a proposta da piscina oceânica não fazia sentido, até porque, entretanto, tinha sido construída uma na cidade da Ribeira Grande, que fica apenas a 7 km do porto de Rabo de Peixe e tendo sido também reveladas questões de falta de sustentabilidade, deve-se discordar.

Relativamente ao primeiro comentário, é preciso ter em conta que a realidade de Rabo de Peixe é muito particular e que por isso é difícil as crianças terem possibilidade ou iniciativa para se deslocarem para outra localidade, não podendo ser a piscina da Ribeira Grande, considerada uma substituta para a realidade de Rabo de Peixe. Relativamente à sustentabilidade, embora se concorde que é necessário olhar para a sustentabilidade e fazer um esforço para que os serviços com uma dimensão pública sejam autossustentáveis, também se sabe que há serviços que não o podem ser. Considera-se também que por motivos devidamente merecedores, como este caso em particular, a desalavancagem do desenvolvimento social de uma localidade, seria perfeitamente justificável um custo a suportar, de forma a que a longo prazo se pudessem tirar daí os frutos do investimento.

Pode-se também dar o exemplo de Ponta Delgada, que tem um espaço conhecido como o “Pesqueiro” que é um espaço público de acesso ao mar, para a prática do banho, sem custo associado, a não ser para utilização dos balneários e encontra-se ao lado de piscinas municipais, com um custo de entrada, claramente com propósitos diferentes.

Contudo, como já se referiu, compreende-se também a opção e as vantagens da construção da piscina coberta junto das escolas, e só seria possível aferir as suas vantagens e desvantagens em detrimento da piscina oceânica, fazendo-se uma avaliação tendo em conta o proposto na candidatura, ou seja,

uma avaliação ao processo das dinâmicas das competências ganhas numa e noutra situação, de forma a apurar a que contribuiria, da melhor forma, para a desalavancagem dos processos do absentismo e insucesso escolar.

Como se foi percecionando houve de facto alterações de orientação ou de perspetivas de intervenção, mas desde que essas alterações venham a produzir melhores resultados relativamente aos previstos, devem ser realizadas.

Também é certo que em metodologias de intervenção distintas, há certamente orientações de ações que conduzirão, em princípio, a caminhos distintos. Aqui, mais uma vez, uma avaliação ao projeto teria dado respostas essenciais para se perceber todo o processo que entretanto se tinha criado com estas novas dinâmicas, e mais ainda, através do paradigma da avaliação realista seria possível identificar as causas dos resultados e impactos que eventualmente surgissem de uma ou outra metodologia.

### **9.2.2 Dificuldades sentidas**

Considera-se ainda necessário referir de forma sintetizada as dificuldades sentidas ao longo do projeto. Uma das dificuldades reportada nas entrevistas está associada à falta de compreensão por parte das entidades locais das dinâmicas entretanto criadas pela equipa do projeto.

Esta foi de facto um dos principais problemas do projeto. Piedade Lalande refere por diversas vezes essa situação, reconhecendo que essa dificuldade pode ter condicionado os resultados e impactos do projeto, dizendo mesmo

“(…) eu sinto que se falhou porque nós não conseguimos convencer os nossos parceiros diretos da importância dessa outra forma de trabalhar, mais interligada mais de abertura da comunidade (…) não conseguimos sensibilizar, nem a autarquia nem a Santa Casa da Misericórdia, (…) Particularmente penso que à autarquia nós não conseguimos dar essa ênfase, esse é o sentimento que me fica um pouco de algum insucesso.”

Também Tânia Diogo faz referência a uma situação que considera que não foi bem recebida por uma das entidades envolvidas:

“(…) tentou(-se) criar na intervenção precoce, um gabinete para a estimulação precoce de crianças em que a equipa de intervenção precoce do Centro de Saúde de Ribeira Grande pudesse usar aquele espaço, senti que desde o início foi uma coisa que a própria Santa Casa não sentiu como benéfico e que desde o início que isto não se pôs em prática, portanto, foi uma sala que foi toda equipada para a intervenção precoce usar, mas que acho que não resultou.”

Pode-se ainda referir que se depreende também uma lacuna a nível de relações institucionais, mas mais a nível de direção. Por um lado temos Maria João Freitas que referiu a falta de confiança entre as instituições, detetada na fase de diagnóstico, também na entrevista de Armando Manso e António Cabaço foram reveladas situações de dificuldade que se depararam com algumas das entidades, nomeadamente por defenderem metodologias distintas na concretização da intervenção física, isto é, de se fecharem nos seus procedimentos e não estarem abertos a outras metodologias, Piedade Lalande também refere que por vezes não se verifica um trabalho integrado, que cada uma das entidades até pode querer fazer coisas positivas, mas que cada uma delas trabalha sobre si mesma. Por outro lado, Tânia Diogo referiu que inicialmente sentiu muita resistência, mas que, com as competências que entretanto a própria equipa foi dotada pelo LNEC, em trabalhar com os técnicos das

entidades locais e chamá-los constantemente para o que faziam, essas relações ficaram facilitadas e acabaram por ser uma mais-valia para o projeto.

Outra das dificuldades entretanto sentida e nomeada por vários intervenientes e que foi já referida no capítulo da candidatura do projeto do presente estudo, foi ter havido, aparentemente, questões políticas envolvidas no processo. Embora esta dificuldade não esteja tão clarificada em termos de efeitos no projeto, pelas entrevistas, depreende-se que essas dimensões políticas trouxeram alguma dificuldade ao desenvolvimento do mesmo.

Se o projeto tivesse sido acompanhado por um exercício de avaliação, acredita-se que todas estas dificuldades seriam atempadamente detetadas.

Com a convicção de que o foco do projeto estava no desenvolvimento efetivo da comunidade de Rabo de Peixe, certamente que se teriam criado as condições para que estas dificuldades tivessem sido ultrapassadas, ainda ao longo do período do projeto.

### **9.3 Resultados e impactos do projeto na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza**

A partir da caracterização realizada à vila de Rabo de Peixe, em 2001 e 2011, poderia levar a deduzir que o projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” produziu efeitos na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza, dado que se verifica, de facto, entre estes dois períodos, uma melhoria nas taxas apresentadas (Quadro II.7.1. 3). No entanto não se pode retirar de forma imediata esta conclusão, já que não se consegue afirmar que os efeitos de redução de algumas das taxas se deve aos efeitos do projeto, ou se de outras medidas privadas ou públicas entretanto aplicadas na vila.

Como foi também referido, por não ter havido um processo de avaliação que demonstre os impactos alcançados pelo projeto e pelo facto dos relatórios de acompanhamento do projeto não demonstrarem esses impactos, os impactos a que aqui se chega são os retirados das informações das entrevistas realizadas.

A primeira observação que se faz, e que é unânime pelos inquiridos, é que o projeto não atingiu os impactos esperados. Para além disso, os seis beneficiários do RSI entrevistados que frequentaram um curso de literacia enquadrado no projeto, traduziram essa evidência (Anexo K).

Colocam-se algumas das afirmações dos entrevistados que demonstram exatamente a perceção relativa aos eventuais impactos alcançados.

Em termos de resultados, António Cabaço na sua afirmação “Na segunda fase há cerca de um milhão e oitocentos mil euros (...) e também outra parte de não se terem, do ponto de vista social, realizado todas as ações.”, confirmando assim que houve ações ou atividades sociais que acabaram por não se concretizar.

Noutra sua afirmação onde indica que “(...) ainda o projeto estava a decorrer e já o absentismo, aliás está no relatório, caiu radicalmente, no final todas as crianças iam à escola, estou a falar da escola D. Paulo José Tavares do 1º ciclo (...)”, poderia ser de facto um impacto positivo, mas entretanto na entrevista com Ana Almeida, coordenadora da Escola Básica D. Paulo José Tavares, onde confirma que naquela escola praticamente não existe absentismo, refere também que o bairro social onde se

encontravam as crianças de famílias mais desestruturadas e problemáticas, o Bairro da Cova da Moura, entretanto foi destruído e essas famílias foram realojadas noutra zona, passando estes alunos a frequentar outra escola. Ou seja, não se pode daqui retirar qualquer conclusão, seria necessário perceber se o absentismo anteriormente refletido seria apenas proveniente dos alunos do Bairro da Cova da Moura ou não.

Uma última referência a António Cabaço que afirma “(...), a parte social ficou um pouco aquém do que estava previsto no projeto.”. Embora venha depois a afirmar que como resultado final ficou equilibrado porque a componente física compensou a intervenção social.

Piedade Lalanda, ao longo da sua entrevista, vai dando vários exemplos de resultados ou impactos não conseguidos, como por exemplo, relativamente ao Centro Familiar, que tinha sido pensado e preparado para ter várias valências, mas que posteriormente a entidade que ficou a geri-lo não prosseguiu com esses objetivos “Ou seja, aqui está já um indicador do falhanço, se é que se possa assim chamar, da intenção do EFTA, que era trabalhar a dinâmica dos equipamentos com as entidades locais.”.

O projeto das bordadeiras com estilistas que executaram um trabalho em conjunto e prepararam “(...) uma exposição que foi lindíssima, mas pronto também morreu (...)”, a dinamização de um grupo de alcoólicos anónimos, mas que não se manteve, entre outras coisas. Afirma mesmo que “(...) tentámos todas estas formas e mostrar que esse era o caminho a continuar, mas como eu digo, chegou-se a 2008, muita coisa morreu e outras coisas mudaram de figurino e transformaram-se numa diferente.” Mas importa aqui referir que esta falta de impactos é atribuída por Piedade Lalanda, de certa forma, à falta de envolvimento das entidades locais:

“(...) Entre um equipamento que se reduz a um conjunto de práticas e a um equipamento que abre e que transforma a comunidade, a diferença está no envolvimento das entidades que iriam gerir os equipamentos ou que poderiam estabelecer parcerias com as entidades gestoras. E portanto e a esse nível, posso dizer... acho que o termo não é falhar, acho que não se conseguiu iniciar dinâmicas ou deixar dinâmicas que hoje em dia a gente possa dizer, olha elas continuam. Acho que conseguiu-se no Clube Naval, acho que pela direção que lá foi colocada, conseguiu perceber o sentido do que é que se pretendia com o Clube Naval.”

Tânia Diogo, técnica da equipa do projeto, refere muito claramente que é difícil responder relativamente aos impactos ou mudanças suscitadas na população, indicando mesmo que “(...) acho que fez-nos falta aqui um pós-projeto, uma avaliação pós-projeto.”. Refere entretanto, um exemplo mais prático, quando fala na sensibilização realizada para o problema de amamentação em Rabo de Peixe, que não se conseguiu implementar porque está associado a um contexto de pobreza, associado à falta de poder de compra para adquirir o leite “(...) Foi feito um trabalho muito grande de sensibilização para isto, o que não surtiu efeito.”, este é de facto um impacto mensurável, porque foi realizado um estudo de acompanhamento, com um programa de testes, onde foram produzidos esses resultados. No entanto, acaba também por dar alguns exemplos de boas práticas, como por exemplo os cursos de literacia.

Relativamente a este ponto cabe dizer que, nem se questiona se os cursos de literacia são úteis e se se devem manter, mas questiona-se sim, até que ponto, são suficientes para criar a mudança? Certamente que poderá ser um caminho, mas acredita-se que têm que ser trabalhadas outras competências em simultâneo, e que poderiam ser aproveitados para fazer isso mesmo.

E esta afirmação é reiterada com mais convicção, após as entrevistas realizadas aos seis beneficiários do RSI. No geral, o curso de literacia que frequentaram pode ter contribuído para melhorar ou facilitar a vivência diária, o que é positivo, mas não para alterar a forma de pensar ou a sua atitude perante a vida. À exceção de um entrevistado, que de facto se percebeu ter uma postura distinta, demonstrando ter outras preocupações para além do corte do RSI.

Claro que as seis entrevistas ilustram essa situação, não sendo representativas de uma população, mas compreendeu-se claramente, que em alguns dos casos, foram dadas respostas que julgavam ser as mais convenientes, porque, ficou-se com a percepção que se lhes fosse dada a oportunidade de receber o rendimento, sem que nunca viesse a ser cortado, que não haveria qualquer interesse em continuar a frequentar o ensino ou até trabalhar, a não ser que o ensino representasse um incremento nos seus rendimentos. Estas informações são confirmadas nas respostas dadas pelos beneficiários, que se encontram em anexo (Anexo K).

Voltando aos impactos, António Pedro Costa admite também que foi feita intervenção social, “(...) mas (que) foi uma intervenção social muito limitada, com uma abrangência muito fraca.”. Prossegue ainda que “(...) temos bons equipamentos e parece que a mentalidade, e o investimento na área social, na parte das pessoas, aí eu acho que foi o grande fracasso.”. No entanto acaba por dizer depois que também “Houve muita gente que foi abrangida, e há aqui hábitos de pessoas que não eram os que eram antes, existe uma outra mentalidade, progredimos nesse aspeto, mas infelizmente o grosso...” Artur Martins também refere que houve uma série de património construído que foi benéfico para Rabo de Peixe, mas que “(...) As mentalidades é que não se conseguiu mudar, há alguns sinais de mudança, mas são muito raros.”

Ainda no mesmo sentido Ruben Farias, presidente do Clube Naval de Rabo de Peixe diz que “(...) confesso que Rabo de Peixe deu um salto quantitativo em termos de equipamentos com a EFTA, isto é indubitável, o edifício da Escola Profissional, o edifício do Clube Naval, a creche, tudo isso, as próprias infraestruturas em termos de saneamento, de água, tudo isso, a parte humana, ou seja, o projeto em termos de mudança social ficou aquém do esperado.”

Com uma perspetiva mais otimista, mas no entanto sem grande convicção nas afirmações, temos Ana Almeida que indica que, da informação que lhe foi passada, sabe que foi havendo um acompanhamento da equipa do projeto com as pessoas e que juntamente com os edifícios novos e ruas limpas “(...) só pode ter contribuído para o sucesso.”

Susana Cavaco, responsável pelo GOAIP da EPRG também diz “Eu penso que sim, mas também acho que tem muito ainda a fazer. Mas de qualquer maneira deve ter mudado.”

Podia-se continuar a fazer este exercício, pois as entrevistas são realmente muito ricas, e tirar-se-ia mais informação sobre esta matéria, mas o que se pretendeu aqui demonstrar é a coerência e unanimidade de respostas dadas, não há qualquer dúvida que no que toca à intervenção física, de facto ocorreu com imenso sucesso (embora ainda nesta intervenção, poder-se-ia questionar algumas opções, mas também na perspetiva da dimensão social), mas o mais importante para o estudo é ter percebido que, infelizmente, o projeto não traduziu e não alcançou o que inicialmente se propôs a fazer, no que se refere à intervenção social.

Nos relatórios de monitorização, nomeadamente nos relatórios referentes ao 1º semestre de 2007 é reportado que a intervenção social está abaixo do esperado, embora em relatórios posteriores esta situação seja relatada como corrigida, mas também dão conta que há um foco nas obras esperando que estas apoiem o desenvolvimento das ações sociais.

E, embora também tenha sido referido em entrevistas que a intervenção física, por si, equilibrou e compensou a lacuna na intervenção social, não se concorda com essa perspetiva, até porque as restantes repostas traduzem-se nessa evidência.

Ainda relativamente a este ponto, seria também útil fazer um exercício de análise para compreender se as ações entretanto realizadas seriam de facto suficientes para atingir os resultados e impactos previstos no projeto. Esta é uma matéria que se revelou também de interesse e que se relaciona novamente com a avaliação, que é a de perceber até que ponto o que foi sendo realizado ao longo do projeto seria suficiente ou não para atingir o que se pretendia.

Isto é, sabe-se por exemplo que se pretendia através do Centro de Artes e Ofícios melhorar e explorar a potencialidade das competências da população, incentivando o autoemprego e o desenvolvimento da produção local, e sabe-se que foi realizada uma parceria entre bordadeiras e estilistas locais para a produção de um trabalho conjunto e conseqüentemente uma exposição e que houve cursos de literacia, atividades para aproximar jovens do CAO (que não se conseguiram identificar na informação disponível). Como resultado, percebeu-se que esse impacto de promover o autoemprego e desenvolver a produção local não foi atingido. Mas, até que ponto as atividades desenvolvidas seriam suficientemente promotoras destes processos?

Este seria um estudo bastante relevante, perceber se foram as atividades que por si, não seriam suficientes, ou se foi a parceria estabelecida que não se solidificou suficientemente, etc., mas mais uma vez, para além da “desmontagem” de todas as atividades e suas potencialidades em atingir determinados efeitos, também só seria possível ter uma confirmação através da implementação de um processo de avaliação que nos permitisse analisar, de facto, onde falhou o processo, ou se o desenvolvimento da atividade realizada não se adequava ao impacto proposto.

Deixa-se em anexo<sup>16</sup> um quadro resumo das atividades desenvolvidas em cada dimensão e ação e os resultados e impactos respetivos delineados em candidatura.

---

<sup>16</sup> Anexo O – Quadro resumo das atividades desenvolvidas e resultados previstos em candidatura

## **Capítulo III – Avaliação e Reflexões finais**

### **10. Considerações gerais**

Chegada a etapa final do estudo, espera-se ter demonstrado como a ausência de um exercício de avaliação associado à implementação de um projeto, nomeadamente através do paradigma da avaliação realista, pode afetar tanto a compreensão dos impactos gerados pelo próprio projeto, como pode não trazer respostas que de facto se procuram, nomeadamente as causas e as origens das dinâmicas geradoras dos problemas instalados numa comunidade.

No entanto pretende-se clarificar ainda melhor estas questões e, para tal, propõe-se explorar mais aprofundadamente a ausência da avaliação no projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe e expor o exercício de monitorização que se considera ter sido realizado ao projeto.

Posteriormente resta fazer uma breve reflexão sobre as aprendizagens que o projeto permitiu apurar, de forma a interiorizá-las em intervenções futuras e até em medidas de políticas públicas.

## **11. Avaliação ou apenas monitorização do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe?**

Após a análise realizada ao projeto, nomeadamente através do acesso aos relatórios de monitorização e reembolso do projeto e das entrevistas estabelecidas com os diferentes intervenientes, conclui-se que não foi realizado um exercício de avaliação ao projeto mas sim um exercício de monitorização, que é também muito importante, mas não suficiente para aferir as causas geradoras dos problemas e os efeitos do projeto.

O exercício de monitorização é sem dúvida fundamental para se assegurar que os objetivos em termos de resultados de um projeto sejam alcançados. Como foi referido por Armando Manso e António Cabaço caso não tivesse sido realizada uma monitorização rigorosa, com o auxílio do programa SIM onde estavam definidos todos os indicadores essenciais para o controlo das obras, as construções teriam derrapado no custo e tempo, pondo em causas outras construções ou até ações sociais.

Como é dito por António Cabaço

“(…) O objetivo genérico da monitorização era garantir o cumprimento dos objetivos do projeto que constavam na candidatura e garantir que as intervenções, no caso da intervenção física, das obras, que tinham qualidade e respeitavam a legislação, mas basicamente de uma forma genérica que eram cumpridos os objetivos do projeto, em termos físicos, de obra, e sociais.”

Dizendo ainda que “(…) temos que controlar todas as variáveis e a maior variável é a variável das ações físicas das obras.”

A verdade é que se percebe que havia um extremo rigor a nível de intervenção física, e que, por muito que seja referido que a intervenção social também era acompanhada, percebe-se que o foco por parte da equipa de monitorização estava na construção dos equipamentos. É natural que assim fosse, visto que a intervenção social estava a cargo da equipa executiva local, estando mesmo, referido no despacho-conjunto que oficializa o arranque do projeto.

Volta-se a referir que a constatação da importância de um processo de avaliação foi mencionado por Tânia Diogo, em resposta a algumas questões, embora indicasse apenas a necessidade de uma avaliação pós-projeto. E seria uma avaliação mínima que não chegou a ser feita. Ainda Tânia Diogo diz: “Eu coloco muitas reticências em falar deste assunto, não quero dizer que o projeto não trouxe benefícios, claro que trouxe, mas tudo o que não seja objetivamente avaliado, eu tenho muita dificuldade...”

De facto, quando se trata de um projeto de intervenção social, como se pode chegar à conclusão que houve melhorias nas condições de vida da população se não tiver sido preparado e não for acompanhado por um rigoroso e detalhado exercício de avaliação? Considera-se impossível.

E ainda, como foi já mencionado anteriormente por diversas vezes, é fundamental num exercício de avaliação introduzir e captar na análise os conhecimentos de todos os intervenientes do processo, sejam beneficiários do projeto, sejam os técnicos, decisores, etc. e mais ainda, é fundamental entender o que está implícito nas ideias transmitidas pelos participantes (como por exemplo, através de entrevistas) e envolvê-los na própria reflexão, de forma a captar as perspetivas relativamente a aspetos-chaves da avaliação (Henriques, 2003: 95)

Para se compreender melhor o que se acabou de referir, tome-se como exemplo as entrevistas realizadas aos beneficiários de RSI que frequentaram um curso de literacia enquadrado no projeto.

Como se pode apurar da entrevista de Piedade Lalanda e Tânia Diogo os cursos de literacia foram bem conseguidos, dado que houve uma afluência significativa de formandos e que esse interesse de participação foi aumentando ao longo do tempo, conseguindo mesmo atingir 115 formandos no último ano do projeto. Piedade Lalanda refere ainda que foram realizadas atividades extra formação como passeios, piqueniques, etc.

A questão que se coloca e que interessa responder é: que efeitos esses cursos, complementados com atividades extra formação, que se consideram também de muita importância, mais não seja para quebrar com o meio em que a comunidade está inserida, produzem de facto efeitos, para além do óbvio, que são o aprender ler e escrever?

Nos relatórios posteriormente apresentados, os cursos de literacia estavam enquadrados na dimensão A.1.a) e c) Formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (Anexo O). Pretendia-se, para além de dotar a comunidade de competências básicas de escrita e leitura, aumentando a sua formação e qualificação profissional, dotá-la de competências de motivação e de iniciativas para saídas profissionais e para o autoemprego.

Como se pode verificar pelas entrevistas realizadas a seis formandos do curso, esse potenciador não aconteceu. Todos eles se mantêm beneficiários do RSI, mas mais revelador do que a manutenção do RSI, foram as respostas e o interesse transmitido. Percebeu-se que não havia motivação e que os próprios não estavam a criar condições para conseguirem um trabalho ou criar o seu próprio trabalho. Ou seja, através do exemplo conseguido a partir das conversas estabelecidas com os seis formandos, percebe-se que, de facto, é necessário trabalhar outras competências além daquelas mais evidentes que têm vindo a ser trabalhadas.

E este é um exemplo crucial no que toca à importância de um processo de avaliação realista. Sendo que o paradigma da avaliação realista permite esmiuçar e identificar as origens das condições e das dinâmicas que se verificam em determinada comunidade, permitiria, de facto, identificar e reconhecer os verdadeiros causadores do desemprego em determinada comunidade.

Ou seja, não se ficaria apenas pela análise de que as pessoas não conseguem um emprego ou promover o seu autoemprego porque têm poucas ou nenhuma habilitações, iria mais além. O paradigma da avaliação realista permitiria compreender o que efetivamente estava a causar essa falta de acesso ao emprego por parte das pessoas iletradas, que motivações, ou falta delas, se encontraria para além das razões aparentemente óbvias da falta de habilitações.

Percebendo as suas verdadeiras motivações poder-se-á ir muito mais longe no trabalho e no caminho que se tem que preparar e nas dinâmicas a criar com essa comunidade. Imagine que se chega à conclusão que, pelo facto de serem beneficiárias do RSI e, por pouco que esses valores possam representar, é já suficiente para os desmotivar na procura do emprego, então, é necessário tomar medidas relativas ao RSI, no que toca à forma da sua atribuição. E aqui não se refere apenas ao controlo, mas sim um acompanhamento em paralelo, de forma a potenciar dinâmicas para que essas ideias, essas atitudes, essas formas de estar na vida, sejam quebradas e invertidas, propiciando-se uma alteração no ciclo instalado de forma sustentada. Como refere Abhijit Banerjee e Duflo Esther "(...)

o melhor que alguém poderá fazer será compreender profundamente os problemas específicos que afetam os pobres e identificar as formas mais eficazes de intervenção.” (Banerjee, 2012: 32).

Daqui retira-se também como é imprescindível as medidas de políticas públicas serem acompanhadas por um exercício de avaliação através de um modelo de avaliação realista. Os modelos de avaliação convencionais não nos permitirão perceber as causas reais, por exemplo, do desemprego no seio das pessoas iletradas.

O modelo convencional dir-nos-á que a razão está na iliteracia da comunidade e possivelmente chegar-se-á à conclusão, através do modelo da avaliação realista, que a verdadeira razão não é a iliteracia, mas sim a subsistência ser suficiente e que, por isso, desmotiva a procura de emprego.

Quer-se alertar que não se está a querer dizer, de todo, que se fosse essa a situação (e é apenas um exemplo) se devesse retirar o RSI. Quer-se sim dizer que seriam necessárias medidas adicionais a implementar nessa comunidade, de forma a que viesse a perceber a importância, a vários níveis, de ser independente dos subsídios estatais.

Como daqui se depreende, a análise de uma determinada problemática através de métodos distintos de avaliação dar-nos-á respostas diferentes e, como se referiu inicialmente, dada a importância e escassez dos recursos públicos, é cada vez mais premente ser-se mais eficiente e eficaz na descoberta dos verdadeiros problemas para que se apliquem, cada vez mais, medidas de forma incisiva.

## **12. Aprendizagem retirada do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe**

No presente capítulo pretende-se apresentar algumas ideias de aprendizagem retiradas da implementação do projeto.

Considera-se que a questão do paradigma da avaliação realista se encontra devidamente explicitada e que se percebe a emergência da sua aplicação.

Para além da avaliação realista, também se entende que um processo de avaliação, mesmo que através de um modelo convencional, poderá ser suficiente para medir os impactos de um projeto, isto é, o efeito líquido desse projeto, mesmo que não revele as suas causas efetivas, que neste ponto do estudo, já se incorporou o quanto é fundamental.

Dado que o projeto não foi acompanhado por qualquer modelo de avaliação, deixou de se poder medir os efeitos eventuais do projeto. Entretanto conseguiu-se aferir, pelas entrevistas realizadas, que os impactos ficaram muito aquém do esperado.

Esta foi desde logo uma aprendizagem, a ausência de qualquer modelo de avaliação traz-nos a impossibilidade de apurar os efeitos líquidos do projeto.

Outra aprendizagem que se retirou, ficando-se com a perceção de que tem uma importância muito maior do que aquela que inicialmente se considerava, é de facto as condições para se implementar um projeto. Aproveitando uma referência de Maria João Freitas

“(…) não basta ter boas ideias, é preciso perceber quais aquelas ideias que têm caminho para poderem avançar e aquelas que precisam de ficar um bocadinho em banho-maria porque antes é preciso criar as condições necessárias e essas condições necessárias muitas vezes não passam pelas dimensões financeiras, passam sobretudo pelas dimensões organizativas, passam pelas dimensões de competências, passam pelas dimensões de capacidade ou de à vontade, da relação entre as instituições (…)”

Não se quer com isso dizer que, não havendo condições iniciais, não se devem propor projetos ou aplicar medidas de políticas públicas, quer-se sim dizer que, as condições necessárias para receber um projeto ou aplicar as medidas devem ser trabalhadas de forma a permitir o seu sucesso. Também é certo que por vezes é necessário impulsionar essas mesmas condições. E este é um assunto que apenas poderá ser avaliado caso a caso, mas o que se quer deixar registado é que é necessário ter a capacidade de avaliar se a comunidade e toda a sua envolvente estão em condições ou se é possível criar as condições para que o projeto ou a medida se concretize.

Por último, uma outra aprendizagem que se retirou foi a importância de uma abordagem de intervenção integrada em todos os aspetos.

É necessário haver um envolvimento de todos os intervenientes no processo desde os beneficiários residentes, passando pelos agentes locais que atuam e interagem com os residentes, os decisores, até aos avaliadores, para que o processo possa efetivamente ser frutífero. E, por vezes, é necessário criar as dinâmicas necessárias para que tal aconteça, tendo em conta as características de cada entidade e comunidade em causa, por muitas dificuldades que isso possa representar.

Em termos de intervenção integrada, também se entende como fundamental toda a integração de informação prévia existente. Parece evidente que, se se propõe a realizar um projeto ou uma medida para determinada localidade ou determinado problema, é de facto importante integrar toda a informação

de projetos ou medidas desenvolvidos anteriormente nessa mesma comunidade, aferir os princípios e metodologias em que se basearam, os resultados e impactos dessas medidas, etc. Também é certo que se não houve qualquer processo de avaliação desses projeto e medidas, será difícil apurar uma informação exata.

Como exemplo da importância da integração pode-se recorrer ao presente estudo, por se considerar que o seu desenvolvimento deveria focar apenas nas atividades realizadas no âmbito da dimensão dos A.Residentes expressa no projeto. Iniciou-se o estudo apenas por essa dimensão, mas rapidamente se verificou que tal não era exequível. Foi impossível dissociar a dimensão direcionada para os residentes das restantes dimensões previstas no projeto.

## **Conclusão**

### **Conclusões do estudo**

Relembra-se a questão, ou melhor, as questões que se queriam responder com o presente estudo e demonstrar a necessidade, pode-se dizer obrigatória, de serem realizados exercícios de avaliação em projetos de intervenção social.

Em que medida é possível analisar os impactos de um projeto que não tenha sido sujeito a uma avaliação formal? Foi possível apurar os impactos gerados pelo projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” na população de Rabo de Peixe que vive em situação de pobreza? Em que medida a avaliação de um projeto permite aprofundar o conhecimento das condições de mudança na população em situação de pobreza, ou seja, as causas que estão na origem dos seus problemas?

É possível desde já responder que, se não for aplicado um exercício de avaliação formal a um projeto, essencialmente através da abordagem da “avaliação realista”, não será possível apurar as condições de mudança existentes na população e nem aferir os impactos gerados pelo projeto, que foi precisamente o que se verificou ao fazer a análise do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe.

Com a análise realizada aos relatórios e informação disponível do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” em Rabo de Peixe aferiu-se que não era possível deduzir os impactos que o projeto eventualmente tivesse causado na população de Rabo de Peixe.

Por isso, só foi possível chegar a uma aproximação desses impactos através das entrevistas, da sensibilidade dos inquiridos, de entrevistas informais que não foram aqui reproduzidas e da própria observação presencial da comunidade.

Os impactos que o projeto se propunha alcançar em Rabo de Peixe, de facto, não foram atingidos. Relembra-se que passaram seis anos após a conclusão do projeto e que, por isso, caso tivessem sido criadas condições para se proporcionar uma trajetória de mudança na população, é certo, que já seriam visíveis sinais de mudança. E foi a essa conclusão a que se chegou, sendo essa opinião unânime entre os intervenientes deste processo. Infelizmente, não é possível também quantificar o desfasamento entre o proposto e o alcançado pelo projeto, dada a falta da implementação de um processo de avaliação.

No entanto, não seria justo dizer que não houve qualquer melhoria na qualidade de vida da população em situação de pobreza. Efetivamente houve melhorias, como por exemplo, no que diz respeito ao saneamento básico que a população passou a usufruir e daí, evidentemente, melhores condições de habitabilidade, e que poderá, por exemplo, ter repercussões na saúde.

Também relativamente às infraestruturas construídas, que entretanto Rabo de Peixe passou a beneficiar, não se pode deixar de dizer que certamente se percebeu que todas elas foram construídas sob um acompanhamento rigoroso e cuidado, não havendo lugar a qualquer derrapagem de custos e prazos, graças à monitorização muito bem-sucedida da intervenção física. No entanto, o que se propunha aqui estudar eram os impactos do projeto em termos sociais, mesmo que provocados pela componente física.

E parece poder concluir-se que os impactos do projeto ficaram do aquém do desejado, numa comunidade como Rabo de Peixe, que necessitaria de valer-se de todos os recursos e meios que lhe fossem disponibilizados. Ficou-se com a percepção de que Rabo de Peixe esteve perante a oportunidade e as condições necessárias para uma transformação, mas que, de facto, essa transformação não se proporcionou.

Para esta situação convergiram vários fatores. Tensões de natureza institucional, como por exemplo a falta de confiança mencionada anteriormente, poderão não ter contribuído para o melhor desenvolvimento do projeto. Esta foi uma questão referenciada diversas vezes por alguns dos entrevistados.

A possível dificuldade das entidades para a compreensão das dinâmicas proporcionadas e do benefício das mesmas ou a dificuldade de comunicação entre as entidades, de facto demonstraram um obstáculo na criação de condições de mudança na comunidade de Rabo de Peixe.

É certo que toda a ajuda prestada à comunidade, mesmo que assistencialista, é necessária e recomendável, mas Rabo de Peixe precisa mais do que isso para quebrar o seu ciclo de pobreza e de área urbana em crise. É necessário uma intervenção clara no sentido de querer retirar a população da sua condição de pobreza.

Como se sabe, consegue-se com alguma facilidade ter pobres letrados, mas será que é essa a intenção das atuações? Que é esse o objetivo das intervenções? É isso que se pretende? Não parece de todo que seja esse o caminho que se queira para a sociedade em geral.

Como se viu no início do presente estudo a pobreza abrange várias dimensões e da mesma forma que a pobreza não se cinge ao rendimento, também é verdade que não se poderá cingir exclusivamente à educação e a outra qualquer variável. A pobreza representa-se também pela falta de capacidade que as pessoas têm em sair da sua situação e se as pessoas são letradas mas não entendem as vantagens ou não têm capacidade de sair da sua condição, então, não foram criadas as condições para se sair da situação de pobreza.

Entretanto surgiu também uma outra inquietação, que embora não seja o objetivo do presente estudo, se deixa aqui registada. Ao longo deste processo ouviu-se de forma recorrente uma expressão: “pobreza de espírito”. É-se da opinião que qualquer intervenção futura em Rabo de Peixe, ou outra localidade com semelhantes problemáticas, deve olhar e entender aprofundadamente o que é esta pobreza de espírito, ou o que leva a esse enraizamento naquela comunidade. Quando se fala em pobreza de espírito, de facto, a que é que se refere. Refere-se a limitações cognitivas, a falta de interesse e de envolvimento na forma de vida, falta de conhecimento e educação (não confundir educação com formação), refere-se a pura e simples resignação ou até preguiça? O que é isso de pobreza de espírito? Mas essa é uma questão que se deixa em aberto e que se acredita que numa intervenção futura, com a devida implementação de um processo de “avaliação realista”, conseguir-se-á descodificar.

Retomando os fatores que se consideram que podem ter influenciado o curso do projeto. Um deles, para além do já apontado, é o facto das ações e alguns dos processos de metodologias de intervenção, para atingir determinados resultados e impactos, não estarem devidamente detalhados na candidatura. Realmente, na candidatura, é referido o que se pretende atingir a nível de impactos, fala-se das

relações entre as componentes e dimensões de intervenção, as interligações entre ações, mas acaba por não detalhar e quantificar o que realmente deveria ser executado para atingi-los.

Assumindo que seria a equipa de coordenação da candidatura a acompanhar a implementação do projeto, entende-se que poderiam, eventualmente, ter uma ideia precisa do que iriam introduzir em termos de atividades nas ações de intervenção social. No entanto, tal como aconteceu no projeto, houve uma coordenação distinta na fase da implementação do projeto, levando a que essa nova equipa não tivesse uma base perfeitamente sólida de orientação a nível de desenvolvimento de atividades para prosseguir de forma a atingir os impactos. Identifica-se, desde logo, um bloqueio na comunicação entre a fase da candidatura e a fase da implementação do projeto, que poderão ter levado a uma dificuldade acrescida no desenvolvimento da implementação do projeto.

Ainda relativamente aos impactos, considera-se que por muito difícil que seja quantificar os impactos de um projeto, esse exercício deve ser feito, pois só assim se poderá ter uma medida comparável e metas orientadoras durante a sua implementação.

Novamente, se estivesse previsto ou fosse implementado um exercício de avaliação ao longo do projeto, esses impactos teriam que estar obrigatoriamente definidos de forma quantificável e, certamente, que a avaliação seria uma ferramenta que obrigaria constantemente a tê-los presente e se necessário ir readaptando as ações desenvolvidas no projeto, de forma a atingir os impactos definidos. Também parece relevante que, para a dificuldade de produção de efeitos do projeto, parecem ter contribuído as diferentes perspetivas de intervenção, entre a fase da proposta e da implementação do projeto. A intervenção adotada parece ter demonstrado uma dificuldade na obtenção de impactos mais alargados.

Finalmente, não havendo uma avaliação ao projeto, essencialmente através da abordagem da “avaliação realista”, isto é, de forma intercalar e com métodos que permitam identificar as causas dos efeitos (ou da falta deles), perdeu-se também a oportunidade de perceber exatamente o que acabou por dificultar o sucesso desta metodologia, nomeadamente no que possa relacionar-se com a forma de criar laços entre entidades, na forma de criar elos com a população, pela dificuldade no envolvimento da população com o projeto, se pela própria falta de capacidade da população em receber e interiorizar o projeto (embora aqui, acredite-se que a falta de competência pode e deve ser trabalhada, havendo formas de capacitar a população), etc., não se sabe e nem será possível vir a saber. Perdeu-se a oportunidade.

Ou seja, não havendo um exercício de avaliação formal do projeto, tornou vulnerável o reforço ou a alteração na metodologia de intervenção que foi realizada. Decerto, que a avaliação permitiria traduzir as evidências dos impactos aquém dos esperados e acredita-se que, atempadamente, poder-se-ia tomar medidas para alterar o rumo do projeto.

O que é mais importante deixar aqui registado é que, de facto, a falta do exercício de avaliação em projetos, nomeadamente uma abordagem pela “avaliação realista”, que é a que se acredita que poderá produzir resultados mais férteis em termos da perceção dos impactos de um projeto, pode deixar “cair” oportunidades únicas de intervenção, fragilizando todo um processo, que não afetarão apenas o eventual desperdício de verbas públicas, mas sim todo um processo de mudança ou de criação de condições que proporcionem futuras mudanças numa comunidade.

Considera-se, por tudo o que foi exposto, poder ter demonstrado a relevância de exercícios de avaliação que possam concorrer para a estruturação do conhecimento produzido através do financiamento excepcional do projetos locais e que permitam contribuir para a capacitação da sociedade na conceção de novas formas de resposta na sociedade contemporânea.

### **Sugestões para ações futuras**

Sendo a avaliação realista um paradigma que se considera ainda pouco explorado, a sugestão que se deixa é que sejam realizados, de forma experimental, dois processos de avaliação a um mesmo projeto que venha a ser implementado.

É evidente que a implementação do processo de avaliação realista irá influenciar o processo de avaliação dita convencional também a ser aplicado, mas será interessante analisar a informação a que se chegue quer por um método, quer por outro. Certamente que nos trará resultados distintos de avaliação desse mesmo projeto.

Ao longo do estudo percebeu-se haver uma questão que pareceu ser relevante ou influenciadora na análise feita pelos próprios inquiridos relativamente aos impactos que consideraram ter sido alcançados pelo projeto: a expectativa.

Portanto, considera-se interessante, numa perspetiva mais académica, elaborar uma espécie de barómetro para medição das expectativas criadas com as intervenções sociais e perceber a sua influência na própria intervenção. Deixa-se aqui o repto: Será que as expectativas podem vir a influenciar a intensidade das ações ao longo das intervenções sociais? Será que num determinado momento, se se perceber que os efeitos estão abaixo do expectável, poderá desmotivar a continuidade das ações e piorar ainda mais o resultado desses efeitos? Ou pelo contrário, se os efeitos forem maiores que o expectável, poderá reforçar e intensificar a produção de efeitos futuros?

Por último, outra sugestão que se prende com uma inquietação, entretanto insurgida, está relacionada com a medida do RSI.

Pelos contactos e inquéritos feitos diretamente aos beneficiários do RSI, ficou-se com a opinião de que a implementação do RSI não está a surtir os efeitos últimos desejados. Pois de facto o RSI pretende resolver situações de urgência, mas de forma temporária e com efeitos na integração social dos beneficiários. E verificou-se nas entrevistas realizadas aos beneficiários do RSI e nas entrevistas também informais que, para muitos, o RSI é dado como adquirido, transformando-se, pode-se mesmo dizer, num modo de vida.

Portanto, considera-se que o RSI deveria também ser avaliado à luz do paradigma da avaliação realista, de forma a se identificar melhor as causas que aí estão instaladas e geradoras desse ciclo. E estando as causas identificadas, introduzir-se um trabalho integrado na potenciação das dinâmicas de capacitação de competências.

Quer-se ainda deixar uma mensagem que se considera importante e que deve estar sempre presente em qualquer intervenção de luta contra a pobreza, que é o de analisar a problemática através de outra perspetiva da que tem vindo a ser feita. Como diz Joseph Wresinski<sup>17</sup> "Não é de alimentos nem de

---

<sup>17</sup> Informação retirada do *website* <http://www.joseph-wresinski.org/Padre-Joseph-Wresinski.html>

roupa que mais precisam (os pobres), mas sim de dignidade. Precisam, sobretudo, de não estarem dependentes do que querem ou não querem os outros, dependentes dos caprichos da boa vontade alheia.", ou seja, precisam de ser olhados como pessoas capazes e que lhes sejam proporcionados os instrumentos que lhes permitam sair da armadilha instalada.

## Fontes

Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, do DR, Rendimento Mínimo Garantido  
Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, do DR, Rendimento Social de Inserção  
Despacho conjunto n.º 12/2005, do nº3 da II série, do DR de 5 de Janeiro, projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”  
OJ No L 1, 3.1.1994, p. 3 - EEA Agreement e EFTA States’ official gazetes  
Protocol 31, EEA Agreement  
Protocol 38, EEA Agreement  
Official Journal C 277, 31/10/1989 P. 0001 – 0001, Resolution of the council and of the ministers for social affairs meeting within the council of 29 September 1989 on combating social exclusion  
General Assembly resolution 217 A (III), Universal Declaration of Human Rights (UDHR) United Nations General Assembly in Paris on 10 December 1948  
Application to the Financial Instrument of the European Economic Area – “Old Ghettos, New Centralities” (1993-2003), Gabinete da Secretária de Estado da Habitação, 10/2003  
Sistema Informático de Monitorização, Relatório 425/04 – NEGC/DED, LNEC, 10/2004  
First Disbursement Claim, 04/2005 - NEGC/DED, LNEC, 15/11/2005  
Second Disbursement Claim, 01/2006 - NEGC/DED, LNEC, 10/02/2006  
Third Disbursement Claim, 02/2006 - NEGC/DED, LNEC, 10/05/2006  
Fourth Disbursement Claim, 03/2006 - NEGC/DED, LNEC, 10/08/2006  
Fifth Disbursement Claim, 04/2006 - NEGC/DED, LNEC, 08/11/2006  
Sixth Disbursement Claim, 01/2007 - NEGC/DED, LNEC, 08/02/2007  
Seventh Disbursement Claim, 02/2007 - NEGC/DED, LNEC, 08/05/2007  
*Eighth Disbursement Claim*, 03/2007 - NEGC/DED, LNEC, 08/08/2007  
*Ninth Disbursement Claim*, 04/2007 - NEGC/DED, LNEC, 08/11/2007  
*Tenth Disbursement Claim*, 01/2008 - NEGC/DED, LNEC, 08/02/2008  
Eleventh Disbursement Claim, 03/2008 - NEGC/DED, LNEC, 08/05/2008  
Twelfth Disbursement Claim, 04/2008 - NEGC/DED, LNEC, 08/08/2008  
Thirteenth Disbursement Claim, 06/2008 - NEGC/DED, LNEC, 08/11/2008  
Fourteenth Disbursement Claim, 01/2009 - NEGC/DED, LNEC, 08/02/2009  
Fifteenth Disbursement Claim, 02/2009 - NEGC/DED, LNEC, 08/05/2009  
Sixteenth Disbursement Claim, 03/2009 - NEGC/DED, LNEC, 08/08/2009  
Seventeenth Disbursement Claim, 04/2009 - NEGC/DED, LNEC, 08/11/2009  
Eighteenth Disbursement Claim, 01/2010 - NEGC/DED, LNEC, 08/02/2010  
Nineteenth Disbursement Claim, Report 263/2011 - NEGC, LNEC, 08/08/2011  
Twentieth Disbursement Claim, Report 345/2011 - NEGC, LNEC, 8/11/2011

## Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- Bamberger, Michael e Eleanor Hewitt (1986), *Monitoring and Evaluating*, Urban Development Programs, Washington, D.C., U.S.A., The World Bank
- Banerjee, Abhijit V. e Esther Duflo (2012), *A Economia dos Pobres, sem lugar de publicação*, Círculo de Leitores
- Barca, Fabrizio (2009), *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, sem lugar de publicação, DG Regio, European Commission
- Barca, Fabrizio, Philip McCann e Andres Rodríguez-Pose (2012), “Regional Development Intervention”, *Journal of Regional Science*, 52 (1), pp.134–152
- Bruto da Costa, Alfredo, et al. (1985) *A pobreza em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Bruto da Costa, Alfredo, et al., (2012, 1ªedição 2008), *Um olhar sobre a pobreza*, Lisboa, gradiva
- Commission of the European Communities (CEC) (1988), “*Social Dimension of the Internal Market*”, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities
- Commission of the European Communities (CEC) (1992), “*Towards a Europe of Solidarity*”, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities
- Commission of the European Communities (CEC) (1993), “*Green Paper, European Social Policy: Options for the Union*”, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities
- Commission of the European Communities (CEC) (1994), “*White Paper: European Social Policy: A Way Forward for the Union*”, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities
- Conway, Maureen e Josef Konvitz (2000), “Meeting the Challenge of Distressed Urban Areas”, *Urban Studies*, 37 (4), pp.749–774
- DEPP/MTS (1998), *Dizer não à Pobreza – um combate para ganhar: Erradicação da Pobreza 1997-2006*, Lisboa, Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- Eco, Humberto (2010, 1ªedição 1980), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Queluz de Baixo, Editorial Presença
- Estivill, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- Freitas, Maria João (2010), “Áreas Urbanas em Crise – das tensões e exigências de abordagens integradas e de co-produção coletiva de soluções”, *Sociedade e Trabalho*, 41, pp.167-182.
- Henriques, José Manuel (2003), “Avaliação em programas experimentais: perspetivas da «avaliação realista»”, *Caderno de Estudos Africanos*, 4, pp.85-97
- Henriques, José Manuel (2006), Global restructuring and local anti-poverty action: learning from European experimental programmes, Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL
- Henriques, José Manuel (2010), “Ação contra a pobreza em Áreas Urbanas em “Crise”: Desafios e Possibilidades”, *Sociedade e Trabalho*, 41, pp.9-26.
- OECD (1998), *Integrating Distressed Urban Areas*, Paris, OECD Publishing.

- Pawson, Ray e Nick Tilley (2004), "Realist Evaluation", London, SAGE Journal
- PNUD (1997), "Human Development Report 1997", New York, Published for the United Nations Development Programme, Oxford Press
- PNUD (2010), "UNDP in Action 2009/2010: Delivering on Commitments" Human Development Report 2010, New York, PNUD
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2013, 1ªedição 1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva – Publicações Lda.
- Rodrigues, Carlos Farinha (2007), *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*, Coimbra, Edições Almedina, SA
- Sachs, Jeffrey (2005), *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*, New York, UN Millennium Project
- Sachs, Jeffrey (2014), *The Age of Sustainable Development*, Online e-book companion to the Jeffrey Sachs course Age of Sustainable Development, eISBN: 9780231539005
- Sen, Amartya (2007, 1ªedição 1999), *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das letras
- Sen, Amartya, (1999), *Pobreza e Fomes*, Lisboa, Terramar, Lda.
- Singer, Peter (1999), "The Singer Solution to World Poverty" *The New York Times Magazine*, de 5 de Setembro, pp. 60-63
- Disponível em: <http://www.utilitarian.net/singer/by/19990905.htm>
- Stöhr, Walter B. e D. R. Fraser Taylor (1981), *Development from above or below?: The dialectics of regional planning in developing countries*, Chichester, Wiley
- Townsend, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd, Disponível em: <http://www.unmillenniumproject.org/documents/MainReportComplete-lowres.pdf>
- UN (2002), Committee on Economic, Social and Cultural Rights - Report on the twenty-fifth, twenty-sixth and twenty-seventh sessions, New York, Economic and Social Council

## Internet

- <http://www.eeagrants.gov.pt/index.php/quem-somos/251-eea-descricao>
- <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=95>
- <http://www.gpeari.min-financas.pt/relacoes-internacionais/assuntos-europeus/vertente-externa/europa/eee-efta>
- <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=88>
- [http://www.minurvi.org/documentos/5\\_Programa%20de%20países/Suelo/Portugal\\_Velhos%20Guetos,%20Novas%20Centralidades%94.pdf](http://www.minurvi.org/documentos/5_Programa%20de%20países/Suelo/Portugal_Velhos%20Guetos,%20Novas%20Centralidades%94.pdf)
- <http://www.joseph-wresinski.org/Padre-Joseph-Wresinski.html>
- [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_1/IIIPAG3\\_1\\_3.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_1/IIIPAG3_1_3.htm)
- <http://www.thelifeyoucansave.org/About-Us/Peter-Singer>
- <http://www.poverty.ac.uk/definitions-poverty/absolute-and-overall-poverty>
- [http://www.scholarclarity.com/?page\\_id=1913](http://www.scholarclarity.com/?page_id=1913)

## Anexos

### Anexo A – Entrevista com Pedro Gouveia

***Entre 1998 e 2000 foste coordenador do projeto (ou chefe de projeto, como se chamava na altura) sementes de mudança em Rabo de Peixe, verdade?***

Foi entre 1997 e 1999, julgo que foi na altura o primeiro projeto de luta contra a pobreza em Rabo de Peixe, depois daquela fase em que Portugal tinha feito o Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, que julgo que deve ter acabado 1 ou 2 anos antes desse período, houve a adaptação daquela metodologia, daquele modelo, aqueles princípios do partenariado, de participação, foi criado um Programa Nacional de Luta contra a Pobreza que era a tal ideia dos comissariados do sul e do norte que tinham verbas nacionais para haver projetos de luta contra a pobreza semelhantes aos que tinham sido feitos por via da Europa com toda a aprendizagem que foi feita. Então na Região Autónoma dos Açores, que estava ligada ao comissariado do sul, com a figura da Elza Chambel fizeram vários projetos de luta contra a pobreza e um especificamente para Rabo de Peixe, que acho que começou em 1996, se não me engano, muito ligado à Segurança Social. Até que depois a Segurança Social e depois, um bocadinho mais tarde, o programa nacional, percebeu que deveria haver uma figura de gestor ou de coordenador de projeto e que deveria ser escolhida essa pessoa. Eu quando cheguei estava ainda um bocadinho sob alçada da Segurança social, eram os técnicos, os colegas da Segurança Social, que faziam lá o entendimento local, um tinha a habitação, outra colega, tinha não sei o quê, outro tinha mais ou menos um duplo papel, mas continuavam a fazer o atendimento social. Julgo que foi mais ou menos nessa data.

***Podias falar brevemente dos objetivos do projeto? Consideras que foram cumpridos? Quais as maiores dificuldades sentidas e as maiores aprendizagem que daí retiraste?***

Tinha muitas questões também de uma interpretação das necessidades, naquele caso não era a vila, mas da freguesia. Por exemplo, começou-se a perceber que fazia sentido que as mulheres tivessem a oportunidade de trabalhar, começou-se a tirar competências, não é? Algumas parentais, algumas, por exemplo, ligadas, às manualidades, fazer biscoitos ou fazer costura, não sei se na altura também lá havia bordados, mas depois dizia-se: - Se as mulheres um dia montarem uma cooperativa, se quiserem independentizar, ganhar o seu sustento, mas têm 7 filhos, e onde é que as mulheres põem os 7 filhos? Em Rabo de Peixe não há uma creche, não há uma ama, não há um ATL de tempos livres, lógico que depois têm a formação, e depois, ou voltam para casa, ou os miúdos estão na escola, mas alguns estão com as mães delas, com as avós, fazia sentido. - Ah é preciso ajudar as pessoas a perceberem que o espaço da casa é um espaço importante e que é preciso, também, que elas possam cuidar de si, da sua higiene, da higiene habitacional, não pôr o lixo para a rocha..., mas se as pessoas não têm casa de banho, vivem 3 e 4 irmão uns na mesma cama, outros até nos quartos dos pais. Por exemplo, no bairro de pescadores, começou-se a dizer que fazia sentido que, para além dessas formações e dessas competências, ensinar, por exemplo, era uma coisa que na altura fazia-me confusão, enquanto eu já aproveitava na minha casa os restos que a gente agora chama o redon, não havia esse hábito, era para os animais, não havia a ideia de que se podia aproveitar o arroz, começou-se também a dar

formação de como era possível uma melhor gestão com até um rendimento precário, era preciso também recuperar as habitações das pessoas, melhorar, construir um quarto, a casa de banho, que não existia, e fazê-la.

Isso foi sendo feito ao longo do projeto. Eu não desenhei o projeto. Eu quando fui fazer a coordenação, o projeto já estava mais ou menos arquitetado, por isso, o que nós fomos fazendo foi sempre na tentativa de perceber que alguns passos que queríamos dar eram preciso ser acompanhados com outros passos que na altura ajudavam ao sucesso da ação.

A tal creche foi criada, foram criados na altura 3 ATLS, ateliers de tempos livres, que nós passámos a chamar de atelier lúdico-pedagógicos porque tinham a componente do espaço de lazer mas o espaço de aprendizagem também, que era uma expressão. Portanto, o que é que aconteceu? Aconteceu que, de facto, algumas das mães que até estavam em formação e algumas das mães que foram para o espaço de cooperativa, passaram de facto, como uma mãe normal de um outro sítio qualquer, podia de manhã ir deixar a sua filha ou o seu filho na creche e depois ir para o seu local de trabalho descansadamente, ou os miúdos, um pouco mais velhos, que entretanto saíam da escola e antes regressavam a casa e a mãe abria a porta, fazia o lanche, etc. não iam para casa sozinhos, não iam deixar de estar acompanhados, iam para o atelier lúdico-pedagógico fazer as suas atividades, estar com outros colegas, a beneficiar dos computadores, dos jogos e por aí a fora, como outros miúdos, de outros locais onde estas questões existiam. Que é também às vezes perceber que, de facto, as pessoas podem por vezes até querer fazer as coisas: - Porque é que você não vai trabalhar? Porque é que não vai não sei que mais? E as pessoas dizem, eu até gostaria, mas onde é que eu deixo, como é que eu vou? São as questões dos transportes, da mobilidade. Eu até posso ir a trabalhar não sei a onde, mas eu não tenho carro, a camioneta sai à 6h da manhã e a que regressa é à não sei das quantas, então às vezes é preciso um transporte alternativo, uma carrinha, um serviço de apoio à comunidade, de proximidade, que possa levar as pessoas a esses outros locais. Não é a mesma coisa que nós termos a nossa mobilidade e não estamos a falar de Lisboa ou assim, que a pessoa apanha o metro e vai para todo o lado.

Essa parte foi muito interessante, ou a parte de permitir que as pessoas, por exemplo, quando cresceu a associação Crescer em Confiança, foi interessante, porquê? Porque de fato é a ideia que uma parte da transformação social, que é experimentada em muitos outros contextos de outros países ditos mais empobrecidos, é o papel da mulher, não é? A mulher mãe, a mulher de um companheiro, mas que no fundo é a gestora do espaço doméstico e da casa, perceber que muitas vezes, não se pode deixar de lado, obviamente, a figura masculina, mas muita vez a mudança pode ser através da mãe, porque a mãe gera a criança, a mãe tem que cuidar, uma mãe tem que cuidar da pequena, não quer que os seus filhos passem fome, sejam maltratados e por aí a fora. E portanto, muitas das mulheres tinham problemas, do quê? Que os maridos tinham hábitos de toxicod dependência e sobretudo da substância do álcool, quando não iam pescar iam para a tasca, iam beber, gastavam o dinheiro muitas vezes que recebiam da sua atividade piscatória, às vezes eram maltratadas fisicamente, porque vinham alcoolizados ou tinha corrido mal o dia e apanhavam elas... então, porque não que as mães se pudessem juntar através de um movimento associativo, como uma espécie dos alcoólicos anónimos? Pessoas que tivessem o mesmo problema mas necessidades de conversarem e encontrarem

estratégias e soluções para os seus problemas, algumas delas passando pelas questões de informação, outras delas pelas questões da natalidade, outras dos métodos contraceptivos, que há uns anos largos a esta parte, era percebido como sendo uma coisa que não fazia muito sentido, que era visto um bocadinho com uma perspetiva... nem a igreja, religião. - Vocês podem controlar os vossos ciclos menstruais ou tomar uma pílula ou métodos mais radicais, a laqueação das trompas, para não terem mais filhos, já tinham 7 ou 9, quer dizer. E foi feito pelos técnicos e por elas em conjunto, com acompanhamento, o que é certo é que hoje em dia a associação Crescer em Confiança continua a sua atividade, é interessante, continua.

Criou-se outra associação de jovens, no sentido em que, quem era o presidente de associação, quem era o conselho fiscal, porque no fundo, uma associação de jovens bem gerida, tem as questões da idade. Eram os jovens de Rabo de Peixe, esses jovens, que alguns deles estavam na rua, a criar atividades que para eles também eram interessantes, um bocadinho mais velhos, com 16, com 17, que já não lhes dizia nada aqueles ateliers lúdico-pedagógicos. Portanto, há formas diferentes às vezes, e essas coisas financeiramente também não é nada assim do outro mundo, eu por acaso não sei se a associação continua mas sei que uma das coisas que aconteceu depois da associação, foi por exemplo atividades de desporto radical que desembocaram depois nas questões do clube náutico e das questões ligadas às atividades mais de embarcação, etc. Ou seja isto significa, que depois pode haver até... as pessoas: - Ah, isso faz sentido, estamos envolvidos, para nós é importante termos uma atividade porque nós estamos ligados ao mar, bora então criar um clube náutico, que existe, e que foi apoiado depois em termos de infraestrutura.

A pergunta era no sentido de?

***Mas então foram cumpridos esses objetivos inicialmente traçados?***

Sim, eu julgo que muitos deles nem estavam assim tão escritos, mas foi a dinâmica, quando tens um projeto que consegues ter uma lógica de interação entre quem presta um serviço e de quem é beneficiário desse serviço e portanto, perceberes, as ansiedade do teu interlocutor, entrares na casa da pessoas, sentar com as pessoas, convidá-las a ir ter contigo, estares na comunidade, consegues perceber que de facto se não for com as pessoas que tu queres fazer a mudança, a transformação, podes por lá o dinheiro todo, podes gastar o que quiseres, que ela não te acontece, ou acontece numa perspetiva de cosmética, mas o interior, que é a alma daquilo que são as pessoas ou a comunidade, não foi tocada. E portanto, ao não ser tocada mantém-se tudo igual, mas com um aspeto mais higiénico, mais simpático, não é?

***De certa forma já me estás a responder à segunda pergunta: que abordagem junto de uma população em situação de pobreza, e especificamente de Rabo de Peixe, consideras ser aquela que produz mais resultados?***

Posso-te dar um exemplo prático, não queria estar muito a personalizar, mas por exemplo, eu quando cheguei, um colega que estava com a habitação, tinha montes de post-its amarelos que eram as várias casas que ele achava que deveriam ser intervencionadas, não estou a brincar, eram para aí umas 40, e eu disse-lhe: - Como é que tu te orientas? E ele, as pessoas vêm aqui... E eu, olha, mas vamos fazer ao contrário, em vez de as pessoas virem aqui, nós vamos a casa das pessoas e pronto. Depois passámos, claro que demorou muito mais tempo, mas passámos a ir a casa de cada uma das pessoas

– você mora aí, mas qual o seu problema? Quando foi para melhorar as casas fizemos uma priorização daquilo que para nós fazia mais sentido de serem as primeiras casas a poderem ser intervencionadas com os dinheiros da Secretaria da Habitação, que continua a ter um programa também noutros contextos, para além de Rabo de Peixe, embora ainda de poder ajudar com 1500€ ou 2000€ às melhorias das casas das pessoas, ou seja a metodologia funcionou. Como é que eu consigo perceber, de facto, as necessidades, as prioridades, se não for lá? E às vezes aquilo tem ambientes um bocado... uma pessoa vê coisas, e via-se na altura coisas que julgo que já não se vê em Rabo de Peixe. Eu lembro-me de uma casa de pescadores, literalmente, que entravas na porta tinhas uma espécie de sala e depois quando estavas, tinhas entrada, estavas de frente e tinhas, não sei como aquilo se chama, um buraco sem porta, que era onde as pessoas faziam as suas necessidades, uma parede e ao lado tinhas, entre aspas, a cozinha, não me lembro se comiam na sala, não tenho isso na minha memória, existe fotografias, estes relatórios não sei se estão no Instituto de Ação Social, como é possível, de facto? Depois dizem, é porque as pessoas são porcas, mas não, muitas delas é porque de facto não tinham condições financeiras e, por vezes, muito voluntariosas e por exemplo a família desta casa, queria que os filhos estudassem e que ela pudesse ir arranjar uma formação, um trabalho. Então faz sentido que se possa ajudar a melhorar, porque elas também estão a fazer um esforço nesse sentido. Há problemas grandes muitas vezes e havia na altura em Rabo de Peixe, que era a questão do alcoolismo, que não sei se isso se alterou hoje em dia, obviamente, também a questão do absentismo e do insucesso escolar, que era um problema latente, obviamente, as questões de violência doméstica, da consanguinidade, das relações e de nascimentos por via de abusos ou de primos, e às vezes entre irmãos, porque dormiam todos na mesma cama, isso era aquilo do que se falava... quando se falava em Rabo de Peixe, ah a pior freguesia, pelo menos isso em 1997/98 com o índice de pobreza mais elevado da europa, em termos concretos de facto tinha, não sei se era lato sensu a mais pobre, mas tinha realidades muito, muito duras e muito fortes, muita gente com poucas condições de habitabilidade, muita gente desempregada, muita gente dependente da atividade piscatória, muita gente dependente de um pequeno biscate, tudo isso é verdade e podias pensar, mas isso é porque as pessoas são todas um bocado malandras, preguiçosas, vê de tudo como vê noutros lados, vê pessoas espetaculares com capacidade de empreendimento enorme, percebes? Que é a riqueza que muitas vezes se esquece, é julgar que as comunidades, que todas elas por precisarem de apoio, são comunidades poucos esclarecidas, ou pouco capazes. Não, têm algumas dificuldades, têm algumas necessidades, é preciso dar algum reforço, mas sempre, sempre nessa lógica de... e se for necessário, os projetos, na minha opinião tinham essa característica espetacular, é que se fosse necessário tu podias reestruturar os objetivos, reestruturar as atividades, desde que justificasses o porquê e que te fosse autorizado, e isso é muito vantajoso, porque fazes um desenho, de uma determinada forma, de um projeto, que é o que tu queres fazer e depois estás no contexto, ou estás fechada e cumpres e cumpres e dizes que as pessoas não foram à formação porque não querem, por que não lhes interessou, podes perguntar, mas a formação dizia-lhes alguma coisa? Tem justificação para as pessoas, tem um bom horário, é num sítio onde faz sentido porque as pessoas têm como ir? Se tiveres um bocado fechado, cumpreste o objetivo que era o tentar fazer e apareceram lá 3 ou 4 pessoas. A formação é importante, então, mas o que é que gosta de fazer? Ah, eu gostava disso. Isso também é importante, mas que

oportunidade hoje em dia de trabalho é que pode haver, pode-se conciliar? Pode-se? Então mais vale fazermos aqui, esquecermos a outra e vamos fazer esta formação porque para aquele grupo de pessoas faz sentido. Era uma natureza muito... percebes? Tinham essa característica, eram projetos muito adaptados ao contexto. Pequenas coisas, por exemplo, das pessoas poderem - pode ser uma migalha - a opção de quem é que iriam ser as amas da creche quando ela estava a ser criada e do jardim-da-infância. Uma pessoa dizia, se calhar vamos pôr um anúncio público, aquilo era na altura um equipamento gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, na altura, não sei se ainda é, que era a entidade digamos gestora do projeto, porque na altura a promotora era o Instituto de Ação Social, e podias dizer que na altura fazia sentido fazer esses concursos. Não, quer dizer, a opção foi formar gente da comunidade, mulheres, para serem as futuras amas, depois tiveste que fazer, naturalmente, um processo de seleção das pessoas, mas estavas a criar uma oportunidade de trabalho, de emprego para a comunidade e a opção foi que a própria comunidade beneficiasse – não tinham as competências, deu-se lhes as competências, já não me recordo muito bem se foi 3 meses ou quanto é que foi no tempo, enquanto a casa também ia sendo criada, pois claro que tinha uma enfermeira que fazia o acompanhamento, obviamente toda a parte legal instituída em termos das pessoas com formação educadora, aquelas coisas normais, que é uma coisa que na altura não se tinha visto, então em Rabo de Peixe, os projetos estão a criar oportunidades e são as próprias pessoas de Rabo de Peixe? Sim, exatamente, e chegou-se a uma altura que era insuficiente e que era preciso arranjar-se mais um espaço que permitisse que as crianças estivessem ocupadas, fazer um bocadinho na altura, o cumprir a legislação, havia, se não me engano, 3 hipóteses, replicar o projeto, criar uma creche dentro dessa natureza, outra era criar uma rede de amas através das suas casas, que agora até está a ser legislado em termos de recibos, ou na altura havia a possibilidade de criar uma creche familiar, e a opção foi essa, criar uma creche familiar, também com um conjunto de mulheres que tinham sido formadas e que achavam que tinham competências também para poderem desempenhar a função das restantes colegas de formação, que entretanto ficaram, porque na altura nos pareceu que eram mais capazes com o emprego e então arranjou-se, tinha-se dinheiro, a Santa Casa também, arranjou-se uma casa para esse modelo de creche familiar, que era um modelo muito mais fácil de montar e que elas podiam também ser amas, mas estarem num espaço físico, não na sua casa, mas num espaço físico adaptado com o acompanhamento técnico, neste caso de retaguarda da SCMRG através dessa creche mais institucional e conseguiu-se, não me lembro de quantas amas é que lá estavam mas criaram a oportunidade das mães trabalhadoras poderem colocar os filhos nesta creche familiar. Entretanto também não sei se essa creche familiar continua, mas são modelos que eram muito, muito interessantes e às vezes permitir que as reivindicações das pessoas, não quero ser injusto mas lembro-me, veio na altura o presidente Jorge Sampaio e que foi entregue uma carta ao presidente, julgo que de 4 ou 6 pessoas a dizer também quero trabalhar e a atitude dele foi, acho isso muito importante mas eu vou entregar essa carta aos gestores do projetos e com base naquela carta, das reivindicações das mulheres de Rabo de Peixe, das mulheres formadas, é que se pensou como é que nós podemos, de facto...? Há necessidade de mais espaço para os miúdos ficarem, há essa vontade acérrima de que as pessoas possam exercer uma atividade que até foram preparadas, o que se pode fazer com uma carta destas com uma reivindicação, com uma vontade tão forte? E a solução foi essa, abrir a creche.

***Mas então as próprias mães estavam envolvidas e interessadas em trabalhar e em contribuir para o projeto?***

Precisamente, por isso é que eu digo, há muita gente espetacular, como os exemplos que te estou a dar. Há outros, claro, que só dizem: - Mas não dão, porquê? Isto tem que ser dado, não faço é nada, isso é vossa obrigação, dão a uns e não dão nada a outros... claro que se apanhou também, são pessoas estúpidas, não é? A pessoa tem é que dizer: - O senhor também não quer fazer nada, portanto, a outra pessoa foi apoiada porque fez aquilo... Nós chegámos, a “embargar” reconstruções de algumas das habitações, porque tínhamos uma espécie de um contrato assinado entre as partes, em que quando o senhor não ia à pesca, porque era um homem forte, e não sei das quantas, não ia para a tasca e ia ajudar os mestres a acartar cimento e a aprender também um bocado a atividade de pedreiro ou de servente, uma vez ou outra cumpria, depois deixou de cumprir, então parámos essa obra - entretanto as pessoas estavam alojadas numa outra casa enquanto a deles estava a recuperar - vamos conversar com a pessoa, se ele fizer o que está no compromisso assinado, muito bem, se não, então nós temos outras casas que as pessoas estão-se a coresponsabilizar no seu processo de mudança.

Porque se tu fazes por elas e elas não sentem isso como uma autorresponsabilidade, é complicado. Mas sabemos isso de uma forma natural, se disseres a uma criança, por exemplo, o pai pinta metade do quarto porque tu riscaste e tu pintas outra metade, e o miúdo fica a pintar o quarto e o quarto fica muito bonito... A tendência é que o miúdo não vai riscar o quarto, porque aquilo saiu-lhe do pelo, é a mesma coisa, se ele está a recuperar umas escadas que têm buracos e que eram de madeira e que passaram a ser de cimento, e ele sabe que aquele degrau e o outro e o outro foi ele que o fez, achas que te vai andar ali a saltar a ver se aquilo...? Não vai, para além de querer cuidar da sua casa, porque entretanto vê que fica melhor, não vai querer que a sua casa se degrade porque ele deu esforço.

Não me recordo na altura se havia questões de complemento financeiro, imaginemos que a obra custava 5.500, mas a habitação só dava 5.000, o projeto também deveria dar alguma coisa, não me recordo, penso que sim, não eram euros na altura, mas você dá mais 50 ou 60 euros ou até, o “pagamento” pode ser como se fosse horas de trabalho e a pessoa também sentia que até houve... depois chega-se a uma casa nova, o projeto até dá uma máquina, as pessoas não sabiam trabalhar com a máquina de lavar, mas então vamos conversar e fazer as coisas em conjunto, vamos agora perceber como se usa o fogão, como é que se usa o frigorífico e algumas circunstâncias, os hábitos, por exemplo, das refeições em conjunto. Chegam os miúdos das escolas, já fizeram os seus deveres, o pai ou a mãe podem não ter chegado da sua atividade, sentar à mesma mesa, por as coisas na mesa, ajudar na partilha de tarefas, para a responsabilidade não ser só da mulher.

Ou seja as questões da pobreza e da exclusão são de facto multidimensional, isso não há dúvida nenhuma, a gente não consegue trabalhar numa dimensão, da pobreza ou da perspetiva da exclusão. Não conseguimos.

Tens que conseguir perceber que tens que trabalhar no conjunto, por isso é que muitas vezes é muito complexa, é muito complexa. Eu acho que esse projeto “Sementes de Mudança”, nesse aspeto, foi capaz de dentro de um orçamento, acho que na altura de 120.000 contos, acho que era esse o valor para os 3 anos, no tempo, depois teve mais um ano de prolongamento, o projeto, só estive nos dois anos intermédios, porque já tinha começado antes de eu estar.

Acho que foi muito nessa perspectiva, a questão das mulheres, a questão da atividade económica, numa lógica da altura de estar a ser desbravado em São Miguel, porque é a realidade que eu conheço, mas também nos Açores, aquilo que também eram chamados os centros da economia solidária, numa lógica depois do acompanhamento cá do Prof. Roque Amaro e do Prof. Madelino, que é interessante mas - por isso é que eles vêm muito aos Açores - porque os Açores começou com base nos projetos a criar esses modelos que depois mais tarde no continente começou a chamar do mercado social de emprego, as empresas de inserção social, as escolas ou oficinas. Mas nos Açores começou a haver essa incubação que era de trazer o económico para dentro dos processos de trabalhar as questões da pobreza e da exclusão, económico mas para vender produtos ou vender serviços e ter um retorno, para pagar às pessoas, para não estarem lá apoiadas, não, estão lá porque estão a fazer a sua atividade, o seu conjunto de horas, por isso têm que ser remuneradas através do seu esforço e das suas competências, era uma dimensão que se calhar durante muitos anos, a questão do apoio era muito na perspectiva, e ainda é se calhar, um bocado assistencialista. Portanto, não, estas dimensões todas podem e devem ser trabalhadas. Há muitas dimensões que também o devem ser e às vezes são menos, como as questões da cultura, do património, a da riqueza daquilo que é para além da educação de um povo ou das pessoas. Podes investir montes de dinheiro mas se não trabalhares nesse nível mais infra, em que tu tens que também ganhar o respeito e o reconhecimento da comunidade com que estás a trabalhar, não no sentido de diretivas, estou cá em cima, vocês não têm dinheiro, toma lá, não. Isto é preciso ires, estares disponível para fazer encontros, reuniões e ires podendo avançar. Não se muda propriamente, quer dizer, os projetos microcósmicos ou mesmo esse de grande dimensão de investimento, os tais de não sei quantos milhões.

***De 23 milhões...***

Não se muda quer dizer, não é por aí que as coisas se alteram em 3 anos, em 4 anos tem que se alterar com uma pedagogia, com uma luta muito constante, mas com dogmas, na minha opinião, diferentes da abordagem, quer dizer, não podem ser naquelas perspectivas que de facto foi um erro e que Rabo de Peixe que sendo considerado como o parente mais pobre, foi sempre um bocadinho também mal acompanhado, havia muitos problemas, dava-se o recurso... depois ainda tinham a tendência, foi na altura da abertura para os quatro canais, a RTP Açores, a RTP1, a TVI e a SIC, e ainda havia aquela ideia das ameaças: Ah, porque se não vierem cá eu chamo a RTP. De facto muitas vezes chamavam, também por vezes um mau jornalismo, tinha havido uma cheia de facto e tinha de facto levado algumas coisas, mas em algumas casas tinham pegado nas mobílias e fechado na arrecadação de cima ou então levado a mobília para a casa do primo nas camionetas, como comentavam e depois uma pessoa ia percebendo. Ou então uma que de facto tinha ficado com as coisas, mas que tinha o cuidado de limpar aquilo tudo direitinho porque queria lá estar a dormir na sua casa mesmo, apesar das condições. De facto as pessoas ameaçando, de chamar não sei quê, havia ainda a tendência de: – Pois, pois, isto é muito mau, tome lá e esqueça disso... E uma pessoa até pode ficar com uma casa, mas em termos de conceito de cidadania e do bem público, os problemas que possam ter para além da casa, continuam, e eventualmente o miúdo continua a não ir à escola e a mulher continua a apanhar, porque no fundo não foram trabalhadas essas outras dimensões, fez-se a casa, melhorou-se a casa, as

questões da habitação que é um direito obviamente consagrado na constituição, de habitação digna para todos, mas as outras, quer dizer, explicar a importância.

Foi um período um bocadinho complexo, também, foi o período com a implementação do rendimento mínimo garantido e foi uma das freguesias piloto na altura para a implementação, foi em 97, julgo que começou à volta de 1997 e depois com alguma, digamos, a dificuldade da adaptação da legislação e depois a transposição para a realidade. Enquanto se falava na altura, obviamente que as pessoas depois iam assinar o contrato de prestação para receberem o dinheiro, houve gente que, de facto, não cumpria o que supostamente tinha sido verbalmente acordado e durante um ano continuavam a receber o RMG e isso foi muito complicado, porque dizíamos: - Olhe mas atenção porque se não cumprir o que lá está a ser estipulado isso vai-lhe ser cortado. - Ah, vai cá nada. E havia outras pessoas que também recebiam e que cumpriam e tínhamos que andar a explicar que faz bem, então não é muito melhor que o seu filho possa estar na escola a aprender, não é muito melhor que você agora até está connosco cá em cima e até está a fazer a sua formação e até faz as coisas tão bonitas. – Pois, mas eu depois vou na rua e depois sou gozada, porque os outros estão na soleira da porta com a barriga cheia e eu ando para trás e para frente e gozam comigo...

Durante um ano foi complicado, às vezes também esse desfasamento, lembro-me foi uma altura muito complicada, porque as pessoas sentiam também alguma injustiça, digamos assim – o outro não cumpre e tem, o outro não cumpre e tem à mesma, que justiça é essa?

Depois, de facto, começou a ficar mais regularizado e as pessoas começaram a sentir na pele, porque aquele valor que lhes tinha sido cortado e que, entre aspas, ou sem aspas, serem punidas, por não terem estado a cumprir.

Muitas vezes são essas as lógicas que dificultam o trabalho. De facto, externalidades que muitas vezes a pessoa não conta, que pode fazer com que as coisas corram bem ou também ao contrário, nem sempre as externalidades são positivas. Podem ter as duas perspetivas.

***Pois percebo, como em todo o lado, há pessoas que estão recetivas e contribuem e outras nem tanto, mas esse contato pelo que percebi, é muito importante, esses contacto direto e explicar as pessoas...***

É, não tenho estado agora tão junto... há cinco ou 6 anos o que tenho feito é menos trabalho de terreno e de comunidade, mas julgo que é cada vez ainda mais premente esta questão da intervenção ser uma intervenção... o Barca chama numa perspetiva mais geral o place-based approach as questões do território do a partir da base, o estar com as comunidades, com as pessoas, o não querer chegar e fazer logo, na lógica ainda de se estar à volta, pode ser um bocado lírico, da fogueira e o de conversares com as pessoas que são mais velhas, com as pessoas que têm problemas e o de perceber o que a comunidade tem vindo a fazer como esforço para se alterar.

E, cada vez mais, vê muitos bons exemplos, e de às vezes até com pequenos investimentos, nesta lógica que as coisas depois de facto alteram-se. A sociedade hoje é um bocadinho individualista, há um afastamento e muitas vezes não se olha para o lado e é possível com a ajuda do meu vizinho, com o vizinho do meu vizinho, modificar, nem sempre tudo tem que ser resolvido pelo exterior à comunidade. Às vezes a comunidade pode não perceber que tem essas competências, essas capacidades e é preciso alguém que vem mais de fora, que é o facilitador das dinâmicas com compreensão, e isso

muitas vezes é necessário, o tal clique, falta o clique, o que reúne as pontas, e as pessoas dizem assim, mas realmente nós podemos fazer esse caminho, que na maioria das vezes é o caminho da sustentabilidade da ação, porque no fundo, o exterior há de ir embora, pode ser o exterior de dinheiro, chegou foi gasto e desapareceu, se não houver capacidade de retroalimentação daquilo que ficou ao final de 5, 6, 7 anos, aquilo desapareceu, se não houver vontade de apropriação porque não é importante ou não faz sentido, aquilo está lá e as pessoas continuam a não usar. Que a gente vê, não é? Daqueles programas ler, sobretudo, nas freguesias envelhecidas, que vai o presidente da Junta abrir a porta do museu, porque o visitante telefonou para o telemóvel do presidente da Junta e que disse que amanhã ia lá abrir a porta e depois apaga as luzes, e no dia a seguir está o museu fechado e as pessoas passam e não vêm. Ou a escola profissional, não estou a dizer que seja a de Rabo de Peixe, com montes de equipamentos e maquinarias, tudo XPTO e os miúdos olham para aquilo e aquilo não lhes interessa, quer dizer, pode ser que faça sentido, mas eles têm que perceber que isso faz sentido, porque estão lá não sei quantos equipamentos que, ao final de 5 ou 6 anos de não serem mexidos, ficam obsoletos ou estragam-se com a inerência do próprio tempo. Não faz sentido.

***Relativamente ao projeto VGNC, pela informação que tenho, percebi que na altura nunca houve qualquer contacto ou participação no levantamento do diagnóstico de Rabo de Peixe, já que foste coordenador do projeto Sementes de mudança em Rabo de Peixe...***

Sim, mas não fui até ao final do projeto. E o próprio Instituto de Ação Social foi durante todo o tempo que eu estive, e depois de eu lá não estar e de outros projetos subsequentes ali ou no outro lado, continuou sempre a ser a entidade promotora dos projetos de luta contra a pobreza, que na altura, em 97, eram 22 ou 21 na região, nas ilhas. Havia na Povoação, na Lagoa, não sei... em Nordeste, na Praia da Vitória...

***Sim, estou a perceber que seria mais com o Instituto de Ação Social...***

Sim, quer dizer, quem fez o desenho do projeto não sei se foi pedir elementos, pedir coisas à entidade promotora, para além das entidades gestoras dos projetos. O instituto de ação social tinha a avaliação, os testemunhos, toda essa parte e ainda por cima estamos a falar de coisas que são possíveis, bate-se à porta e pergunta-se...

***Sim, claro. Como sei que estiveram cá a recolher informação para o diagnóstico... mas já percebi que contigo não houve contactos...***

Sim e na altura também não faria sentido. Agora, se foram ou não foram ao Instituto de Ação Social...

***Pois, porque integrar essas experiências, essa informação, parece-me de todo útil, se se continua a fazer projetos numa mesma localidade...***

Claro e toda uma prática que também tinha estado sempre sobre a alçada do próprio Instituto, das questões dos serviços de ação local, já há muitos anos... na altura, quando lá cheguei, havia um gabinete em cima e havia o gabinete em baixo, cada gabinete tinha dois técnicos de serviço social, portanto, tinham quatro assistentes sociais, o chamado assistente social na freguesia de Rabo de Peixe, na altura eram cerca de 7000 habitantes e portanto, com aquilo que era a política do IAS, para mim, fazia sentido como é óbvio perceber as práticas, documentar-se...

Quer dizer, há coisas engraçadas, que é por exemplo, quer de projetos como este e outros, é de ajudarem também à criação de políticas públicas, é muito interessante, eu acho que esses pequenos

projetos bem avaliados, com uma boa apreciação, muitas vezes - porque eram também um bocado a filosofia na altura, de certa forma, de poderem ser experimentais – de perceber... por isso é que estou-te a dizer, eu sei que, durante algum tempo, depois de ter sido feito em Rabo de Peixe, os ajudantes sociofamiliares, que foi uma figura criada na altura em termos de currículo de formação e de competência e de atividades, depois passaram a criar essa categoria profissional, no âmbito dos serviços de ação social e durante alguns anos, não sei se ainda existe essa categoria, se essa figura mantém-se. Foi percebido que havia a necessidade de haver um período de transição enquanto, no fundo, já não era necessário o técnico de Ação Social, já tinha sido dado o apoio na habitação, e havia uma figura que estava na casa das pessoas, para dar apoio à qualificação das pessoas no sentido da aprendizagem e naquilo que muitas vezes é a aprendizagem da vida, como ir à unidade de saúde e fazer um cartão, dar aos miúdos as vacinas, fazer a inscrição do miúdo na escola ou fazer o acompanhamento porque o marido, de facto, precisava de fazer um tratamento.

A figura do ajudante sociofamiliar é alguém que estava ao longo da semana, com um programa estabelecido, sob a alçada da figura do assistente social - que em Rabo de Peixe eram quase todos homens, que é engraçado - mas então tinham um programa que ao longo do tempo ia sendo cada vez menor. Por exemplo no primeiro mês tinham que ter contacto com a família umas 10 vezes ao longo do mês, depois no segundo mês já seria 9, para no fundo também ir criando a capacidade própria e uma autonomização. É engraçado como é que às vezes, pequenas coisas, se percebe que afinal fazem sentido, pelo menos num contexto que hajam essas figuras, este apoio que tem muitas outras virtualidades, que era necessário ter o 12º ano, por exemplo, não era necessário ser-se licenciado, é uma espécie de animador. Uma figura que sei que depois também foram sendo formadas.

Por exemplo, uma coisa que agora sei que está sob alçada da Cresaçor, o Observatório da Habitação, não sei se é assim que se chama, que testa componentes, também que começou na altura com a Direção Regional da Habitação a fazer intervenção nas casas, de melhorar, pequenas obras, pequenos apoios em que às vezes não era preciso fazer nada de outro mundo para que a casa fique mais... e continua, agora que está na Cresaçor, que não é uma ONG mas é financiada pela ação social, pelo dinheiro público, o que significa que em termos concretos são ações que resultaram mesmo na perspetiva pública, que às vezes é um bocadinho mais... essa, na minha opinião, era uma das vantagens que também cá havia, ou seja uma estrutura como o Instituto, pelo menos aqui em São Miguel, era muito notório e eles facilmente iam ao terreno e acho que agora têm-se afastado.

Se uma pessoa perguntar agora que ações são promovidas pelo instituto da ação social ou pela Segurança Social, em termos de intervenção comunitária, existem? Zero, nem aquelas que felizmente existem no continente, os CLDS+ que vão regressar ou já regressaram, não existe nada, nem as iniciativas aos bairros críticos, é uma crítica que eu faço, existe de novo uma perspetiva micro, demasiado micro, de dar a refeição à pessoa, que é importante, pagar a medicação, pagar a eletricidade, pagar a botija de gás, bater à porta e falar com a sua técnica assistente, e que depois não atende, e depois anda tudo revoltado.

Voltou-se, não faço ideia se em 92 ou 93 era assim, eu não me lembro, enquanto estive mais ligado também existiam esses apoios, ainda bem, mas agora, se quiseres ir a uma comunidade apresentar um projeto e intervir, não se pode, não há. E acho que assim não vai lá, não sei se é uma questão

política, porque a gente sabe que a pobreza dá votos, há uma espécie de mama, a chamada mama, não sei, sei que é criticada por várias pessoas e que têm a vontade até de publicamente discutir as opções políticas porque as opções política são, ires num caminho em vez de ires num outro caminho, e as opções podem ser boas ou não.

Nesta ótica aqui das questões da alavancagem, das coisas pela comunidade, através da comunidade, pelas pessoas, o place... não, de cima para baixo, toma lá, amanhã não tens dinheiro, depois a comidinha da comunidade... percebes? E isso é para mim é terrível, não consigo perceber qual é a opção, não consigo.

**Como avalia a situação da população de Rabo de Peixe na época de 2004/2005, antes do arranque do projeto?**

Nessa altura não te consigo dizer porque não estava cá.

**Ou pelo menos após o projeto que coordenaste, após a implementação? Houve algumas mudanças não foi, pelo menos com a situação das creches, de algumas mães a trabalhar...**

Houve, houve, depois eu estive cá, já não sei qual foi o ano, em 2005 ou 2006, e continuei por exemplo a ver os biscoitos que são os palitos de cerveja, passo a publicidade, são excelentes, que foram incubados no centro de economia solidária, na altura chamada a EcoSol, estavam no mercado ainda. Portanto, nessa altura tinham sido até tomado um bocado em mãos pela própria, julgo eu, Santa Casa, ou seja, não havia projeto que eu saiba, na altura, pelo menos de luta contra a pobreza desta natureza, porque ele deve ter acabado em 1999 ou 2000. Portanto, continuou durante algum tempo a haver um conjunto de atividades e iniciativas, visíveis, porque as mentalidades, julgo muitas delas se alteraram para melhor, nem que seja através das associações que lá ficaram como a associação Crescer em Confiança... como te disse, em 2014 ainda existe a associação e até na sua matriz, parte daquilo que era a sua filosofia, que era a associação das mães de Rabo de Peixe, a associação das mães de Rabo de Peixe, das mulheres dos Pescadores que não tinham voz, ou que não se poderiam mobilizar.

Nesse aspeto trabalham bem em rede na área da mulher e da violência, há aqui uma boa rede, bem organizada, na altura até através do Instituto, acho que chama-se rede de apoio à mulher, e uma das entidades que continua a fazer parte da rede é a associação Crescer em Confiança.

**Consideras que as intervenções físicas realizadas pelo projeto VGNC eram fundamentais para desbloquear esta trajetória da situação da pobreza da população de Rabo de Peixe?**

Pois, esta é uma espécie de uma pergunta rasteira... Pois quer dizer, não consigo dizer... Eu a sensação que tenho hoje é que houve demasiado aparente investimento no betão, uma grande escola de formação profissional, mas se calhar as pessoas até podem dizer que é curta para as necessidades, se calhar o centro cívico, um grande espaço, mas que já ouvi que não é utilizado.

**O centro cívico...? Estás a falar do Centro Comunitário e da Juventude?**

Sim. Se me perguntares, se eu tivesse possibilidades se escolheria esse caminho, eu julgo que não, porque eu acho que pela experiência e por aquilo que eu tenho observado, intervenções de outro tipo de características, as questões da volumetria, prefiro as mais homogêneas com o resto da arquitetura, em vez se serem grandes cogumelos que nascem e depois tu olhas e só vês aquilo, difícil de manter, com gastos de despesas de manutenção de energia, porque depois às vezes, tens e não tens as pessoas, que é o porteiro, a senhora que atende o telefone. Acho que muitas vezes há uma espécie

ainda, uma pouca capacidade de aprendizagem histórica civilizacional dos portugueses, o dinheiro, as especiarias, depois era a prata... e houve aqui um elo dourado, do dinheiro da comunidade, não é? Muito bem investido e muito mal investido, que às vezes para que a obra fosse visível, tinha que ser uma obra física e de relevo. Se eram preciso fazer tantas rotundas, tantas avenidas, a matriz, digamos, da geografia do território, como era em 97, está quase irreconhecível, se isto era assim tão importante, eu não sei, mas já me disseram que um quilómetro de alcatrão, eu nem te sei dizer o nº que é uma loucura, são milhões, para fazer uma estrada, para fazer um quilómetro até pode chegar, mas fazer uma estrada... para os carros andarem...

Será que não são estas pequeninas iniciativas no bairro, na rua, um equipamento mais pequeno mas qualificado, o ter que formar pessoas, de facilitar, de responder às necessidades, da arquitetura, que é preciso recuperar, ou até construir de novo? E depois outro equipamento de outra natureza, que as pessoas também se apropriam e que também lá vão, vamos agora limpar isto tudo, isto era um bocado a filosofia do antigo presidente da junta, Artur Martins, só se resolve o problema de Rabo de Peixe, com uma avenida junto ao mar, fazeres ali uma avenida, deitavas aquilo tudo a baixo, fazias uma espécie de passadiço e os problemas desapareciam. Eu não digo que esse projeto tenha essa natureza, mas a mim cheira-me um bocadinho com alguma particularidade de semelhança, acho que são coisas que são muito... a mim parecem-me muito desmensuradas. Não sei, quanto é que se gastou em infraestruturas e em ação e material?

***Eu posso-te dizer que, em cerca de 23 milhões, não chegou a 2 milhões para a intervenção social.***

Com a pergunta que te fiz e com a resposta que me deste, cheira-me mesmo a muito dinheiro para as infraestruturas e a resposta é esta, será que como todo o investimento mais físico houve comparativamente com o que eram os problemas, uma alteração? Se a resposta foi, houve melhorias mas são quase as mesmas, significa que de facto o investimento em infraestruturas, em investimento físico, em comunidades com problemas de exclusão, de pobreza, **pobreza de espírito**, pobreza económica e de recursos, não modifica e o preocupante é que, se chegarmos a essa conclusão, que se calhar outros já chegaram com outros exemplos, significa que no século XXI, em 2000 e troca o passo, não conseguimos ainda perceber que é o caminho errado.

***Bem, mas aí haverá sempre diferentes perspetivas, diferentes visões...***

Eu sei, mas se houver uma resposta, não é, que diga, havia outros problemas, queria se resolver isto, houve melhorias mas...

***E o que consideras ser a “chave” desbloqueadora deste processo de mudança para a população de Rabo de Peixe, onde a pobreza e os comportamentos de dependência da população estão tão enraizados ou parecem estar?***

Eu penso que é o compromisso claro entre a intervenção pública ou privada com o dinheiro público, sempre, sempre em conjunto com aquilo que são as expectativas as projeções os sonhos da comunidade em que se vai intervir, ou seja, que aquilo que possa ser o desenho da ação ou o desenho da política seja feito sempre num nível infra, num nível mais da relação seja ela entre instituições-instituições, instituições-pessoas ou pessoas-pessoas.

A pessoa quando trabalha percebe a riqueza que as comunidades efetivamente têm, que na maioria das vezes não se apercebem e que podem gastar as suas energias em coisas que podem de facto não fazer muito sentido e que às vezes, clarificando, mostrando, dizendo as oportunidades, se revelam que afinal elas por si percebem que, isto realmente não faz sentido, vamos todos por aquele lado.

Muitas vezes as coisas podem não ter um nível de investimento brutal e de uma ideia de que se vai conseguir de repente uma alteração profunda, a natureza humana é muito complexa, as relações sociais são muito complexas, quer dizer, eu partilho um bocadinho a filosofia do prof. Bruto da Costa, se não alterares e não mudares a sociedade nunca vais resolver os problemas. A sociedade é um todo e os problemas da pobreza e da exclusão é um micro dessa sociedade, portanto, se não alterares a forma de pensar da sociedade não é intervindo no micro que vais alterar, agora, quer dizer, nunca vais encontrar soluções de cá de fora se, quem necessita de apoio para mudar as suas condições, não estiver disponível, se não estiver interessado, se não perceber, não é? Não é uma resposta se calhar muito...

Algumas vezes perguntaram-me, quando fui para o continente - Ah, então estiveste a trabalhar em Rabo de Peixe e tal, então qual era o grande problema da pobreza? E dizia, para mim era a pobreza de espírito, que é o estares a explicar uma coisa à pessoa e é como se estivesse a falar alemão, não consegue perceber...

***Mas não consegue mesmo ou não queria também entender?***

Na maior parte das vezes, as pessoas não percebiam, porque isto tem a ver com o contexto da sua vida, pessoas, comunidades pouco letradas e pais pouco letrados, eles próprios poucos letrados, muitos deles com alguns hábitos de pouca iniciativa, de alguma acomodação, isso são questões culturais e de mentalidade e, portanto, tu tinhas de conseguir que as pessoas por elas percebessem, não apenas o que tu estavas a querer dizer, mas também o que tu achavas que fazia sentido para elas, pôs os miúdos a estudar, eles tinham que perceber porque é que isso era importante. Se tu tens alguém, que é um exemplo que não me esqueço, estava numa reunião numa escola de Rabo de Peixe, e a mulher ameaçou – porque se me tiram o rendimento mínimo eu tiro o meu filho da escola! E tirou o miúdo da escola. Pronto, ameaçou, que se alguém lhe tirava o rendimento mínimo, a punição era tirar o filho da escola. O filho estava na escola porque tinha o rendimento mínimo, é lógico que é invertida, não é? Têm que perceber o princípio básico, é importante obviamente o dinheiro, mas porque é que o seu filho deve ir à escola, porque é que o seu filho deve estar na escola. Se a pessoa ainda não tinha percebido isso, tens que trabalhar, não vale a pena trabalhares mais nada, não vale a pena trabalhares para nada, se não for aquilo é outra coisa qualquer, mas para que é que eu vou trabalhar, se eu fico aqui em casa e me dão os 150 euros? E se os 150 euros me dá, e isso é o que para mim é importante, ir ali para a tasca da esquina, que agora é mais moderno, vou ver a sport TV o Benfica a jogar... Gastas o que tu gatares, comes e bebes, folclore, corta a fita e não sei quê, e no dia a seguir, penso da mesma forma, ajo da mesma maneira. E têm um grande edifício, grande infraestrutura e até vou lá carregar no computador e aparece-me uma imagem, aquilo é bonito e não percebo para que aquilo serve...

Também não é por pões as pessoas agora a fazer aqueles cursos que estão aí das novas oportunidades, ou dos RVCC, ou como é que isso se chama, que ficam qualificados, agora têm um diploma que tiraram durante 2 ou 3 meses, e a revalidação de competências, e tiram num ano, e vão

todos concorrer da mesma forma para o mercado de trabalho, com alguém que fez o percurso escolar, de facto, durante os 9 anos, não estou a dizer que a experiência... mas é diferente, as pessoas de facto têm que ir, tem que estar com outras pessoas, que pensam também de outra forma, que têm outras atividades, têm que aprender, têm que ver. Achei piada há uns tempos atrás, os Bensaúde, que disse, quando lhe perguntaram, você pode oferecer aos seus filhos o que eles quiserem porque tem recursos, para si o que é mais importante? E ele disse, para mim o mais importante é dar oportunidade aos meus filhos de terem mundivivências - ele por acaso tem toda a razão, pronto, vão ver o mundo, ele tem dinheiro, vão ver o mundo... não sei o que vão ver, se calhar só vão ver coisas boas, mas vão ver... quando tu estás na tua mundivivência e eu sou igual aos meus pais, não conheço a diferença, não trabalho porque os outros não trabalham, estou à espera do que me vão dar, porque também dão ao meu vizinho. Tu tens que dizer que isso não está certo, tu tens que explicar, mostrar, não, não está a ver que aqui faz-se assim e aqui faz-se assado, não é importante saber escrever? Então se você quiser ler um cartaz, consegue ler? Não, não consigo. Pois... se não se explicar...

Este trabalho, que não sei se é numa perspetiva educacional, se é numa perspetiva cultural, se é numa perspetiva mais pedagógica, não te sei responder, agora que a mudança tem que ser sobretudo nestas comunidades complexas, por esta via, não esquecendo das outras dimensões que acompanham.

***Da tua experiência e conhecimento, atualmente como avalias a situação da população de Rabo de Peixe mais carenciada, após a implementação destes projetos? Achas que de facto mudou realmente alguma coisa?***

Só te posso dizer que quando estive lá no outro dia gostei muito de estar, as pessoas naturalmente na sua vida, algumas mais organizados do que outras, a fazer a sua atividade, nós andámos ali mais, sobretudo pela zona do peixe e das linhas, ali perto do porto de pesca, na sua atividade, algumas sentadas a conversar umas com as outras. Lembro-me perfeitamente há uns tempos atrás, de ir à escola profissional, muita gente de Rabo de Peixe, uma ou duas escolas a cima, muita gente a pôr os filhos na escola que não existiam, que agora existem - não sei se foi nessa altura do projeto – escolas de fora aparentemente normais, agora, se no interior, não te consigo dizer... por exemplo não sei se continuam a haver o mesmo nº de tascas, não sei se as pessoas quando não podem ir para o mar, se continuam a estar mais nesses locais do que noutros a fazerem outras coisas, não te sei dizer.

Se pelo facto de haver mais computadores, se de facto a literacia informática ou a infoexclusão diminuiu ou não, ou se têm mais capacidade de navegar na internet e de verem outros mundos, pela via virtual, pelo menos para quem não tem outra forma, se de facto partilham e se comunicam dessa forma, não te sei dizer...

Pronto, vi os mesmos guetos, nomeadamente um até mais visível ao pé do coreto, que sempre foi um local onde sempre se concentraram muitos homens que não faziam nada naquela altura, e agora também não, ou se calhar fazem outras atividades chamadas ilícitas, que aparentemente estão ociosos, que sempre foi também um atrair com cariz de encontro, não te consigo...

Que não consegui encontrar alguns espaços da minha memória visual, não. É engraçado, por exemplo, o bairro de pescadores antigo, acho que deve ter mesmo desaparecido, era característico, que 90% eram pescadores, tinha uma geometria concêntrica, quase de facto uma comunidade, só aberta para

ela e quando entravas era uma espécie quase de círculo, que dá a volta, que era um mundo de outras realidades.

***Mas isso é bom até, não é? Que não hajam esses círculos tão concentrados?***

Pois, não sei, há quem pague por condomínios fechados, têm um porteiro, não faço ideia, se as pessoas eram felizes... Eu tinha ideia que as pessoas, independentemente das suas casas não terem condições, faziam a sua vida nesses bairros, estendiam a sua roupa, jogavam à bola, chamavam-se uns aos outros e agora sinto as coisas mais lineares, mas isso sou eu, não vivo lá... Mas a minha memória visual tinha certos... com estas obras todas, com os arruamentos... eu localizei-me quando estive... e tive que olhar duas vezes para o porto de pesca que ele está mais ou menos engolido pelo outro, pois ele era aqui, mas agora está ali mais em cima, isto não existia rigorosamente nada.

***Mas a minha questão era mais sobre as mudanças em termos de situação de pobreza da população...***

Eu percebi, eu percebi mas isso não tenho... algumas memórias olfativas, estas mantêm-se, aquela parte ali da zona da fábrica, há ali uma altura que é muito complicado.

## **Anexo B – Entrevista com Maria João Freitas**

### ***Como foi realizado o diagnóstico para a elaboração da candidatura?***

Eu estive na coordenação do diagnóstico mas não estive lá mesmo a fazer a recolha de informação, mas tanto quanto me recordei, tivemos recurso a dados, a fontes estatísticas, a documentos que existiam, muitos deles, do governo regional, que também já existiam sobre a realidade e depois foram feitas reuniões com os vários parceiros locais...

### ***Que eram eles a Câmara...?***

Com os vários, com associações e reuniões aqui da nossa equipa do LNEC e com os interlocutores, vá lá, privilegiados, em que se fizeram várias reuniões lá em Rabo de Peixe e houve contacto também de terreno, portanto, na altura, para além de visita ao terreno, houve contacto não sistematizado, não fizemos um questionário, mas fizemos entrevistas, fizemos contactos com algumas pessoas no sentido de sustentar a informação necessária para o diagnóstico. Quer dizer, mas a base mais quantitativa eram informações que já existiam.

### ***E dados que o próprio governo e instituições tinham disponibilizado?***

E o próprio INE e havia alguma informação disponível sobre esse assunto.

### ***Considera que esses atores locais deram, de facto, contributos relevantes? E se tinham um conhecimento “real” e proximidade da população visada no projeto?***

[MJF] Eu não estive lá, imagino que sim, não era muito hábito eles fazerem esse tipo de interações, houve ali alguma dificuldade em reunir os atores locais em grupo, mas imagino que sim, quer dizer, eu acho que para nós, na altura, foram muito importantes essas missões que fizemos ao terreno, eram missões um bocado intensivas, para dar sentido também a muita da informação que já existia disponível. Foi difícil um bocadinho de mobilizar, mas depois eles participaram.

**Ainda relativamente aos atores locais, já entendi que não esteve no terreno, mas da percepção que os seus colegas lhe possam ter passado, considera que eles acreditavam que era possível essa mudança na população? Eu pergunto isto, porque eu própria sendo de lá, sei que persiste a ideia generalizada de que é difícil uma mudança.**

Basicamente, eu acho que na altura, vamos lá ver uma coisa, acho que havia e que todos tinham uma noção do que aquilo que estava em jogo em Rabo de Peixe, precisava de intervenção, sendo que o que estava em jogo era demasiadamente complexo também para poder ser esperado que a intervenção por si só viesse a resolver problemas que estavam lá estruturais e não estavam só dependentes daquilo que se estava lá a propor. Todos eles tinham uma ideia de que era preciso fazer qualquer coisa, claro que, como é às vezes muito frequente nestas situações, a primeira abordagem é sempre, àquilo que eu chamo, uma “lista de supermercado”, cada um tem a sua ideia de quais são as suas prioridades de intervenção e como aquilo era uma terra muito carente de intervenção, todos tinham listas bastante já consolidadas.

Ali, com muitos anos de expectativa de que algum dia pudesse haver oportunidade de fazerem passar determinado tipo de ideias e, portanto, isso foi obviamente uma circunstância e uma também dificuldade na montagem do projeto, porque o projeto queria ir um bocadinho mais além do que a simples lista ou um somatório de “listas de supermercado”, com tudo o que depois implica lutas entre uns e outros, etc.,

essa parte foi um bocadinho complicada, mas eu penso que eles, de qualquer maneira, enfim... eu não sei se eles tinham propriamente... Eles tinham “listas de supermercado” como toda a gente tem, portanto, isto não é uma crítica, aquilo que nós queríamos na altura era fazer uma candidatura que desse um bocadinho de sentido à intervenção de forma integrada, se essas “listas de supermercado” estavam fundamentadas por uma perceção concreta do que é que era necessário para a população ou se estavam fundadas ou fundamentadas noutra tipo de... não sei como é que eles tinham chegado às “listas de supermercado”.

***Mas houve então muitos contributos por parte das entidades locais?***

Sim, houve contributos, sim, a avaliar pelo menos depois no redimir de algumas posições que nem sempre eram conciliáveis, etc. Agora, se aquilo era porque acreditavam que aquilo era mesmo... eu acho que acreditavam que aquilo eram coisas importantes para a população, mas tenho sempre depois dúvidas nestes processos se as populações são um bocadinho um pretexto para fazer determinadas coisas ou não, mas não tenho razões para dizer que eles na altura não estavam lá com boa vontade com tudo o que era possível estar na altura, porque também hoje é fácil, muitas vezes, criticar determinados processos e este processo foi um processo bastante difícil de origem, numa altura em que também não se tratava este tipo de abordagens como se trata hoje, na altura, as candidaturas normalmente eram muito separadas, entre o físico e o social, as instituições eram muito separadas, aquilo intentou uma integração de sentido e de uma abordagem integrada, era um exercício que não era muito fácil de fazer e que não era tão aceite como hoje se calhar é de se fazer, e olha, foi o que foi possível.

***Mas estava a dizer que foi difícil, já percebi que houve algumas dificuldades, mas qual foi a maior dificuldade?***

A confiança. Quer dizer, eu acho que havia muitas dificuldades, a começar, lá está, pela adesão a este tipo de abordagens, mas a confiança. A confiança, o momento não era o indicado, era um momento pré-eleitoral, havia lá muita trica-político-partidária metida pelo meio, portanto, também fazer uma discussão destas em momentos destes, já se sabe que é sempre mais complicado, mas acho que, assim de repente, se me perguntar, eu acho que é a confiança. E não sei se esse problema foi resolvido mesmo depois do processo, acho que eles desconfiavam todos muito uns dos outros e também de nós, porque nós eramos um elemento externo, e era um projeto atípico, um projeto que tentava, apesar de tudo, trabalhar em colaboração com os agentes locais mas tinha uma iniciativa nacional, se este tipo de projetos é difícil noutras regiões, agora imagine relativamente aos Açores, que tem a sua autonomia bem definida, não era muito bem visto, de facto, um projeto que vinha da iniciativa do governo do continente.

***Sim, mas era também uma intervenção de forma a que contribuísse para a melhoria da região...***

Sim, lá está, quer dizer, mas uma coisa é o que se dizia e no qual se acreditava, outra coisa...

***Na prática...***

Não, não é a questão da prática, acho que nós conseguimos ser bastante retos e aquilo que dissemos que eram as intenções conseguimos sempre levá-las até ao fim, no sentido do que eram os pressupostos do trabalho. Mas não chega chegar lá e dizer: Ah, vamos agora fazer uma coisa toda

engraçada. Compreendemos que as pessoas tenham os seus pés atrás, até porque tinham já estado em processos anteriores, ou porque não acreditavam, ou porque eram céticos de natureza.

**No despacho conjunto do arranque do projeto, referia que o objetivo do projeto era o de minimizar as problemáticas das regiões relativamente às regiões vizinhas. Para que isto aconteça o que considera que é prioritário para retirar a população de situações precárias?**

Não sei se estou a entender a pergunta. Como lhe disse, este projeto teve que lidar com situações de pobreza, tendo noção de que seria apenas um contributo, o melhor contributo que pudesse ser, para ajudar a iniciar um processo que não se poderia resumir ao projeto, como é evidente. Em termos de conceção não tenho dúvida que foi, se depois em termos de execução houve...

Não tenho dúvida nenhuma de que foi a perceção de que aquela comunidade estava num processo muito enrustado de cultura e de realidade de pobreza e de que era necessário intervenções que ajudassem a desbloquear aquela produção sistemática de pobreza, sendo que havia situações de emergência para trabalhar e havia situações que era mais a criação das condições que depois, eventualmente, pudessem favorecer outro tipo de percursos. E sempre havia a perspectiva de que o projeto poderia ser uma boa alavancagem, quer no sentido de romper com algumas rotinas existentes, quer trabalhando de forma integrada as várias dimensões que poderiam ser interessantes alavancar para construir esse percurso. Lembro-me nas discussões que ninguém poderia imaginar que quatro anos depois, que era o tempo do projeto, aquela situação que tinha questões, lógicas, bastante enraizadas, de repente iria ficar tudo resolvido. Agora, tinha como missão, de facto, criar as condições para pelo menos haver uma rutura com aquele ciclo vicioso que permitisse desbravar novos caminhos. Isso garanto-lhe que no início era a intenção do projeto, fazendo como? Trabalhando a confiança, fazendo diferente, com uma equipa no terreno com uma enorme proximidade, tentando perceber melhor o que é que estava efetivamente ali a reforçar aquele ciclo vicioso, trabalhando de forma integrada, tirando partido de todas as intervenções no sentido de poderem dialogar umas com as outras e penso que a candidatura estava formatada nesse sentido, as ações não valiam - lá está, era o passo que se queria dar em frente em relação às "listas de supermercado" - a ação não valia pela ação, valia por todo o potencial de diálogo que tinham entre elas para poderem, de facto, criar uma dinâmica, que essa sim, pudesse ajudar a pelo menos ganhar confiança ou esperança noutros caminhos que não fossem do mais do mesmo.

**Estou a perceber, não era o projeto como um fim em si mas mais para criar dinâmicas**

Sim, como este era de pobreza, obviamente era um contexto importante, e o projeto pretendia pelo menos criar uma experiência diferente que permitisse identificar e alargar caminhos que rompessem com a reprodução do processo existente e o processo existente era, quer do ponto de vista das dinâmicas das populações, quer da relação das instituições com aquelas populações, quer da própria lógica que se inculca ao tipo de investimentos, por exemplo, ao nível físico.

Quer dizer, aquela ideia de que basta ter equipamentos ou basta ter uma estrada nova, nós dizemos, não, isso é importante mas isso não basta, por si só a coisa não vai. E daí que o nosso encontro, pelo menos na candidatura, daquelas ligações todas que havia entre as quatro vertentes porque era preciso capitalizar o efeito daquelas ações, para além daquilo que era concretamente, de forma imediata, para criar uma dinâmica diferente da relação daquelas pessoas com a sua própria história e da relação

daquelas instituições com aquelas próprias pessoas, porque isso desde sempre foi identificado como sendo uma dimensão a trabalhar, com o pressuposto de que era preciso trabalhar de forma diferente, estar de forma diferente, fazer coisas diferentes, algumas poderiam ser as mesmas mas fazê-las de forma diferente e sobretudo assegurar que a dinâmica de sinergias entre estas ações não era deixada ao abandono como a maior parte e muitas vezes acontece. Há muita coisa que se faz, mas depois, a dinâmica de sinergia, essa ninguém trabalha. Essa era a ideia original.

***Na proposta de candidatura estavam definidas uma série de variáveis com os impactos que se pretendiam vir a atingir com a indicação de que na fase do arranque do projeto estes viriam a ser definidos. Pelo acesso que tive aos relatórios, parece-me que nunca foram definidos. Gostaria de perceber se houve alguma razão, dificuldades que não se previa inicialmente?***

Pois, é o problema destes projetos, por um lado, quer dizer não é fácil, você está a fazer uma tese nisto, sabe que não é fácil identificar logo imediatamente os indicadores que são os mais pertinentes para os quais é possível arranjar informação, isso é sempre uma dificuldade. Depois, penso também que era uma candidatura e isso é o problema que acontece em muitas candidaturas, começa-se muito bem e depois passa a ter um financiador ao qual tem que dar resposta e o senhor financiador é que pede assim ou assado e você rapidamente com a pressão de ter que responder ao que o senhor financiador pede, quer dizer, aquilo que é mais substantivo às vezes fica pelo caminho.

***Refere-se à EFTA?***

Sim, sim, a questão da operacionalização dos indicadores... está a falar do sistema de indicadores, certo? Eu acho que houve aqui muitas dificuldades, houve dificuldades concretas em estabilizar. O sistema de indicadores que acabou por estar a funcionar foi o sistema possível que respondia mais ou menos àquilo que era possível recolher de informação e que era aceite por parte do EFTA. Se me perguntar se aquele sistema de indicadores é o sistema perfeito, nem é pouco mais ou menos.

***Mas referia-me mais a uma tabela de impactos, como por exemplo, a redução da taxa de analfabetismo, onde seria definido quantitativamente a sua redução na fase da implementação do projeto.***

Isso não me recordo, não sei. Não acompanhei essa parte.

***Durante a implementação do projeto houve algumas adaptações à candidatura, como por exemplo, a piscina oceânica. Considera que este tipo de alterações possam ter afetado o propósito do projeto?***

Eu sobre isso é assim, eu não vejo mal nenhum em que os projetos ao longo da sua vitalidade possam propor alterações àquilo que era inicial, não vejo. Às vezes vejo que há mais problemas quando os projetos propõem uma coisa para 4 anos e depois ficam cegos e surdos relativamente a tudo o que se vai evoluindo, até porque, muitas vezes e inicialmente, fazem-se propostas que são aquelas que são possíveis e depois até se criam condições para que sejam outras coisas possíveis, eu em módulo não vejo problema que os projetos se renovem nas suas intenções ao longo do percurso, em módulo, em teoria.

Relativamente a essa alteração, vou-lhe ser franca, não tenho opinião, não sei... há de ter havido motivos para se ter substituído a piscina oceânica pela pertinência da piscina interior, agora não lhe sei

dizer, há de ter havido bons motivos com certeza para o fazer, não sei quais foram e muito menos faço ideia se foi uma boa opção ou não.

***Eu perguntei, porque uma das coisas que estava referido na candidatura, era que os miúdos tomavam banho no mar, mas no porto com o óleo dos barcos...***

Sim, e os miúdos não sabiam nadar, os miúdos tinham ali uma relação com o mar, mas eles não sabiam nadar e havia ali outra situação indecente que eram só os rapazes, as raparigas eram pouco envolvidas nessas atividades ali, náuticas. Por exemplo, essa vertente era uma vertente importante mesmo com a versão do clube náutico, que não era a ideia daquilo que lá está neste momento. Não sei, há de ter havido, com certeza, razões ponderosas, mas não sei.

Para lhe estar a dizer que sim ou não... posso-lhe é dizer o que é que estava inicialmente. Inicialmente a versão da piscina e do clube náutico, justificava-se porque aqueles miúdos passavam ali muito tempo do seu tempo livre e demonstravam alguma apetência por atividades do mar, mas por exemplo, não sabiam nadar e acabavam por não aproveitar completamente alguns desportos náuticos. Já havia uma escolinha pequenina, mas ainda estava muito embrionária, portanto, sempre se achou que intervir através de uma coisa que eles gostavam e que estava ali à mão de semear, podia ser uma boa oportunidade quer para alargar e a tornar mais segura. Inclusivamente aquele seu entretenimento era o entretenimento normal, mas que seria uma boa oportunidade, por exemplo, para os agarrar e trabalhar outro tipo de competências e outro tipo de situações, como sendo na relação com a escola. A piscina oceânica e o clube náutico era um pretexto para agarrar um trabalho com toda uma geração que passava ali o seu tempo para começar a construir outro tipo de relações e dinâmicas.

Sei que na altura era isso, agora não faço a mínima ideia, quer dizer, podem ter chegado à conclusão... há de ter com certeza havido motivos ponderosos para que o clube náutico tivesse tido outra vocação que não aquela que estava pensado.

***Desculpe, mas qual é a vocação,?***

O clube náutico, quer dizer, tanto quanto eu percebo, o clube náutico agora é um clube náutico daqueles tradicionais, era para ser um clube, tirando, quer dizer, essa escolinha e estes miúdos que tinham um barraquito onde guardavam algumas coisas, o clube náutico era para dar alguma dignidade a essas atividades e era para trabalhar com os miúdos. Tendo em linha de conta que os miúdos não iam à escola, os miúdos passavam ali muito tempo sozinhos, os miúdos atiravam-se para o mar e ainda por cima nem sabiam nadar e os miúdos eram só miúdos, não eram miúdas, e havia problemas de gravidezes precoces e de abandono escolar e os miúdos passavam ali o tempo todo e não iam à escola. Havia a observação no diagnóstico, portanto, esses instrumentos de atividades, que aliás complementaram com as atividades de desenvolvimento de competências, etc., eram as infraestruturas que poderiam ajudar a dar corpo ao desenvolvimento de algumas atividades, que tinham como objetivo maior começar a trabalhar e perceber melhor aquelas dinâmicas e envolvê-los numa dinâmica diferente.

A intenção era essa, foi a forma como na altura se achou melhor, se a mudança da piscina correspondeu à mudança de intenção, não sei, se a mudança da piscina foi porque se descobriu que ainda se podia reforçar melhor a intenção.

Eu estou a dizer que quando a ideia surgiu, a função da piscina oceânica e do clube náutico, das duas infraestruturas estavam indexadas à animação e ao desenvolvimento de competências dos miúdos.

**Considera que a implementação do projeto foi de encontro aos objetivos propostos no projeto?**

Não lhe vou responder a essa pergunta. Não tenho dados, tenho opiniões, tenho impressões, tenho uma experiência que pode ser muito subjetiva, se foi se não foi, eu não vou... repare, acho que estive demasiadamente envolvida no início do processo para poder com objetividade, neste momento... depois mudei de funções...

Estive a acompanhar o irmãozinho desse projeto, em Alagoas, que teve um caminho diferente. É assim, tenho a minha opinião mas não lhe vou dar, também não lhe serve de nada porque é uma opinião subjetiva.

**E em Alagoas acompanhou o projeto...?**

Todo, do princípio ao fim.

**E considera que em Alagoas, correu...?**

Fantástico.

**E houve um envolvimento, imagino eu, da própria população?**

De todos, a Câmara envolveu-se e neste momento ficou lá muita coisa para além do físico para além do que foi o projeto e o projeto ainda hoje é reconhecido como tendo sido um grande alavancador na mudança de uma série de coisas, que essas sim, é que precisavam de mudar.

**Mas em Rabo de Peixe a perceção é que a mudança pode não ter sido tanta assim...**

Era mais difícil, atenção, era muito mais difícil a intervenção em Rabo de Peixe do que em Alagoas. Era muitíssimo mais difícil.

**Mas a nível de dimensão ou de problemáticas?**

[MJF] Em termos de intensidade de problemáticas, em termos de dimensão do território, e em termos, inclusivamente, dos instrumentos de intervenção, quer dizer, Alagoas era um projetinho comparado com Rabo de Peixe, Alagoas era um projeto de um milhão e tal e Rabo de Peixe era um projeto de 23 milhões, portanto, ao nível financeiro e, conseqüentemente, ao nível daquilo que estava previsto ser feito. Era muito pequenininha, era um bairrozinho, não era aquela extensão de freguesia com montes de bairros lá dentro, quer dizer, era completamente diferente e apesar de partilharem, um era a insularidade e o outro a interioridade, e partilharem muitas semelhanças, num caso tínhamos sobretudo população cigana, as situações convenhamos eram diferentes, a começar pelo número de pessoas. Mas mesmo as dinâmicas, a intensidade de problemas quer ligados à toxicod dependência quer ligados à gravidez precoce, de sistema de reprodução de cultura de pobreza, evidentemente que tinha uma intensidade e uma complexidade em Rabo de Peixe que, sendo complexa em Alagoas, não tinha nada a ver. Também depois houve muitas diferenças na condução do projeto, não é? Mas à partida, havia essa diferença, portanto eu acho que isso será sempre difícil saber se o que se conseguiu num lado, se eventualmente se acha que não se conseguiu tanto no outro, se será porque houve uma intervenção diferente, porque de facto a lógica de intervenção foi muito diferente ou se foi porque de facto a intensidade do problema também era diferente.

Ficou-se por saber, era uma hipótese mais académica que nós queríamos era, se fazendo de uma forma mais intensiva mais integrada, se se pode seguir, de facto, desbloquear alguma das pressões que era a pressão da realidade que era muito grande.

***Mas em termos de Alagoas?***

Não, em Alagoas conseguiu-se, mas como ali não se fez igual, não se fez igual quer dizer, também não era para fazer igual, mas não se aplicaram os mesmos princípios e ainda por cima a pressão era maior, ficou-se sem saber se, mesmo que se tivesse aplicado os mesmos princípios se se teria conseguido ir mais longe ou não, face à pressão da realidade. E acho que essa é que a dificuldade do seu trabalho, que é um trabalho muito complicado de se fazer.

***[troca de impressões sobre a dissertação]***

***Mas a minha pergunta é se esse tipo de atividades também trazem os resultados esperados ou não, se esse tipo de “receita” por si só é suficiente? É um pouco isso que estou a tentar perceber. Também irei lá, aos Açores, fazer entrevistas para perceber melhor...***

Pois e talvez com isso você também consiga perceber exatamente, uma coisa era o que estava na intenção e que estava na candidatura e outra coisa é o que depois foi feito, nesse aspeto, posso-lhe dizer, não foi propriamente, não foi linear. Uma coisa é o que está na candidatura outra coisa depois é o que está feito e a forma como foi feito e a intensidade como as coisas foram feitas. Isso só vai poder... à partida não foi, quer dizer, não me pareceu que tivesse seguido nem uma regra do que estava previsto, houve alterações e não houve alterações só porque a piscina deixou de ser oceânica e passou a ser uma piscina interior, houve alterações na orientação, nos pressupostos...

***Nos pressupostos como?***

Sim, no pressuposto de que a própria intervenção física por si só desencadeia e faria uma série de coisas que enfim, que nem era preciso estar a fazer mais nada paralelamente, houve diferenças, depois nos pressupostos que teve a ver obviamente com a própria evolução do percurso, com as lideranças que daí também resultaram.

Não lhe consigo dizer, a única coisa que eu sei é que é diferente, portanto deixou de ser comparável, inclusivamente com outra situação, em que, como disse, do ponto de vista também académico, havia aquela opção, se houver uma intervenção no tipo de abordagem, apesar de um ser mais intenso e outro menos intenso se isso vai realmente fazer. Não pode, neste momento não pode fazer comparação porque a abordagem foi diferente e portanto a partir deste momento, deixou de poder ser comparável. Quer dizer, sabemos que aquela abordagem naquele sítio resultou, mas ficou sem saber se resultou naquele sítio, porque era aquele sítio, ou se teria resultado num sítio que por exemplo que tinha uma pressão maior ou não. Sabendo que naquele sítio resultou, ficou-se sem saber a probabilidade, se só resulta quando os sítios tiverem aquelas características ou não. Foi isso que se deixou de poder saber. Quer dizer, também o objetivo daquela intervenção não era fazermos uma pesquisa comparada. Isto era só o *side event*, ou seja a possibilidade de.

***Sim, mas tirar daí conclusões parece-me importante, mas então também dá a entender um bocadinho que em Rabo de Peixe não produziu tantos efeitos como os esperados.***

Não sei, não faço ideia.

**Com a experiência que tem hoje faria alguma coisa diferente na candidatura, já que esteve mais envolvida na fase da candidatura?**

Talvez. A começar por desaconselhar uma intervenção dessa envergadura sem as condições necessárias para a tornar mais efetiva.

Sei que pode ser um bocadinho brutal, mas foram 25 milhões de euros, muito dinheiro, e realmente... eu acho que este projeto veio também a ajudar a perceber muita coisa que antes em sede de diagnóstico, poderíamos ter só assim uns feelings mas não tínhamos bem... ajudou a perceber, acho que deu experiência às pessoas, acho que se estas mesmas pessoas se tivessem que envolver novamente numa candidatura, o iriam fazer, de certeza de forma diferente do que inicialmente. Agora, talvez houvesse coisas que em fase de candidatura, ou tivessem que ter ficado mais bem explícitas nos seus propósitos e não, simplesmente, a sua ideia geral e algumas coisas se calhar..., quer dizer, perante algumas dificuldades que acho que existiram depois, ou da possibilidade de terem sido desvirtuadas algumas delas de maneira tão dramática...

Não lhe sei dizer assim... Acho que foi uma experiência muito grande muito forte para se aprender com ela e aprender que há ideias que podem ser fantásticas, mas que precisam efetivamente de condições para serem aplicadas e poderá não valer a pena precipitar essas ideias, fica sempre a dúvida, não é? se a gente precipita a ideia e a gente dar com a cabeça na parede porque faz parte do processo de aprendizagem e deu o primeiro passo, e isso é importante porque a partir da próxima vez talvez resulte, ou se há ideias que não se devem efetivamente avançar sem ter dadas as cabeças na parede noutras dimensões, porque depois, repare, são ideias que custaram muito dinheiro, não é? Também não dá para... portanto, fica sempre essa dúvida.

**Mas ao falar das condições necessárias, refere-se a quê, refere-se a pessoas que não estejam tão preparadas?**

Mas isso é uma dimensão que eu acho que, para o desenvolvimento destes projetos, de facto, há uma dimensão - mas não é em Rabo de Peixe é em todo o lado - há um sistema de competências e há um sistema de relações que é necessário existir, relações de governança, relações de, lá está, de confiança entre os diferentes parceiros porque isto são projetos que envolvem muita gente, envolvem muitos interesses, muitas organizações. E portanto, como eu não acredito que plantar dinheiro aos territórios por si só resolve problemas, não estou a dizer que não ajude, eu continuo a acreditar que ainda há um grande caminho para nós conseguirmos consolidar metodologias integradas nos territórios com a participação ativa das populações e que não se percam noutras coisas que não seja efetivamente dar resposta às populações, eu acho que esse é um caminho que vai precisar de utilizar essas experiências para uma pessoa ir também aprendendo, mas eu continuo a acreditar que este é verdadeiramente o caminho.

Também ganhei alguma sensibilidade ao longo de acompanhar muitos projetos de que não basta ter boas ideias, é preciso perceber quais aquelas ideias que têm caminho para poderem avançar e aquelas que precisam de ficar um bocadinho em banho-maria porque antes é preciso criar as condições necessárias e essas condições necessárias muitas vezes não passam pelas dimensões financeiras, passam sobretudo pelas dimensões organizativas, passam pelas dimensões de competências, passam pelas dimensões de capacidade ou de à vontade, da relação entre as instituições, passam por aquelas

– sabe o que estava naquele pacote que dizia Organização - nós na altura já o pusemos lá, sabendo da sua relevância, eu hoje diria, mais que nunca aquele pacote é muito importante e não é apenas vou ali fazer um curso.

Há aqui todo um capital relacional e todo um sistema de governança que efetivamente precisa de ser trabalhado, porque é a questão da confiança. Agora também é verdade que você para criar isso precisa de ter motivos, precisa de ter coisas para que a malta vá aprendendo a se relacionar uns com os outros também.

Relativamente à sua pergunta é assim, eu continuo a acreditar que abordagens integradas são a solução e sei que elas são difíceis. Acho que Rabo de Peixe veio dar evidência a muito pormenor dessa dificuldade que muitas vezes nós nem tínhamos noção.

Não sei se é por estar mais velha hoje, e por estar com mais energia ou menos energia do que na altura, hoje se calhar, teria aconselhado menos ambição relativamente a alguns aspetos que eu acho que acabaram por ter sido muito onerosos para o tipo de experiência que provocaram.

Talvez, talvez, não sei... se calhar se amanhã começar a fazer outro projeto qualquer, também não vou conseguir conter todo o potencial de intervenção, mas talvez... Talvez tivesse, aconselhasse, uma maior reflexão sobre se efetivamente, ok isto pode ir para a frente mesmo que não hajam as condições porque elas se vão criar ao longo do processo ou o risco disto se desvirtuar e ter um efeito às vezes até perverso relativamente ao que se pretende, aconselharia a que eventualmente não ficasse já muito pré-definido, mas isso ia contra a questão da participação, ou se calhar ficaria em banho-maria e depois quando a coisa estivesse mais sólida então iria arranjar um financiamento para o projeto.

Porque uma questão é certa, não vai haver segundo projeto EFTA em Rabo de Peixe e na altura também já se tinha essa noção e portanto isso também, em termos de decisão é complicado, não é? Ou se mete tudo no pacote ou o que ficar de fora também não tem a certeza que mais tarde...

Mas a pergunta que me fez, faria diferente? Sim, haveria coisas que eventualmente faria diferente.

Mas é preciso também corrigir uma coisa, mas não há projeto nenhum que eu não chegue ao final e não diga, se fosse agora a começar outra vez... isso é bom, não é? Uma pessoa também, não é só adquirir: - Ah, eu fiz asneira! Não, é porque aquilo também ajudou a aumentar algum tipo de conhecimento de intervenção.

Não entenda esta minha resposta como um pressuposto de avaliação negativa da coisa, como lhe disse eu não faço avaliações, considero que as minhas sensações não são suficientemente objetivas.

**Considera então, pelo que percebi, e em qualquer projeto, que a proximidade e o envolvimento da população...?**

Fundamental.

**E mesmo das entidades?**

Fundamental. Sem o envolvimento você não consegue mudar ou introduzir pretexto de mudança em nenhuma comunidade se não tiver perto dela, se não trabalhar com ela, se não criar empatia com ela, se não perceber inclusivamente os tempos e as dinâmicas que ela precisa para poder fazer essa transformação.

Podemos ter todas as intenções e a bondade das intenções na transformação que podemos provocar nos outros, mas é impossível conseguir transformações que os outros não queiram ou que não estejam

disponíveis ou para os quais não estejam... até me podem dar resposta para aquilo que estou a pedir mas isso não é uma transformação, porque eu vou-me embora e aquilo vai ficar na mesma. Portanto, não tenho dúvida nenhuma de que este tipo de processos exige sempre um trabalho intenso de vai e volta, não é linear, é muito "saltitante", é a confiança e a confiança demora muito tempo a ganhar e perde-se em dois segundos, de empatia - quando eu digo de empatia, de compreensão, não estou a dizer, não sou muito de que é só o que os outros dizem e depois a gente serve de veículo para fazer, não, tem que ser com o pessoal técnico, temos que dialogar - agora, não tenho dúvida nenhuma que sem essa proximidade e sem esse foco permanente na população, e essa proximidade exige-nos e ajuda-nos a não perder o foco nos territórios, porque é muito fácil perder o foco dos territórios, é muito fácil transformar os territórios em pretexto de outra coisa qualquer e deixar de ser o foco de ação, portanto, eu acho que a proximidade, a participação, o envolvimento, quando eu digo proximidade é a proximidade física, a proximidade relacional, é a proximidade do propósito, é a proximidade de informação, é a proximidade de comunicação, é a disponibilidade para estar ali, porque os projeto vindos de fora, envolve a comunidade e tem que ser feito com as pessoas.

Eu acho que como é evidente, nós podemos ir para um sítio e fazer um projeto qualquer de intervenção e vimos embora e fizemos uma coisa, agora, se o objetivo é efetivamente que aquilo que a gente lá está a fazer é para ajudar, lá está, a inverter os tais processos e a encontrar caminhos, nós temos que ajudar as pessoas também a encontrar esses caminhos e a perceber que vai haver caminho para além de nós, senão ficamos sempre: - Ah, estivemos lá, fizemos tanto e viemos embora e aquilo continuou tudo na mesma. Pois com certeza, foram lá, fizeram de conta que... quer dizer, é preciso proximidade.

***Pois... não é tanto apenas para as pessoas mas com as pessoas.***

Com as pessoas, não há dúvida nenhuma e isso é muito difícil de conseguir, sobretudo de conseguir e de manter. Quer dizer, não é muito difícil de conseguir - no caso de Rabo de Peixe não era muito difícil de conseguir, as pessoas, acho que na generalidade estavam bastante abertas à intervenção - mas de construir depois uma relação, é muito importante. E outra dimensão é: estes sistemas, estes projetos, de facto, apesar de terem um promotor ou de terem um grupo de promotores bem definidos, necessitam da intervenção de muitas entidades, não se pode estar a fazer para um lado e depois por outro lado estarem a fazer ao contrário e, portanto, precisa de um trabalho daquilo que eu chamo animação institucional antes de conseguir chegar à animação territorial, que é o de, efetivamente, olhar para tudo de forma sistémica e com o envolvimento das pessoas. Agora não há dúvida nenhuma que precisa de que os vários intervenientes estejam também com relações maduras ou, maduras, não precisam de ser muito maduras, mas em condições de criar relações que ajudem à construção desta animação. Porque senão, quer dizer, como é evidente, nada fica inviabilizado, você pode fazer tudo o que quiser, não tira é de lá os frutos que eu continuo a acreditar que podem ser tirados.

Isto é fácil ou isto é...? É de tal maneira difícil, como eu lhe disse, que se calhar há coisas que por ser tão difícil, que eu, talvez considerasse não propor para fazer.

Mas eu continuo a acreditar, sem sombra de dúvida nenhuma, continuo a acreditar que é preciso fazer projetos integrados entre o físico e o social e continuo a acreditar que isto tem que ser feito de forma diferente do que é o simplesmente executar as tarefas e que isso tem que envolver a população e que

isso tem um trabalho de criação de capital relacional e institucional muito relevante para depois conseguir sustentar toda aquela comunidade.

Os projetos chegam, vão embora e aquela malta continua lá, continua lá com uma série de infraestruturas novas, com uma série de experiências positivas ou negativas que o projeto lá deixou e vai ter que lidar com essa memória, com essa história. Das duas uma ou fica com o menino nos braços e não sabe o que lhe há de fazer, se não foi acompanhando, ou então, não, ajudou a criar aquilo, ganhou apreço pela criancinha e até vai querer acompanhar o crescimento da criancinha, é tão simples quanto isso.

## Anexo C – Entrevista com Armando Manso e António Cabaço

***Relativamente à monitorização realizada ao projeto pelo LNEC, gostaria de perceber um pouco mais em como foi pensada e realizada, se presencialmente se através do SIM (Sistema Informático de Monitorização), ou outra.***

[AM] O projeto, como sabe, é um projeto financiado pela EFTA e no âmbito desse projeto era suposto haver uma entidade que fizesse a monitorização. Nós fizemos uma previsão das ações a realizar, nesse tal relatório SIM, e depois levámos essa realização e adaptação à prática, acompanhando presencialmente. Não estávamos lá sempre mas íamos lá uma vez pelo menos por mês, acompanhámos as obras todas do ponto de vista técnico e do ponto de vista financeiro. As duas coisas. ***Então (a monitorização) realizou-se mais a nível de uma intervenção física e não tanto social?***

[AC] O objetivo genérico da monitorização era garantir o cumprimento dos objetivos do projeto que constavam na candidatura e garantir que as intervenções, no caso da intervenção física, das obras, que tinham qualidade e respeitavam a legislação, mas basicamente de uma forma genérica que eram cumpridos os objetivos do projeto, em termos físicos, de obra, e sociais. E trimestralmente éramos nós que, face ao que era realizado e de acordo com os objetivos, que propúnhamos o desembolso ou não, portanto, a EFTA só dava dinheiro mediante a nossa aprovação e era a nossa apreciação que iria condicionar o desembolso trimestral ou não. E portanto, por isso, nós tínhamos que ir lá com regularidade, pelo menos uma vez por mês, sendo que ao fim dos três meses, de três em três meses, fazíamos os relatórios, onde relatávamos e demonstrávamos que eram cumpridos ou não os objetivos do projeto e propúnhamos esse respetivo desembolso.

[AM] No projeto estavam previstas ações físicas e ações sociais também, essa equipa que estava sediada em Rabo de Peixe, era a que desenvolvia as ações sociais, e nós tivemos que conciliar sempre os dois objetivos, por exemplo, no início o projeto tinha previsto realizar as obras com uma determinada dimensão e esses objetivos foram-se alterando e adaptando às necessidades que havia, quer em Rabo de Peixe quer mesmo na Ribeira Grande, fomos adaptando o projeto a essas necessidades, sempre. Por exemplo, nós acompanhámos o projeto desde o início, no início não havia nada, só havia por exemplo a ideia de fazer uma creche, a ideia de se fazer uma escola profissional, a ideia de se fazer uma escola, a ideia de se fazer uma piscina...

[AC] A propósito disso, na candidatura tinha-se feito um levantamento das necessidades, tinha-se proposto uma metodologia de intervenção, de ações, subações tanto do ponto de vista físico de obra como do ponto de vista social, no caso das obras, onde é que elas se iriam realizar e a sua dimensão, não estava definido.

[AM] Algumas foram mudadas, houve alterações de obras a fazer em função das urgências que entretanto foram surgindo e das alterações que eram definidas quer pela Câmara, quer pela Santa Casa da Misericórdia, quer por essa equipa que dava apoio, mas nós tivemos que acompanhar todas as ações incluindo a elaboração dos projetos, por exemplo, nós tínhamos também - o nosso budget era fixo, o dinheiro que era do projeto – tínhamos que conseguir fazer as coisas, tínhamos que controlar. Por exemplo, estou-me a lembrar do infantário que falámos há bocado, o infantário, primeiro, na fase do estudo prévio foi adjudicado o projeto, foi entregue o estudo prévio, nessa fase inicial de estudo

prévio observou-se que as áreas que estavam nesse infantário eram muito grandes e que, portanto, ultrapassavam de alguma forma aquilo que nós prevíamos gastar naquela obra e tivemos nós que alterar o projeto de execução, mandar alterar.

[AC] Tendo nós o conhecimento de indicadores que nos permitiam, em função da área, estimar o custo final.

[AM] E também tínhamos indicadores das necessidades de infantários que havia na região face a outros infantários que lá existiam. Está a ver?

***Sim, sim, integraram toda a informação***

[AM] Tivemos que integrar e assumir essas decisões. Muitas das decisões foram assumidas por nós mesmos, pela nossa equipa que era a que intervinha no dia-a-dia. Portanto, a metodologia de contratar os projetos, a metodologia de acompanhar os projetos, quem é que fazia as fiscalizações, tudo isso, passava pela nossa aprovação, tudo.

[AC] Ou seja, esta figura de agente de monitorização, ao que nos foi dado depois a saber, era uma figura que já tinha existido noutros projetos da EFTA, se bem que esse projeto foi o maior projeto financiado pela EFTA, já havia, mas basicamente o agente de monitorização era uma entidade que tinha meramente uma perspetiva financeira, o quanto é que foi feito, as faturações, sempre numa perspetiva financeira, de controlo financeiro.

E não foi isso que nos foi pedido, o que nos foi pedido e o que está escrito é: têm que garantir o cumprimento dos objetivos do projeto que estão em candidatura. Ora, para garantir os objetivos nós temos que ser muito pragmáticos, temos que controlar todas as variáveis e a maior variável é a variável das ações físicas das obras, portanto, nós temos que garantir que os projetos são adequados aos objetivos, temos que garantir que as estimativas não ultrapassam o dinheiro disponível, temos que garantir que os cadernos de encargos são bem-feitos para não haver depois custos extras nas obras, temos que garantir que as obras são bem adjudicadas e a uma empresa com competência, temos que garantir que as obras são bem executadas e portanto, tivemos que acompanhar todas as fases, não tendo apenas uma perspetiva financeira, mas tendo, do ponto de vista técnico, de acompanhar tudo o que é crítico de modo a que no final, os objetivos fossem cumpridos e que não houvesse derrapagem nem de prazos, nem de custos, ou ficarem obras e ações sociais cruciais e importantes por fazer.

Portanto foi essa a nossa filosofia, foi isso que foi um pouco estranhado por parte da EFTA e por parte dos agentes, foi estranhado, foi uma postura diferente, mas no final foi amplamente reconhecido pela EFTA que foi o caminho correto e que a partir daquela data era esse tipo de intervenção e de monitorização que era desejada.

[AM] Não sei se tem noção das obras que se deram lá, dotou-se Rabo de Peixe de infraestruturas excecionais que São Miguel não tem em mais lado nenhum, quer a nível das escolas, da piscina, mas também se fizeram, na área do saneamento, obras para o concelho todo, o que é mais importante. O Presidente da Câmara sempre decidiu e sempre apontou nos seus discursos, relativamente ao projeto, o abastecimento de água, portanto, Ribeira Grande tinha grandes limitações de abastecimento de água, o concelho todo, e nós fizemos no âmbito do projeto uma estação de captação com várias estações de bombagem sucessivas, aumentámos a estação de tratamento de água e fizemos uma rede de

distribuição para o concelho quase todo. O concelho, a partir deste projeto, passou a não ter limitações de fornecimento de água que tinha anteriormente.

[AC] Para além disso, para além de ter resolvido esse problema do concelho, em Rabo de Peixe fez-se a distribuição da água e a captação da água residual mas com a ligação às casas incluído, não em todas mas na grande maioria foi.

[AM] Quando se faz a intervenção numa rua, por exemplo, de um abastecimento de água, que foi o que aconteceu lá, fez-se intervenção nas águas e esgotos nas ruas, aquelas ruas são todas ruas da parte mais baixa e nós decidimos - o que é normal, é que esse abastecimento, essas condutas sejam feitas na via pública e depois as ligações às casas são por conta das casas, não se faz as ligações às casas - neste projeto resolvemos assumir uma exceção, que na altura até foi considerado que não podia ser, mas nós tínhamos autonomia para fazer isso.

[AC] Se queríamos atingir os objetivo, que as pessoas efetivamente tivessem água...

[AM] Tínhamos que fazer essas ligações e fizeram-se essas ligações às próprias casas.

***Que não estava inicialmente previsto então...***

[AM] Normalmente nessas intervenções nunca está previsto.

***Outro ponto, e já que estamos a falar a nível de obras, mais relativamente às verbas da Câmara da Ribeira Grande, constava na candidatura que a linha costeira tinha habitação muito precária e que estava previsto fazerem a demolição dessas casas. Percebi pelos relatórios que isso acabou por não ser feito, foi mesmo assim?***

[AC] Uma coisa eram as intenções e outra coisa é o ter que se articular as intenções com o que é possível e com os projetos que existem.

[AM] Durante o processo das obras houve algumas situações difíceis, por exemplo, uma que a Câmara pretendia que o projeto fizesse aquisição de casas.

***O próprio projeto, com o financiamento dos fundos EFTA?***

[AM] Exatamente.

[AC] Na questão por exemplo, se houvesse um conjunto de casas junto à costa que tinham que ser demolidas para fazer jardim ou para limpar, o projeto comprava as casas e depois incluía a indemnização aos proprietários.

[AM] E isso não! Outras alterações profundas que fizemos, por exemplo: à medida que os projetos foram feitos, havia projetos ligados à construção dessas infraestruturas, outros ligados aos arranjos exteriores, outros ligados ao abastecimento e outros ligados ao tratamento de esgotos, nomeadamente uma estação de tratamento que Rabo de Peixe não tinha. A estação de tratamento de esgotos projetada foi dimensionada para a totalidade de Rabo de Peixe, ou seja, tinha uma dimensão que, face às readaptações que nós fizemos, não teria utilização num futuro próximo.

[AC] E tecnicamente inviabilizava o tratamento.

[AM] Claro. Não sei se tem ideia mas as estações de tratamento funcionam com um determinado volume de esgoto, há reações químicas, há volumes que condiciona o tratamento, ou seja, se tiver volume a mais, numa determinada dimensão de gestão, também não funciona, nem volume a mais nem volume a menos, então tivemos que fazer alterações grandes no projeto dessa ETAR para lhe adaptarmos a dimensão aos esgotos que estavam previstos, e portanto, o resultado dessa alteração -

o projeto ficou feito em duas fases, uma primeira fase e uma segunda fase, a primeira fase construída e a segunda, têm lá as infraestruturas principais mas não têm equipamento, mas funciona neste momento - as diferenças de verbas foram reintegradas no projeto.

[AC] Na segunda fase há cerca de um milhão e oitocentos mil euros e, grande parte, resultou dessa previsão do projeto da ETAR e também outra parte de não se terem, do ponto de vista social, realizado todas as ações. Portanto, sobrou um milhão e oitocentos mil euros - tendo feito tudo o resto que estava previsto - e que foi utilizado numa segunda fase para alargar a área de intervenção do saneamento básico, que está agora praticamente em todo o Rabo de Peixe, à exceção de umas quintas mais para cima e dotar os equipamento que tinham sido construídos na primeira fase - os equipamentos, enfim, as obras - dos equipamentos para que elas pudessem entrar em funcionamento, está tudo equipado.

[AM] Do ponto de vista social, há uma imagem que eu tenho que é muito clara, nós entrávamos naquelas ruas antes do projeto e era uma coisa inacreditável, com os esgotos a céu aberto, com as pessoas... uma imundice total. E passámos a ter ruas onde as pessoas passaram a ter um posicionamento completamente diferente.

[AC] As pessoas pintaram as casas, lavavam sempre tudo...

[AM] Tudo... ficou tudo e passou tudo a ser uma situação completamente diferente.

***Então as próprias pessoas passaram a ter esses cuidados e perceberam essa diferença?***

[AM] Exatamente, em vez de ser uma ação direta, foi uma ação indireta. E qual foi, na nossa opinião, a chave? Foi termos feito a reabilitação toda, as águas os esgotos e termos, nós, feito as ligações às casas, foi o essencial. Permitiu-nos duas coisas, primeiro, entrar em contacto com as pessoas, entrar nas casas falar com elas e elas aperceberam-se...

***Era uma das perguntas que tinha, elas tinham percebido exatamente a intenção da intervenção do projeto?***

[AC] No início estavam desconfiadas porque já tinha havido muitas promessas anteriores de intervenções e aquilo não tinha dado em nada e no início a forma como olharam para este foi, este é mais um. Depois, a agravar isso, deu-se a circunstância de a sede do projeto ter sido desviada do centro histórico de Rabo de Peixe, inicialmente a sede estava ali na rua central, mas depois decidiram não instalar a sede no Clube Desportivo de Rabo de Peixe e colocaram lá em cima e, portanto, completamente desviada.

O que estava previsto era a equipa ficar alojada no Clube Desportivo de Rabo de Peixe, que é mesmo lá no centro, na rua principal, mas que para isso essa casa tinha que ser reabilitada, antes de ser reabilitada (a equipa) estava provisoriamente mesmo na rua de Belém lá numa outra casinha alugada. E quando a obra acabou, a primeira obra foi a sede do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, quando acabou eles iniciaram o processo de transferência para aquela sede, que é mesmo no centro onde estava previsto, ora, deu-se exatamente nessa altura a coincidência da alteração da equipa.

***Mas sabem o porquê? A razão da decisão?***

[AC] Achavam que não era adequado estar ali tão próximo, não sei.

[AM] As razões nós não sabemos, se nos perguntassem a nós, diríamos que não era o mais adequado.

[AC] E portanto, de início, as pessoas não estavam a ver que iria acontecer alguma coisa, qual foi aqui a grande diferença? A pedra de toque foi de facto entrar-se nas casas, dialogar com as pessoas – Olhe,

a estrada vai passar aqui, como é que vamos ligar, por onde é que vai, o degrauzinho, como é que acede – o diálogo do dia-a-dia, em permanente, do empreiteiro e da fiscalização com as pessoas, permitiu haver uma aproximação e isso foi o início.

Isso refletiu-se também, por exemplo, a nível das escolas, antigamente havia um absentismo enorme das crianças, ainda o projeto estava a decorrer e já o absentismo, aliás está no relatório, caiu radicalmente, no final todas as crianças iam à escola, estou a falar da escola D. Paulo José Tavares do 1º ciclo, os pais à porta a buscar e depois os pais a entrarem e a terem ações de sensibilização da forma como é que poderiam ajudar os filhos na educação e, portanto, isso foi uma dinâmica que se montou e que está em prática.

***Mas acha que as crianças aproximaram-se mais por ser um edifício novo ou porque houve uma proximidade...***

[AM] Houve uma proximidade, começaram a acreditar que estávamos a fazer coisas para eles e isso fez toda a diferença.

[AC] Porque as coisas eram para eles, porque a escola era para eles, porque a prioridade era para eles. Apesar de ser uma escola nova e de haver tentativas de utilizar estas melhores infraestruturas da ilha por outras populações, ali foi decidido - Não, isto é para Rabo de Peixe, isto é para a população carenciada.

Primeiro o saneamento básico, primeiro aquela zona cá de baixo carenciada e não lá para cima, é aqui! Depois houve mais dinheiro e continuou-se. Portanto, tudo isto marca.

***Sim, mas estou a ver que partiu muito dessa proximidade, do contacto direto com as famílias, com as próprias pessoas.***

[AM] Nós tivemos muita autonomia na forma como tratámos o projeto, tivemos capacidade de decisão nestas coisas e isso é fundamental.

[AC] Estivemos sempre presentes do início ao fim, quem fez a candidatura foi o LNEC, nós entrevistamos marginalmente nalgumas estimativas de custos de obras, foi a Maria João, o Pedro e a Marlucci, entre outras pessoas. E nós, depois, quando aquilo foi aceite, logo desde o início estivemos presentes, foi sempre a mesma equipa, nós, a equipa de monitorização esteve presente, vamos levar a efeito... acompanhar as equipas, definir todos os passos, os projetos, os concursos, as contratações, tudo, tudo, fomos sempre os mesmos, portanto, tínhamos muito presente na nossa cabeça quais eram os objetivos a atingir e as necessidades, fomos pragmáticos também de não sermos inflexíveis – de não ser: isto e isto e não se altera – altera-se, porque o caminho é: queremos atingir e vamos tentar chegar o mais próximo possível. Dialogar com a população, dialogar com a Câmara, com as entidades executivas locais.

[AM] Mas nunca foi fácil.

***Sentiram dificuldades no diálogo, tiveram resistências?***

[AM] Tivemos.

[AC] No início tivemos que ser rígidos e inflexíveis no rigor.

[AM] Tivemos grandes dificuldades, por exemplo, ao nível da Câmara que os procedimentos que eles tinham de contratação não eram, na nossa opinião, os mais corretos e conduziam a um aumento de custos que nós não tínhamos e entrevistamos no sentido de definir até os contratos, não foi fácil com os

processos, a rigidez em relação às empreitadas, aos vários intervenientes, quer fossem empreiteiros, quer fossem de fiscalização, quer fossem projetistas e, sabe que nessas coisas, é preciso é intervir a primeira vez e depois toda a gente sabe que não... mas foi difícil. Foi muito difícil.

[AC] Foi difícil, mas no final todos reconheceram que aquele é que era o rumo certo.

[AM] Mas repare, se qualquer das obras tivesse resvalado, nos não tínhamos conseguido fazer o projeto inteiro, percebe? E fizemos o projeto, aliás nós não fizemos o projeto inteiro, o que é uma coisa absolutamente excepcional é que chegámos ao fim e sobrou dinheiro. E com esse dinheiro, equipámos o centro náutico, comprámos dois barcos enormes, um deles com motor 250 cavalos.

[AC] E bicicletas e pranchas de surf e fatos de mergulho. Equipámos tudo.

[AM] E no fim, ainda conseguimos fazer uma cobertura adicional na escola D. Paulo José Tavares, faltava um mês para a inauguração, a EFTA disse que era impossível, e nós fizemos questão de a fazer, foi montada e lá foi a festa final.

[AC] Mas foi um trabalho diário, de rigor, de acompanhamento, de ajuda técnica quando era necessária, de acompanhamento técnico e, portanto, não foi nada meramente apenas financeiro e para termos resultados financeiros temos que ter conhecimentos técnicos.

[AM] O projeto tinha uma comissão executiva que eu fazia parte e que reunia de três em três meses, e muitas vezes, estava o presidente da Câmara, o presidente da Junta, a Piedade, era eu e um representante do governo regional, a Isabel Almeida, que agora é a Secretária Regional da Solidariedade Social e nessas reuniões desse conselho, muitas vezes, eu estive em minoria a ser atacado porque estávamos a intervir em coisas que não devíamos, estávamos a querer que os contratos fossem sempre tratados de uma determinada maneira - eram outros procedimentos que nós não aceitávamos.

Foi muito difícil, mas nós nunca entendemos... fomos pacientemente... umas vezes entrava por um ouvido e saía pelo outro e ficávamos na mesma, outras vezes era mais difícil, mas o que é certo, é que chegámos ao fim e o próprio presidente da Câmara, digamos, muitas das metodologias que nós adotámos foram depois adotadas por eles.

Tivemos situações muito complicadas com alguns técnicos da Câmara que estavam habituados a determinados procedimentos, adjudicações, nós não aceitámos isso, criou ruturas, que nós nunca entendemos como definitivas.

***Então tiveram a capacidade de dar a volta, porque não deve ser fácil...***

[AM] Não é fácil, então sobretudo num ambiente pequeno com muitas influências políticas, aliás, a influência política não é nada fácil, mas foi um teste para nós, nós quanto mais víamos as coisas feitas e quanto mais diziam que não era possível... tivemos grandes dificuldades com empreiteiros que apresentavam trabalhos a mais, nós escrevíamos às vezes, de uma forma, nos limites do possível, que não havia trabalhos a mais e escrevíamos isso. Às vezes foi muito difícil, mas foi a única forma de dividirmos o dinheiro por todas as obras e todas serem concretizadas.

[AC] Ainda assim é importante, todo este rigor na execução e na implementação do projeto, mas também é importante o saber estimar e organizar, pelas várias parcelas, o custo de cada obra, quanto é que custa para a fiscalização, quanto é que custa para a execução e quanto é que sobra para a obra.

[AM] Uma das vantagens do SIM.

[AC] Exatamente. Isto é muitas vezes crítico nos projetos, que não há noção. Esta é uma das críticas normalmente apontadas nos projetos, esquecem-se de parcelas e depois não há dinheiro. O dinheiro não é elástico e falta dinheiro. Este foi um aspeto que aqui acho que correu bem. E correu bem porque é preciso ter conhecimento e experiência.

***Em candidatura estava definido que, no início do projeto, seriam definidos os impactos do projeto, em termos quantitativos, relativamente aos indicadores de pobreza (por ex.: taxa de analfabetismo). Pelo que entendi, nunca chegaram a ser definidas as metas das variáveis que era suposto atingir com o projeto.***

[AC] Não é fácil, estas coisas... os efeitos de um projeto destes, saber os efeitos destas ações na população, na economia, algumas coisas são possíveis de quantificar, como as que foram, outras não se sabe, só se vai ter os efeitos a longo prazo.

[AM] Do ponto de vista social, o mais importante de tudo, foram as pessoas que ficaram com as várias infraestruturas, são pessoas excecionais. De uma dedicação, interesse, que eu não vi noutros casos.

[AC] Já agora, também foram envolvidas! Por exemplo, nas escolas, problemas de escolas anteriores - há lá um projeto de uma escola que é um projeto de uma escola anterior - fez-se reuniões com as pessoas, esteve-se a perceber o que é que elas gostariam de ver melhorado, e melhorou-se, e elas foram participando sempre.

[AM] Outro exemplo da nossa intervenção nos limites do possível, se calhar para além dos limites do possível. Mas nós não estamos nada arrependidos com isso. Quando foi do projeto da escola, da D. Paulo José Tavares, existe uma legislação térmica e do funcionamento das escolas que obriga a que na maior parte das escolas face ao número dos alunos, haver ar-condicionado, renovações de ar e ar-condicionado, que nós não concordámos.

Então, o que foi que nós escrevemos no caderno de encargos? – Foi-nos posta a questão pelo projetista que nós estávamos a ser contra a lei - e nós escrevemos que não há ar condicionado.

O que significa que a escola que foi feita, projetada, era uma escola fabulosa do ponto de vista de funcionamento e não gasta um tostão em energia elétrica.

[AC] E tem janelas que se podem abrir...

[AM] Havia o conflito que, infelizmente é o que nós assistimos hoje em Portugal, temos escolas reabilitadas, com ar-condicionado, sem janelas, tudo fechado e depois as escolas não têm dinheiro para pôr o ar-condicionado a funcionar. Aí foi a nossa posição que esteve nos limites do projeto. Lá, a escola, ficou com o funcionamento... uma coisa! É a melhor escola que eu conheça em termos de funcionamento.

***Eu irei lá visitá-la e também a Escola Profissional que é nova, não é?***

[AM] Sim, é tudo novo. No complexo desportivo foi feita uma renovação de um pavilhão que lá estava e uma piscina nova, mais outro pavilhão. Tem lá uma piscina de 25 metros com aquecimento e tudo.

***Em relação ao complexo desportivo, inicialmente estava previsto a construção de uma piscina oceânica que depois foi substituída por uma piscina interior, porquê?***

[AC] Mas a Ribeira Grande fez uma piscina oceânica e não fazia sentido fazer outra.

***Foi por essa razão que acharam que não havia necessidade? Porque já havia na Ribeira Grande?***

[AC] Exatamente.

[AM] Nem lá hoje tem condições para se fazer uma piscina oceânica, porque nesse local, agora neste momento fizeram o porto...

***Então a razão da piscina foi por não ter condições e por outro lado por...***

[AC] Na altura... tudo isto tem assim um... pensa-se as coisas... quando se fez o projeto não havia piscina oceânica na Ribeira Grande, portanto, como há muita ligação de Rabo de Peixe ao mar e há muitos putos que tomavam banho ali junto ao porto, decidimos, bem vamos fazer aqui uma piscina. Tendo a Ribeira Grande - entretanto passou algum tempo, isto demora sempre algum tempo - feito um investimento de uma piscina oceânica no concelho, não fazia sentido fazer ali uma piscina, se calhar fazia mais sentido uma coisa mais resguardada que não tivesse condicionada ao bom tempo e que lhes permitisse uma aprendizagem da prática da natação, que eles não teriam na piscina oceânica, que estaria condicionada ao bom tempo.

***Mas as pessoas que utilizam essa piscina fechada...***

[AC] A piscina foi construída na escola, é dentro de uma escola, mas é explorada pelo Clube Naval de Rabo de Peixe que organiza as aulas, cede as instalações às escolas para terem as atividades de natação das escolas mas que é explorada pelo Clube Naval de Rabo de Peixe, tem equipas de natação, têm provas, têm hidroginástica, têm uma série de atividades.

***Então a piscina também é utilizada pelas escolas.***

[AM] O Clube Naval de Rabo de Peixe é o centro de São Miguel das atividades mais importantes de caça submarina.

***Eu percebo, mas a minha questão é se esse tipo de atividades é direcionada para a população mais carenciada.***

[AM] Eu acho que o que nós lá vimos... essas infraestruturas foram inauguradas e entraram logo em funcionamento a uma velocidade, uma coisa que eu também nunca vi. E o que nós verificámos é que houve uma abertura enorme de pessoas e as pessoas estão todas misturadas, os de lá, muitos, e pessoas de fora, que têm meios que de outra forma não tinham. Têm barcos, têm canoas, barcos para o mar alto.

***Mas então essas atividades continuam a envolver as crianças e a população de Rabo de Peixe?***

[AM] O Clube Naval é um edifício enorme para a dimensão de Rabo de Peixe, tem umas instalações absolutamente fabulosas, depois equipámos as instalações. Eu participei aqui no Laboratório como responsável na Missão Presidência. A Missão Presidência foi o ano em que Portugal foi presidente em 2007, a presidência da União Europeia foi cá em Portugal. Fizemos obras em vários pavilhões e em vários sítios do país para realizar as reuniões da Comissão, e nessas obras comprou-se muito equipamento e muito material de mesas, cadeiras, computadores, etc., e como eu estava nesse projeto e também estava neste, quando chegou ao fim do outro projeto da União Europeia, punha-se a questão: agora o que é que fazemos a este material todo? E passou-me pela cabeça que se calhar era muito importante agarrar nos computadores, as cadeiras e equipar as instalações do Clube Naval e isso aconteceu, mandaram para lá dois contentores cheios de computadores, equipamentos, e que deu um salto enorme na utilização.

***Acredito, fiou logo equipado e entrou logo em funcionamento.***

[AM] Logo em funcionamento, mas foi uma questão de coincidência...

[AC] Não é só coincidência, porque havia a preocupação e a noção que não começava se não estivesse equipado.

[AM] Sim, portanto, eu não tenho dúvidas que... as obras estavam-se a concluir e nós, no mês a seguir, quinze dias depois, estava tudo completamente equipado.

Há um momento para tudo e nós tivemos a sorte de os puder acelerar e também esse efeito foi contagioso para as pessoas que ficaram à frente, nós próprios motivávamos essas pessoas. Eles pediam-nos equipamento, sei lá, quando foi do Clube Naval, nós tínhamos dinheiro disponível, queriam material para a cozinha nós arranjàmos, comprámos bicicletas, comprámos barcos, quer dizer, comprámos tudo.

[AC] Para as escolas os quadros eletrónicos, aparelho de som, as cadeiras, as mesas.

[AM] Equipámos tudo, foi tudo equipado. Comprámos uma instalação de som, sei lá, como havia dinheiro disponível.

### ***Foi possível equipar e criar condições***

[AM] Foi, foi e imediatamente. E as pessoas sentiram logo e os próprio alunos também sentiram, não sei se primeiro vem o ovo se vem a galinha, mas o que é certo é que, quando aquela dinâmica se desenvolve ninguém quer ficar parado, nem atrás.

### ***O que consideram que correu melhor ou menos bem no projeto, de um modo geral?***

[AC] Foi um projeto que do ponto de vista de prazos, foram cumpridos, apesar de ele ter ali dois anos em que ficou suspenso, porque a EFTA não acreditava em nós, mas depois confirmou-se que veio a acreditar, mas do ponto de vista de prazos foi cumprido, do ponto de vista de custos não houve desvio nenhum, conseguiu-se ainda dinheiros sobrantes para reforçar os objetivos e fazer mais obra, isto é uma situação completamente inédita e anormal em projetos que são financiados por outras entidades, projetos que cumprem prazos, que cumprem os custos e os objetivos, isto é uma situação ímpar mas consegue-se e faz-se e é possível fazer.

Depois, aspeto importante, é nós termos assumido a monitorização da forma como o fizemos, ou seja, não nos cingimos a aspetos financeiros e irmos a todos os aspetos que são críticos para que os objetivos, o prazo e o custo seja atingido, e para que isso seja controlado, nós temos que saber ao longo de todo o processo construtivo ou ao longo das ações sociais e do planeamento e implementação, o que é que é crítico, onde é que se tem que incidir, no que é que temos que ser rígidos e no que é que podemos ser flexíveis para atingir aqueles objetivos.

Portanto haver uma entidade que tem conhecimento técnico, tem experiência e que acompanha o processo do princípio ao fim é fundamental. E isso aconteceu aqui.

[AM] Houve necessidade de alterar muita coisa, que tivemos que fazer na hora, portanto, as alterações não eram alterações administrativas eram alterações técnicas que nos tínhamos que assumir, quer dizer, havia um projeto de uma ETAR, alterámos o projeto, mandámos alterar o projeto por nossa responsabilidade, passámos para metade. Nós decidimos no meio da elaboração do projeto e tivemos capacidade para fazer isso e autonomia para fazer isso.

[AC] É como se fosse um gestor que está presente do princípio ao fim, mas está comprometido, ou seja, assume os objetivos que tem a atingir, não entra a meio do processo, não tem outros interesses, nem sequer é de lá, nem sequer vai beneficiar daquilo que se está a fazer.

[AM] Só para dizer, portanto, aquele aspeto que há bocado falei da Missão Presidência, não sei em que medida é que... mas é verdade que com o equipamento imediato na escola profissional, de um dia para o outro, em quinze dias, passou a ter os equipamentos e as mesas e as cadeiras todas.

[AC] Isso faz parte daquele problema e que tínhamos sempre presente que é: isto tem que ser sustentável! Ou seja, não é fazer a obra e acabar por ficar lá sem funcionar, o que é que se tem que fazer, quem é que se tem que envolver, o que é que se tem que equipar para que a obra depois de feita, e bem-feita, possa perdurar e ter a sua utilidade, que é a questão da sustentabilidade. E aquilo só é sustentável se tiver equipamento, só é sustentável se os custos de exploração e manutenção forem compatíveis com os orçamentos das instituições e só é sustentável se as instituições que vão gerir aquilo se identificarem com. Percebe? A questão da sustentabilidade foi equacionada e acho que até agora, enfim, foi bem equacionada.

***Então consideram que atualmente, no projeto, foram criadas todas as condições para manter esses espaços e que as pessoas envolvidas também estavam interessadas em dinamizar e mantê-los?***

[AC] Embora acho que era importante, de vez em quando, lembrar as entidades dos objetivos, que é preciso continuar, que é preciso continuar a ter dinheiro para poder reparar e investir, porque senão... é preciso que a Câmara, que é o dono de obra da maior parte daquelas infraestruturas, a Câmara tem que continuar a investir. Por exemplo, está lá um edifício, o Centro de Artes e Ofícios, que está mesmo no centro, é onde as pessoas se encostam, onde as pessoas lá estão, aquilo já teve que ser pintado duas vezes e tem que ser pintado, degrada, estraga, arranja, degrada, estraga, arranja e só com essas sucessivas ações do arranjo, é que há de entrar na cabeça daquela gente que aquilo é deles e é para preservar. Se não arranjam aquilo cai de repente.

***Confesso que já passei pelo Centro de Artes e Ofícios, da última vez que lá estive, e reparei que faltavam umas letras na identificação da entrada.***

[AC] Pois, é a obra de todas que tem mais degradação, não sei porquê.

[AC] Mas enquanto nós estivemos lá, houve edifícios que foram inaugurados em 2007/2008, nós estivemos lá até 2011, portanto, houve já um período em que o edifício estava a funcionar e nós estando lá, eramos ali uma presença.

[AM] Já o projeto estava concluído e nós fizemos as contas e ainda sobravam uns dinheiros, mandámos... dava para mais umas duas ruas e fomos à escola D. Paulo José Tavares, que estava a funcionar num dia de chuva, e a Dr.<sup>a</sup> Ana disse que o problema que tinham na escola era que quando chovia, e chove muito nos Açores, não tinham nenhum sítio coberto onde os meninos pudessem brincar, cá fora tinham um pátio mas não tinham... e então nós próprios imaginámos onde é que isso deveria ser realizado, fizemos um projeto, o projeto foi feito num relâmpago, mas nós é que tivemos que assumir o projeto do ponto de vista de solução...

[AC] Foi difícil, aquilo foi difícil...

[AM] Não estava bem, nós não concordámos com aquilo, percebe? Depois era muito difícil fazer aquilo em tempo record.

[AC] Isto foi contra tudo e contra todos à exceção da Professora da escola. Mas de resto estava tudo contra.

**Mas o resto, quem? A própria Câmara, a EFTA?**

[AM] Sim. A EFTA não, a EFTA nessa altura já achava: - Estes tipos se dizem que fazem, mas nós não acreditamos.

[AC] No dia em que foram lá visitar, quando aterraram vinham: – Vamos cá ver, que não há aqui nada feito.

**Mas então houve resistências por parte das próprias entidades locais, que não acreditavam que era possível fazer?**

[AM] Sim, muitas delas foi a nossa teimosia que conseguiu o equipar as escolas... e isso foi sobretudo coisas da nossa iniciativa.

**Consideram que as entidades acreditavam que era possível a população mudar ou a assistir às mudanças que o projeto previa na população?**

[AC] Acho que muitas entidades achavam que não era possível mudar - nem vale a pena, não vale a pena, nem é possível mudar aquela gente - mas acho que no final ficaram convencidos ao contrário, que é possível. Ainda há muita coisa a fazer, como é óbvio, mas há muitos resultados objetivos.

[AM] Repare, nas Câmaras há relações, há pessoas com ligações, não era possível uma Câmara com os hábitos que por vezes tem fazer um projetos destes.

**Sim, sim, estou a perceber, foi muito importante haver um agente externo, neste caso o LNEC.**

[AC] Que tem força e que autoriza ou desautoriza os pagamentos.

[AM] Que diz sim ou não a tudo, ao projeto o que tem a mais, e tem força para dizer às pessoas que estão a dimensionar, que em vez do que acham, quando as pessoas dimensionam - e a maior parte das pessoas que estava a participar nesse dimensionamento dessas infraestruturas, eram as pessoas de lá que tinham experiência - e todas têm tendência para fazer coisas grandes de mais ou não se apercebem bem o que é que estão a fazer, portanto, tem que haver alguém que seja capaz de dizer, isto aqui ficou no estudo prévio com 500 m2 mas vai ter que ter 300, temos que cortar isto e isto - Ah, não se pode mudar, isso é impossível, nem pensar.

[AC] Mas vamos ver, essa força toda do sim ou do não, em qualquer situação, advém da força do pagar-se ou não se paga, esta é que é a verdadeira origem de todas a forças. E isso tínhamos.

[AM] Neste caso, nós tínhamos a consciência que se gastássemos a mais de um lado, faltava-nos do outro. Imagine que fazíamos a central de bombagem, fazíamos o depósito, fazíamos as condutas e depois não fazíamos a estação de tratamento, quer dizer, não pode ser.

**Fico um pouco surpreendida porque as próprias entidades locais deveriam ser as principais interessadas em manter esse rigor e essas condições.**

[AM] Pois mas repare, é complicado. E tivemos que muitas vezes, eu lembro-me de chegarem a escrever coisas desagradáveis contra nós, nessa altura, mas podíamos dizer quero lá saber, não quero saber mais daquilo, ou então dizer, é muito desagradável, isto é injusto, não interessa, ou então deixar passar, tentar esquecer, mas foi um conjunto dessas coisas que permitiu chegar ao fim e com a convicção no resultado final.

Do ponto vista social nós não sabemos muito, mas os resultados, como escrevemos no nosso relatório...

**Sim, eu vi nos relatórios que foram desenvolvidas uma série de atividades, a minha questão é se essas atividades depois correspondem exatamente...**

[AM] Quem dinamizou o processo foi o próprio andamento do projeto e as pessoas, em que o ponto-chave foram aqueles que falámos há bocado, nós entrarmos nas casas das pessoas, esse foi o ponto-chave.

[AC] Isto não tinha sido pensado da forma como foi concretizado, o que tinha sido pensado era: há a intervenção física e a intervenção social e haver uma interligação ou um acompanhamento, as pessoas perceberem o que é que são as obras, envolverem-se nas obras, participarem, começarem logo a utilizar, haver numa preparação para as obras, uma utilização das obras e isto não foi feito assim, a parte social ficou um pouco aquém do que estava previsto no projeto. Como resultado final, a coisa resultou porque as obras construídas e bem construídas tiveram um impacto positivo na população e no fundo, aquilo que se esperava vir a obter com a intervenção social, obteve-se, porque as obras tiveram o efeito desejado.

[AM] O infantário tem uma cozinha toda equipada com material do melhor que há e isso são aquelas coisas fáceis, mas que criam impacto nas mães das crianças.

**Com a experiência de hoje e após o projeto, fariam alguma coisa de diferente em relação à implementação do projeto, se é que o fariam?**

[AC] Eu fazia, não permitia a casa lá em cima e haver nas ações sociais um maior envolvimento da equipa do projeto, nas ações sociais, e da Câmara e dos técnicos da Câmara nas ações sociais, tentámos e enfim... mas uma coisa que eu não faria era autorizar a casa lá em cima.

**Mas os técnicos da ação social da Câmara estavam também envolvidos na equipa do projeto?**

[AC] Quando havia interferência das obras nas vidas das pessoas, nas ruas, nos trânsitos, nas valas, tinha que haver uma preparação na população e avisos e sensibilização que em grande medida foi desenvolvida pelo fiscal da obra, que era um tipo excepcional, o Pedro Câmara.

[AM] Isto passa sempre pelas pessoas.

**Também acredito nisso, que passa muito pelo envolvimento das pessoas. Por vezes pode-se fazer muitas coisas mas...**

[AM] Depende de como se faz, uma pessoa pode estar a dizer muito e a forma como está a dizer, distanciar as pessoas, percebe? Esse tipo de intervenção, as formações, podem conduzir cada vez mais ao distanciamento da população.

**E onde eram feitas as formações?**

[AM] Eram num teatro, num sítio público.

[AC] A primeira coisa que houve foi o Centro Comunitário e de Juventude e o Centro de Artes e Ofícios, que depois de estarem construídos aí já houve formações.

**E há levantamentos, relatórios sobre o efeito das formações? E em Alagoas, o processo foi semelhante?**

[AM] Não houve uma apresentação sistemática de relatórios com os efeitos da intervenção social. O caso de Alagoas foi muito diferente.

[AC] Alagoas, que é uma escala completamente diferente, aí sim, foi o oposto.

[AM] Completamente diferente, foi exatamente o oposto.

[AC] E estamos a falar de 23 milhões para um lado e 2 milhões para o outro.

[AM] Estes aspetos menos positivos que estamos a dizer, em Alagoas, foi completamente diferente.

***Mas era interessante perceber o que tinha acontecido de diferente e de tão positivo em Alagoas.***

[AM] Não houve esse distanciamento.

[AC] Em Alagoas correu tudo bem.

[AM] Por exemplo, as pessoas que estavam no projeto estavam dentro projeto e estavam lá, ocupavam as instalações lá dentro, onde eles próprios arranjaram um pequeno café onde as pessoas iam, os miúdos iam lá ter explicações a seguir à escola.

[AC] E no fim, fizeram requerimentos à Câmara para aquilo se manter. E manteve-se.

***Pois, pelo que percebi em 2008, em Rabo de Peixe, a equipa local encerrou a sua atividade.***

[AC] E a partir de 2008 nós assumimos. A equipa executiva local cessou funções e portanto quem acabou, do ponto de vista de execução do projeto, fomos nós, portanto, nós acumulámos as funções de monitorização e de responsabilidade de pôr a funcionar aquilo.

O que fazer, como fazer, definir os contratos, contactar as entidades.

[AM] Olhe, a festa final de inauguração lá em cima em Alagoas foi uma festa feita pelas próprias pessoas, no meio daquilo, fizeram churrasco, fizeram um baile, uma coisa! Houve um envolvimento e ali não se sentiu tanto isso.

## Anexo D – Entrevista com Piedade Lalanda

### ***Acreditava que um projeto da dimensão do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” poderia alterar a realidade de Rabo de Peixe, provocando as mudanças necessárias na população de Rabo de Peixe que vivia em situação de pobreza?***

Eu acreditava com base num determinado pressuposto, que não era fácil de concretizar, tinha a ver com o facto de a orientação do EFTA ser que aquela equipa do projeto, da qual eu era gestora, não deveria se transformar em nenhuma associação, não se deveria institucionalizar após a realização do projeto, o que normalmente acontece com os projetos de luta contra a pobreza, com os INTERREG, etc.

Portanto, quando há financiamento, depois fica um resíduo em forma de associação, em forma de uma entidade que assume essa continuidade e que, por contrário, o projeto deveria disseminar boas práticas de forma a que as entidades existentes na comunidade assumissem o impacto daquele grande investimento em estruturas. Basicamente o projeto era 90% ou 95% de verbas orientadas para as estruturas, e portanto a dinâmica dessas estruturas deveria ser trabalhada com os parceiros locais e com as entidades oficiais e, nessa perspetiva, de conseguir esse enraizamento da filosofia, da qual eu partilho, eu acho que um investimento deve ser para estruturalmente mudar a comunidade e não propriamente para ser mais um acréscimo de equipamentos que depois ficam vazios de conteúdo, baseada nessa filosofia, eu acreditava que aquele projeto poderia ter algum desenvolvimento.

Agora, eu também tinha a noção da dificuldade que isso representava, porque, parcerias, fala-se muito em redes, fala-se em muito em parceiros mas quando toca depois a trabalhar no concreto e a assumir responsabilidades e a mudar modos de trabalho e modos de funcionamento, as pessoas não estão muito disponíveis para isso.

Mas como eu sou uma mulher otimista, quando eu agarrei o projeto, visualizei que era difícil, mas que a gente ia conseguir alterar um pouco do modo de funcionamento, porque basicamente o que eu tinha para gerir eram empreitadas de obra logo de início, o grande desafio que me colocaram foi “gastar” a verba disponível no tempo que estava previsto para o projeto.

### ***Considera que a candidatura do projeto estava bem estruturada? E que era suficiente para atingir os impactos gerais definidos no despacho-conjunto?***

A candidatura não estava totalmente bem equacionada, estava em alguns aspetos, sim, portanto, a candidatura tem objetivos muito diferentes, tem várias intenções por detrás da candidatura.

Tem a intenção de reabilitar ou de colmatar falhas estruturais, por exemplo, o caso da Escola Profissional, que estava dividida em três pontos, estava mal equacionada. Era uma necessidade estrutural apesar de ser um investimento que se podia eventualmente dispensar, não quer dizer que o que resultou desse investimento não é um bom equipamento, mas tendo em conta que o ensino profissional da região está suportado em fundos estruturais, no fundo social europeu e sabendo já que nessa altura que havia um limite temporal, que era 2013, do qual não se saberia se o novo quadro comunitário iria ou não contemplar o ensino profissional com o mesmo tipo de financiamento, as escolas profissionais, particularmente aquela Escola Profissional da Ribeira Grande, não teria hipóteses de sobrevivência sem financiamento europeu e a Câmara Municipal por si não tem capacidade de

assegurar aquele equipamento educativo. Já nessa perspectiva aquele equipamento deveria ter sido planeado no sentido de colmatar, de ter uma flexibilidade de utilizações, ou seja, ser versátil na sua utilização podendo servir outra intenção da comunidade que não a Escola Profissional, e isso não foi aceite pela Câmara na altura, pensar aquele equipamento de uma forma multifuncional, ou seja, agora vai ser uma escola, e depois eventualmente se não houver formação profissional, será para outra vertente qualquer. Isso não foi aceite, fez-se uma tentativa, mas não foi aceite. E depois foi sobredimensionada e teve que se “encolher” o projeto para a dimensão do financiamento disponível pelo EFTA e isso também acabou por prejudicar um pouco o resultado final da Escola Profissional, nomeadamente as oficinas que não puderam ser contempladas e as oficinas eram, por exemplo, a área que aquele equipamento poderia ter para uma vertente de um centro de uma empresa, digamos assim, podia-se transformar numa empresa. Isso é um exemplo, acabou por ficar um equipamento para a área da formação.

Por outro lado, o Centro de Artes e Ofícios também estava mal pensado. O Centro de Artes e Ofícios estava pensado para um ninho de empresa, sem capacidade reprodutiva, ou seja, instalavam-se lá quatro ou cinco nichos de empresas nas áreas dos ofícios e depois não se previa quando aquelas pessoas tivessem atingido a maturidade, qual era o processo de saída das pessoas dos espaços do Centro de Artes e Ofícios, portanto, aquele espaço tinha que ter um carácter, tinha que ser auto sustentável, não podia ficar como ninho de empresas, ninho de empresas não, porque a lógica do ninho de empresas é rotativa e o que estava pensado para aquilo não tinha esse carácter rotativo, e nós tentámos, sem encarecer o projeto, dar uma dinâmica diferente que depois acabou por não ser respeitada, desde logo, porque a entidade a quem tinha sido entregue a futura gestão do equipamento, que era a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, não estava sensível a esses aspetos do emprego e da promoção do emprego e, portanto, acabou por desistir já na fase final da construção e a Câmara Municipal é que acabou por assumir o Centro de Artes e Ofícios, que acabou por depois se transformar numa extensão da Escola Profissional e acabar por ser as oficinas que a Escola Profissional não tinha no projeto e acabou por passar a tê-las no Centro de Artes e Ofícios.

O Centro de Artes e Ofícios foi pensado numa ótica que eu acho que não estava subjacente ao projeto e que de alguma forma eu tentei introduzir no projeto, conhecendo eu Rabo de Peixe, já de projetos anteriores. O que Rabo de Peixe tem do ponto de vista da sua estrutura, vou voltar aos equipamentos, mas só para se perceber porque se deu a volta à filosofia desses projetos. Rabo de Peixe, aliás, o título do projeto “Velhos Guetos, Novas Centralidades” tem um bocadinho a ver com isso, apesar de eu não gostar do título, mas tem um bocadinho a ver com o encerramento sobre si próprio de zonas da comunidade, particularmente a área piscatória que tem uma extensão bastante grande e sobretudo foi crescendo sempre na mesma zona sempre nas mesmas fronteiras sociológicas daquela comunidade, que está isolada, é facilmente isolada do ponto de vista territorial, do ponto de vista profissional, do ponto de vista do modo de vida das pessoas que habitam nessa zona mais piscatória e era necessário romper com esse gueto, com esse remendo.

Portanto sendo criada um equipamento na malha da zona piscatória não poderia ser no sentido de contribuir para o encerramento, mas tinha que ser no sentido de abrir essa comunidade. E havia dois equipamentos que estavam previstos para a zona de baixo, digamos assim, era o Centro Familiar e o

Centro de Artes e Ofícios, o Centro de Artes e Ofícios mesmo em pleno bairro piscatório, na zona nova do bairro piscatório. Então o que é se tentou introduzir? Mantendo a filosofia de formação profissional nas oficinas, numa ótica de formação contínua e não propriamente ninho de empresas mas no sentido de criar ali, no fundo, o espírito do Reactivar, dos cursos Reactivar, que tem uma componente prática e uma componente teórica, portanto criar ali cursos para pessoas com baixa escolaridade ou muito pouca escolaridade que é o que no fundo o Reactivar faz, que complementa a escolaridade obrigatória e dá uma componente mais vocacional, portanto, fazer cursos dessa natureza e ao mesmo tempo, como estava dentro daquela comunidade, trazer a comunidade próxima a essa formação. E daí que uma das áreas, na área da carpintaria, introduziu maquinaria para reparação de embarcações que era uma das áreas que poderia ser interessante para aquela comunidade e que localmente há alguma construção naval de barcos de boca aberta mas não há reparação naval e era uma forma de introduzir isso. Depois, havia a parte de alvenaria, na ideia inclusive de recuperar a prática dos moinhos de pedra, que também era uma tradição de Rabo de Peixe, mas que não há o conhecimento, o conhecimento é tradicional e é passado familiarmente e assim era uma forma de tentar criar emprego ou estimular o emprego com base no conhecimento local. E havia uma área de carpintaria, de alvenaria, e outra, que agora me está a falhar... havia mais uma área profissional.

E depois, na parte de cima, a intenção era trazer os bordados e o artesanato, a tecelagem, porque haviam uns teares que estavam em Rabo de Peixe parados, recuperar a tecelagem, e portanto eram aulas de formação teórica como complemento da área prática e um espaço que podia funcionar como espaço para uma possível cooperativa na área do artesanato mas também para recuperar a prática do bordado que continua a existir em Rabo de Peixe. Houve uma tentativa de criar uma cooperativa em 90/91 quando foi na Rutura de um Ciclo, um projeto de luta contra a pobreza, mas que depois acabou por morrer, por falta de suporte técnico, por falta de marketing, por uma série de coisas.

Portanto o Centro de Artes e Ofícios foi pensado dessa forma, com áreas que pudessem potenciar a vinda daquela malha de pessoas da zona do bairro e com uma outra característica que era ser um espaço de visita turística, as oficinas são envidraçadas, tem um corredor que permite ver de fora, se alguém fosse visitar, tinha um pequeno bar de apoio para venda de produtos locais, que podiam ser vendidos no bar e tinha uma lojinha para venda quer dos produtos de artesanato quer eventualmente de trabalhos de madeira, trabalhos em pedra, que pudessem ser feitos nas oficinas e ser também o tal eixo de rutura com o espaço, ou seja, entrar um autocarro com turistas que vão ver o Centro de Artes e Ofícios era uma maneira de obrigar a descer, a entrar na malha urbana da zona piscatória porque não há atrativos na malha urbana.

Foi feita, não fazia parte do projeto, mas na altura do projeto reapareceu o restaurante 'O Pescador' e isso é algo que deu realmente uma... abria uma porta, mas depois voltou-se a fechar, porque depois a frequência acabou por retirar os clientes de fora e acabou por os consumidores serem os clientes locais. E também se fez um terceiro equipamento para além da Escola Profissional e o Centro de Artes e Ofícios, o Clube Naval. O Clube Naval também quando foi pensado estava para ser localizado num outro terreno que era um terreno da Junta de Freguesia na avenida marginal e não faz sentido ter um Clube Naval a 200 metros ou 100 metros da rampa de varagem, portanto, o Clube Naval tem que estar próximo do mar, as embarcações não podem ser levadas a ombros, num espaço muito distante e nós

conseguimos em negociação com o Governo Regional que no domínio do espaço público, que é o cais, introduzir o Clube Naval de forma a que o Clube Naval estivesse próximo dos equipamentos que necessitava e por outro lado, de novo, para criar uma rutura naquele espaço, criar um espaço de restauração de forma a que o visitante pudesse almoçar ou jantar no Clube Naval, até porque a vista é bastante bonita, claro que isso iria obrigar e estimular também a manutenção da limpeza da orla costeira porque ninguém gosta de estar a ver lixo. Foi aliás, uma das ações que nós fizemos logo desde o início nessa vertente.

Eu estava a dizer que eram dois equipamentos mas são três, portanto, os três equipamentos que foram construídos do lado do mar Clube Naval, Centro de Artes e Ofícios e Centro Familiar tiveram todos eles uma ótica de não fecharem mas abrirem.

No caso do Centro Familiar que era uma creche e um jardim-de-infância, o que foi que nós fizemos em termos de abertura? Criámos um espaço que depois chamámos espaço família que está autonomizado do resto do equipamento, que permite uma entrada autónoma, tem uma casa de banho que não interfere com a creche e nem com o jardim-de-infância pode ser isolado e pode funcionar em horário pós-laboral e a intenção qual era? Era que esse espaço família fosse um espaço de formação das mães de formação das grávidas adolescentes, de qualquer entidade poder ir lá falar à comunidade sobre o RSI, sobre os resíduos, sobre o lixo, o que quer que fosse, e tinha ali um espaço também na malha urbana dos pescadores sem entrar no equipamento propriamente dito, portanto era um recurso. Isso iria obrigar a entidade gestora a disponibilizar esse espaço em horário pós-laboral, que poderia ser com alguém do bairro que iria abrir e fechar o espaço, mas agendando de forma sistemática ações de formação com várias entidades, da área da saúde, da educação, do emprego, do que quer que fosse.

Infelizmente, também aí, essa filosofia não foi entendida pela Santa Casa de Misericórdia, que é a entidade gestora do Centro Familiar e portanto não quis concretizar esses objetivos e fez do Centro Familiar uma creche normal, um jardim-de-infância e transformou logo esse espaço num espaço de ginásio, dos brinquedos, fechou-o, portanto. O espaço até tem uma entrada de luz e arranjam logo forma de tapar essa entrada para fazer dormitório também desse espaço e, portanto, a filosofia com que ele foi criado morreu logo passado muito pouco tempo.

Claro que fugia do modelo base da creche e do jardim-de-infância, mas era exatamente a intenção de que aquele equipamento não fosse para fechar meninos dentro de uma creche e o jardim, mas fosse um espaço de promoção e de desenvolvimento daquele bairro, inclusive tinha um gabinete vocacionado para a intervenção precoce porque um dos aspetos importantes também ali no bairro, era que equipa da intervenção precoce estivesse mais proximamente das famílias, conhecer desde logo um modo de vida das crianças nas suas próprias casas e ter uma ligação muito próxima inclusive. Fez-se o investimento em kits de estimulação de crianças porque é um dos problemas, é ainda haver alguma resistência a dar oportunidades aos meninos com deficiência, por exemplo com trissomia 21 e, portanto, criar nessas famílias com crianças com esse tipo de problemáticas uma precocidade de intervenção pela presença próxima de um gabinete naquele Centro Familiar. Portanto o Centro Familiar não é apenas uma creche e jardim-de-infância, apesar de ter sido transformado nisso ou de ter sido apropriado dessa forma.

Ou seja, aqui está já um indicador do falhanço, se é que se possa assim chamar, da intenção do EFTA, que era trabalhar a dinâmica dos equipamentos com as entidades locais. A dinâmica existe, agora, não está orientada na filosofia que nós entendemos que pode transformar Rabo de Peixe, porque Rabo de Peixe tem que ser transformado com estratégias diferentes daquelas que são as estratégias “chapa 1”, porque conhecendo a realidade das pessoas, temos que trabalhar de outra forma para dissolver os pontos fracos que a comunidade tem e um dos pontos fracos, que é forte, é a questão do isolamento, da setorização de vários grupos particularmente da atividade piscatória a vários níveis.

Os equipamentos foram revistos e pensados não na ótica que estavam previstos inicialmente mas dentro desta perspetiva, mantendo a mesma filosofia.

Depois outros equipamentos que foram também revistos, não por mim diretamente, já tinham sido repensados antes, mas depois foi feito um investimento maior nessa linha, foi a questão da escola do ensino básico, que era uma verba que estava prevista para um passeio marítimo a construir a partir da praça de Rabo de Peixe, da parte principal de Rabo de Peixe. Portanto havia uma verba do projeto a chamada reabilitação da orla costeira mas que implicava a expropriação de todas aquelas casas à volta da praça. A câmara anterior não tinha feito essa expropriação, o EFTA não autorizava que se utilizasse verba para a expropriação e, portanto, aquela verba estava aparentemente inutilizada e foi feito um pedido de reestruturação do orçamento, foi inclusive uma deslocação que foi feita em Maio de 2006 a Bruxelas para explicar que não sendo possível expropriar as casas fazia mais sentido que aquela intervenção fosse orientada para a reabilitação da escola D. Paulo José Tavares, que estava previsto, aliás, como a escola Luísa Constantina, fazer uma grande reparação, em bom rigor estruturalmente era uma escola que tinha que ir ao chão porque toda a parte construtiva de materiais, de aços e tudo, estava tudo corroído portanto, não havia hipóteses de reparar, tinha que ser feito de novo.

No caso da Luísa Constantina, o Governo Regional assumiu a construção da escola, no recinto da Rui Galvão de Carvalho, transferiu a escola para lá, desbloqueando o terreno que depois foi ocupado pela Escola Profissional, portanto esse instrumento dessa escola foi por conta do Governo Regional. E depois, como isto tudo foi feito em cima do prazo de execução do projeto, essa alteração, nos tínhamos muito pouco tempo e material para lançar o concurso do projeto etc. e entendeu-se pegar no projeto de arquitetura que o Governo Regional tinha utilizado na Escola da Luísa Constantina e replicá-lo na D. Paulo José Tavares, portanto a arquitetura é a mesma.

Simplesmente, na altura foi feito um mapa dos defeitos, a escola entretanto foi inaugurada e houve oportunidade de avaliar o que é que estava mal pensado naquela escola e tentou-se minimizar, de alguma maneira, alguns erros de conceção que aquele projeto tinha, não se conseguiu totalmente porque aquele projeto tem uma filosofia por de trás, de quem o desenhou, e não era a filosofia talvez mais correta. Outro dos aspetos que aquele projeto tem é o facto de ser, não é bem um oito mas funciona desta forma ou seja tem 3 partes interiores e a intenção do projetista era o controlo maior das criança, obviamente que esse controlo maior esquece-se uma coisa tao simples como jogar futebol ou brincar à bola, uma criança num espaço desses não pode brincar à bola, brincar às apanhadas, porque desde logo há vidros, portanto, não é possível. Havia também uma falha para o caso da escola D. Paulo José Tavares que é quando essa escola foi pensada assim e a gente até pode admitir que não era necessário um espaço desportivo porque havia uma parte desportiva ligada à Escola Rui Galvão de

Carvalho que servia os meninos do 1º ciclo, no caso da D. Paulo José Tavares não havia espaço desportivo nenhum naquela zona, então teve que se fazer um acrescento em que se criou um pequeno campo do futebol nas traseiras...

***Está a falar da cobertura que depois foi criada?***

Sim, depois tem um pavilhão com cobertura para haver atividades, porque isso foi também uma das falhas que se verificou no projeto é que a zona desportiva foi pensada em simultâneo com o refeitório, portanto o ginásio serve de zona de refeitório, que é uma coisa que também não está correta naquele projeto, e isso vê-se na Luísa Constantina, há janelas no suposto ginásio que tem o pé direito mais elevado e não se pode utilizar atividades de ginásio como os espaldares, etc. ao mesmo tempo que tem janelas, porque, se a criança atirar uma bola parte as janelas, por outro lado é uma zona onde se come, portanto, entram as mesas, saem as mesas, não está funcional, não é prático e não se justifica, não se devia ter pensado ali num ginásio porque a Luísa Constantina tem o ginásio da Escola Rui Galvão e que pode usar. E depois é a questão da separação entre escolas, tudo isso, no fundo, acaba por haver aqui fronteiras que acabam por tornar mais rígida a parceria e a interligação. Por outro lado, também a insonorização da Luísa Constantina é muito má, não se consegue numa reunião de pais, faz muito eco e tentou-se também minimizar esse tipo de problemas na Escola D. Paulo José Tavares, portanto, o projeto foi replicado, saía mais barato a replicação, pagava-se só um x ao projetista pela reutilização do projeto e acelerávamos uma etapa, mas acabou enfim por ser muito revisto muito repensado.

Isto foi uma das alterações também ao projeto inicial, não foi à orla costeira mas foi a reabilitação da D. Paulo José Tavares e isso implicou também um conjunto de outras verbas que se teve de agregar para ter montante suficiente para se fazer a escola.

O que é que também foi feito em matéria de equipamentos? Havia o Centro Comunitário, essa é uma das estruturas, já falei do Centro Familiar, sei que são 14 empreitadas, eu vou chegar lá, a primeira de todas também houve aqui uma alteração.

Se eu pegar na listagem eu consigo recuperar as alterações todas...

A outra alteração tem a ver com a sede do Clube Desportivo, que foi a primeira obra que nós fizemos, há aqui um eixo que é transversal a tudo isso dessas alterações que eu acho que é importante ter em linha de conta, porque é que a gente alterou? Essencialmente pela sustentabilidade.

O que era importante ter em linha de conta? Havia dois aspetos nessa sustentabilidade a dois níveis, ao nível das entidades, como eu já disse no início que iam fazer gestão posterior ao projeto, esse era um aspeto, e ao nível do financiamento, ou seja era fundamental que o equipamento uma vez terminado, tivesse financiamento para poder continuar, não valia a pena estar fazendo elefantes brancos para depois ficarem lá parados. E com essa filosofia é que se reviu todos os projetos que estavam previstos, diga-se de passagem que em finais de 2005 quando eu entrei, em Dezembro, mas vamos dizer que foi em Janeiro de 2006 e tinha dois anos para fazer, foi logo pedido uma prorrogação, porque supostamente deveria ter terminado em 2007, o projeto começou em 2004 e portanto tinha 3 anos de vigência, terminava em 2007, foi pedido ao EFTA mais um ano de prorrogação porque quando se chegou ao final de 2005 não havia um equipamento construído, começou em Janeiro de 2005 aliás, foi assim, começou em 2005, 2006 e 2007, quando eu entrei aqui nenhum dos equipamentos estava

construído e portanto foi pedido até final de 2008 para ter os 3 anos de execução e a primeira obra era... não era a sede do Clube Desportivo, a primeira obra era a sede para o projeto, portanto, o que estava previsto ali junto ao mercado, era reabilitar aquele edifício para instalar o projeto e o projeto entretanto estava num espaço de renda até essa obra estar feita. O projeto em si, o projeto de arquitetura, foi feito por um desenhador local, era uma casa com um piso com gabinetes e com um *open space* no rés-do-chão, casa de banho, ponto final.

Quando se faz a pergunta, e a seguir quem é que vai ficar com isso? Ah, o Clube Desportivo de Rabo de Peixe e como é que o Clube Desportivo de Rabo de Peixe vai rentabilizar o edifício da forma como ele foi desenhado? Não tinha forma de o fazer, ou seja, não servia sobretudo numa perspetiva de financiamento, eles não tinham forma de tirar qualquer tipo de receita para pagar pelo menos a água, a luz do equipamento e o Clube Desportivo não tinha financiamento para assegurar aquela sede, o que se fez então? Desde logo aproveitou-se o sótão, porque o sótão tinha o pé direito altíssimo, tinha cerca de 3 metros e estava bloqueado, portanto fez-se uma alteração no desenho, de forma a que fosse acessível ao sótão, no rés-do-chão... Primeira coisa, decidiu-se que o projeto não iria sediar nesse espaço, ponto nº1, ia manter-se num espaço de renda, porque assim como assim, quando acabasse, acabava o projeto, acabava a renda e não havia necessidade de estar... não era essa economia que iria facilitar o projeto. Então trabalhava-se este primeiro equipamento, uma vez que havia um atraso de um ano já no sentido de o devolver à comunidade, portanto aproveitou-se o sótão, o 1º andar manteve-se uma sala com gabinetes e uma sala de reunião e no rés-do-chão criou-se dois gabinetes médicos na ótica de uma medicina desportiva, a ideia era ajudar o Clube Desportivo porque o Clube Desportivo de Rabo de Peixe tem muito impacto na comunidade e portanto era arranjar ali uma forma de apoiar a comunidade, e também tem um aspeto importante, este edifício está numa zona de tabernas, foi passada uma taberna, que tinha no rés-do-chão, e era uma forma de trazer pessoas também a romper com aquela frequência daquele espaço de forma “negativa”. Depois veio-se a verificar, quando fizemos na ótica dos gabinetes médicos, não foi fácil introduzir a medicina desportiva porque era preciso determinado tipo de condições que o espaço não oferecia, mas conseguiu-se levar para ali uma dentista que tinha consultório em Rabo de Peixe, que instalou o seu gabinete médico nesse edifício e acabou depois, no fim, acho que por utilizar os dois gabinetes durante algum tempo, a ideia era essa, se as pessoas vão ao dentista, mais acima passam a ir ao dentista naquela zona e isto vai ajudar e ao mesmo tempo paga uma renda ao clube desportivo pelo espaço e o Clube Desportivo consegue pagar luz e a água durante algum tempo e fica garantido.

Outra finalidade que temos aqui nesse edificio foi no sótão criar um espaço de estudo para a escolinha de futebol, o Clube Desportivo de Rabo de Peixe tem cerca de 200 crianças em formação desportiva e estes miúdos são miúdos que vão ao treino de futebol mas que falham na escola, não frequentam a escola porque são absentistas mas que têm uma paixão por futebol.

Então era tentar através do Clube Desportivo trabalhar o insucesso escolar numa parceria com a escola e criava-se aqui um espaço com voluntárias reformadas, professoras reformadas de Rabo de Peixe, que davam explicações para um grupo de crianças que a própria escola indicava, dentro dos meninos que frequentavam o futebol.

***E isso chegou a ser feito?***

Foi, foi, só que não aguentou. O problema sempre é esse, é que nós tentámos lançar, através dos equipamentos, um conjunto de dinâmicas que tinham que depois ser agarradas pelas entidades que ficavam a gerir os equipamentos, na ótica que elas iam encontrar o sentido e a continuidade que essas iniciativas tinham.

***Sim mas acha que houve falha das entidades ou de outros?***

Não, aqui é da entidade, o clube começou por alegar que não tinha ninguém que abrisse a porta, arranjou uma pessoa que abrisse a porta à senhora que vinha dar explicações, mas depois era sempre uma complicação. Ou seja, não se envolverem porque eles no fundo querem uma sede para se reunirem uma vez por semana e ficaram muito tristes por não se ter posto aqui a taberna, o café, porque eles achavam que isso sim era rentável, agora, um gabinete médico não era rentável, portanto, a ótica da venda álcool e do mesmo modelo, eles queriam que aquilo tivesse sido reproduzido e o facto de nós não termos correspondido a isso, não facilitou. A perspectiva do Clube Desportivo é também um clube de formação cívica e não apenas desportiva não estou dizendo que está completamente ausente, porque eles têm noção da importância que o desporto tem em matéria de regras, mas não é assumido com uma perspectiva de ação de intervenção social é mais os resultados desportivos que interessam que uma intervenção social. Eu estou a falar das crianças, porque os adultos, aquilo são profissionais do desporto e recebem dinheiro para jogar, aquele universo das crianças das escolas de futebol é uma massa que tem que ser trabalhada, não apenas no futebol, e o clube poderia ter essa função.

***Só se eles próprios como responsáveis não tenham essa visão...?***

Pois, a gente tentou passar essa visão e tentou fazer-lhes ver que eles tinham um papel, claro que não podem fazê-lo sozinhos, se eles são carolas no futebol, mas se eles trabalhassem com os voluntários da comunidade não lhes encarecia e criassem estímulo, ou seja, aquele que tivesse resultados escolares, tinha outro reconhecimento no futebol, portanto tentar associar estas duas práticas. Fizemos inclusive a atribuição de um prémio que durou durante 3 anos, exatamente nesse sentido, que era quem tivesse no desporto, na banda da música, na escola da música e tivesse bons resultados escolares, sendo que os bons resultados escolares não tinha nenhuma tabela, ou seja, dentro daqueles que frequentavam essas atividades extraescolares e tinham resultados, não podia ser negativo, era depois feita uma seleção, havia depois uma análise, foi feito um trabalho de escalonamento e foi atribuído um ou três prémios no final do ano letivo e a intenção desse prémio era exatamente mostrar aos miúdos que podes continuar a jogar futebol mas tens que também estudar, e se fizeres as duas coisas tu vais ser reconhecido, e fizemos essa associação, entre por um lado as explicações, o apoio direto aos estudos, e esse incentivo, esse estímulo às crianças.

Isto no âmbito da sede do Clube Desportivo, esta foi a primeira obra, foi inaugurado em Junho de 2006, foi logo no início do primeiro semestre, no primeiro ano que nós... claro que as outras todas foram inauguradas bastante tarde, essencialmente em 2008, porque teve que se rever os projetos, teve que se lançar concursos, teve que ser tudo por concurso público, são procedimentos lentos, a própria empreitada não é evidente, por vezes não ocorre no tempo que nós prevemos, normalmente são na casa dos nove meses, ou na ordem disso, nove meses um ano e portanto, nós acabámos por conseguir concretizar os equipamentos já no último ano que tínhamos para o projeto. E isso também

comprometeu muito esta dinâmica do impacto dos equipamentos, porque não se podia pensar a dinâmica sem o equipamento estar acabado.

O caso concreto do centro comunitário, foi um projeto muito sofrido em termos do funcionamento porque também aí houve um repensar do centro, o centro também levou várias alterações de localização, até que, quando eu entrei já no projeto, estava definido que era no mercado. Mas depois havia um problema a confrontar que não foi pensado por quem imaginou aquela localização, era o facto daquele mercado servir nas festas do Espírito Santo para as dispensas do Espírito Santo e isso obrigou a fazer, inclusive, uma reunião com os mordomos e as irmandades no cineteatro de Rabo de Peixe para explicar o projeto e como é que o projeto ia compatibilizar a continuidade da sua utilização nas festas do Espírito Santo.

Do ponto de vista do projeto e aí tem que se dizer que o Arquiteto Monteiro foi muito sensível ao diálogo com a equipa do projeto e percebeu as mudanças que tinha que fazer, porque o projeto, o que é que nós pretendíamos? Isso foi uma certa guerra, uma zona de u com umas salas ao lado que foram acrescentadas e na zona u era o que foi mercado no passado e ia ser recuperado tal qual como tinha estado no passado e a intenção era, e é aqui que decorrem as atividades nas festas do Espírito Santo, não se pode parar ou inutilizar um espaço que só se utiliza duas semanas por ano, e a intenção foi criar uma zona informática de apoio aos jovens, um espaço TIC, digamos assim, criar aqui um gabinete da RIAC que estava na Junta de Freguesia para levar pessoas a entrar nesse espaço e criar aqui uma pequena gelataria e um espaço, uma lojinha com venda de produtos locais, uma espécie de posto de informação turística, e qual era a ideia? Era que aquele espaço fosse dinâmico durante o ano inteiro, que não fosse apenas um espaço para as festas do Espírito Santo, o certo é que não foi fácil, a gestão desse espaço é da Câmara, o parque informático nós conseguimos arrancar do princípio, a RIAC também entrou logo no princípio, ainda chegamos a assistir à transferência da RIAC, a gelataria, nunca conseguimos que a autarquia lançasse um concurso para isso, e o espaço do artesanato também acabou por não ter dinamismo, aqui deste lado tínhamos uma pequena biblioteca que estava associada ao espaço de informática onde poderia ter folhetos, e a ideia era servir desta documentação para desenvolver ações, junto dos jovens, de sensibilização, inclusivamente na área das toxicodependências, na área da sexualidade.

Na parte de cima e na parte de trás há uma sala grande que é uma sala multifuncional que pode servir para exposições, pode servir para conferências pode servir para vários aspetos, tem uma zona de atendimento da direção e na parte de cima tem salas de formação ou gabinetes que nós, inclusive, tínhamos pensado que poderiam servir para, por exemplo, ou um advogado pro-bono para dar consultas, um médico que podia também fazer consultas, uma coisa menos formalizada mas uma prestação de serviços à comunidade que fosse gratuito que permitisse rentabilizar aquele centro comunitário, tínhamos ainda uma outra filosofia, a cedência das salas para outras associações locais que não tivessem sede e quisessem reunir semestralmente ou mensalmente, ou que fosse, não poderiam era apropriar-se da sala, ou seja, a sala servia para a reunião mas não podia ter nem distintivos na parede nem nada disso de forma a que ela pudesse ser utilizada por mais que uma entidade.

Isso também não foi conseguido, isso foram tudo ideias – até se quiser depois uma cópia, posso-lhe dar - entreguei um documento à Câmara Municipal em 2008, final de 2008, com aquilo que dentro dos equipamentos que eram da Câmara, eram as potencialidades desses equipamentos, do ponto de vista da dinâmica da comunidade. O que a Câmara devia, do nosso ponto de vista, fazer para que aqueles equipamentos fossem vivos e não ficassem entregues a si próprios.

***Houve então o cuidado de passar informações à Câmara?***

Exatamente. Fizemos experiências, digamos assim, dentro do pouco tempo que tivemos com os equipamentos construídos e algumas delas, até antecipadamente à própria construção dos equipamentos, portanto, houve sensibilizações, trabalho que foi feito, por exemplo, na educação ambiental, uma campanha que foi feita que se chamava o Limp'olixo, procurou-se sensibilizar as pessoas para a questão da reciclagem, da recolha das caixas azuis na orla costeira, que deu polémica que foi aquela campanha de um litro de leite por uma caixa azul, foi feita nesse sentido, também numa ótica de educação ambiental, foi feito trabalho na tentativa de promover e arrancar com um grupo de alcoólicos anónimos, para que no centro comunitário essa pudesse ser uma dinâmica, chegou a haver reuniões de narcóticos anónimos, no centro comunitário, portanto, todas estas iniciativas que a equipa do projeto desencadeou antes ou durante a fase em que os equipamentos já estavam construídos, era para entregar já algum arranque às entidades que iam depois gerir para a partir daí elas se puderem desenvolver.

Também a outra área, o outro equipamento que foi todo repensado, foi a piscina, a piscina era inicialmente um tanque de aprendizagem, é a tal história, aí entrou outro tipo de intenção que foi o Governo Regional também poder, na intenção de remodelar a escola Rui Galvão de Carvalho acabar por ter uma parte do investimento assegurado por esse projeto, não fazendo uma estrutura separada mas fazendo uma estrutura integrada.

A piscina que estava no projeto inicial era oceânica, não tinha nada a ver, não tinha rentabilidade anual, não faz sentido, não corresponde às práticas das crianças de Rabo de Peixe e é para os adultos e, portanto, não tinha simplesmente lógica. Isso nitidamente é um traço do projeto que não é visto à luz da comunidade local, é visto muitas vezes à distância de um gabinete e de muitos quilómetros de mar pelo meio e portanto a intenção de transformar a piscina num equipamento utilizável e rentável penso que foi sensata.

Nós depois tentámos, também na tal perspectiva, desenvolver atividades antecipando um equipamento, fizemos uma sensibilização no ginásio da escola para as modalidades desportivas que poderiam interessar aos jovens, aliás porque a piscina passou a ter a zona da piscina e o ginásio acoplado para desenvolver outras atividades que não as atividades da escola, portanto, foi incluída uma remodelação do ginásio da escola. Mas o ginásio da escola está vocacionado essencialmente para jogos de bola, por exemplo o basquete, vólei, está preparado para isso e pretendia-se criar um outro ginásio junto à piscina para o karaté, para o hip-hop, para atividades que interessassem aos jovens e também os dessensibilizassem um bocadinho do futebol, o futebol é a única atividade extracurricular que existe em Rabo de Peixe.

Portanto, fizemos uma sessão de sensibilização para o kikbox para o hip-hop e foi fenomenal, ou seja, as miúdas... porque é uma das características da juventude de Rabo de Peixe, eles são muito sensíveis

à música, à dança e eles têm uma expressão corporal muito intensa e era interessante pegar por aí, o hip-hop, aliás, eles tiveram lá um grupo de hiphop, depois trouxemos um professor, inclusive para dar aulas, que durante uns meses deu aulas na escola Andrade, na rua do Rosário, no ginásio dessa escola, e a intenção de darmos essas aulas era ganhar o tal dinamismo para que quando tivesse pronto o equipamento, transferir-se para o equipamento. Pois claro que isto atrasou tudo, o professor depois deixou de querer dar as aulas, mas ficou esta ideia, que o equipamento serviria também para este tipo de atividades. Felizmente a parte da natação foi muito bem agarrada pelo Clube Naval, houve uma nova equipa em termos direção que conseguiu, em parceria com a escola, e com esse grupo de professores, também da área da educação física, desenvolver, estimular a natação.

***Para os miúdos das escolas?***

Exatamente. Das escolas e também do clube Naval, ou seja, que são muitos os que também frequentam as escolas. Hoje em dia acho que a piscina está a ser um recurso muito bem utilizado, nós tínhamos uma ambição um bocadinho maior, e fizemos contactos nesse sentido, ao nível das grávidas para que houvesse lá aulas de preparação para o parto, que ao nível dos idosos, que os idosos pudessem frequentar a piscina, gostaríamos portanto que aquela piscina não fosse apenas um recurso dos jovens e as escolas, que fosse um recurso da comunidade, e que servisse para outros grupos alvos, inclusive a área da deficiência, etc. Não tenho conhecimento, mas julgo que não está a ser utilizada nesse sentido.

O problema sempre é esse, há essa questão da sustentabilidade e a questão da abertura, ou seja há dois eixos fundamentais quando se constroem equipamentos públicos, eles não podem se fechar em rotinas próprias em guetos de frequentadores e de consumidores e têm que ser sustentáveis, serem autossuficientes, ou pelo menos suficientes, tem que se gerir com os recursos que existem, eventualmente com algum apoio que possam ir buscar ao estado ou às autarquias, mas têm também que ter a sua parte de rentabilidade. E uma das coisas que nós equacionamos quando fizemos a piscina, era o controlo de utilização da piscina, a piscina não sendo o equipamento apenas para a escola, tinha que se responsabilizar as pessoas pela sua utilização, e a intenção foi falada mas o arquiteto não encontrou para lá uma solução, porque não tinha pensado nisso, a ideia era que houvesse um controlo de cartão, um controle daquelas barras de entrada de forma a que, em caso de dano ou de destruição de alguma coisa, houvesse forma de penalizar o utilizador da piscina, bloqueando o seu acesso. Haveria de haver um regulamento e aí ele seria penalizado.

Eu penso que essa responsabilização também é outro aspeto importante que é difícil introduzir em Rabo de Peixe, ou aliás de um modo geral, e que é fundamental introduzir. Porque o comentário que ouvia muito na época era: para que é fazer isso, se eles vão partir isso tudo? A ideia sempre é que tudo o que se faz em Rabo de Peixe vai ser partido e esta impunidade de alguma utilização abusiva dos materiais, dos equipamentos, é algo que pode ser corrigida se houver responsabilização dos atos, se houver também por parte da entidade que gere o equipamento, uma regra de funcionamento e alguma disciplina na utilização desse equipamento.

Agora quando se relaxa muito nesse aspeto e quando não se dá e não se gastou dinheiro, e se não nos custou nada, isso foi dinheiro que veio de fora, porque é que a gente há de estar aqui, ou seja, nunca vê na perspetiva... e no fundo, estamos também na ótica da sustentabilidade, este equipamento

não é só para hoje, é para uma geração, uma década, e para isso tem que haver aqui algum rigor na forma de utilizar o equipamento, claro que isto depende muito das direções depende muito das pessoas que estão à frente. Eu, por exemplo, vejo uma diferença muito grande entre a Escola D. Paulo José Tavares e da Luísa Constantina, via na altura, e realmente a direção da D. Paulo José Tavares tinha uma forma de lidar com as crianças em que a gente entrava na escola e o ambiente era completamente diferente da escola Luísa Constantina, em termos da forma como os miúdos se comportavam e geriam e utilizavam os recursos que a escola lhes proporcionava.

Portanto, eu penso que isso é também um aspeto importante e que tem que se trabalhar nesse sentido para também desmistificar a ideia de que a comunidade de Rabo de Peixe é uma comunidade em que o investimento não é reprodutivo e não se chega parte nenhuma.

Portanto para além destas obras que são mais concretas, claro que a outra parte do investimento que foi bastante grande, penso que cerca de um terço das verbas, para o saneamento básico, os esgotos e as ETARs, e todo esse processo. Aí também nós fizemos um trabalho e também deixámos uma indicação à Câmara Municipal. Há de base um comportamento das pessoas em relação aos resíduos que não é o mais adequado e daí a tal campanha que fizemos do Limp'olixo e das recolha das caixas azuis, e depois fizemos um trabalho na fase já da obra de saneamento básico, para a questão do depósito do lixo orgânico, com uma explicação às pessoas o que é que era o saneamento, como funcionava, porque ainda persistia a ideia de que o mar leva, e portanto o que se atirar para a rocha não faz mal porque o mar vai levar esse lixo. Portanto, o limpar da casa passa por uma fronteira que é o mar e não há que fazer mais nada e o introduzir o saneamento básico, introduz uma ótica diferente no tratamento nomeadamente nas águas pluviais e o que se verificou na altura foi inclusive, ossos lançados nos esgotos que bloqueiam as condutas e é preciso, portanto, depois abrir para tirar porque as pessoas não vêm a canalização do saneamento da forma como ela funciona, nem o que é uma ETAR, a separação das águas, o que vai depois para o mar que é uma água que já não é poluente. Portanto essa mecânica do que é o saneamento não faz parte das representações mentais da população.

***Não tendo conhecimento também será difícil...***

E houve uma tentativa de passar essa mensagem, do que é que era o saneamento que estava ser construído na sua rua, para as pessoas perceberem o que é que não podiam passar a fazer.

***E essa mensagem, essas ações de sensibilização como é que foram realizadas?***

Nós fizemos imagens, essencialmente imagens e a equipa foi toda para a rua, correr as ruas todas onde o saneamento estava a decorrer e batendo às portas e falando com as pessoas.

***Houve um contacto direto então?***

Direto, sim. Depois, para além da campanha como eu disse da reciclagem, foram deixados ímanes para frigoríficos, foi criado um merchandising para facilitar o lembrar da reciclagem, que era, usando exatamente os quadradinhos do projeto, o projeto tinha quatro quadradinhos, cada um para as áreas do lixo diferenciadas. Foi feito um folheto também, que se entregava às pessoas, mas o folheto não é eficaz, ou seja, as pessoas vão lá mais pela conversa, mais pelo contato, pela conversa, mas toda essa campanha foi feita em conversa, ou seja, foram contratadas pessoas temporariamente durante dois meses, animadores socioculturais que estiveram a trabalhar no terreno com a comunidade porta a porta

a falar com as pessoas, a explicar o que se passava, claro que havia da parte da autarquia, também fizemos esse trabalho, um certo desleixo dos circuitos da recolha do lixo daquela zona, os horários... tentou-se que eles melhorassem esse nível, porque é evidente que se eles não têm um horário fixo de passar na rua as pessoas põem o lixo às 8h da manhã e o lixo fica de repente até à 1 da tarde, porque não sabem muito bem a que horas vai passar. Claro que as pessoas, mesmo sabendo, colocam antes da hora e essa é a questão da passagem, e havia também uma outra questão que também foi alertado para a autarquia, que era a dimensão das viaturas não passavam em certas ruas, o que obrigava que as pessoas tivessem que pôr o lixo num determinado ponto para depois ser recolhido e esse gesto, acabava por fazer com que elas em vez de irem pôr no ponto lançassem no mar ou então fossem pôr no contentor do cais. Esse trabalho também foi feito.

Com os pescadores também fizemos ações de sensibilização porque um dos resíduos que mais deve preocupar as entidades públicas, nomeadamente a autarquia, é a questão das sedas dos fios de pesca, portanto toda aquela marginal de Rabo de Peixe é um desperdício. É uma marginal que foi construída em honra a qualquer a aldeia marítima de qualquer parte do país mas em bom rigor é um espaço de trabalho dos pescadores. Não há circulação praticamente nenhuma de carros e utilizam aquilo como um espaço de preparação de aparelhos de pesca e depois deixam quilos de fios de nylon. E esse trabalho, deles recolherem esse fio de nylon e de haver uns contentores próprios para o fio de nylon que eles pudessem colocar, foi feita essa tentativa. E conseguiu-se na altura ao nível dos óleos, porque eles lavavam os barcos e vazavam o óleo no próprio cais, conseguiu-se com a Bensaúde que eles lá colocassem contentores para a recolha dos óleos, que eles têm isso em outros cais e conseguiu-se que o responsável pelo cais, que é pago, penso pela Lotaçor, ou pela direção de pescas ou portos, não sei, portanto há uma entidade qualquer que assegura um funcionário que está fazendo ali a limpeza da zona do cais e esse funcionário é que faz esse controlo do vazamento do óleo.

***Mas sabe se continua a ser feito?***

Na altura foi, mas não sei se continua ou não. Mas fizemos porque a questão dos resíduos em Rabo de Peixe tem estas várias vertentes, tem a questão dos resíduos ligados à pesca e por isso, essa sensibilização para as caixas azuis, mas é evidente que essas caixas azuis, também fizemos esse trabalho, não serve de nada eu estar a alertar o pescador para não atirar com a caixa para o mar ou não a deixar cair, ou seja a forma como ele o faz, desde logo, porque é que ele faz isso? Porque ele não paga nada por aquilo, ponto nº1, o facto de ele não pagar faz com que ele não tenha qualquer relação de respeito ou de cuidado por aquele bem, no entanto há um controlo, ou devia haver um controlo na lota quando ele vai buscar essas caixas. Ele faz um levantamento de, por exemplo, 50 caixas e quando ele chega com o peixe, se ele só usou 40 deveria entregar as outras 10 e esse controlo da entrega das caixas não se estava a fazer. E portanto, fizemos reuniões com a Lotaçor no sentido de eles reverem a forma como também estavam a gerir aquele equipamento. Passar a mensagem de quanto é que custa a caixa é fundamental, eles têm que saber qual é o valor material daquela caixa, e 2º também, ou a entrega de uma caução, deixar a caução das caixas que levam e depois devolver a caução. Penso que esse processo não foi fácil. Eles ainda fizeram uma tentativa, mas estava e está, não sei se houve alguma alteração, enraizado no modus operandi do pescador e portanto, não é fácil

mudar isso, acho que hoje em dia, de vez em quando, ainda parecem caixas azuis um pouco por todo o lado.

Portanto, mas esse, não posso garantir, mas penso que não foi completamente controlado, temos as caixas azuis, temos a questão das baterias que eles muitas vezes não entregam, não têm um sítio para entregar, dos motores, que ficam depositadas em qualquer sítio, nos tetrápodes do cais apareciam baterias, e fizemos uma avaliação dessa... temos os fios de nylon deitados ao chão, temos a questão dos óleos dos barcos, da lavagem dos barcos, portanto tudo isso são resíduos que... e temos os resíduos do peixe, da isca, que é outro tipo de resíduo, que é orgânico e que acaba por também ser misturado com tudo, tudo é misturado e talvez também por causa disso, os contentores do cais vocacionados para os pescadores são também utilizados pela população da zona que vão lá deixar o seu lixo orgânico, doméstico. Quando eles metem, por exemplo, lá daqueles contentores grandes da construção civil, que às vezes a gente via lá no cais, então era um caso muito sério, aquilo é enorme, porque toda a gente coloca para lá o que lhe toca.

Há aspetos de reorganização da gestão camarária, da gestão dos portos, para que o lixo seja realmente controlado e claro, aspetos da educação ambiental dos utilizadores dos espaços. Tem que haver ali regulação e regulamentação e tem que haver alguma fiscalização. Portanto nós fizemos alguns alertas nesse sentido inclusive tivemos sessões com pescadores na associação dos pescadores.

***E acha que pelo menos entendiam a mensagem?***

Isto não vai lá com uma sessão, isto é um trabalho que tem que ser feito, é a tal história, penso que a filosofia que o EFTA introduziu no projeto é a filosofia certa, ou seja, os agentes que estão no local, os funcionários das empresas públicas, os funcionários camarários esses agentes é que têm que ser responsáveis diários da manutenção de uma determinada filosofia, inclusive, nós fizemos e até chegámos a comprar, agora também na área dos resíduos, fardas para pessoas contratadas pela Junta de Freguesia ao abrigo do FIOS que são postas em trabalhos de autarquia, da junta da freguesia, pediu-se na altura que a Junta de Freguesia desse as pessoas, pusesse 6 pessoas em trabalho de limpeza de rua e nós fizemos uma sessão de formação para essas mulheres que acabaram por ser só três e ou para dignificar arranjámos fardas que o projeto é que pagou, comprámos fardas de cor próprias com jaqueta, uma jardineira, um chapéu, para elas fazerem parte da limpeza das ruas, porque a limpeza das ruas que a Junta de Freguesia assegurava era só a rua principal, a rua do Rosário, portanto não entrava na zona do bairro piscatório, a tal ideia de que aquilo já é sujo, sujo há de ficar, elas sujam aquilo, elas que o limpem. Portanto colocar alguém dos serviços públicos a limpar, dignificava também a zona, mas é evidente que essa pessoa tem que também ser pedagógica com as pessoas com quem contrata.

Essa mudança, esse trabalho de mudança não pode ser feita só pelas entidades, supostamente que estão no projeto ou que estão nas instituições, todas as pessoas que estão na área pública, seja da limpeza das ruas, seja por exemplo da área da habitação social, da Câmara, têm que ter formação para serem também agentes pedagógicos da transformação.

Por exemplo a questão das rendas, era outro aspeto que nós, dentro da responsabilidade do projeto, também alertámos, até porque fomos nós que fizemos, depois a Câmara assumiu, mas fomos nós que fizemos um trabalho de base do guia do morador. No final, também juntamente com essas

recomendações que foram entregues à câmara, foi entregue um guia do morador que depois a Câmara publicou, onde se trata um conjunto de informações básicas sobre a manutenção da habitação, a manutenção do respeito pelo outro, o facto do pagamento da renda, o pagar a luz, o não pôr música alta, portanto, um conjunto de aspetos de boa vizinhança para quem vivia na habitação social, a ideia era que aquele caderninho servisse também como registo, no final do caderninho tinha o “arco” para se marcar que se pagou a renda e havia telefones úteis, portanto contactos, etc. E a intenção era que autarquia nesse contacto mensal com o inquilino que está a pagar a habitação social, fosse pedagógica também no acompanhamento dessa família, porque há atrasos no pagamento das rendas, há abusos na utilização do espaço que não é das famílias, que é da autarquia ou do governo e as pessoas, acham que a casa é sua e fazem o que querem e o que entendem da casa, inclusive o estimular a usar os recursos que a casa proporciona, porque muita das coisas que eu verifiquei lá, as casas por exemplo, do bairro da Nossa Senhora de Fátima que foram entregues pelo Governo Regional a um conjunto de famílias, tinham todas um espaço de terra que proporcionava ter alguma produção hortícola, uma couves, uma salsa, e a primeira coisa que as famílias faziam era cimentar aquele espaço, um espaço que não é seu, algumas as casas eram suas por permuta da Cova da Moura de onde foram retirados, para destruir, para acabar com a Cova da Moura, noutras eram de renda social, pagas ao governo, na altura, porque não eram proprietários das casas, mas mesmo para os proprietários, essa atitude de cimentar revela que as pessoas não vêm na casa um trampolim para a sua própria autossubsistência, portanto, estas mensagens não sendo especificamente do projeto, ou seja, não estavam nos objetivos do projeto mas estavam neste objetivo de desenvolvimento local, no fundo, que estamos a falar.

O projeto deveria ser uma alavanca para o desenvolvimento local e com todas as entidades com quem nós fomos parceiros, fosse o Governo Regional com a piscina, fosse a autarquia com a escola do 1º ciclo que era da autarquia, o Centro de Artes e Ofícios e a Escola Profissional, o Clube Naval e o Centro Comunitário, fosse com a Santa Casa da Misericórdia que acabou por ficar só com o Centro Familiar, particularmente a Câmara que era a grande entidade parceira do projeto, nós fomos sempre interligando o que estava sendo feito do ponto de vista físico com o que era necessário do ponto de vista social e cultural e educacional e deixámos sempre esses alertas e fomos trabalhando nesse sentido e no final, como eu disse, ficou inclusive um relatório, um memorando com essas orientações. Um aspeto que não correu bem e que depois a comunicação social chegou a associar à equipa do projeto, foi a reabilitação da praça, da praça de Rabo de Peixe, ela fazia parte do projeto, estava integrada no saneamento básico, não ficou concluída em final de 2008, ficou em fase de acabamento, mas houve uma mudança de atitude. Na estrutura do projeto, isso não era muito fácil, também foi uma coisa mal pensada por parte, penso do EFTA, nesse sentido, o projeto tinha o IHRU, tinha o LNEC como entidade monitorizadora, tinha os donos de obra, portanto, esses eram no fundo as entidades a tutelar os equipamentos, e tinha a equipa do projeto. A equipa do projeto não era dona da obra mas era aquela que supostamente devia acompanhar, executar e não pagava a equipa do projeto, recebia dos donos de obra os documentos contabilísticos, verificava esses documentos contabilístico, acompanhava os concursos, o lançamento dos concursos sendo no fundo a mediadora dos donos de obra e depois enviava isso para o LNEC, que verificava e que depois mandava para o IHRU e que pagava diretamente aos donos de obra, portanto, o dinheiro não passava pela equipa do projeto, o que

é que acontecia, os donos de obra de início, quer da Câmara, quer da Santa Casa da Misericórdia entregaram, delegaram na equipa do projeto o lançamento dos concursos, toda aquela parte burocrática, etc. e fomos fazendo algumas dinâmicas, mas depois não tínhamos poder para impor, como a obra já estava entregue, à partida, a essas entidades, nós acabámos por perder o fio à meada, às páginas tantas, porque o dono de obra dizia: não, não quero assim, quero é fazer de outra maneira qualquer. E qual era a nossa voz aqui, não era nenhuma.

Este projeto devia ter sido feito de outra maneira a equipa do projeto deveria ser responsabilizada pela execução, obviamente sabendo à partida para quem é que se destinava a obra, mas ter feito a execução de todo o projeto e depois o IHRU, ou a entidade, entregar esses projetos às entidades que iriam dar continuidade de forma a que eles recebam um projeto com uma dinâmica criada e portanto tinham era que dar continuidade, eles trabalhariam em paralelo com a equipa, mas a equipa é que era a responsável pela execução.

O caso concretamente do saneamento básico no caso da Câmara Municipal obviamente que é uma obra que algumas Câmaras não gostam de fazer porque é uma obra subterrânea e era a área maior de investimento mas com menor visibilidade, a única parte visível da obra do saneamento básico era a parte dos arranjos exteriores e, nessa parte dos arranjos exteriores, nós não fomos tidos nem achados, enquanto que nas outras, isto também há aqui um aspeto eleitoral que se tem que ter em linha de conta, em 2005 houve eleições para a autarquia, quando nós começámos o projeto no primeiro ano, sobretudo nos primeiros 6 meses de 2006, a autarquia ainda não estava muito a par, foi quando a gente lançou a maior parte dos projetos, etc., quando começámos na execução em 2007, a autarquia já começou a assumir muito mais protagonismo nos projetos e a não querer tanto a interferência da equipa do projeto, em bom rigor, eles eram os donos de obra, eles é que iam ficar com o dinheiro, as obras iam ficar para eles e portanto a equipa do projeto não tinha grande poder aqui, portanto essas orientações de dinâmica de filosofia, nem sempre foram bem acolhidas por parte dos donos de obra, e no caso como estava a dizer da praça, não houve qualquer sensibilidade da parte da Câmara auscultar qual era a melhor forma de trabalhar aquela praça e portanto projetaram na praça aquilo que entenderam que devia ser aquele espaço e a praça não resultou, não resultou porque transformou-se num parque do estacionamento, o palanque não abrange uma banda de música a atuar, a parte das luminárias estão desajustadas com a dimensão da praça, retiraram o verde e as flores e os bancos, criaram uma zona de bancos mas que não corresponde à vivência daquela comunidade, aquela praça não espelha o que é que era a sua utilização antes de ela ser intervencionada. E portanto já se fala outra vez de uma intervenção na praça para se voltar a reabilitar aquela praça, portanto foi um investimento muito elevado porque foi toda forrada a pedra de basalto cerrada e que não corresponde, e que a equipa não teve qualquer interferência aí, portanto, enquanto com os outros projetistas nós trabalhámos diretamente, no caso do saneamento básico não houve interferência.

Eu já fiz... já respondi se calhar às perguntas todas.

***Mas assim também é ótimo porque acabou por me fazer um resumo do projeto. Mas uma das perguntas que já respondeu relativamente às alterações da piscina oceânica, que já percebi que para si não fazia sentido...***

Ainda relativamente à piscina oceânica posso acrescentar mais uma coisa, já era intenção pelos responsáveis anteriores a mim, de não ser piscina oceânica, ser uma piscina coberta, mas não estava prevista ser uma piscina com as dimensões oficiais e já que se faz um investimento destes, faz-se um investimento que possa ser homologado, ou seja, pelo menos a nível nacional, os tempos que forem executados nesta piscina são homologáveis... portanto, bastaria ter apenas menos um centímetro para não ser homologado, teve-se essa preocupação para que a piscina tivesse as dimensões.

***E relativamente à sede, percebi que acabaram por não ocupar o espaço do Clube Desportivo. Mas inicialmente estava previsto a localização da sede do projeto no centro, mas depois houve uma deslocação, houve alguma razão específica?***

Não... Nós estávamos numa casa de renda quando eu cheguei que não oferecia condições, era uma casa que tinha os móveis, até alguns espaços ocupados com móveis do senhorio, era uma casa que, tinha havido uma crise sísmica em 2005, a casa abalou e portanto não tinha condições. E então tentámos encontrar um sítio alternativo e não foi fácil arranjar. Apareceu aquela casa que tinha espaço para podermos fazer formação lá, para podermos trazer os miúdos quando eram os campos de férias, fazíamos sempre os campos de férias na páscoa, no verão e portanto tinha um espaço exterior que servia também para isso, portanto a casa não estava no centro da freguesia mas tinha potencialidades para se permitir um conjunto de atividades.

***Considera que a localização da sede fora do centro afetou, de alguma forma, os resultados do projeto? Se sim, positiva ou negativamente?***

Não posso afirmar que o projeto teria tido outro resultado se a sede estivesse no centro, considerando que a missão da equipa não estava apenas centrada nesse edifício, à exceção do apoio na formação dos adultos que era da responsabilidade da escola, e no período das férias (campo de férias).

Todas as outras atividades eram realizadas no contexto global da freguesia, acompanhando a execução das obras, posteriormente utilizando os equipamentos criados (centro comunitário) e sobretudo em ações que recorriam aos espaços existentes (o cine teatro, as escolas, o salão paroquial). Considerando que o projeto não previa a transformação em organização/associação, a sede utilizada foi abandonada quando a presença da equipa também chegou ao fim, apesar de se ter mantido um elemento no centro comunitário durante três meses para a transição dos processos para o IHRU.

A sede na ótica deste projeto não era um espaço para prestação de serviços, mas para organização de ações e logística, com potencial para reuniões, sessões de esclarecimento, formação (microcrédito, pais das crianças dos campos de férias, grávidas adolescentes...), apoio a equipas de terreno (como aconteceu com a campanha limplexo ou a formação de adultos).

***Na candidatura é referido inicialmente uma série de impactos que estavam previstos atingir, como a redução do analfabetismo, do insucesso escolar, etc. e referia que a quantificação desses impactos seriam definidos na fase de implementação do projeto. Pelos relatórios que tive acesso a quantificação desses impactos nunca foram definidos, houve alguma razão para tal acontecer?***

Não, é a tal história... este é o tipo de objetivos que não corresponde aos instrumentos que o projeto tinha para trabalhar, por exemplo, reduzir o insucesso escolar, reduzir o analfabetismo, com base em que instrumentos? Em bom rigor, o que é que tínhamos? Tínhamos a melhoria das condições

educativas, dos equipamentos, esse era um aspeto, mas a gente sabe que quer uma coisa quer outra, que os equipamentos não fazem o resultado escolar, há um conjunto de fatores que estão inerente a isso.

O que nós fizemos para tentar perceber o que é que poderia ser feito dentro dessa área do insucesso, foi um trabalho de levantamento (que tenho aqui) sobre o insucesso escolar em Rabo de Peixe e fizemos um estudo, aliás também fizemos um sobre a gravidez na adolescência, fizemos um estudo sobre o insucesso escolar em Rabo de Peixe com todas as crianças do 4º ano de escolaridade, no sentido de perceber, quem é que poderia trabalhar o insucesso escolar, teria que ser as escolas, as escolas do 1º ciclo e as famílias, a interação com as famílias, fizemos esses estudo e esse estudo foi também apresentado aos pais, fizemos sessões nas escolas com os pais, por outro lado trabalhámos e isso aí de forma muito intensa, com os parceiros dos cursos de atualização e competências em literacia, agora é a rede “Valorizar”, na altura havia cursos para adultos ou com mais de 15 anos que não tivessem a escolaridade obrigatória e que eram lecionados por professores das escolas, mas em espaço extraescolar, e eles estavam até com algumas dificuldades em arranjar espaço, portanto, nós facilitámos. De início fizemos uma parceria só a nível mais de apoios à docência e depois, no último ano, em 2008, quando o Centro Comunitário ficou pronto eles passaram a ter aulas no Centro Comunitário, o Centro Comunitário passou a ser o espaço de formação. O que é que o projeto conseguiu fazer durante esse período? Foi melhorar as atividades desses cursos, inclusive, eu tenho isso aqui no relatório, nós conseguimos, no primeiro ano quando nós chegamos havia 30 alunos nesses cursos e no último ano havia 115 alunos, portanto nós conseguimos... e fizemos inclusive uma campanha porta a porta para angariação de pessoas para esse tipo de formação

#### ***E as pessoas iam-se mostrando recetivas?***

Foram-se mostrando recetivas e com uma vantagem muito interessante, nós verificámos que as pessoas que frequentavam esses cursos, frequentavam por obrigação porque era uma das medidas dos contratos de reinserção social, do RSI, e eram obrigados a ir frequentar, e a maioria estava por obrigação e nós conseguimos que esses 115 fossem por vontade de aprender e não por obrigação. Ou seja, houve um incremento enorme, começaram a sentir... Porquê? O que é que nós fazíamos? A nossa carrinha servia para eles irem por exemplo para o Parque Atlântico, irem ao cinema, fazerem um passeio e um piquenique, ou seja, todas as atividades que extravasam aquilo que a escola assegurava eram asseguradas pelo projeto e esses cursos acabaram por ter um impacto naquelas pessoas muito diferente, eles não eram da nossa responsabilidade, eram da escola, continuavam a ser, era a entidade educativa, penso que na altura em parceria com Instituto do Emprego, mas sobretudo era a escola que assumia e depois é que foi transferido para o Emprego, simplesmente nós qualificávamos esses cursos, ajudávamos a que tivesse uma qualidade diferente.

Penso que foi um impacto muito importante nessa questão do analfabetismo, claro que isto não se reflete automaticamente em indicadores, até porque nós não temos indicadores de analfabetismo se não nos censos para poder medir as variações anuais, portanto, não era muito fácil entre 2006 e 2008 apreender a taxa de analfabetismo em Rabo de Peixe, não tínhamos como chegar lá, agora que isto teve um incremento no nosso número de adesão, teve. Na área das crianças, esta questão do insucesso escolar é muito mais sistémica, ou seja, nós não interferimos diretamente no processo de

aprendizagem da escola, a não ser nas condições do espaço escolar, aí trabalhámos, aí fizemos, mas como eu lhe disse com o atraso que o projeto teve, quando a escola ficou pronta, só houve um ano letivo em que a escola pode funcionar já nas novas instalações, no caso da D. Paulo José Tavares foi em 2007/2008, na Luísa Constantina, penso que a obra ficou pronta em finais de 2006 e o ano letivo de 2006 /2007 já foi na nova escola. Portanto as instalações realmente foram modificadas e isto só não basta, e era preciso perceber essa realidade, portanto fizemos esse trabalho sobre o insucesso escolar e entregámos isso aos professores. Fizemos formação com os professores das escolas todas, no sentido de eles verem também do lado deles o que é que eles podiam fazer diferente, há aspetos da própria organização da educação escolar, que eu penso que têm que ser alterados, que na altura alertámos para isso. Havia na altura muito professor em Rabo de Peixe, mercenário, ou seja, o termo que eu posso utilizar é esse, não estavam em Rabo de Peixe por vontade própria estavam em Rabo de Peixe porque calhou Rabo de Peixe e Rabo de Peixe era negativo para a colocação de um professor, ficar em Rabo de Peixe não era valorado positivamente, portanto, à 1ª oportunidade que tivessem para sair, saíam. Esse aspeto da desmotivação dos professores era algo que se reflete depois também na relação com os alunos.

A outra questão tinha a ver com a guetização das escolas, aquelas escolas reúnem públicos socialmente diferenciados. A escola da rua do Rosário são das famílias com maior poder socioeconómico, a escola D. Paulo José Tavares apanha a zona de S. Sebastião e a zona da Cova da Moura, quer dizer apanhava a da Cova da Moura, ou seja apanhava um conjunto de famílias, com uma área profissional, algumas da área agrícola e outras de uma área menos definida do ponto de vista profissional e a área da Luísa Constantina da área Piscatória, nitidamente. E essa separação... e depois não querem misturas, ninguém das famílias da Rosário querem ir para a Luísa Constantina, mesmo que agora a localização da Luísa Constantina seja muito mais a norte do que era anteriormente. Portanto, essa estrutura física das escolas, esta estrutura da docência, ou seja, esta forma como as equipas docentes estão criadas, a liderança das escolas também tem influência na forma como a escola funciona em Rabo de Peixe e isso, o projeto não entra nesse domínio, a nossa equipa do projeto não tinha como chegar a esse nível, a não ser entregando alguns dados de base para reflexão das próprias escolas no sentido de verem o que é que nós podemos fazer diferente e tomarem consciência desse fenómeno do insucesso escolar na sua escola, porque realmente em termos de repetência... agora não sei de cor mas posso-lhe dar uma cópia sem problema nenhum. Nós avaliámos uma parte das condições de vida das crianças...

***Sim se não se importar...***

Sim depois vê o trabalho, é mais fácil...

***Sim, mas estou a ver que por muito que se tenha este tipo de intenções no projeto, considera que não é possível...***

Não, não havia... é porque criaram esse objetivo até se calhar estrategicamente para ser financiado, mas é um objetivo que não estava operacionalizado através de quê, é que vamos combater o insucesso escolar? Através de quê, é que se combate o analfabetismo? Só se pode combater uma coisa e outra pela formação, pelo incremento da educação. Nós fizemos um trabalho com as criança na área de ocupação de tempos livre de verão, e isso foi feito e nesses chamados campos de férias, colónias de

férias, os conteúdos eram sempre de educação cívica, de educação pelo desporto, promoção de competências, ou seja, era uma procura de compensar algum défice dessas crianças, mas obviamente estamos a falar de grupos de 20 crianças, 20 meninos de manhã, 20 meninos à tarde, Rabo de Peixe tem cerca de 2.000 crianças no sistema educativo, portanto, o objetivo do combate ao insucesso escolar não pode ser uma questão cirúrgica e muito menos laboratorial tem que ser um trabalho de base, de fundo, e tem que se perceber o que é que contribui para. Claro que, continua a ser um problema porque ainda não foram totalmente equacionadas, as instalações da Rui Galvão de Carvalho que não são adequadas à promoção do ensino de qualidade, a parte não desportiva, porque a parte desportiva foi o projeto que o fez, mas na parte não desportiva há assaltos, há destruição do espaço, há uma série de problemas associados àquela escola que não foram resolvidos ainda. Nós também fizemos parte do projeto de arquitetura com o arquiteto que estava na altura responsável, mas penso que isso acabou por não ter desenvolvimento, esse é um projeto que já vinha detrás, já vinha penso que de 2003, estamos em 2014 e a escola ainda continua a ser a mesma que era na altura. Eu penso que essas condições físicas, aí sim, ao nível do pós 1º ciclo, não facilitam, que vai do 5º ano ao 9º de escolaridade, não facilitam de todo o sucesso escolar daquelas crianças e facilita muito o absentismo. Fizemos também um trabalho a nível da grávida adolescente porque era uma das questões do insucesso escolar, estava na faixa etária das miúdas entre os 13 e os 15, o absentismo escolar das crianças, das raparigas e isso tem muito a ver com o contexto familiar em que elas estão inseridas, do papel que elas desempenham de ajudantes das mães de cuidar dos irmãos mais novos, na facilidade com que as famílias dizem não vais hoje à escola para tomar conta do teu irmão para eu fazer umas compras. Esse trabalho até transformou-se num trabalho regional, o Governo Regional fez um estudo da gravidez adolescente na região, a partir do trabalho que nós fizemos em Rabo de Peixe. Foi feito um pedido de colaboração à Universidade de Coimbra ao hospital, maternidade Daniel... onde há uma equipa que está a trabalhar a gravidez precoce, que é chefiada pela Dra. Cristina Canavarro e ela respondeu positivamente à Tânia Diogo, que lhe enviou um e-mail a explicar. A Tânia é da área de psicologia, queria aplicar um conjunto de testes e estes testes são muito caros, e ela sabia que essa equipa trabalhava nestes testes e queria ver se havia hipóteses de eles cederem os testes. A Dra. Cristina entusiasmou-se com a ideia de conhecer a realidade de Rabo de Peixe, porque viu os indicadores e percebeu que valeria a pena, e então envolveu-se mesmo. Cedeu-nos o material, fez a formação à Tânia Diogo e depois trabalhou com a Tânia a parte dos dados finais. Quando estávamos nesta fase, entretanto foi a tal questão a nível regional e transformou-se assim esse trabalho em trabalho regional, e foi um trabalho muito interessante porque entrevistava as grávidas na fase da gravidez, no momento do nascimento e após um mês do nascimento da criança. Portanto, nós conseguimos com esse trabalho, depois, criar no centro de saúde um grupo de preparação pós-parto, com uma voluntária na área da saúde materna, fazia a preparação para o parto só com miúdas adolescentes e isso também foi importante para, de alguma maneira, e eu tenho estado a acompanhar os dados, há uma redução de gravidez na adolescência em Rabo de Peixe. Claro que não aconteceu em 2006 e 2007 mas aconteceu posteriormente. Porque muitas destas miúdas têm o segundo filho. Claro que há outros fatores que se meteram pelo meio, questões económicas, questões de outra natureza e infelizmente, lá volta outra vez a mesma coisa, o trabalho de preparação para o parto deixou

de se fazer. Os profissionais do centro de saúde não assumiram a continuidade desse trabalho e não assumiram um aspeto que nós detetámos e que chegámos a iniciar, que era a necessidade de haver um grupo de ajuda pós-parto, ou seja as mães depois de terem as suas crianças, essas miúdas têm necessidade de um apoio e de partilharem as suas experiências com as outras, no sentido de elas próprias se entreeajudarem e voltarem a estudar, a não terem uma 2ª gravidez numa fase muito jovem, ou seja faltou também aqui um trabalho com a educação, porque estas jovens podiam continuar a estudar, mas não é fácil numa comunidade daquelas manter.

Chegámos a propor isso, se o Centro Familiar tivesse uma quota de vagas para estas meninas no sentido de que, elas tinham ali a garantia de uma creche, mesmo tendo uma mãe que pode tomar conta, porque o grande problema para muitas delas, é que muitas dessas crianças, desses bebês, são depois criados pelas avós e são depois vistos como uma espécie de um filho mais novo e há uma própria desresponsabilização dessa adolescente, ela acaba por ficar em casa doméstica, mas ela não tem consciência plena da sua maternidade. Portanto, se fosse com o apoio da creche ele teria uma outra responsabilização e havia uma outra influência que cortava um pouco a influência da geração adulta.

Tudo isto que estou dizendo foi lançado às entidades que podem pôr em prática porque o projeto não era uma estrutura executiva, era executiva do projeto, digamos assim, mas não executiva das dinâmicas que dali deveriam nascer.

***Mas na altura, considerou então que proporcionaram todas as condições para essas dinâmicas depois se desenvolverem e que foram as entidades locais que não deram continuidade?***

Exatamente.

***Mas da parte do projeto houve então essa tentativa?***

Sim, porque é assim, isso tudo extravasa, não havia forma, aliás algumas vezes as pessoas dizem: Ah, se tivessem financiado... por exemplo, o caso da preparação para o parto nós não quisemos estar a pagar uma enfermeira especialista para estar fazer aquelas sessões porque, aí iríamos dizer, acabava o projeto acabava a atividade, portanto fizemos com uma voluntária e depois a voluntária na altura é que disse: - Não posso continuar, mas vou ensinar à enfermeira da unidade de saúde para ela continuar. Nós comprámos os tapetes, o espelho que ela precisava, um rádio para a música, tudo o que era necessário para a atividade, mas não quisemos investir na atividade porque muitas das coisas desta natureza, que são dinâmica de transformação, claro que a gente pode pagar, mas sabendo que o projeto morria numa determinada data não queríamos que nada ficasse que fosse dependente do financiamento, porque aí as pessoas iam-se justificar, já não temos o dinheiro do projeto, já não temos dinheiro para o fazer.

Agora, tentámos foi sensibilizar os atores da comunidade para a importância dessas dinâmicas, claro, não é a curto prazo, não se muda estruturalmente uma comunidade, nesses aspeto do insucesso escolar, do analfabetismo, da gravidez precoce, da domesticidade das mulheres, da dependência do RSI, não se muda isso porque está lá um projeto durante 3 anos, só se muda se as entidades parceiras que estão no terreno e trabalham com essas famílias... inclusive, por exemplo, fizemos uma reunião, eu própria fui com as técnicas da ação social de Rabo de Peixe por causa da história do RSI, porque uma das coisas que nós verificámos, porque quando o Centro Familiar foi construído, nós fizemos um

levantamento de todas as crianças do bairro que estavam em idade de ir para aquela creche, para o jardim-de-infância, e depois fizemos uma identificação das famílias, com contactos e isso tudo e entregámos aquela listagem à Santa Casa da Misericórdia, não erámos nós que íamos fazer as inscrições, era o dono de obra que ia fazer isso, e deixámos esse processo com a Santa Casa. A Santa Casa quando foi contactada por mim, para saber como é que estava a admissão dos meninos, a Santa Casa: Ah, aquilo foi só... - daquela lista toda, eram 105 pessoas, 105 crianças mais ou menos e as vagas eram 70, portanto havia de sobra para aquelas vagas, eventualmente nas idades poderia haver mais de um grupo etário do que outro. E a Santa Casa diz-me: 20 ou 20 e poucos é que acederam. E eu disse, vamos ter que colocar outras crianças. Como é que é possível de cento e tal crianças que as mães disseram que estariam disponíveis a colocar lá os meninos e só vinte e tal é que...? Então disse: Olhe, o Senhor vai-me dar as recusas e eu vou tentar saber porque é que essas pessoas não quiseram ir para a creche, portanto, o que é que verificámos? Todas as recusas eram beneficiárias do RSI e pegámos nessa listagem, verificámos porque entregámos a lista na Ação Social e perguntámos se conheciam aquelas famílias, então pedimos, como nós não podíamos fazer nada disso, enquanto entidade, porque não tínhamos poder para isso, então pedimos à Ação Social que entrasse em contacto com aquelas famílias porque faz parte do contrato de inserção, havendo resposta da comunidade, colocar a criança na creche ou jardim-de-infância, inclusive algumas mulheres trabalhadoras que lá estavam. E portanto, a Ação Social, com base na nossa listagem ou com a listagem que a gente entregou, conseguiu que mais algumas das famílias fossem para a creche.

Portanto, este trabalho de cumprir com os contratos de Inserção, por exemplo, fazer respeitar os contratos de inserção, é um trabalho dos técnicos, que trabalham na zona, não é um trabalho do projeto. O projeto não pode moldar práticas de relacionamento institucional que existem entre a ação social, ou a educação, ou a saúde, o que é que quer que seja, com a comunidade de Rabo de Peixe. E há muito preconceito, digamos assim, às vezes na forma como se lida com estes utentes, ou seja, eles já estão mais ou menos enquadrados e já estão mais ou menos rotulados e mudar essa forma de trabalhar com eles e tentar outras estratégias, nem sempre é fácil. O projeto não tinha poder, tentou, trabalhou, fizemos reuniões inclusive no centro de saúde com várias entidades fizemos com a ação social, no sentido de sensibilizá-los para essas alterações de comportamentos.

***E acha que os próprios técnicos desses serviços estavam recetivos e percebiam que era necessário...***

Eu penso que percebem, mas isso implica um trabalho integrado, que não existe. Não há trabalho integrado nas comunidades, ou seja não há nenhuma estrutura, não sei se era necessário criar uma estrutura, mas criar links de comunicação na forma de trabalhar as famílias, no sentido de estar sempre em ligação, segurança social, educação, saúde, ou seja, uma família que está sendo acompanhada pela Ação Social tem que ser interligada sistematicamente com a educação e com a saúde e com o emprego. Isto são áreas da exclusão social e da pobreza, quer dizer, se não se trabalhar integradamente, cada um faz o seu trabalho, mas o impacto é muito menor.

***E no geral considera que a população de Rabo de Peixe estava recetiva a essas ações de sensibilização e às formações que fizeram? E que a população percebia o intuito dessas ações, para que elas próprias alterassem as suas condições de vida, digamos assim?***

É assim a comunidade de Rabo de Peixe é muito massacrada com ações de formação, é uma coisa... na altura o RSI estava a fazer 10 anos, estavam a fazer formação com os beneficiários do RSI e nós até colaborámos, foi preciso mais técnicos e houve dois técnicos da nossa equipa que foram colaborar nessa formação. Portanto, havia esses encontros, essas reuniões de grupo, aí foi com muito sucesso, fizemos no cineteatro uma formação para as crianças e os jovens com temáticas diferenciadas, inclusive, levámos a questão da toxicodependência, falámos da questão da violência doméstica, portanto, houve uma série de temáticas e conseguimos encher o cineteatro várias vezes, era uma vez por mês e fazíamos uma sessão de educação cívica e para a saúde. Tivemos adesão por parte dos jovens e por parte dos adultos, como eu disse, na área da educação de adultos, da formação de adultos, penso que foi um sucesso, conseguimos que aquele curso angariasse muitas mais pessoas porque também colaborámos para isso. Na questão da educação ambiental, também penso que as pessoas ficaram sensibilizadas.

Agora é o que eu digo, a comunidade de Rabo de Peixe até aproveita aquilo que as pessoas lhes dão, mas o incorporar essa aprendizagem no seu quotidiano e o seu modo de vida é um processo muito lento, se não for depois mantido por outras entidades. A aprendizagem não é uma coisa que cola na mente das pessoas por uma ação ou por uma presença, eu penso que o projeto deixou uma marca até porque fisicamente está presente na comunidade e isso lembra a sua passagem por lá, e porque os equipamentos foram pensados com essa ótica de serem intervenientes, de serem instrumentos de intervenção, mas a dinâmica, como eu digo, passa pelas pessoas.

***Sim, sim, por essa tal continuidade por parte das entidades. Vou passar aqui algumas perguntas, dado o tempo...***

Está à vontade, por mim está à vontade.

***Obrigada. No projeto, o que considera – já me foi dizendo várias coisas – mas de uma forma sintética o que considera que correu melhor ou pior na implementação do projeto?***

Se calhar o que correu melhor foi o termos conseguido no prazo de, praticamente 3 anos, 2006, 2007, 2008, ter executado 23 milhões de euros de investimento, apesar de ter ficado ainda, desses 23 milhões, ficou ainda por acabar de executar cerca de um milhão e tal no área do saneamento básico, que depois foi assumido pela Câmara Municipal, eu não tenho bem presente os números, mas penso que uma parcela foi finalizada e depois até conseguiram saldos e conseguiram fazer mais para o Clube Naval e mais umas ruas no saneamento básico. Mas dentro daquilo que eram os objetivos do projeto, na área da construção e equipamentos, foi cumprido.

***E mais em termos de intervenção social – sei que foi um projeto integrado – não só do equipamento?***

A intervenção social é como lhe disse, essa intervenção social estava difusa no projeto, apesar de haver esses grandes objetivos de promover o emprego, promover o combate ao analfabetismo, promover uma qualidade ambiental melhor, porque era um dos eixos fortes, até porque o saneamento básico aparece aí com essa importância de financiamento, porque os países de Norte da Europa não concebem que haja comunidades que não tenham o saneamento de qualidade e portanto, esta questão ambiental era uma preocupação estrutural do projeto, e por isso, nós também apostámos nessa parte da educação. Portanto, a esse nível, não estavam explícitas as intenções, não estavam quantificadas

as ações, foi muita criatividade por parte da equipa no sentido de tentar concretizar esses objetivos, que são mais subjetivos do que objetivos.

O que eu digo, acho que se falha porque nós não conseguimos... eu sinto que se falhou porque nós não conseguimos convencer os nossos parceiros diretos da importância dessa outra forma de trabalhar, mais interligada mais de abertura da comunidade, sobretudo, particularmente aquela zona piscatória, abrir aquele espaço à presença de outras pessoas, aos intercâmbios, não conseguimos sensibilizar, nem a autarquia nem a Santa Casa da Misericórdia, o governo era um parceiro menor porque no fundo a piscina não tinha tanta interferência. Particularmente penso que à autarquia nós não conseguimos dar essa ênfase, esse é o sentimento que me fica um pouco de algum insucesso. Penso que a nível local, conseguimos algumas parcerias com algumas entidades, chegamos a fazer um trabalho com a PSP, por exemplo, mas sempre muito difícil, é como se tivéssemos a tentar mexer uma sopa na panela e temos lá os ingredientes, mas não conseguimos ligar os ingredientes, portanto, a ligação das pessoas e o envolvimento das pessoas numa dinâmica, e as pessoas querem sempre que alguém se responsabilize no final pelas ações, nenhuma está interessada em ser o motor da ação. Por exemplo, nós organizámos uma feira de produtos locais, no Centro Comunitário, ainda o centro não estava intervencionado, tivemos a intervenção das pessoas, a escola trouxe malassadas... e foi muito dinâmico muito participado, mas depois pronto... ou seja se não há lá um projeto que no ano seguinte... não volta acontecer. A única coisa que acontece em Rabo de Peixe de forma organizada e sistemática são as festas do Espírito Santo, aí não é preciso pedir a ninguém, porque isso está mais que organizado e inclusive, os mordomos estão definidos, acho que por 5 anos de distância, ou seja, as pessoas já sabem quem vai ser o mordomo no ano de 2017, e investem e evoluem-se e gastam dinheiro e transformam as casas, para que a festa tenha o brilho, a pompa e a circunstância. Essa atividade realmente mobiliza as pessoas, aliás, nós ainda fizemos uma tentativa com os mordomos no sentido dessas festividades serem divulgadas com um cartaz e fazerem parte do calendário das festividades, porque essas festas não são faladas, não são publicitadas, as pessoas sabem que existem mas não são publicitadas, e contactámos com os mordomos no sentido de sermos mediadores entre entidades que dessem os hotéis e a própria comunicação social e até patrocinávamos o pagamento dos flyers e do cartaz de divulgação das festas e eles não quiseram. Ou seja a estrutura mais organizada e que pode potenciar o turismo em Rabo de Peixe não quer abrir Rabo de Peixe a essas interferências, aquilo é deles uma festa sua, eles é que organizam, eles têm muito orgulho naquilo que fazem, mas é para eles. Mesmo que venham os visitantes, tudo bem, não fecham a porta a ninguém, mas é uma realidade deles

Isso dá bem a noção, da dificuldade que é dizer que há sucesso numa iniciativa, todas aquelas teclas que podiam facilitar a abertura e a mudança do modo de funcionamento das várias entidades que existem e que são estruturantes em Rabo de Peixe, tudo isso foi feito, agora o que eu digo, nos estivemos 3 anos, e tínhamos uma responsabilidade financeira enorme, porque tínhamos que levar por diante os projetos e os concursos que não estavam feitos, que não tinham sido lançados e isso era uma responsabilidade, porque senão, o dinheiro voltava para trás portanto tínhamos que os executar, procurámos fazer essa dupla linguagem arquitetónica e ao mesmo tempo social, em paralelo, mas enquanto a edificada estava muito bem definida, é tanto para este, é tanto para aquele, a social não

estava e nem tinha verba alocada, não tinha verba alocada, tinha uma verba difusa que nós depois equacionámos, como eu disse também no princípio, até que ponto é que a gente vai pagar ou investir, para depois morrer porque não há investimento?

Por exemplo a questão do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, nós podíamos pagar ao médico para estar ali a dar consultas, mas depois quando a gente deixasse de subsidiar a sua presença, mandávamos dar uma volta...

***Mas aí a Câmara ou o clube...?***

Neste caso nem era a Câmara, a saúde...

Aí fizemos uma tentativa com o hospital até na área da pediatria, fiz um contacto com o responsável da pediatria, no sentido de deslocar um pediatra porque é uma área relevante para aquela comunidade e que eles têm alguma dificuldade no centro de saúde, e poderia ser uma forma de descentralizar ali um atendimento em pediatria, e era fácil porque os gabinetes tinham condições para esse tipo de serviço. Não consegui, disseram-me que era muito difícil estar a deslocar.

Ou seja, nenhuma estrutura quis abrir exceções para que aqueles equipamentos, que estavam a ser construídos, pudessem ter um impacto, fossem instrumentos de intervenção social diferentes, que não o óbvio que são as reuniões do Clube Desportivo.

Entre um equipamento que se reduz a um conjunto de práticas e a um equipamento que abre e que transforma a comunidade, a diferença está no envolvimento das entidades que iriam gerir os equipamentos ou que poderiam estabelecer parcerias com as entidades gestoras. E portanto e a esse nível, posso dizer... acho que o termo não é falhar, acho que não se conseguiu iniciar dinâmicas ou deixar dinâmicas que hoje em dia a gente possa dizer, olha elas continuam. Acho que conseguiu-se no Clube Naval, acho que pela direção que lá foi colocada, conseguiu perceber o sentido do que é que se pretendia com o Clube Naval, mas por exemplo o restaurante não foi ativado, pura e simplesmente, não se transformou aqui a tal sustentabilidade. Nós tínhamos previsto, não foi equacionada, mas penso que eles têm feito outro tipo de formação utilizando o espaço de outra maneira. Mas a área do restaurante sei que eles não utilizaram. É verdade que um restaurante também não é fácil, pôr um restaurante a concurso, porque aquilo teria que ser um concurso, não houve privados. Por exemplo na altura, eu comparava muito Rabo de Peixe com São Mateus da Terceira, São Mateus da Terceira é uma comunidade piscatória muito mais pequena, obviamente, que Rabo de Peixe, mas que conseguiu ultrapassar muitos dos seus problemas sociais, que também tinha muitas características semelhantes, em grande parte porque é uma zona turística, hoje em dia. Ou seja, é uma zona que tem 3 ou 4 restaurantes de referência, muita gente de Angra... quem quer comer peixe vai a São Mateus comer peixe e Rabo de Peixe podia ser um polo de atração gastronómico do peixe, as pessoas irem a Rabo de Peixe para comer Peixe, até rima... mas não há nada, não há oferta nenhuma, ou seja, Rabo de Peixe não é atrativo por nenhuma razão positiva e isso não é favorável ao desenvolvimento daquela comunidade. A estratégia de mudança de Rabo de Peixe não é só trabalhar os problemas sociais diretamente com quem falta à escola, com quem é analfabeto, é dar uma lógica, um impulso ao desenvolvimento local diferente, que depois vai contaminar os seus próprios habitantes no sentido da escolarização, da limpeza, ou seja, vai aumentar ou renovar a estima social dos membros da comunidade para corresponder a esse projeto que a comunidade em si assume, seja o turismo

associado às festas do Espírito Santo, à gastronomia, os lugares de observação do mar, os pontos de interesse, os próprios espaços desportivos que nós inclusive fizemos uma piscina com uma bancada para proporcionar espetáculos e torneios de natação e campeonatos, de forma a que houvesse pessoas que fossem assistir a provas de natação em Rabo de Peixe. Ou seja, tudo foi pensado, Rabo de Peixe tem que ser chamado, tem que ser um atrativo, tem que ter um objetivo, não pode ser um lugar para falar-se mal ou para dizer a freguesia mais pobre da Europa. Portanto, quando se transformar no espaço, onde eu vou lá fazer alguma coisa de concreto, vou lá comprar qualquer coisa, vou lá fazer qualquer coisa ou consumir um produto qualquer porque já sei que Rabo de Peixe é muito bom, ou vou aos bordados.

Fizemos uma exposição que foi lindíssima, mas pronto também morreu, que foi pegar em duas bordadeiras e associá-las a duas estilistas para fazer peças de vestuário em que o bordado é incorporado, portanto às bordadeiras tradicionais foi-lhes dados os desenhos e as estilistas depois incorporavam. Nós é que financiámos através do Centro Regional do Artesanato, não foi diretamente, foi o Governo Regional, os materiais para as estilistas fazerem este projeto e depois foi feita uma exposição no museu Carlos Machado, com o resultado daí. Isso podia ter sido o início, que era essa a intenção, de uma parceria entre estas estilistas ou outras entidades com estas bordadeiras, porque o bordado industrial está pela rua da amargura, não tem grande futuro, mas a técnica e a prática e a qualidade do bordado de algumas daquelas bordadeiras, pode perfeitamente potenciar rentabilidade e rendimento para aquelas mulheres numa ótica de que ela não tenha que ir trabalhar para um sítio, mas possa trabalhar em casa, queríamos potenciar isso sem ser pela via do bordado tradicional, mas nós não conseguimos.

Havia inclusive um grupo de bordadeiras na Santa Casa Misericórdia e a Santa Casa Misericórdia acabou com esse grupo. A Santa Casa acabou com a ECoSol, que era uma unidade fabril na área dos biscoitos que tinha sido criada no 3º programa de luta contra a pobreza e que empregou inicialmente beneficiárias de RSI e que depois tinham o seu posto de trabalho ali. E a Santa Casa, por razões financeiras, acho que aquilo não resultava, não sei bem ao certo, eu sei que acabou com esse projeto, e esse projeto parecia um projeto de sucesso, empregava pessoas... portanto, quando as pessoas não acreditam em projetos, que até já estavam em velocidade de cruzeiro, já não estavam numa fase experimental, mas até que já estavam em fase de autonomia de autossuficiência, mas acho que nunca autonomizaram a empresa em termos financeiros, ou seja não tinha a sua própria contabilidade, não faziam a relação entre as receitas e as despesas, portanto, é obvio que elas porventura até não sabiam o volume do que ganhavam, do que consumiam face às despesas dos ingredientes. Havia ali se calhar uma necessidade, uma criação de uma empresa de inserção ou de economia solidária autonomizada para que aquilo crescesse autonomamente e esse tipo de projetos são necessários para Rabo de Peixe, agora, é preciso acreditar e inovar nas formas de trabalhar. Nós tentámos todas estas formas e mostrar que esse era o caminho a continuar, mas como eu digo, chegou-se a 2008, muita coisa morreu e outras coisas mudaram de figurino e transformaram-se numa diferente.

Chegou-se mesmo a 31/12/2008 e deixei o projeto, ainda fiquei lá a acabar de gerir as contas, mas não em termos desse espírito que o projeto trazia em si. E eu penso que aquilo que aconteceu com o projeto a esse nível é, infelizmente, o que acontece com muitas outras iniciativas que acontecem em Rabo de

Peixe. Rabo de Peixe já teve iniciativa de lutas contra a pobreza, já teve o 3º de luta contra a pobreza, já teve um projeto com os jovens que acho que está sediado na Santa Casa, não sei se continua ou não. Já teve uma congregação religiosa as “Criaditas dos Pobres” que esteve lá instalada, que já se foi embora, agora são as escravas ou as servas da Madre Teresa de Calcutá, aquela congregação da Madre Teresa de Calcutá que acho que está lá sediada. Teve durante muitos anos, não sei se ainda frequentam, os Jesuítas no verão com uma colónia de férias, que vinham também, supostamente, civilizar a comunidade de Rabo de Peixe, ou seja é sempre objeto quer da igreja, quer da política, quer de associações internacionais, de projetos de intervenção, porque é preciso tirar Rabo de Peixe da pobreza e há sempre no final uma avaliação negativa que diz, mas o porque é que não se mudou? E o problema não está que cada uma dessas entidades faça alguma coisa negativa em si, o problema é que não é um trabalho integrado, não é um trabalho em que quem está sempre, que não vai lá em projetos, assuma um modelo diferente de trabalhar e esse espírito de comunidade e de trabalho integrado, é fundamental, permanecer e ter consciência das dificuldades que estão inerentes ali.

Vou dar um exemplo, a questão do insucesso escolar dos meninos da pesca, é evidente que enquanto a atividade da pesca admitir que um miúdo com menos de 18 anos, que não tem a escolaridade obrigatória vá para dentro de um barco de pesca e não penaliza a companhia que emprega essa criança e sabendo-se que o 9º ano de escolaridade é obrigatório para se ter carta de pesca, obviamente que se está ajudando que os meninos, os filhos de pescadores não frequentem a escola, enquanto para se ser pescador não é preciso de ter qualquer tipo de formação, é evidente que não há horizontes para os filhos de pescadores para continuar a estudar.

Portanto as coisas estão todas interligadas, as entidades que fiscalizam a pesca podem estar contribuindo para o analfabetismo e o insucesso escolar. Não é um projeto que vai contrariar isso, é preciso que todas as entidades trabalhem no sentido de que o valor da educação seja assumido por aqueles em concreto que falham mais a esse nível, é evidente que não vale a pena a gente ir para a rua do Rosário para as famílias que têm poder socioeconómico, essas não têm problemas nenhum em mandar os filhos para a escola.

Agora, diagnosticada a situação, sabendo onde é que está a dificuldade, há que ver quem é que trabalha diretamente com essas pessoas, que entidades estão aqui envolvidas e que trabalho se pode aqui fazer. Eu disse-lhe várias coisas que a gente tentou aqui fazer, a área da intervenção precoce, a área do trabalho junto das famílias dos pescadores, a área da gravidez precoce, a questão do insucesso, que nós também trabalhámos, a própria prática desportiva associada ao Clube Naval, tem que ser vista de uma perspetiva diferenciada. Inclusive a gente na altura tentou com a associação dos pescadores, com os pescadores que beneficiassem da piscina para a aprendizagem de adultos, porque há pescadores que não sabem nadar.

Se quem está com esta comunidade ou com determinada realidade não trabalhar a interligação com os restantes e com o sentido de estar a contribuir para aquele aspeto concreto, que está na base do subdesenvolvimento daquela comunidade seja alterado, não há milagreiro nenhum que aterre ali em Rabo de Peixe e faça com a varinha mágica e transforme aquilo, mas infelizmente há um bocadinho esse espírito, agora é que vai ser, agora é que vai mudar Rabo de Peixe, vão vir os padres não sei das quantas porque vão conseguir e... agora são as servas... ou seja, há sempre aquela ideia de que

alguém vai vir e vai trazer a solução. Não é, a solução está é dentro não está fora, a solução está é dentro daquela comunidade com todos os recursos que foram colocados à sua disposição e com toda a utilização correta desses recursos que às vezes não acontece.

***Para terminar, com a sua experiência de hoje o que é que teria feito de diferente na altura, se é que teria feito algo de diferente, até para situações de políticas públicas ou projetos futuros?***

Desde logo esta questão que o equipamento não deve ser entregue às entidades, à partida. Deve ser a entidade que faz a gestão da execução dos equipamentos, deve ter a autonomia para fazer essa execução e depois, o trabalho de utilização e de dinamização do equipamento feito em paralelo com a construção, mas só dever ser transferida a titularidade do equipamento após o encerramento da construção, ou seja uma espécie de compromisso entre a entidade que recebe o equipamento e a finalidade para o qual o equipamento se destina, acho que essa questão do compromisso e do envolvimento dos donos de obra com a finalidade do equipamento é fundamental.

E isto num projeto que envolva construção de equipamento. E esse compromisso deve ser mesmo ao ponto de, na ótica da cedência, ou seja, a entidade fica com o equipamento na medida em que cumprir determinado tipo de objetivos, se não cumprir com esses objetivos o equipamento é devolvido ou é transferido para uma outra entidade que faça cumprir, portanto, não haver apropriação física e patrimonial dos equipamentos, porque há aqui uma apetência muito grande pelas pessoas por serem donos de obra e acho que essa apetência tem que ser minimizada num projeto de intervenção social. Esse é um erro de base que esse projeto tem e eu acho que não deveria ter.

Depois, haver uma maior definição concreta dos objetivos sociais num projeto de intervenção social, quantificados com base em determinados instrumentos de intervenção, não é só dizer que se quer combater o analfabetismo, tem que se dizer quem são os parceiros que vão ser envolvidos nesse projeto, o que é que vai corresponder a cada um dos parceiros, qual é o compromisso que cada um desses parceiros vai assumir, e ter a garantia que essas parcerias foram definidas de forma formal, não se pode estar a partir, penso que foi um certo desconhecimento desse projeto na altura, partir para determinados objetivos sem envolver o Governo Regional, no sentido de que a educação é regionalizada, a saúde é regionalizada, a ação social está regionalizada, ou seja, essas entidades não entram nem cedem técnicos nem colaboram em estratégias se não forem envolvidas no planeamento da intervenção, como estamos a falar em áreas que são públicas e daí, inclusive, na ótica das políticas públicas, se nós queremos repensar uma política pública na área da habitação, ou na área da saúde, ou na área da ação social, ela tem que ser feita com as entidades que as executam no terreno, ou seja, vamos trabalhar de forma excepcional aquela comunidade, ok, tudo bem, mas com as entidades que estão no terreno e isto não foi feito assim.

O plano de intervenção foi pensado fora, desgarradamente, aliás foi isso que criou alguma tensão também inicial na implementação do projeto, foi desgarrado do Governo Regional, havia um representante do Governo Regional no conselho mas no fundo só porque era dono de obra, praticamente, não no sentido de que ao nível de intervenção social essa parceria fosse institucionalizada e, portanto, isso falhou a esse nível.

Pedia-se depois a uma equipa de projeto que não estava mandatada por essas entidades para trabalhar a esse nível para tentar desbloquear no terreno a intervenção dessas entidades públicas e isso não é

possível, não há qualquer viabilidade, acho que se fez muito por pressão, por influência, por simpatia, mas é a tal história, depois não tem continuidade porque depois as pessoas, a gestora foi-se embora, esta equipa foi-se embora e morrem as coisas todas à partida. Este planeamento devia ter sido feito com as entidades que poderiam dar continuidade, particularmente na questão da área social, porque na área da construção é materializada, é fácil, é óbvia, mas mesmo assim não foi fácil, resultou no caso do Centro Comunitário, no Centro de Artes e Ofícios, conseguiu-se trabalhar uma filosofia ligada ao projeto, mas por exemplo houve ali coisas, mesmo no Clube Naval, que já o dono de obra não permitiu que se fizesse determinado tipo de intervenção e, por exemplo, a questão do acesso ao clube Naval, as pessoas têm que entrar pelo cais para ir ao Clube Naval e a existência dum espaço de restauração implicava pensar como é que o cliente chega ao restaurante, não pode andar no meio dos barcos para chegar ao restaurante.

Há um conjunto de coisas que não foram bem pensadas, porque é a tal história, isto tem tudo a ver com a titularidade da obra, estes donos de obra, chegou a uma altura que não queriam que a equipa do projeto interferisse e porquê? Porque a obra é muito apetecível, o património é muito apetecível e quando se dá património às pessoas, porque no fim disto tudo ficou nas mãos dessas entidades, eles são donos, faz parte do seu património, é óbvio que isso dá um poder acrescido a essas entidades e portanto a questão social é secundarizada, nitidamente.

## Anexo E – Entrevista com Tânia Diogo

### ***Tinhas conhecimento da missão e estratégia do projeto e do que era previsto realizar ao longo do projeto?***

Eu estive desde o início. Antes, fiz o processo de entrevista e posteriormente, depois de ter ficado, na entrevista já me tinham dado uma breve noção do que é que era o projeto. Realmente fiquei muito assustada porque era um projeto muito abrangente, não só por ser um projeto inovador porque tinha a componente das infraestruturas mas também aliava a intervenção social às mesmas infraestruturas, e desde o início que tivemos acesso a todo o material, a todo o material de levantamento de estudo que foi feito pelo LNEC, se não estou em erro, o que nos orientou muito, a mim e aos meus colegas depois na intervenção. Portanto, toda essa informação foi partilhada desde o início, todas as reuniões que eram feitas. As reuniões que eram feitas no âmbito da engenharia, os técnicos eram chamados a estar, portanto, eu acho que foi uma mais-valia esse casamento das obras com a intervenção social. E desde o início foi sempre tudo muito claro, tudo muito explicado, com muitas orientações do LNEC, do IHRU, da Câmara, na altura a Câmara da Ribeira Grande também estava muito ligada a este projeto, portanto foi tudo muito claro.

### ***Sentiste-te verdadeiramente envolvida no projeto e na sua implementação de forma integrada?***

De certa forma, havendo esta distinção do que era o betão e do que é que era a intervenção social, foi bonito este casamento, o chamarem-nos para estar e desde o início tudo era falado, tudo era conversado, nós técnicos tínhamos sempre alguma coisa a acrescentar, até mesmo na questão das obras, a nossa visão, o motivo da nossa intervenção, tudo isto era-nos pedido. A primeira reunião que eu fui com os engenheiros, estou-me a recordar, foi a reunião principalmente associada com a construção da creche, foi muito interessante porque foi a primeira vez que ouvi falar nas normas que cada creche tinha que ter, os espaços as áreas, os m2 por cada criança, portanto tudo isso foi uma aprendizagem e era-nos depois exigido a gente saber aquela linguagem, eu acho que o projeto em si, por esta área foi muito bem conseguido.

### ***Consideras que a população de RP tinha conhecimento do projeto? Não só da intervenção física, que é mais evidente, mas da intenção da mudança nas suas condições de pobreza?***

Inicialmente eu acho que a população não estava muito informada acerca do que o projeto lhes ia trazer, Rabo de Peixe está sempre conotado com aquela pobreza económica e social. E a verdade é que quando souberam que o EFTA ia para lá, porque eles tratavam-nos o EFTA, as meninas do EFTA, quando souberam que iam as meninas do EFTA para lá, associavam sempre a mais uma medida social, de apoio económico, de cariz económico, pensavam que nós íamos, à semelhança que a ação social já faz, que nós também íamos dar apoios. E muitas das abordagens que nos faziam na rua era - e vamos receber mais alguma coisa com isso? Receber dinheiro, apoios económicos.

Numa primeira fase nós tivemos que trabalhar muito isto, fazer um trabalho de sensibilização, tentar explicar o que é que íamos fazer, o que é que a nossa equipa lhes podia dar sem ser os apoios económicos, dizíamos sempre que trabalhávamos em parceria com a ação social, mas que não éramos nós os promotores desses apoios económicos, e claro que foram feitas muitas ações de sensibilização à comunidade para sensibilizá-los um pouco para estas novas mudanças que isso ia trazer. Foram

feitas muitas sessões de esclarecimento sobre os novos espaços que se iam criar, estou-me a recordar que era uma área que não era da minha pasta, que era da minha colega sofia, que era socióloga, que era a criação de uma associação de moradores, tudo isso era conversado com eles, a própria apresentação da creche foi feita, o nome da creche quem escolheu foram as senhoras ali do bairro, fizemos um levantamento de nomes que fazia sentido para aquela infraestrutur.

Mas inicialmente claro que a comunidade não sabia para o que é que vínhamos, o que íamos trazer, e à maneira que o processo foi-se instalando e à maneira que nós íamos saindo dos nossos gabinetes, porque nós éramos uma equipa de terreno, de trabalhar muito no terreno, de fazermos muitas sensibilizações, fazíamos muito trabalho comunitário, muito trabalho de campo, e à maneira que as obras também foram evoluindo e foram aparecendo, a comunidade foi começando a perceber e foi começando a ver o que realmente nós queríamos e o que é que nós tínhamos para dar que não o dinheiro que eles estavam à espera. Porque ouvia-se falar que o EFTA trazia muito dinheiro, que trazia uma mala cheia de dinheiro e acho que eles pensavam que esta mala ia ser distribuída por eles, e realmente foi para o betão, foi para as obras, se calhar dariam mais valor a outras questões, mas a verdade é que Rabo de Peixe ficou muito mais rico a nível de infraestruturas e socialmente também acho que ganhou muito com isto.

***As ações de sensibilização que falaste eram realizadas como, na rua, porta a porta, organizadas palestras, como funcionavam?***

Eram tipo palestras, mas a marcação eram porta a porta, nós íamos com convites porta a porta, a equipa toda, convidar as famílias a estarem presentes nas nossas sessões. Fizemos sessões que abrangiam vários temas, estou-me a recordar da violência doméstica, da importância dos afetos, da amamentação, porque em Rabo de Peixe a amamentação há uns anos atrás era muito bem vista porque era uma forma de alimentarem as crianças sem terem custos, agora é uma coisa completamente posta de parte, não dão de amamentar, porque associam muito à pobreza, dão de amamentar os pobres porque não têm dinheiro para comprar o leite adaptado. Foi feito um trabalho muito grande de sensibilização para isto, o que não surtiu efeito, continuaram... a amamentação em Rabo de Peixe, há uma percentagem muito reduzida de pessoas que amamentam. Fazíamos sessões de gestão doméstica, como gerir uma família com poucos recursos económicos, sobre o insucesso escolar, sobre a importância dos pais no envolvimento escolar dos filhos, portanto estas sessões eram o mais abrangente possível, fazíamos umas de Rendimento Social de Inserção, para ver como é que eles podiam ter apoios, porque eles realmente tinham essa sede do apoio, e tudo isso era feito de forma, com uma sensibilização primeiro na rua, de porta a porta, com convite, e depois com grande palestra no cineteatro miramar.

***Mas ao dizeres que não produziu efeito, a questão da amamentação, achas que não perceberam a mensagem?***

Para já, eu acho que aquela questão, tudo o que está ligado à amamentação, da necessidade, na relação de mãe e filho, no vínculo que se cria entre mãe e filho, eles não valorizam muito estas questões. E associavam sempre: - Ah, agora vou dar de mamar, isso é sinal que não tenho dinheiro para comprar o leite... associam muito à pobreza.

***Mas a minha questão, é depois das sessões, eles não...***

Como é que nós controlávamos essa variável?

***Também, mas era também para perceber se eles não absorviam a mensagem ou ouviam e estavam presentes, mas na verdade não tinha grande efeito...?***

Era mais isso, era mais isso...

***Ou estavam lá mais por obrigação?***

Por obrigação não, porque não era impingido. Mas a verdade é que muita da informação que lhes passavam, são pessoas, se a gente for a ver, do ponto de vista social e emocional são pobres também e a verdade é que a informação que lhes era passada não surtia muito efeito porque não tinham aquela capacidade de respostas e de verem as consequências daquilo que lhes era passado. Se calhar nos mais novos, porque nós para além da comunidade em geral fazíamos sessões com as mesmas temáticas para os adolescentes e para as crianças do 1º ciclo e aí a gente já via uma maneira de estar diferente, mas mesmo nas grávidas adolescentes, que esta mensagem era passada, estou-me a referir do leite materno, porque eu depois tive oportunidade de acompanhar estas grávidas durante a gravidez, após o nascimento e após um mês do nascimento do bebé e a verdade é que a maior parte delas, acho que 90% não deram leite de peito, portanto, é cultural, o não dar leite do peito é cultural e o mexer com tudo o que é cultural é muito difícil, é mais fácil edificar-se um novo edifício do que mexer-se com aquelas raízes culturais e acho que em Rabo de Peixe passou-se muito isto, a questão do mau trato, do não bater, que é um crime, que não se deve bater que existem outras forma de punir, lá está continua a haver um *boom* de casos da comissão da Ribeira Grande de maus tratos associados a crianças de Rabo de Peixe, não digo que não seja a mensagem que não passou, alguma coisa deve ter passado, alguma coisa ficou, mas são coisas muito culturais, de vivências, de hábitos, de culturas, que já vem do padrão familiar, e que é muito difícil de se mudar, eu acho, no meu entender, tocámos nas questões mais difíceis de serem mudadas.

***E já agora como é que essas variáveis eram controladas?***

Da gravidez eu fiz um estudo, foi feito um estudo longitudinal da gravidez na adolescência, eram questionários que eram aplicados durante a gravidez, 3 dias depois de o bebé nascer, muitas delas ainda eram avaliadas dentro da maternidade, e um mês depois da criança nascer, e eu tive oportunidade de ver na questão do leite materno, na relação que elas tinham entre mãe criança, no tipo de vínculo que eram criado com a criança, o tipo de apoio que elas tinham, quem é que cuidava desses bebés aquando do nascimento, portanto, houve uma série de variáveis que foram estudadas e controladas ao longo destes 3 momentos, agora, todas as outras ações de sensibilização, é difícil nós controlarmos o que é que foi retido, mas a verdade é que os bons indicadores são se esses casos aparecem ou não na comissão, é se são crianças com sucesso escolar, portanto há variáveis que são difíceis de controlar mas consegue-se ver mais numa ótica do observador, o que é que surtiu efeito ou não.

***Eu percebo, mas a minha questão é, e foi o que me surgiu entretanto, como é que eu tenho a certeza de que esse efeito é do projeto ou se poderia ter surgido naturalmente mesmo sem projeto?***

Pois esta é uma das lacunas do projeto, estas questões de cariz social, não no estudo da gravidez porque houve dados, aquilo foi tudo muito seguido e controlado aquelas variáveis, mas a maior parte

das variáveis que nós trabalhámos não foram controladas e a verdade é que a pobreza continua, a económica e social e acho que o projeto deste ponto de vista, posso estar a ser muito madrastra, mas acho que o projeto deste ponto de vista não atingiu o sucesso que se pretendia, porque foram variáveis que não foram controladas, continuam a não ser controladas, porque não houve um seguimento do trabalho que foi feito.

Era o que eu dizia anteriormente, se os técnicos que lá estiveram ou outros técnicos que tivessem pegado no trabalho que foi feito e tivessem dado continuidade e que fossem avaliando a pouco e pouco o que se conseguiu fazer, se calhar nós tínhamos uma... conseguíamos fazer um balanço pós projeto, mas se não houve essa continuidade do que foi feito anteriormente, porque eu acho que perdeu-se, acho que foi um projeto muito bom porque deixou infraestruturas mas socialmente deixa a desejar porque não houve essa continuidade de trabalho. Eu acho que em Portugal, continuo a dizer, em Portugal trabalha-se muito numa prevenção terciária, vai-se remediando, numa secundária, numa terciária, vamos remediando sempre as coisas, a prevenção primária deixa muito a desejar.

E a verdade é que neste projeto fez falta, foi feita mesmo assim muita prevenção primária, mas acho que uma intervenção reparadora faria todo o sentido. Continuar-se a reparar os males que nós fomos identificando, que sempre se identificou em Rabo de Peixe e que sempre se vai identificar, porque estão lá. Mas isso é uma opinião muito pessoal, mas sinto que o projeto, não mudou muito.

***Mas consideras então que não houve essa continuidade, que as entidades que ficaram com as infraestruturas não deram essa continuidade?***

Não deram continuidade, não deram continuidade, uma ou outra se calhar pode ter dado.

Eu posso falar daquele que eu estive mais ligada, que foi a da Creche, a Estrela-do-Mar, que foi o nome dado pelas senhoras do bairro. Como a Estrela-do-Mar que tem muitos braços, não é? Aquela creche não era só uma creche, para além disso tinha um espaço que era de intervenção precoce, um espaço também destinado para um grupo de pais, onde se pudesse também trabalhar as competências parentais, portanto, tudo isto foi pensado, agora, parece-me que caiu tudo por terra, o espaço de intervenção precoce parece que não funciona lá, o espaço dos pais, não sei se... mas também parece-me que não estão a dar aquele uso para que foi projetado, que foi pensado, parece-me que funciona como uma creche igual às outras, destinada ao apoio à infância mas não mais do que isso, agora uma das outras coisas que eu sei que deu continuidade e foi levado a bom porto, foram as aulas de preparação para o parto, foi uma iniciativa que se criou em Rabo de Peixe e que de fonte segura, porque tenho contacto com aquela Unidade de Saúde, que é uma coisa que continua, portanto foi uma coisa criada pelo EFTA, que lá ficou e que continua, mas isso porque também foi um trabalho de grande relação que se fez com a Unidade de Saúde, adquiriu-se todo o material necessário, lá está, foi um recurso de material, mas depois com muito trabalho e com muito desenvolvimento dos técnicos que lá ficaram que deram seguimento a este trabalho.

***Estava a pensar, havendo esse envolvimento do centro de saúde pode ter sido uma das razões...?***

Pois, era o que estava a dizer, as infraestruturas que foram criadas não foram cedidas aos mesmos parceiros, umas ficaram a cargo da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, que foi a creche e o CAO, se não estou em erro, o CAO foi depois para a Escola Profissional, depois, o que é que foi

mais? A Câmara da Ribeira Grande ficou com o centro Comunitário, que era o antigo barracão e isso se a gente for a ver, cada entidade, cada parceiro, tem a sua forma de trabalhar, o Centro de Saúde não ficou de facto com nenhuma infraestrutura, mas ficou com material, e acima de tudo ficou com aquela vontade de dar continuidade, portanto eu acho que não é por se ter uma infraestrutura, que faz com que consigamos ser melhores técnicos ou que vamos trabalhar de forma diferente e o exemplo disso acho que é a Creche e a Unidade de Saúde.

***Consideras que a população de Rabo de Peixe estava receptiva às atividades desenvolvidas e que se envolveu verdadeiramente no projeto?***

Eu vou ser sincera, houve muitas sessões, sessões de esclarecimento, principalmente essas sessões que não tínhamos a sala cheia, é uma população cansada de intervenção, saturada de intervenção, que ela própria não acredita muito na mudança, porque são valores culturais já muito rígidos, não senti, não senti uma comunidade muito envolvida, mas quando me refiro a não sentir, refiro-me à população adulta, tudo o que era feito com crianças e com jovens tínhamos muita receptividade. O EFTA por exemplo criou no verão e em todos os períodos de férias, nós tínhamos ATLS, tínhamos miúdos que não pagavam, portanto eram miúdos que não estavam integrados em nenhuma rede de ATLS, passavam os dias connosco, com muitas atividades, muitas visitas de estudo, levávamos muitas pessoas lá, estou-me a lembrar dos Bora Lá Tocar que foram lá fazer sessões de musicoterapia e eles também aderiram a isso, tudo o que fosse comunidade de crianças e jovens nós tínhamos muita mais adesão do que propriamente com os adultos, no final do projeto, senti uma grande proximidade de toda a comunidade, foram anos que passaram, passaram-se lá, no mínimo 3 ou 4 anos, portanto no final do projeto já se começou a ver uma maior adesão da comunidade em geral. Mas queríamos sempre mais, queríamos sempre mais.

***Consideras que havia um envolvimento e uma relação próxima, em ambos os sentidos, entre a equipa do projeto e a população a intervir?***

Havia, para além do contacto pessoal, porque nós íamos muito para o terreno, nós criámos um jornal do EFTA que dava conta de todas as atividades que iam sendo feitas na comunidade, todas as atividades que nós íamos fazer, portanto eu acho que de certa forma se alguma coisa falhou, não foi por esta relação entre técnico e comunidade, porque nós íamos muito ao encontro deles, eles nem por isso, não vinham muito ao nosso encontro, nós tínhamos muita sede de estar com a comunidade, de sentir as necessidades deles, de ouvir, portanto, tudo o que foi pensado era pensado com eles, eu acho que sim, de uma forma geral, da nossa parte sim, mas da parte deles para connosco, nem por isso.

***Achas que a deslocação das instalações da equipa para fora do centro de Rabo de Peixe veio a dificultar a intervenção e as ligações relacionais com a população de Rabo de Peixe?***

Não me parece, porque também quando estávamos cá em baixo na zona central da comunidade de Rabo de Peixe, não tínhamos tanta procura, eles não tinham o hábito de nos bater à porta. Portanto eu acho que não interferiu a nossa ida para uma zona mais exterior ao centro, não senti, não senti.

***Eles não vos procuravam, mas eram vocês que os procuravam, certo?***

Nós é que íamos sempre à procura deles, agora, se calhar fazia sentido nós estarmos integrados num bairro? Faria todo o sentido. Faria sentido aquela obra ali no bairro já estar criada antes de nós entrarmos? Faria sentido, porque aí nós íamos estar integrados na comunidade deles, no bairro deles.

Se calhar, de haver essa proximidade, sim, agora com a mudança... mas faria sentido nós estarmos no sítio, na comunidade, mais próximos deles, faria. Não eram eles que nos iam procurar mas se nós estivéssemos lá mais ao pé deles, faria... se calhar era um fator...

**Se calhar passado 2 ou 3 anos eles...**

Iam ter o hábito de nos procurarem...

**Sim, sim.**

**Que mudanças achas que foram provocadas pelo projeto na população de Rabo de Peixe? Ou que condições foram criadas pelo projeto para provocar futuras mudanças na população?**

Isso é muito difícil responder Sónia, lá está, porque acho que fez-nos falta aqui um pós-projeto, uma avaliação pós-projeto. Estou-me a lembrar dos cursos de literacia que foram criados, que continuaram e acho que foram uma boa prática e acho que foi uma atividade de sucesso, se calhar apontaria isso como uma porta, como uma grande mudança naquela comunidade, que foi dotar estas senhoras e senhores de competências, que nem o seu próprio nome sabiam escrever, e acho que isto sim, acho que foi considerada uma boa mudança, as aulas de preparação pós-parto, eu acho que a importância que se passou a dar à gravidez e ao parto foi uma mais-valia do projeto, as escolas de futebol, o futebol também foi muito trabalhado aqui pela nossa equipa, de se ter criado contratos-programa e de haver aqui uma escola de futebol mais ativa, contratos-programa que também foram criados para se criar atividades extracurriculares como aeróbica, e mais uma, não me estou a recordar, hip-hop, que também foi muito desenvolvida lá e que acho que se manteve, houve aqui muitas coisas, pequenas-coisas que assim a olho nu que se consegue ver que foi frutífero, as crianças irem mais cedo para a creche, não ficarem em casa aos cuidados das mães, também é uma boa prática, porque nós sabemos que eles lá está-se a prevenir muitas... é a má alimentação, é a introdução do leite precoce, porque aquelas senhoras, aquela comunidade tinha muito o hábito daquelas crianças ficarem, quanto mais tarde vão para a escola melhor, assim já se começa a dar mais importância à integração precoce das crianças. Agora, faria sentido também perceber até que ponto é que essas mudanças foram mudanças? Mas lá está, é um assunto que eu tenho muita dificuldade em falar.

**Estou a perceber, sim. Eu percebo que possa haver os resultados, como os cursos de literacia mas o que é que isso lhes traz, para além do óbvio do saber ler e escrever, que mudanças traz no seu modo de vida? Claro que a literacia é importante não é isso que está em causa...**

Eu coloco muitas reticências em falar deste assunto, não quero dizer que o projeto não trouxe benefícios, claro que trouxe, mas tudo o que não seja objetivamente avaliado, eu tenho muita dificuldade... eu acho que não posso ajudar honestamente, esse é um assunto que eu tenho muita dificuldade. Porque aquelas avaliações era apareceram-nos não sei quantas pessoas naquela sessão, será que isso é suficiente para a gente ver se isso mudou, se não mudou?

É um assunto muito melindroso.

**Achas que o projeto de facto melhorou a vida das pessoas em situação de pobreza e que ganharam conhecimentos e mecanismos para alterar as suas condições no futuro? Podes-me dar exemplos práticos, famílias, situações em que isso aconteceu?**

Isto é como tomar um medicamento, dão-te um medicamento para a dor de cabeça, mas se a pessoas não nos diz que já não tem dor de cabeça, nós não sabemos se aquele medicamento fez efeito ou não,

lá está, eu não sei, eu não sei se o EFTA conseguiu atingir esse objetivo. Quando olho para as infraestruturas e penso, quando passo por lá, que alguma coisa surtiu efeito, alguma coisa mudou porque as pessoas procuram aqueles espaços.

Eu agora estou a acompanhar no âmbito de outra entidade patronal, certas famílias de Rabo de Peixe que recorrem ao centro comunitário, os jovens que estão integrados naquela rede de informática que foi criada pelo Centro Comunitário, ou crianças que estão integradas nas creches, crianças que não têm processo de promoção e proteção e umas com processo de promoção e proteção, portanto que continuam a ser vítimas de maus tratos. É assustador, eu não sei até que ponto o EFTA conseguiu combater essa pobreza, combater essa pobreza económica, combater essa pobreza emocional, não me pareça que num todo tenha sido um processo de sucesso, quanto às infraestruturas, sim eu acho que foi uma mais-valia para Rabo de Peixe, ficou de cara lavada ficou com infraestruturas novas, ficou com outras respostas para dar à comunidade, respostas muito positivas, agora que faria sentido outro tipo de respostas sociais associadas àquelas infraestruturas, faria.

***O que consideras que correu bem e menos bem na implementação do projeto, tanto a nível de intervenção física como social?***

O que correu muito bem foi sempre a nossa articulação com os parceiros locais.

***Mas desculpa, os parceiros, referes-te à Câmara, a junta, a Santa Casa...?***

A Câmara, a junta, escola, saúde, toda a comunidade que já estava lá, todos os parceiros profissionais que lá estavam, tudo o que fazíamos tínhamos sempre uma articulação com eles, tudo era pensado com eles, nós não fomos lá para fazer nada de diferente, era continuar a fazer aquilo que eles já faziam, e se calhar a ajudá-los a fazer de forma diferente, eu trabalhei muito com as escolas, portanto, eu trabalhei muito diretamente com o gabinete da escola, com o gabinete de saúde da Unidade de Saúde, com a Santa Casa da Misericórdia, o que correu melhor foi sempre essa nossa articulação com os nossos parceiros sociais, isso para mim foi o ponto mais gratificante que houve e que enriqueceu mais o projeto, foi isso. O trabalhar com eles para a comunidade.

***Mas eles então estavam abertos a essa parceria?***

Inicialmente não Sónia, nós sentimos inicialmente muita resistência - Lá vêm estes, o que estes vêm fazer para aqui? Vêm tirar o nosso trabalho. Vêm para aqui querer fazer mais e melhor do que nós... Foi difícil, mas para isso nós tivemos muito o trabalho do LNEC que nos dotou de muitas competências para lidar com eles, com o trabalhar com eles, chamá-los para tudo o que nós fazíamos, e isso foi uma mais-valia do projeto, trabalhar com os parceiros locais, daqueles que lá estavam e que iam ficar, ao fim ao cabo.

***Sim. Mas, eu estou a tentar perceber um puco a ligação, porque então houve um envolvimento deles, mas depois não houve uma continuidade, o que é que aí falhou?***

A verdade é essa, é que os técnicos também estão sempre a mudar, os técnicos que estiveram na ação social ontem, não são os técnicos da ação social de hoje, a verdade é que a dinâmica dos técnicos é constante. Mas também nós sabemos que não são sempre os técnicos, temos que ver que também há as chefias muito rígidas que já lá estão criadas há muito tempo, são tipos os edifícios, que lá estão edificadas há muito tempo, e que se eles próprios não alterarem a sua mentalidade, a sua forma de intervir, dificilmente os técnicos de quem eles mandam, não é? Irão mudar. A verdade é que às vezes

eles têm muita vontade de fazer coisas diferentes, mas se não lhes é permitido, eles não vão fazer, por isso é que eu acho que deveriam ter ficado alguns técnicos que trabalharam durante os anos todos e que se criou e que estiveram desde a base, do primeiro tijolo, deveriam ter ficado para depois dar continuidade pelo menos, eu não digo ficar eternamente, mas pelo menos uns 6 meses ou 1 ano, para dar seguimento a tudo o que foi pensado nestes 4 anos do projeto.

***E alguma coisa menos bem que tenha ocorrido, caso haja?***

Menos bem, olha, até estou-me a lembrar de uma situação que se tentou criar na intervenção precoce, um gabinete para a estimulação precoce de crianças em que a equipa de intervenção precoce do Centro de Saúde de Ribeira Grande pudesse usar aquele espaço, senti que desde o início foi uma coisa que a própria Santa Casa não sentiu como benéfico e que desde o início que isto não se pôs em prática, portanto, foi uma sala que foi toda equipada para a intervenção precoce usar, mas que acho que não resultou.

***Pois, a entidade não se relacionando com a atividade...?***

Não deu seguimento ao que foi pensado, estou-me a lembrar disto porque foi uma área muito trabalhada por mim e foi uma das características daquele espaço.

## Anexo F – Entrevista com António Pedro Costa

### ***Podia-me falar um pouco do projeto e do seu envolvimento no projeto?***

Eu estive na génese da candidatura, da aprovação e do início do projeto e da sua implementação, depois saí e eu já não fiquei até à conclusão. Estive apenas até ao início.

Portanto, foi na minha altura que houve a candidatura, foi um pedido feito aqui quando era o governo do Dr. Durão Barroso, e isso foi uma estratégia combinada entre a Câmara da Ribeira Grande e o Dr. Vítor Cruz, que era então líder do PSD na altura, tinha relações privilegiadas com o Dr. Durão Barroso e que surgiu esta hipótese, havia outras candidaturas a nível nacional outros distritos, que estariam em boas condições de usufruir desta verba e foi exatamente por esta via, por influência do Dr. Vítor Cruz é que se canalizou o fundo EFTA para Rabo de Peixe que também foi partilhado com o Porto, Peso da Régua, que foi uma componente mínima deste projeto, foi também distribuído para lá.

E portanto, houve uma candidatura, a Câmara Municipal, fazia parte da comissão que elaborou e concebeu todo o projeto, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil com o Instituto Nacional de Habitação e a própria Secretaria de Estado da Habitação, foram entidades que estiveram envolvidas na elaboração da candidatura. A candidatura foi bem acolhida exatamente pela forma como foi elaborada, porque tinham diversos estudos, que nós na Câmara Municipal da Ribeira Grande disponibilizámos para se perceber e se fazer o enquadramento das necessidades da freguesia de Rabo de Peixe. Com base nisso tivemos a aprovação, dentro de uma filosofia que infelizmente, como observador depois, vi que foi completamente alterada e não atingiu os objetivos que inicialmente tinham sido propostos para o fundo EFTA, porque entretanto mudou o governo da república, foram outros protagonistas e estes protagonistas já em articulação com as entidades regionais, do governo regional, entenderam fazer uma série de alterações. Nessa fase já não era presidente da câmara da Ribeira Grande, e por isso só posso falar como cidadão, eu pude fazer o paralelismo ente aquilo que estava projetado e aquilo que estava efetivamente concluído.

Os dinheiros que foram gastos foram desperdiçados, na minha ótica, foram completamente desperdiçados, fizeram uma intervenção no centro da vila, o coreto que havia lá típico e fizeram ali um outro projeto que não estava previsto e gastou-se milhões sem absoluta necessidade.

As escolas iam ser requalificadas e entendeu-se na altura que aquilo era um crime, aquelas escolas, e tinha que se fazer tudo de raiz e fizeram-se duas escolas de raiz sem necessidade, porque os dinheiros estavam alocados a outras necessidades, que não a estas. Teve que se fazer duas escolas novas sem necessidade, porque havia escolas, era substituir os tetos, os tetos eram de zinco, sim senhor, estavam previstas a substituição total, a recuperação das escolas, uma coisa é recuperar as escolas outra coisa é fazer escolas de novo.

Porque o dinheiro não era nosso e tiveram que esbanjar dinheiro dessa maneira.

Por outro lado, fez-se captações de água na cidade da Ribeira Grande para servir o concelho da Ribeira Grande que não estava previsto. Justificou-se a nível da Noruega, que fazendo aquelas captações de água na Ribeira Grande que serviria a Rabo de Peixe, é verdade que serviu, mas a Câmara em vez de pegar na... se havia problemas de água, havia e havia soluções para isso, tinha que se candidatar a nível de fundos europeus que não o EFTA, não alocar o dinheiro do EFTA para a captação dessas

águas, que veio resolver o problema do concelho da Ribeira Grande, e aquelas verbas eram para resolver o problema de Rabo de Peixe, por isso é que se teve que fazer uma série de alterações, porque o dinheiro não dava para tudo e teve que ser justificado nestas coisas.

E depois investiu-se muito em betão, se for ver alguns edifícios que foram construídos, parece que está no Iraque, vai-se ao edifício do Centro de Artes e Ofícios, aquilo não há janelas, aquilo parece não sei o quê, eu estou a falar como cidadão e remeto-me, porque eu tinha conhecimento do que era o projeto e vi o que é que foi o projeto no final. O centro cívico, o Centro Comunitário, também aquilo está feito de uma maneira, é certo que há problemas em Rabo de Peixe, mas não merecíamos edifícios com aquela qualidade.

Havia outra requalificação, a da zona costeira que não foi feita porque não havia dinheiro para fazer, porque teve-se que alocar dinheiro para outras áreas e isso não foi feito. Tivemos que investir muito na habitação porque se não tivéssemos investido na habitação este projeto não era aprovado. Foi um compromisso da Câmara da Ribeira Grande que iria investir na requalificação das habitações para os bairros sociais que havia e isso teve que se fazer por via, não foram verbas do EFTA, mas foi por via da exigência dos fundos EFTA que se teve que fazer aquela intervenção a nível habitacional. E portanto, há várias casas que foram feitas e ainda bem que estão feitas. Evidentemente que Rabo de Peixe lucrou com isso, temos edifícios e estruturas das melhores que existem no país e graças aos fundos EFTA, e isso é de louvar, é de enaltecer e temos que aplaudir. Uma boa parte de saneamento básico que existe, Maia e Rabo de Peixe são aquelas que têm maior cobertura e a de Rabo de Peixe foi melhorada graças aos fundos EFTA.

Agora, houve muitos relatórios produzidos, houve muito folclore que se fez à volta de tudo isso, em que se fez intervenção social, e não digo que não foi, fez-se intervenção social, mas foi uma intervenção social muito limitada, com uma abrangência muito fraca, havia sempre os mesmos que apareceriam com as t-shirts novas para aparecer quando vinham as autoridades fiscalizadoras para ver o projetos. Porque eu gostava de saber quantas crianças foram abrangidas, quantas mães foram abrangidas, quantas famílias foram abrangidas? Porque no meio disso tudo, essa contabilidade faz-se em números, mas eu gostava de ver essa contabilidade no resultado da freguesia, qual foi o salto qualitativo a nível de pessoas que o EFTA trouxe? Porque uma das componentes muito fortes do EFTA era exatamente isso, é investir nas pessoas, temos bons equipamentos e parece que a mentalidade, e o investimento na área social, na parte das pessoas, aí eu acho que foi o grande fracasso.

***Pois a minha pergunta e o trabalho é exatamente nesse sentido, acha que o projeto não trouxe então condições para alterar a situação de pobreza da população?***

Contribuiu grandemente, mas não se deu o salto que inicialmente tínhamos... A expectativa era muito grande, evidentemente mudou muita coisa.

***Como assim?***

Houve muita gente que foi abrangida, e há aqui hábitos de pessoas que não eram os que eram antes, existe uma outra mentalidade, progredimos nesse aspeto, mas infelizmente o grosso... em termos residuais até vê-se alguns exemplos, mas é que a expectativa é que houvesse uma mudança de facto, efetiva, a olhos vistos e perceptível e isso, a meu ver, os problemas persistem, há problemas gravíssimos

em termos sociais aqui em Rabo de Peixe, muito grandes, também não ajuda nada a crise económica e isso repercutiu também em termos sociais, muita gente no desemprego, isso também é verdade.

Mas o dinheiro que veio para o EFTA para se investir nas pessoas, aquela mudança que a gente estava à espera, eu pelo menos como estive na génese disso, não vi o resultado não foi aquilo que esperava, agora o decurso do processo, eu já não estive. Eu saí na altura, a única obra que se fez foi a sede do clube desportivo, que ficou concluída, foi a única obra.

***Sim, mas o trabalho é mais no sentido de perceber se, para além da intervenção física, porque é a mais evidente, em termos de intervenção social trouxe as mudanças a que se proponham? Até porque há um despacho conjunto na fase do arranque do projeto que diz que o projeto visa minimizar as diferenças entre as regiões de Rabo de Peixe e Alagoas das regiões vizinhas. E a minha pergunta é se isso aconteceu?***

Não, não aconteceu, porque a gente percorre as ruas de Rabo de Peixe e as coisas, de forma geral... não se deu o salto, não se deu o salto qualitativo em termos sociais.

## **Anexo G – Entrevista com Artur Martins**

***O que estou a tentar perceber através do estudo que estou a realizar é que efeitos o projeto VGNC trouxe à população de Rabo de Peixe em situação de pobreza. Sei que foi presidente da Junta de Freguesia na altura, não foi?***

Na realidade fui presidente da Junta durante 12 anos, comecei em 1997, e terminei em 2008.

***Pois, o projeto teve início em finais 2004, início de 2005 e termina em 2008, embora tenha havido um interregno e depois...***

Acompanhei a execução do projeto até ao fim. Quando decidi candidatar-me à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe convidei uma pessoa estrangeira para integrar a lista, um coronel reformado do exército alemão, já falecido, que vivia na minha rua, e era uma pessoa com uma inquietação social fora do comum.

Eu antes tinha sido presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, durante 3 mandatos, de 1977 a 1986, Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, durante 2 mandatos de 1986 a 1994 e Deputado Regional, durante 2 mandatos.

Aceitei o desafio de me candidatar à junta com o propósito de discriminar positivamente as problemáticas de Rabo de Peixe e transformar as questões sociais da Vila, num problema regional de dimensão nacional e europeia. Eu fui sempre um inconformado com a situação de Rabo de Peixe.

E, a partir daí, foi muito mais fácil abrir portas. O Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, criou um programa específico para Rabo de Peixe, envolvendo todas as Secretarias do governo. Fomos recebidos pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, no palácio de Belém e pela Secretária de Estado da Habitação, Rosário Águas, e posteriormente visitados pelo Ministro de Estado, Morais Sarmiento, acompanhado pela Secretária de Estado da Habitação e o Presidente do INH (Instituto Nacional da Habitação), hoje IHRU, e vários técnicos da União Europeia que vieram estudar o terreno para implementar o projeto EFTA.

Como corolário destas diligências, Rabo de Peixe passou a ser a primeira prioridade nacional ao nível da habitação social, tendo em conta as suas evidentes carências. Paralelamente às diligências feitas às entidades oficiais, estabelecemos contactos com entidades religiosas para colaborarem connosco. Foi assim que na década de oitenta tivemos a preciosa colaboração das Criaditas dos Pobres e agora temos as irmãs de caridade de Madre Teresa de Calcutá, que uma vez por mês nos visitam e esperamos que muito brevemente possam radicar-se na nossa vila.

***Mas dão apoio à população mais carenciada?***

Sim, dão apoio à população mais desprotegida, já as “Criaditas” deram, ajudam essa gente, porque há aqui uma cultura terrível da pobreza, o meu avô nasceu pobre, meu pai também e eu hei de morrer pobre. Esta é a divisa, as pessoas fazem da pobreza uma cultura de vida, é o fatalismo puro e duro.

***Mas acha que as pessoas não têm vontade de mudar?***

É frustrante para mim dizê-lo, não têm vontade e não querem mudar hábitos e comportamentos. Cito, por exemplo, os novos bairros onde aconteceram os realojamentos mais recentes, ao invés de viver um agregado familiar com os seus filhos, pelo que me dizem, na maioria das habitações existentes, vivem dois ou mais casais. Fizeram o realojamento de famílias numerosas, sem atender à necessidade

de construir casas com espaços à dimensão do agregado familiar, e depois, porque consta que há mais mulheres do que homens, as raparigas estão fadadas a juntar-se com o namorado com 16, 17 anos, as meninas deixam de ir à escola, não querem saber de regras e disciplina, ao que se constata, o insucesso escolar aqui é o pior do país. É frequente ouvir-se que as piores escolas do país estão em Rabo de Peixe e no concelho da Ribeira Grande.

Também é a terra mais jovem do país, é o lugar onde se faz filhos sem se ter a preocupação do que é que eles vão comer, onde vão dormir e onde, mais tarde, irão trabalhar. Aqui a maioria pensa que o seu futuro passa pelo mar e para se andar no mar não é preciso ir à escola, claro que há exceções, mas infelizmente são muito poucos casos de sucesso escolar.

Por exemplo, no meu tempo quando eu fui estudante, havia filhos de pescadores que tinham aproveitamento escolar meritório nas escolas, mas isso é 1 em mil, o melhor aluno na minha classe era um filho de um pescador que hoje é até engenheiro químico que emigrou para o Canadá. Na minha idade, o melhor aluno era o filho do pescador, era o mais aplicado, fazia os trabalhos de casa, isso para lhe dizer que hoje em dia isso é impensável, porque facilmente se viciam em não fazer nada, habituam-se ao álcool, às drogas.

Nós tipificávamos Rabo de Peixe como sendo um sismo social com réplicas, com álcool com drogas, fizemos barulho, por isso é que suscitou o EFTA.

E depois misturou-se a política, entenderam que isso eram coisas com uma dimensão política, houve mudanças na gestão do projeto e nas suas orientações... A posição da junta, num determinado momento, era meramente... um voto contra todos, mas eu fartei-me de manifestar a minha discordância nalgumas medidas, e nem disse mais porque estava ali a navegar no deserto, não valia a pena, estavam ali uns senhores de fora, alguns partilhavam comigo que eu é que tinha razão.

Por exemplo, eu comprei, enquanto presidente da Junta, um café para fazer uma sede para o Clube Desportivo de Rabo de Peixe e o EFTA faria o clube, mas ia funcionar primeiro como sede de projeto, foi a primeira obra que fizemos.

O espaço ficava ali mesmo no centro, ao lado das tabernas, que era onde estavam os problemas e onde os técnicos deviam estar, mas entretanto ficou decidido que não deviam ficar ali.

E aí acho que o objetivo nº1 que era fazer com que os técnicos percebessem onde é que estava o problema e como é que podia mudar - se é que se pode mudar, eu não sei se é possível mudar mentalidades da gente que faz da cultura de pobreza uma cultura de vida - mas esse objetivo ficou logo comprometido.

***Considera que por os técnicos não terem ficado no centro, criou uma relação de afastamento ou se acabou por influenciar os objetivos?***

Eu não sei se influenciou, mas se me perguntar concretamente, houve, viu alguma mudança como influência dos técnicos do EFTA? Eu não vi nada, e eu assisti a vários eventos que eles faziam, palestras ou concentrações, era tudo fraquinho.

Faziam coisas para cadeiras vazias e quando eram algumas cheias eram de cabeças vazias, iam ali porque davam o lanchinho, ou porque iam dar um saco de leite.

Portanto, eles nunca foram vistos até pela população como pessoas para levar a sério.

***Mas acha que a população então não interiorizou o que eles faziam, ou o que estavam a fazer?***

Não interiorizou e isso foi tudo denunciado na altura em artigos de opinião e houve alertas, é como eu lhe dizia, o governo central era partido socialista, e houve uma fase aqui que era partido socialista, restava-nos as autarquias e por fim era só a Junta que era oposição. Eu estive ainda quatro anos sozinho com isto tudo e não me valia de nada, havia uns técnicos que estavam ao lado de mim, uns técnicos do continente, que eram do LNEC, concordavam em absoluto com o que eu dizia, mas não tinham voto, eu é que tinha o voto e aquilo era sempre 4/1 na votação, quatro a favor e uma abstenção ou contra e às vezes eu nem ia.

***A Junta da Freguesia esteve envolvida...?***

A Junta esteve sempre envolvida em termos formais no projeto, fazia parte da comissão executiva e ainda porque a primeira obra que foi realizada com verbas do projeto, como já referi, foi a atual sede do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, um edifício que pertencia à autarquia local.

***Acha que o projeto respondeu ou foi criado de forma a responder às necessidades da população? Ou que pelo menos foi implementado?***

Eu acho que foi importante, está aí o património construído. Não conhece?

***Conheço, já tive oportunidade de ver.***

O património construído está aí visível, palpável, fez-se uma série de coisas como o saneamento básico, como escolas, o centro cívico, como a piscina, o clube naval, escola de artes e ofícios, etc. As mentalidades é que não se conseguiu mudar, há alguns sinais de mudança, mas são muito raros. Infelizmente, ainda vai havendo casos... mesmo nas escolas eles tratam aqui o professor sem respeito, é uma coisa impressionante, eu fico com a ideia que está-se aqui só para ganhar dinheiro, ninguém tem brio profissional.

***Mas aí a culpa também não será apenas dos professores, pelo menos neste caso.***

A culpa... se calhar o governo não tem noção do problema que tem ali, o absentismo e o insucesso escolar é preocupante, chega-se ao ponto de obrigar professores a passar alunos sem saberem nada. Eu tenho um caso, uns miúdos que pediram um trabalhinho para ganharem uns dinheiros. Peguei nos dois para cortar a relva e perguntei-lhes as habilitações – Ah tenho o 8º ano. Disse para ir buscar o combustível da máquina da relva, que estava lá escrito. Ao fim de 10 minutos ele não vinha, eu foi ter com ele e ele: - Eh senhor, eu não sei ler! Portanto, passou-se aqui gente administrativamente.

***E há muitos casos desses?***

Há muitos casos desses e não é só em Rabo de Peixe, é no país.

E há miúdos que odeiam a escola, que não podem com a escola e os pais quando questionados, e explicamos: a escola é importante, é uma escada para a vida, um elevador social, a gente explica as vantagens da escola.

E eles: Eh senhor, o senhor vai-me arranjar trabalho para os meus filhos? E eu: - Mas é que ele pode tirar o 9º ano ou o 12º e ser pescador e é letrado e até pode ser chefe de um barco ou armador... Não percebem.

***E conhece algum caso de sucesso escolar?***

Sim, mas são muito poucos, é um caso único que eu conheço destes 40 anos de vida pública, de um rapaz dali de baixo, que acho que não se dava com os ares do mar e que por si só - conheço alguns que foram para a diáspora e que alguns são bons pintores ou engenheiros, mas que saíram daqui -

este é o único caso que eu conheço dali, pescador, mesmo pescador, filho de pais pescadores, é o único caso que eu conheço que chegasse à universidade. Pode haver mais um ou outro caso, mas não são tão notórios como este, que é casado, tem um filho e que abandona isto tudo por uma causa de valorização profissional. E nós Lions, enquanto gente que tem alguma disponibilidade, não somos ricos e cada vez mais os reformados estão a ganhar menos todos os anos, mas a vida só tem interesse quando a gente pode ajudar ou consegue ajudar os que mais precisam.

Vamos fazendo alguma coisa e vamos tentando partilhar as nossas preocupações sociais com gente com sucesso, quando é preciso arranjar dinheiro. Esse rapaz que era pescador e que não gostava de o ser, que foi para a escola profissional, que tirou um curso de administrativo, foi trabalhar para uma empresa e entretanto a empresa faliu e ele foi para o desemprego, em vez de ele estar em casa, tirou o 1º e 2º ano de arquitetura e agora tem que ir para Lisboa e não tem dinheiro para ir para Lisboa, porque tem uma mulher e um filho e não ganha nada, a gente está-lhe a pagar as despesas lá fora e vamos aguentar isso durante um ano, para o rapaz depois vir para cá tentar dar aulas na escola profissional e depois acabar com o mestrado, já por sua conta e risco, esperemos que ele consiga trabalhar, ser um trabalhador-estudante.

Isso é um caso de sucesso escolar, de um meio, que a gente quer aguentar para provar que é possível, até para provar a quem governa, que é possível dali sair alguém que está na universidade.

***Mas acha que no geral, as pessoas não percebem ou não têm capacidade de perceber a diferença de ter mais algum estudo?***

Cada caso é um caso, mas a repugnância à escola é terrível. É preciso investir muito mais no combate ao absentismo e insucesso escolar.

Eu fiz na altura, com um sociólogo, um inquérito às 100 casas, que eram as 100 casas mais pobres do bairro amarelo que havia aí, que já foi destruído. E a pergunta no levantamento sociológico que a gente fez era: – O que é que a senhora gostaria de receber amanhã para os seus filhos? Umas era a saca de roupa da américa, era... ninguém disse universidade, ninguém disse estudos, muita pouca gente... aquilo tipificava o que era - foi feito pelo Miguel Brilhante, esse estudo, eu é que paguei esse estudo, na Junta

***E acha que o projeto alterou isso?***

Não, não, continua na mesma, o projeto nem sequer atenuou essa situação. Também não sei como é que se mudava, nem é fácil fazê-lo porque a população alvo não está recetiva.

Algumas pessoas, raramente vêm aqui para cima, não gostam de sair do seu círculo, se a escola fosse à beira da porta deles, eu penso que era melhor. E por isso acho que o projeto também pecou, por isolar-se deles, isso é mesmo para dizerem: - Aquela gente não quer saber de nós!

São pessoas adversas à mudança, são mentalidades, eu tenho consciência que não é fácil, mudar hábitos e comportamentos ancestrais que já vêm dos tetravós. Na mudança que se esperava das mentalidades, não se conseguiu, infelizmente.

***Pois, mas na sua opinião o que é que se poderá fazer para alterar isso?***

Sei que não é uma tarefa fácil, mas tem que se fazer tudo o que for possível para que as pessoas possam ter uma instrução capaz. A escolaridade é uma escada para a vida, um elevador social. Se calhar é necessário premiar as famílias que os filhos têm bom aproveitamento escolar.

Agora, eu lamento que não se tenha aproveitado o projeto EFTA para chegar à mudança de mentalidades, que não é fácil, mas se se criou escolas, jardins-de-infância!

Sabe-se que muitos pais não querem pagar nada, eles ameaçam as escolas que os filhos não vão para as escolas. Até parece que o interesse deve ser dos professores para terem lá os filhos. E ainda dizem: - Se não fosse a ter os filhos, tu não tinhas emprego! Coisas assim. No meu tempo diziam.

Às vezes eram os próprios educadores que iam convencer as mães para os filhos, em vez de estar no calhau, de irem para a escola.

E isso podia, até os próprios técnicos que estiveram no EFTA fazer esse trabalho de porta a porta, fizeram algumas iniciativas de contactos, agora, a maioria das vezes eram para cadeiras vazias e quando haviam algumas era para comer.

***E acha então que mesmo nesses contactos acabou por não haver um envolvimento forte entre a população e os técnicos?***

Nunca houve. Por razões político-partidárias e porque havia organizações que não gostavam de trabalhar em equipa.

Houve aqui bloqueios políticos absurdos, uma coisa que tinha que se agir com o coração e com a inteligência foi gerida com a política.

***E essas questões políticas acabaram por afetar o desenvolvimento do projeto?***

Sim, não tenho dúvidas. Eu penso que era possível ir mais longe, pôr os próprios técnicos a produzir mais contatos com a população envolvê-los com as pessoas diariamente.

Desde logo essa coisa da mudança da sede para ali foi uma coisa inaceitável. Estávamos à espera da sede composta para pôr lá a equipa do projeto, ao lado dos cafés, que é ali ao lado da igreja. Não sei se conhece bem isso aqui?

***Sim, ultimamente tenho estado aqui muito tempo em Rabo de Peixe, nestes últimos dias, por causa do trabalho.***

***[conversa sobre o estudo e o que vi/fiz em Rabo de Peixe]***

***Tive contactos e falei com algumas pessoas beneficiárias do RSI.***

O RSI é importante para eles, as mulheres não trabalham, com tanto filho não podem trabalhar e também não há trabalho como havia antigamente e não têm habilitações.

***Sim. Mas foi criada a creche e os miúdos nas escolas, com o intuito de as mulheres se libertarem...***

Para trabalharem na Cofaco, sabe a Cofaco estava para ser construída nos terrenos do campo de futebol da Lagoa e havia entre a autarquia e administração da Cofaco negociações relativamente à venda e respetivos valores. O município da Ribeira Grande entra no negócio e disponibiliza gratuitamente o espaço necessário para construir a fábrica. É considerada a maior fábrica de conservas da península, esta fábrica que está aqui é a melhor da Península Ibérica, e a maior unidade empregadora do concelho de mão-de-obra feminina.

***Mas voltando à fase desse estudo que entregou, que percebi que representava situações muito precárias...***

Sim. Tenho uma vaga ideia de que uma das perguntas era, passaram muitos anos...mas: a senhora o que é que queria e o que mais gostava para o futuro dos seus filhos? Penso que desse estudo feito em 99 moradias, só uma mãe é que disse que queria que os filhos fossem para a universidade.

***Desde essa altura aos dias de hoje, houve alterações?***

Hoje em dia eu penso que é igual. Tivemos cá o Prof. Bruto da Costa e o Prof. Mendes Henriques da Universidade Católica, e disseram-me: - Artur, isso não é fácil, nunca vai mudar tão cedo... não te iludes com entusiasmos a curto ou médio prazo. Disseram-me que tinha que passar mais gerações. Mas eu vejo que está pior, por causa da droga, do álcool, dessa libertinagem sexual, uma coisa terrível, como nós tipificamos como novas dependências.

***Mas considera então que a situação da população de Rabo de Peixe poderá estar pior do que estava? Mas em que sentido concretamente?***

Perante os fenómenos novos, a droga. Antes a droga era um não assunto, havia o álcool, como forte chaga social, depois é que começaram a aparecer outras drogas. Isto agora são essas coisas mais graves. Impressionante, é ver a quantidade de jovens que diariamente recorrem à metadona. Isto era impensável há vinte anos.

Os miúdos estão muito suscetíveis às drogas, essa malta que está ali à beira mar, depois continua... eu quando era presidente da Junta, eu via, chamava a atenção, pedia, arranjava encarregados, agora, ninguém se quer chatear.

A Santa Casa também fez aí... A própria Piedade Lalanda esteve a liderar vários projetos aí, mas eram pequenos projetos, a Rutura de um Ciclo.

Houve muito projeto que se fez antes do EFTA, o EFTA era uma coisa com uma magnitude diferente, os outros eram... os Sementes de Esperança... uma vez trouxeram para aí uma máquina para varrer Rabo de Peixe, que ia mudar, ao fim de 5 ou 6 semanas já a máquina estava avariada, nunca mais a máquina... eram show-offs, fazia-se aqui show-offs. Santas Casas, que não têm nada de santas e de misericórdias, transformaram Santas Casas e Casas de Povo, em grupos de poder, pelo poder, partidarizadas, completamente partidarizadas.

***Isso é que é pior, parece-me que as questões políticas estão sempre ou surgem sempre à frente das intervenções, do próprio interesse pela população.***

Sempre, sempre infelizmente. O próprio insucesso do EFTA teve a ver com a partidarização.

Uma das partes duvidava dos objetivos que as pessoas aceitavam ou faziam. Na minha opinião, perdeu-se também um bocado porque não souberam pôr a render os talentos que tinha ali pagos, os psicólogos, tinha dois psicólogos, técnicos, era ter pena de eles estarem ali fechados. Eles faziam, mas as pessoas... elas próprias abstêm-se de tudo, não querem sair do seu círculo, só se forem para a porta deles falar com eles, agora, levá-las ao miramar (teatro), na altura nem havia estruturas, depois foram aparecendo, mas levá-las a ir para a quinta, elas não iam, não queriam ir, não tinham carro, não era perto, o bom era eles terem ficado ao pé da igreja, que eram um sítio que irradiava ali, mas já falamos sobre isso.

A gente fez ali um centro comunitário que devia ter sido dinamizado de imediato para o próprio projeto trabalhar lá, quer dizer, aquilo está inutilizável, não fazem nada ali.

***Mas não lhe dão utilidade?***

Muito pouco.

***Sei que na altura... tem umas salas com computadores...***

E cadeiras vazias.

***Mas então o Centro Comunitário e da Juventude tem pouco movimento?***

Sim, mas parece que vai haver modificações de gestão a curto-prazo. Espero que seja para melhoria da sua utilização.

Aquilo demonstra precisamente isso, a própria escola deveria estar a utilizar aquilo, a mostrar atividades, a mostrar a sua vida, a mostrar iniciativas, mas a própria escola faz muito pouco, agora o problema é aguentar aqueles miúdos, alguns têm até reações selváticas. E as drogas, esta nova a chaga social, o que mais me preocupa aí são as drogas.

Eu gostava de dizer coisas positivas. Eu gostava de dizer que isto estava a andar sobre rodas, mas não está, e em termos futuros, também depois desta crise aí... É que até há dois anos a vida corria, não havia crise, estava tudo a viver acima das possibilidades, a gente para estacionar aqui não se conseguia, as pessoas tinham os seus carritos, agora está tudo sem trabalho, sem expetativas. Andam a fugir para o estrangeiro com o apoio de familiares e não se vê saída nenhuma.

## Anexo H – Entrevista com Ana Almeida

### ***Que mudanças considera que o projeto trouxe à escola e ao ensino de Rabo de Peixe, se é que considera que houve mudanças?***

Houve mudanças positivas. Eu apanhei... Portanto eu vou falar do edifício em si, o que o projeto teve para nós, foi essa grande mudança em termos de edifício, porque a intervenção junto das pessoas, pronto, isso quase não é visível, porque, quando as pessoas andam no terreno, do próprio projeto, andam trabalhando junto das pessoas não se vê, mas como edifício, o que o projeto trouxe para nós foi um edifício novo, ou seja, foi abaixo uma instalação que era muito má e nasceu uma escola nova, isso trouxe muita mudança em termos de comportamento social, porque tínhamos uma escola em que se viam as vigas, com janelas partidas, não havia portão, tínhamos todo um aspeto, assim degradado. E os comportamentos sociais eram difíceis, porque as pessoas também não viam propriamente... não tinham motivação para estar bem ou para haver respeito, para haver conduta social normal, era um ... havia muita agressividade verbal até, dos pais com os professores, qualquer coisa, era sempre uma atitude agressiva face à escola, não interessava muito se eles viessem ou não viessem às aulas, havia muito abandono escolar, portanto, era todo uma série de aspetos que não nos faziam se quer ter muita vontade de vir trabalhar para escola Dom Paulo.

Ao edifício ir abaixo e ser construído um novo, foi nossa intenção, logo desde cedo, quer do conselho executivo quer do corpo docente, que se criassem regras básicas de relação social entre pais e escola, questões tão simples como termos um portão e ele estar fechado faz com que as pessoas respeitem um pouco mais e percebam que há horas em que eu possa entrar dentro de um edifício e horas em que não possa entrar, portanto, pequenas coisas que se calhar as pessoas não se apercebem. Mas o que é que isso trouxe de bom? Trouxe de facto que as crianças veem mais à escola, os pais têm mais respeito por nós, pela escola e pelo trabalho que é feito, porque estamos num edifício agradável, pronto, foi dado - realmente aqui há esse estigma, um bocado de, os outros que nos deem alguma coisa ... o facto de sobreviver de subsídios muitas vezes faz isso às pessoas, os outros não nos dar - e podia haver também essa atitude, isso não é nosso, não fomos nós que contruímos e maltratamos. Não, a escola tem 5 anos e está praticamente como nova em termos de utilização diária, os miúdos respeitam o edifício e os pais também, essa é a grande mudança que a gente vê, haver um maior respeito e um maior gosto em estar na escola.

### ***Nesta escola, há muitos miúdos provenientes de famílias carenciadas? Tem uma ideia da % que representam sobre os alunos totais da escola?***

Nós temos bastantes alunos de famílias carenciadas, eu não lhe vou dizer 100% mas posso-lhe dizer se calhar 95%. A grande maioria tem apoio da ação social escolar, portanto é isso que demonstra, é o nosso índice de encontrar ou não famílias carenciadas é a ação social e em cada turma nós temos, sei lá, em 20 alunos temos 18 que têm apoio da ação social. Portanto há muito poucos alunos na escola, se calhar uns 10 ou 15 que não têm apoio, agora a percentagem real não lhe sei dizer.

O que aconteceu também com o projeto e penso que aí, já não só pelo nosso edifício que foi com a intervenção direta aqui com a escola, em Rabo de Peixe o que aconteceu foi uma mudança também das famílias mais carenciadas, que viviam muito perto desta zona da escola, eram uns bairros

problemáticos que havia aqui junto à escola e as pessoas foram realojados para o outro lado da vila, ou seja, a escola foi nova, mas também perdemos uma parte das famílias carenciadas complicadas, famílias desestruturadas e então isso também mudou um bocadinho, rodou, e isso está neste momento junto da outra parte da nossa básica integrada, da outra escola que também foi feita pela altura desta, aí é que estão agora situados os bairros mais difíceis, nós também temos ainda alguns mas são muito menos conflituosos, as pessoas criam muitos menos problemas do que criavam na escola antiga e antes do projeto ter vindo fazer essa intervenção em Rabo de Peixe.

Agora, os problemas não acabaram propriamente, não é? Estão é mas diluídos, já não temos é a malta aqui toda junta, que se juntava e havia aquela dificuldade em respeitar os outros. E quando um começa, uma coisa pequenina, fica logo uma bola de neve e aqui eles todos juntos, era muito fácil haver situações de agressão e se muitos ficaram aqui, muitos foram para outro lado da vila. Aqui na nossa zona os problemas desapareceram um bocadinho.

***Mas pode ter havido então uma deslocalização do problema? E qual é a escola?***

Sim, houve. É a escola Luísa Constantina, acho que também deveria ser objeto de estudo.

***Pois eu realmente não tinha essa noção, sabia que tinha havido realojamentos... Foi o bairro Cova da Moura?***

Exatamente.

***Mas não tinha bem noção que se tinham deslocado para outra área?***

Sim, o edifício é exatamente igual a este, o nosso foi abrangido pelo projeto EFTA, o outro não foi. É uma obra da Câmara e da escola mas foi exatamente o mesmo edifício. Devem ter aproveitado para o fazer, porque foram lá construídos os bairros novos para essas famílias, só para comparar nós temos 390 alunos, eles têm mais 100 do que nós, no mesmo edifício, enquanto nós temos turmas de 18, 20, eles têm de 23. E a maior parte dos problemas sociais estão lá, portanto, tudo agravado, imensa gente no mesmo sítio, a escola é insuficiente, a escola não comporta os alunos todos, têm já que ir para outra escola mais perto, portanto deslocámos um bocadinho o problema, demos realmente casas novas às pessoas, bairro novos, situações novas, eles poderão falar muito melhor disso do que eu porque não conheço propriamente como eles estão agora, têm casinhas novas mas não alteraram muito os comportamentos e muitas vezes eles não têm uma vida fácil lá.

Temos também aqui bairros, mas uma parte foi para lá, portanto eles redistribuíram, exatamente como essa redistribuição foi feita? Se calhar a junta de freguesia será a que lhe poderá orientar melhor onde é que aquelas ruas saíram, para onde é que foram, mas aqui foram construídos alguns bairros sociais, que são daqui da parte direita, que são menos, ou pelo menos, não sei se terão condições diferente de aluguer, mas terão ficado “melhor” famílias, ou mais estruturadas, deste lado e menos do outro. Grandes agregados familiares estão praticamente todos daquele lado. Não um, mas foram feitos vários, há um que está muito perto da escola e outros mais abaixo, portanto, deslocaram-se para aquele lado.

***Considera que o interesse das crianças pela escola aumentou? E as crianças provenientes de famílias em situação de pobreza de Rabo de Peixe, também passaram a estar mais interessadas, passou a assistir a uma maior motivação?***

Sim houve, porque toda a escola se organizou de outra forma, por exemplo, a nível de jardim-de-infância, nós tínhamos muita dificuldade em ter um ou dois grupos de crianças e era uma zona muito

populacional mas que não se valorizava a frequência do jardim-de-infância, a frequência da escola, até a obrigatoria, não se valorizava e não se enviava as crianças à escola, muito menos ao jardim-de-infância, e com a entrada do novo edifício do projeto que veio valorizar muito a escola e os estudos e a importância de se ter alguma educação, fez com que nós, neste momento tenhamos 5 a 6 salas com 20 crianças sempre cheias anualmente, portanto dá 120 crianças e não temos desistências praticamente nenhuma, a não ser por questões de saúde ou transferências.

E portanto, nota-se desde pequeninos que... isto é, neste momento não temos qualquer abandono escolar, a não ser situações de emigração, mas que não é abandonar a escola, são transferências, não há abandono, não há miúdos que os pais se desinteressem pela escola, não temos aqui na nossa escola, não temos. E isso nota-se, e realmente nós cremos nisso, cremos que é porque o edifício é novo, e porquê? Porque há outra mobilização das pessoas, as próprias ruas estão novas, estão limpas, tudo foi bastante arrumado, foi dada uma cara nova, digamos assim, a Rabo de Peixe em algumas zonas, e as pessoas agarraram isso também, porque o povo poderia não querer saber e desinteressar-se, mas também acho que houve um trabalho muito bom nesse aspeto junto da equipa do projeto e que fez muitas sessões com os pais, muita motivação.

***Que tipo de sessões?***

Por exemplo, houve uma que eu assisti sobre a valorização do estudo, como organizar em casa o quarto para o menino estudar, portanto, pequenas palestras que foram feitas e, realmente, se calhar não entraram para todas as pessoas, mas que se sentiu essas mudanças nas pessoas, no valorizar, sentiu-se. Ainda não é a 100%, a gente nota ainda que as dificuldades que os nossos alunos têm, vem da falta de estrutura familiar, falta de hábitos de estudos, aquilo que se calhar numa família dita normal poderá ter aqui... aqui, a gente tem que insistir ainda em muitos aspetos, mas estamos muito melhor do que o que eramos. Portanto, há muito interesse das crianças, no início do ano é sempre complicado, a adaptação de meninos novos, e rapidamente em 2 ou 3 dias eles estão bem na escola, por isso é uma motivação para nós.

***Então o próprio interesse dos pais pelo acompanhamento dos filhos na sua educação escolar, alterou-se?***

E até porque eles têm que se sujeitar a prazos de inscrição das criança no jardim-de-infância e antigamente a gente vinha a ter 2 turmas, 3, e porque os auxiliares iam bater às portas das casas das pessoas a perguntar se não queriam pôr os meninos nas escolas, e deixámos de fazer esse trabalho, agora são os pais que vão à secretaria da escola que ainda é um bocadinho difícil de se fazer porque têm que se deslocar a pé, e podíamos dizer que eles estão tão desinteressados que não queriam e não, têm essa motivação arranjam os papeis, têm tudo em ordem e inscrevem-se mais ou menos dentro do prazo, ainda há algumas situações que fogem um bocadinho a isso, mas são pontuais e conseguimos normalmente ter 120 crianças a começar de raiz. O 1º ano sendo obrigatório, praticamente já toda a gente entra na escola.

***E o interesse dos pais pela assiduidade dos filhos aumentou?***

Sim, ainda se nota às vezes, eu faço sempre a reunião geral dos pais, ainda se nota - porque faz parte da característica cultural deste povo, são muito protetores dos seus meninos e ainda se nota muito: - Ah professora, eles são tão pequeninos, está chovendo hoje, ou a gente mora tão longe, portanto, esse

sentimento de proteção aliado ao facto de eles estarem em casa, muitas famílias em que as mães são domésticas, todos estes fatores juntos. De facto ainda precisamos de motivá-los para que não se esqueçam disso, não se esqueçam da pontualidade, houve um ano que a gente teve que encerrar as portas, sem tolerância, encerrar mesmo e alguns meninos irem para casa e os pais perceberem: - Não, nós temos que ir deixá-los a horas na escola! Portanto, alguns comportamentos sociais ainda têm que ser moldados, mas são poucos, são poucas famílias já assim. A gente às 9 horas tem todos os meninos dentro da sala a trabalhar. Gradualmente foi assim, agora, nas condições que tínhamos antes do projeto era impossível a gente fazer esse tipo de trabalho educativo, não podíamos porque não tínhamos condições, não permitia.

***Entendi já que se verificou alterações nas taxas de abandono escolar e insucesso escolar, embora também com a deslocalização...***

Sim, sim, e no próprio sucesso escolar, porque realmente os pais não estavam muito motivados para a escola era mais ou menos indiferente se eles viessem, se perdessem o ano, se não perdessem, e nós notamos, temos praticamente 95% de sucesso escolar, não é a 100% em todas as turmas, há casos pontuais de alunos que naturalmente têm mais dificuldades do que outros, isso faz parte, todos nós, e realmente mais pobreza de espírito ou não, nalgumas famílias, mas realmente notamos de um desinteresse que havia até a uma envolvimento muito grande connosco, participação em atividades connosco, em concursos que a gente promove. Há uma relação criada com a escola que faz com que eles tenham sucesso e é isso que a gente vai sempre tentando promover, que é o nosso trabalho, procurar o sucesso educativo e temos tido muitos bons resultados.

***Mas então acredita que se deve exclusivamente à implementação do projeto, nomeadamente às novas instalações da escola?***

Sim e à intervenção do próprio projeto. Eu não lhe posso dizer exatamente, não consigo, não tenho dados, porque eu não acompanhei a intervenção do projeto junto das pessoas, mas aquilo que foi passando para nós era, realmente, que eles acompanhavam as famílias, portanto, havia um trabalho mesmo no terreno com as pessoas e isso também, penso que tudo junto, os fatores com o edifício novo, essa lavagem que houve das próprias ruas, das intervenções que aconteceram, vários edifícios ao mesmo tempo que eram chaves para o desenvolvimento da vila isso ter sido melhorado, só pode ter contribuído para o sucesso.

***Considera então que a atitude das crianças - de certa forma já me foi respondendo mas pergunto - perante a escola alteraram-se? Acha que passaram a ter mais cuidado e respeito pelo espaço?***

Sim, sim, temos muita facilidade em passar essa mensagem para eles porque realmente a escola está boa, está nova, está limpa, eles também a sabem usar, é claro que há um esforço diário do corpo docente, porque não são todas as escolas que os professores acompanham a turma até ao portão, não são todas as escolas que os professores acompanham ao refeitório, que os acompanhamos a comer, temos auxiliares sempre presentes nos momentos em que eles estão livres no recreio. Portanto, a gente faz um grande esforço, porque nós sabemos que se deixarmos de praticar certas regras que as coisas se calhar não seriam assim, portanto nós temos um esquema muito bem montado para que realmente a gente conserve a mudança porque se voltarmos aos velhos hábitos, de coisas partidas e de que não interessa, a escola não interessa, então se calhar a escola rapidamente... socialmente

deixaria de interessar, nós tentámos realmente e sentimos isso na crianças, e é sempre uma alegria ver boa disposição, meninos que nos dizem bom fim-de-semana e eles sentem-se bem em estar aqui e antes não era muito assim.

***Considera que o projeto provocou mudanças na população em situação de pobreza? Ou se pelo menos criou condições para que essas mudanças se venham a verificar?***

Eu penso que no geral muitas famílias modificaram, com uma cara nova de vila, com instituições novas, eu penso que sim, porque nós notamos, recebemos famílias por exemplo que os meninos andavam na lixeira, frequentavam esses sítios para terem alguma coisa para comer. Portanto, o esforço que se fez socialmente aqui na vila, fez com que essas famílias deixasse de ter esses comportamentos, foram modificados, eu tenho agora irmãos de alunos que eu tive há 10 anos, quando eu vi para cá e quando apanhei a mudança, que não têm esses comportamentos, se calhar têm outros não tão graves, só dificuldades de se portar bem, no relacionamento com os outros, serão sempre famílias carenciadas em vários aspetos, mas com as intervenções que houve e com os subsídios que tiveram, também que ajudaram bastantes famílias, eu penso que no geral melhorou muito, mudou muito nas pessoas.

Agora, nós não podemos dizer que é o ideal, porque não é, nós continuamos com casos de sarna, continuamos com casos de piolhos, que também há na cidade, mas aqui se calhar em vez de ser só dois miúdos, temos 6 ou 7, continuamos a precisar de ensinar a comer, que é uma coisa que se calhar nas outras escolas já todas as crianças sabem pegar numa colher quando vêm à escola e nós precisamos ainda de insistir muito nas regras básicas, de convivência social, mas isso também é uma questão cultural e que não é só por intervenção de um projeto, que foi muito válido, não basta vir um projeto para limpar uma mentalidade cultural.

Nós temos já uma 2ª ou talvez já 3ª geração do rendimento mínimo e que se não fosse também o trabalho da ação social a cortar algumas coisas, a limar algumas arestas, se calhar as pessoas diziam, deixa vir o subsídio e depois eu faço o que me apetecer. Houve muita coisa que foi evoluindo e foi acompanhando também, socialmente as pessoas tinham tendência a não querer saber da escola, foi cortado o subsídio para que se interessassem mais, pronto agora já se interessam, mas ainda falta um bocado, vamos limar outra aresta, portanto houve um... com todas as equipas a trabalhar em conjunto, conseguimos alguma coisa, mas não é ainda o ideal, a gente precisaria sempre de acompanhar sempre muito as famílias. Porque nota-se muita diferença quando eles não estão na escola, no tempo que passam de férias e como eles regressam, temos que trabalhar um bocadinho tudo do início, para nos também o que nos interessa são as regras de convivência e de as puderem aprender, se eles não as tiverem não vão poder aprender, não é? Se o menino não tem em casa uma secretária para poder fazer os trabalhos da escola, não vai poder fazer os trabalhos da escola, não vai-se interessar pelo livro, nem pelo caderno. Portanto, todas essas coisas, muitas vezes a gente tem ainda que trabalhar com algumas famílias, mas no geral, houve melhorias a anos de luz, mas nalgumas coisitas ainda temos muito trabalho pela frente.

***Sim é natural, há sempre famílias ainda em situação mais problemática...***

Porque se calhar eles começaram a usar com esse projeto - o dinheiro do subsídio que receberiam, as famílias carenciadas, muito carenciadas, e que não trabalham e que só sobrevivem mesmo com um apoio - se calhar antes pegavam nesse dinheiro e usavam só para si, não sei, pintar o cabelo, comprar

um carro, uma coisa assim, com a intervenção do projeto começaram a pensar nas crianças nos seus filhos, portanto é melhor eles estarem limpinhos, é melhor irem à escola. Portanto, tentar perceber a família como tao importante que é na base do crescimento de uma criança e agora portanto, nota-se que realmente apesar de ainda sobreviverem de um subsídio, olham um bocadinho mais para os filhos, e pagam até os manuais quando precisam, há quem possa só usar os manuais e eles ficam na escola, há quem até os deseje comprar, adquirir para o filho ter em casa e estudar, portanto nota-se muito esse interesse, mas claro que há ainda muito a fazer porque temos ainda outras famílias que, embora a gente dê leite escolar, eles preferiram mandar chocolate para os filhos comerem, essas pequenas características, mas são culturais e a mudança levará muito tempo... uma mudança radical para o ideal... também não há situações ideais.

***Acredita que o projeto deu início a alguma trajetória de mudança, nomeadamente na atitude das crianças, não tanto relativamente ao ensino, mas mais nos seus objetivos de vida e intenções para o futuro? Ou são mudanças ainda muito práticas, com o objetivo exclusivo de atingirem a escolaridade obrigatória?***

Eu penso que não. Os nossos alunos estão melhores nesse aspeto, acho que têm mais horizontes. Nós também insistimos muito com isso, eu também posso fazer uma comparação dos 10 anos que estou cá e no início nos meus meninos mais pequenos, estamos a falar de 5, 6 anos aquilo que falariam em ter uma profissão era o ser mãe, por exemplo, ou os meninos, eu vou para o mar, a maior parte da profissão era pescador. Isso foi desaparecendo, já temos alguns miúdos que nos vão dizendo outro tipo de profissões, ou quer ser professora... outros objetivos... eles estão mais abertos, porque também temos outras condições, por exemplo, o projeto EFTA deu-nos - depois no final dos dinheiros - permitiu-nos ter um quadro interativo em todas as salas, o que é uma coisa que se calhar poucas escolas do país têm, mas o nosso isolamento enquanto ilha e o não termos acesso gratuito a outro tipo de informação, também fecha os miúdos, portanto, agora nós facilmente podemos voar para outro sitio do mundo, com o acesso à internet, com condições para estar e para os miúdos também poderem ver outra realidade, porque em casa, o projeto EFTA se calhar não mudou muito isso, o que é que a gente vê em casa? O que é que esse tipo de famílias vê? Acaba por ser as novelas, acaba por ser os programas da tarde que é mais entretenimento de idosos do que para miúdos, também há um canal panda mas pode não trazer muito de novo, a intenção de abrir horizontes tem que ser trabalhada e nós aqui na escola, e com o projeto e foi o projeto que nos permitiu isso, podemos até fazer esse tipo de trabalho e não há duvidas que ter um quadro interativo é totalmente diferente do que ter um quadro de giz, em que a gente pode realmente projetar e rapidamente transmitir e aprender outro tipo de conhecimentos que não conseguíamos com as condições antigas e isso também ajuda-nos a pensar noutras coisas e a querer voar e a querer pensar em ser diferente.

E o realojamento que houve, e também houve aqui outra coisa muito boa na vila, e isso foi intenção do conselho executivo, juntamente com a junta de freguesia, reorganizaram a distribuição das ruas pelas escolas, aqui este edifício... esta zona teria aqui alunos destes bairros mais próximos, a do meio alunos dali, portanto, eles ao redistribuir, proporcionaram, por exemplo, que nós ficássemos com ruas com famílias "boas", com estrutura, com pai e mãe a trabalhar, o que faz com que os nossos alunos já não sejam só de famílias mais carenciadas, temos outras constituições de agregados, temos gente com

licenciatura, temos gente a trabalhar, com os dois pais, mesmo em situação de crise, e são trabalhos com contratos, já efetivos, não é o trabalho doméstico e o limpar casas, como é a maioria daqui das profissões e isso também trouxe, abriu o leque das ofertas entre eles, entre amigos, as conversas que eles possam ter uns com os outros. Também o facto de virem outras pessoas de fora da freguesia trabalhar para cá, e como temos uma escola com condições, acabam por trazer os filhos para cá, já não são só residentes de Rabo de Peixe que vêm para cá, embora não é que o residente de Rabo de Peixe seja negativo, mas se formos só daquela rua ou daquele bairro, é mais do mesmo, se tivermos gente de fora que nos traga outro tipo de estar de conversas de ser, isso ajuda, e penso que isso também foi muito positivo. A escola ser nova atraiu também outras pessoas, por exemplo os professores que trabalham na escola básica, se calhar eu pensaria deixar os meus filhos na cidade onde moro, e assim eles optam por trazer e por até matricular cá. Portanto, há melhores condições, estamos melhor.

***Sim, estou a perceber, a troca de experiências entre miúdos...***

É isso, e faz com que eles não queiram ser só mãe, que o desejo não seja só ser mãe e estar em casa, e seja mais trabalhar numa loja, já se ouve realmente isso, miúdos que tenham desejos de ter profissões diferentes do estar em casa.

***Atualmente então já começa a ouvir isso e a sentir isso?***

Sim, sim, penso que foi realmente com essa mudança que a gente sentiu, a motivação também para a escola traz isso, o querer continuar a estudar o completar o 9º ano ou chegar ao 12º ano, eram aspirações que as pessoas não tinham, vou-lhe dar só um exemplo, fizemos uma reunião de pais, que faz-se com os representantes de todas as escolas e nessas reunião pergunta-se o que é que eles achavam. Antigamente o que eles nos diziam eram só, os auxiliares batem nos alunos, os professores batem nos alunos, a comida não presta, os problemas eram estes. Eu fiquei de boca aberta, foi este ano, começou por uma e todos os outros concordaram, que queriam formação para ajudar os filhos nos problemas da matemática que tinham muita dificuldade, que era muito diferente do que quando eles estudaram, foi uma grande felicidade para nós, estamos a chegar onde... deveriam ser em todas as escolas assim, não é? Os pais perceberem as suas dificuldades e pedirem ajuda para resolvê-las. E reflexo de tudo isso é que também esses pais já não só aqueles que não sabe ler e nem escrever, antes eles vinham com o dedo para assinar as folhas das avaliações e agora já não temos praticamente... se tivermos um caso de um pai, ou assim, é muito. O nível de literacia das pessoas subiu bastante, muitos, a gente fez os cursos à noite, e portanto aumentaram os seus próprios estudos, que fez com que os pais... também foi fruto do projeto, aulas à noite para a conclusão do 4º ano de escolaridade e mais do que isso fez com que as pessoas também motivassem os seus filhos para serem melhor do que eles foram ou são.

***Pois, eles próprios têm então essa preocupação de passar a mensagem aos filhos?***

Nota-se bastante e foi reflexo dessa reunião que eu tive e que eu já partilhei com os meus colegas e de facto a gente fica felizes por essas iniciativas e essas vontades porque antigamente não tínhamos esse tipo de conversa numa reunião de pais.

***Mas voltando um pouco atrás, mesmo em relação aos quadros interativos, acredita que mostrando essas outras realidades aos miúdos, acha que realmente faz diferença e que o interesse deles também aumenta?***

Nota-se e eles estão felizes, sabem que a qualquer momento têm um momento diferente na sala de aula e antes as coisas eram muito mais limitadas do que temos agora, está bem que podíamos pôr um projetor numa sala, havia um retroprojetor que também foi sempre muito utilizado, o projetor de slides, essas coisas. As coisas evoluíram e realmente era complicado estar a utilizar esses equipamento quando já está completamente ultrapassado e não ter na escola esse equipamento que já é considerado banal, que em muitos sítios já têm, para nós era... ficávamos mais limitados e é um pouco a comparação que podemos fazer entre os dois edifícios, este sendo abrangido pelo projeto EFTA tivemos essa oferta e o outro não tem, o da Luísa Constantina, poderá ser um fator de comparação, eles têm muito insucesso, poderá ser uma das coisas que não promove também a sala ser atrativa, de repente se precisamos de fazer uma investigação, conseguimos, toda a turma assiste, a tecnologia é boa, apesar de ter os seus defeitos, mas é boa e motiva muito as crianças e sinceramente não é usado para ver filmes, não é usado para passar o tempo, é usado essencialmente nas aulas, os livros digitais, o acesso às plataforma de ensino e isto é uma mais-valia para a escola, e isso só o conseguimos com o projeto EFTA, se não fosse... não se conseguia com esses valores e então com o aproximar com os tempos de crise como apareceram, aliás quando eles vão avariando, porque isto é material de desgaste, nós não temos maneira de repor, esperemos não voltar aos poucos ao que erámos, o que nós tivemos foi mesmo muito bom, mas também não é fácil de manter esta grande mudança.

***Estou a perceber, mas é necessário haver manutenções. O projeto é limitado no tempo, claro e ficou encerrado e teria que haver outras intervenções de entidades que tutelam...***

Mas não há. Sim, teria que ser visto... como não há, não há outras escolas financiadas pela secretaria e pelo próprio governo regional, se não há porque realmente as verbas são poucas e realmente têm que se canalizar para o que é necessário, e a gente percebe tudo isso, portanto, ainda mais num sítio que foi intervencionado e que foram colocados materiais do bom e do melhor, não sei, mas foi o que nos ofereceram e a gente também não disse que não. Mas eu sei que não há verba para manter, nós temos um quadro com a lâmpada fundida, e a lâmpada custa 300€, nós não podemos estar a pedir 300€ quando os nosso alunos precisam de lápis e canetas para escrever e portanto eles são todos muito carenciados e a escola ainda precisa de mais verba para apoio social, muito mais do que substituir uma lâmpada, portanto, essas coisas depois vão-se agravando. Portanto, o próprio edifício que teve essa intervenção agora está entregue à Câmara, porque é da Câmara, e tem falhas imensas na manutenção da obra. Os engenheiros que cá estiveram tinham-me sugerido e eu já lhes enviei um relatório a dizer as anomalias graves que nós temos, para ver se eles conseguiam pressionar de alguma forma e não aparece maneira de arranjar os problemas que a escola já tem como edifício.

Portanto lá está, a gente faz uma intervenção, um projeto à toa, mas se à volta não houver instituições, pessoas, entidades que possam garantir a continuidade ou o acompanhamento. Isto não pode ser... fizemos o projeto, intervencionámos e agora as pessoas vão conseguir por elas. Por muita boa vontade... e a gente está aqui a segurar, a gente não pode segurar as paredes, a gente segura os alunos e a mudança da parte das pessoas, da parte das relações pessoais, agora em termos de edifício,

já nos ultrapassa bastante, porque nem sequer é nosso, a gente está tomar bem conta dele, mas lá está, o projeto acabou, o financiamento acabou e agora? Agora é preciso que quem manda que o preserve, que tome conta.

## **Anexo I – Entrevista com Ruben Farias**

### ***Que mudanças considera que o projeto VGNC trouxe ao Clube Naval de Rabo de Peixe?***

Concretamente ao espaço?

#### ***Ao espaço e ao funcionamento?***

Um vou fazer um pequeno enquadramento, o Clube Naval surge em 2001 e surge de uma necessidade que havia, de facto, da maior comunidade piscatória dos Açores não ter atividade náutica, de recreio, a não ser a pesca profissional, e há um grupo de pessoas que se junta e arranca com o Clube Naval, cria uma associação e depois não tem um espaço, não tem uma sede para desenvolver a sua atividade, colocaram aqui um contentor de 40 pés, um contentor daqueles de ferro, uns sólidos, aqueles de mercadorias, há uns daqueles bonitinhos, mas não foram esses, foram aqueles sólidos e então puseram lá dentro os equipamentos que conseguiram adquirir na altura. Como seria mais difícil ter atividade aqui neste local, atiraram para o desporto que é mais fácil de implementar, que é o surf, porque para quem faz surf agarramos numa prancha e vamos para qualquer sítio e esperamos ... até porque Rabo de Peixe tem muita massa humana para moldar, que é a juventude, não é? É a maior comunidade com juventude no país, e então há muita malta e eles começaram a trabalhar e passados dois anos já tinham um campeão regional. Então, o Clube Naval viveu um bocadinho do surf. Obviamente que sempre viram o clube e sempre foi apoiado não numa vertente pura e simplesmente desportiva, mas mais social, havia aquela componente social, os miúdos tinham uma escolinha de surf e ia-se tirando alguns dos cafés, dos bares e dos maus vícios para praticarem desporto e foi andando assim.

Quando o projeto EFTA surge alguém ligado à criação do projeto EFTA teve o discernimento de perceber que o Clube Naval nesta zona teria, e por via de um crescimento, maior impacto social e foi assim que nasce no meio do projeto, o espaço em si, o Clube Naval à data da criação e mesmo dessa alteração do Clube Naval, de contentor para uma sede social a sério, o clube estava muito fraquinho, fraquinho porque é difícil trazer as pessoas da comunidade a praticarem desporto quando elas têm que trabalhar, as pessoas esquecem-se desse pormenor, infelizmente.

O que nos conseguiu dar aqui o salto qualitativo foi o facto de ao mesmo tempo de nascer uma sede social, nascer uma piscina ali em cima, permitiu-nos dinamizar a natação. Ou seja o Clube Naval apontou as armas à natação, e de facto já está numa fase completamente diferente mas arrancou. Acima de tudo a grande diferença foi potenciar uma base... Na realidade aquilo que o Clube Naval conseguiu fazer a mais foi por via da piscina e não da sede social. No entanto, a sede social tem o potencial que tem ou seja é fácil as coisas acontecerem porque temos uma sala para reunir, é fácil as coisas acontecerem porque temos um sítio para guardar material, é muito mais fácil, mas de facto o que transformou o Clube Naval, o impacto que conseguiu ter foi a natação. Obviamente que, respondendo à pergunta, o impacto é brutal, não tem nada a ver, o potencial que o clube poderia ter se não tivesse sede, isto aí, sem sombra de dúvidas, mas o Clube Naval não nasce com o EFTA, o Clube Naval já existia, a sede social transforma ou potencia a capacidade de intervir no clube e a piscina é que é mesmo a lança em África.

***Sim, mas estou a ver que já tinham esse cuidado, esse trabalho com os miúdos...?***

O projeto do Clube Naval é aceite no âmbito do EFTA exatamente por causa disso, porque se fosse apenas uma questão desportiva, eh pá, vocês estão aqui a fazer turismo ou a brincar, encosta-se aqui, porque o projeto é de âmbito social. Daí o Clube Naval ter sido aceite e ter sido sempre importante até para a atual direção, como sendo um projeto que tem uma dimensão desportiva, como é óbvio, mas acima de tudo social.

***Mas e que tipo de atividades fazem mais direcionadas...?***

Bem agora vamos esmiuçar esse social, na realidade nós não somos a Santa Casa da Misericórdia, nós não somos o Instituto de Ação Social, mas nós tentamos ser, o que é que eu quero dizer com isso? Aquilo que se tenta fazer junto da comunidade junto de pessoas que têm algumas, vamos chamar de diferenças, não vamos chamar de problemas, porque nós ainda não sabemos se o problema somos nós ou se são eles, não é? Vamos chamar de diferenças, nós esperamos que eles sejam mais felizes à nossa maneira, isso aí é uma questão que podíamos ficar aqui o resto do dia e não chegávamos a conclusão nenhuma... e então o que nós entendemos, entendemos que eles de facto têm alguns comportamentos que nós dizemos que são desviantes, ok, compreendo até se for droga ou álcool ou há outros que talvez não sejam, mas assim sendo, em que é que nós podemos ajudar? Através do desporto, da prática do desporto, daquele ensinamento que se transmite quando alguém pratica desporto organizado que é a disciplina, o sentido de equipa, o sentido de sacrifício, a pontualidade, a assiduidade, tudo isto é possível de treinar e praticar numa aula de canoagem, o chegar a horas, o participar, tudo isto é possível, e ele não vai à escola, o miúdo, e há outro que vai à escola e sim senhor nós não pressionamos ninguém, agora, nós assistimos durante 4 anos, que tivemos aqui a canoagem, que agora está um bocadinho mas fraquinho porque os miúdos viraram-se todos para o bodyboard, nós não trocámos, foi natural, mas ok, foram todos para o bodyboard, ok, continuem no bodyboard, e os miúdos inicialmente não iam treinar, ou alguns ficavam aqui a trabalhar, a fazerem as sedas (as redes de pesca), a preparar e a ver os outros a praticarem desporto porque o pai não autorizava. Passado 4 anos, o pai já dizia ok, paras de trabalhar agora, vais praticar um pouco e depois voltas, portanto, já há uma mudança de mentalidade do pai, que seria muito difícil, já vão aceitando com naturalidade que os miúdos também precisavam de fazer aquilo. E eu já me dou por muito contente, porque de facto aquilo que nós nos propomos a fazer não é só pôr o miúdo a praticar canoagem é também perceber, fazer perceber que ele não pode poluir, ele tem que ser organizado, o pai tem que perceber que os miúdos são miúdos, quer dizer, há aqui uma série de coisas que são ...mas isto é um, dois, três de vez em quando, porque entretanto há miúdos que não conseguem, por causa dos hábitos, depois nós queríamos arrancar com a vela, muito espertos, eles com uma intuição fantástica para a vela, mas não conseguem desenvolver, porquê? Não conseguem porque estão a dormir nos barcos às 8 da manhã, porque tiveram toda a noite a trabalhar, é uma realidade completamente diferente. E não falando também das questões políticas que se levantam, porque infelizmente muitas vezes confundem-se as coisas, confunde-se o político com o desportista, o clube com a câmara, felizmente eles conseguiram passar ao lado um bocadinho disso, porque a mensagem que temos transmitido é essa, aqui não há cores políticas, aqui não há clubes, no sentido em que ... não há religiões, quem aqui fica, fica atrás por essas questões.

Assim sendo, o clube consegue intervir socialmente através do desporto, criando hábitos sãos, até estamos nas aulas, e as pessoas que são escolhidas para serem monitores, a primeira coisa que nós dizemos: - Olhe isto não é só um projeto desportivo é um projeto social, eu peço que você na sua aula fale de higiene, fale de bons hábitos alimentares. Eu penso que as pessoas vão falando sempre e é dessa maneira que vamos intervindo.

Para além disso tentámos, não só pelo desporto, mas tínhamos aqui o clube M, o clube da mulher, a ideia inicial era pôr as mulheres a praticar desporto, os homens vinham aqui praticar caça submarina, as mulheres ficavam juntas e punham-se a fazer qualquer coisa, organizavam umas atividades ou vamos fazer um passeio de bicicleta ou fazer uma caminhada, e começámos a puxar e começámos a fazer umas atividades em termos de culinária, gastronomia, *workshops* com nutricionistas, começámos até por dar um dinamismo diferente à coisa, e olha, já agora temos o clube M vamos lutar pela emancipação da mulher, salve seja, pela emancipação da mulher aqui nesta zona e depois fomos condenados por isso.

***Mas eram pessoas desta zona então (bairro piscatório)?***

Nós tínhamos de várias, porque as mães dos atletas, existe desde a senhora que tem condições financeiras acima do normal à senhora que não tem, as pessoas têm alguma dificuldade em se juntar, mas há umas que já vinham e faziam, mas depois fomos um bocadinho condenados, porquê? Ah, porque vocês estão menosprezando a mulher! não, é mentira. E negar que ainda existe a questão da emancipação da mulher, é uma questão que ainda tem que se ver nessa comunidade, isso é tapar os olhos às pessoas e a gente tentou fazer de forma inteligente, o clube M é que os homens não podem entrar, uma brincadeira que se fez, mas depois isso deu aqui uma confusão, o que é certo é que a pessoa que queria dinamizar, era professora, trabalhava aqui perto, deixou de o fazer e isto vive muito de voluntariado, portanto as coisas diminuíram um bocadinho.

Mas isso para dizer que estamos sempre atentos àquilo que podemos perceber o que é que podemos dar à comunidade de forma a podermos intervir, porque de outra forma nós estaríamos aqui completamente estanques da sociedade, queremos é desporto, quem quiser quer, quem não quiser não quer. Isto dá-nos muito mais trabalho e encargos financeiros, porque depois uma coisa é trabalhar com 10 pessoas que podem pagar e outra coisa é trabalhar com 100 pessoas que não podem pagar. Obriga-nos aqui a um esforço muito maior, financeiro, cá está, este sábado de manhã é o dia da festa, nós andamos sempre por aqui, o pedreiro veio cá o outro não veio, quer dizer... Repare, num espaço profissional, era inconcebível o responsável chegar aqui de manhã e deixar aqueles blocos ali, ou seja, quem é o responsável? É o voluntário que esteve aqui, se calhar o mestre não falou com ele.... O que é que a gente faz? Briga com alguém, depois amanhã estou eu sozinho e vou-lhe ser sincero, também já começo a ficar um bocadinho cansado... eu estou é a preparar o trilho para o comboio depois andar, senão depois isto não funciona.

***Mas esse tipo de atividades que estava falando são atividades gratuitas que o Clube Naval organiza ou têm algum tipo de financiamento?***

Primeiro a Direção Regional do Desporto “disponibiliza”, através do serviço de desporto de São Miguel, formas de financiamento, o quero dizer com isso, de acordo com a prática que vamos exercer, se é de treino de competição, se é de por meio de promoção ou se é açores ativos existem mecanismos

financeiros que nos permitem ter um contrato-programa, ou seja, eu vou ter aqui uma turma de competição de natação, existe um valor que eles dão anualmente mediante a satisfação de vários objetivos, ao fim ao cabo eles dizem, eu quero que você faça uma participação em todas as provas, quero que você pelo menos vá a duas fora do concelho ele define quais são os objetivos e o clube recebe aquele valor. É tranquilo, nós cumprimos sempre, até porque tem sido sempre... mas não é suficiente, para ter uma noção, o preço médio do mercado duma aula de alguém que vai fazer natação 2 ou 3 vezes por semana custa 25, 26, 24 euros, e nós aqui cobramos 12,5 e isso no que é que se traduz? Temos a piscina com muito mais gente, mas temos que ter uma estrutura de voluntariado, porque se fosse para pagar não funcionava. A verdade é que a maioria das pessoas que lá estão, não são pessoas daqui, porquê? Porque não conseguem lá ir, porque à hora que é, é impossível, não se sentem bem, temos muitas poucas pessoas de cá de baixo...

### **Na piscina?**

Na piscina, o Clube Naval foi feito para Rabo de Peixe, não foi só para a comunidade piscatória, foi para Rabo de Peixe, e nós temos várias pessoas que estão sabendo utilizar a piscina, e vamos pontualmente tirando algumas pessoas daqui. Vou-lhe dar um exemplo, temos o Hugo Laranja, que é um miúdo que é pescador, o miúdo já tem 19 anos ou 20, que é pescador mas que começou lá em cima connosco, fez um percurso e hoje em dia já tira medalhas nos regionais, já faz ouro, a Bianca também já começa a fazer e muito interessante no meio disto tudo, é que o Hugo era pescador, continua a ser, mas agora já tem outras profissões, quando eu digo isso, ele faz dois part-time, faz vendas dos pacotes da MEO ou da NOS, não sei muito bem o que é, e tem mais uma que não sei bem o quê, e a Federação Portuguesa da Natação em conjunto com a ANAC estão-lhe a patrocinar o curso de treinador de natação, ou seja, esta é a minha cereja em cima de bolo, é o Hugo que era um miúdo que veio aqui dizer que queria fazer bodyboard ou surf e ele tem a preparação física do Michael Phelps, e foi: - Olha tu vais fazer um treino aqui assim e tal, só temos uma vaga - era mentira, aquilo estava vazio - e o miúdo: - Eu não tenho calções. Eu comprei-lhe os calções, dei-lhe os calções e ele foi... e foi um percurso fantástico, e o que nós queremos agora é replicá-lo, não é fácil, para ter uma ideia levámos 4 miúdos para cima, e no dia a seguir no balneário desapareceram as sapatilhas todas, portanto eles não estão habituados, aquilo para eles é um paraíso - eu nunca vi tanta sapatilha porque é que eu não hei de levar... O que é que vamos fazer?

Eu queria ver se começava já na próxima semana, ao sábado, que há uma turma que é de miúdos só daqui, vamos chamar de problemáticos, não sei se eles são se não são, mas vamos chamá-los assim, eu percebo porque é que eles não podem estar com os outros, não é? São miúdos com défice de atenção... é assim, o que nós não temos são condições para miúdos com necessidades educativas especiais, porque os outros nós temos, no meio de 10 ou de 15 se eu os colocar em cima agora, aquilo nunca mais ninguém se entende, e já está tudo tão organizadinho... nós precisamos de trabalhar com 10 à parte e perceber que destes 10 quem são os 2 ou 3 que têm condições para! Quem tiver necessidades educativas especiais nós não vamos conseguir chegar lá, quem tiver défice de atenção, quem já estiver metido na droga, estes não vão conseguir chegar lá, podemos identificá-los ou seja, há aqui muitos para trabalhar, os outros nós aproveitamos e damos seguimento, porque se eu de 5 em 5 anos conseguir transformar 2 ou 3... Eu fui escuteiro durante muitos anos e portanto Baden Powell diz-

nos que convém deixar o mundo um bocadinho melhor do aquilo que encontrámos e se nós formos fazendo a nossa parte acaba por se tornar fácil, e isso para dizer que o Hugo foi de facto um exemplo que nós queremos aproveitar para dar seguimento a isso. Tanto é que depois montámos um projeto, com a Direção Regional da Juventude, que também nos apoia pontualmente, que é agarra-te a nós, agarra-te à vida, agarra-te a um desporto, ou ao contrário agarra-te a um desporto, agarra-te à vida, agarra-te a nós, são estas 3 frases, pusemos o Hugo lá na piscina, pusemos a malta toda com uma fotografia enorme e desenvolvemos o projeto durante um ano, a ideia é deixa aquilo que ninguém quer, agarra-te à vida, ao desporto, a nós, e pusemos o Hugo como imagem dessa campanha, as coisas funcionaram, pusemos os *outdoors* aqui, pronto, não pressionamos muito porquê? Porque é outra questão que as pessoas esquecem-se que é, os pescadores vivem muito dentro desta questão, eles não sabem estar bem, se eles estão bem eles arranjam um conflito, vivem num conflito interno, eles estão bem numa hora, estão ali a conversar mas basta beber um bocadinho de álcool que eles vão buscar uma qualquer coisinha e aquilo começa logo... Então o que é que acontece, o Hugo tem um pai que é um pai problemático, quando olhamos para o Hugo, vão estar a olhar para o Hugo mas vão-se lembrar do pai... Se eu tivesse aqui 4 ou 5 pessoas de uma certa família que até podiam estar a pensar colocar os seus miúdos na natação, só pelo facto de estar ali Hugo associado, já não iam os miúdos, esta malta vive muito assim, mas estou a falar de pessoas com uma pobreza de espírito muito grande. Então é preciso perceber estas pequenas condicionantes, e o Hugo, atenção que o pai do Hugo não é nenhum bicho, não é isso que estou a dizer, mas é aquela pessoa que não reúne consensos, então houve algum cuidado em passar a imagem do Hugo mais para o exterior do que para o interior, mais para consumo externo do que interno, mas no meio dessa história, ainda conseguimos passar aqui a ideia certa, o que é importante no meio de tudo isto, conseguiu-se passar a ideia de trabalho e da campanha. Nós não fomos buscar muitas mais pessoas, mas também não é fácil porque as pessoas aqui têm um modo de vida completamente diferente, os miúdos, primeiro, estamos a rivalizar com o futebol, e se eu tivesse a idade deles eu tinha ido para o futebol, porque sou fanático por futebol, portanto, não havia essa competição, primeiro um campo de futebol é num sítio qualquer, põe-se dois postes está feito o futebol, pões duas pedras, os miúdos jogam em cima daquilo. A natação obriga a uma piscina coberta, obriga a um custo diferente, eu estou-me aqui a desviar da conversa porque estou aqui a explicar porque é que nós não conseguimos ter as coisas a preço zero.

Na natação, para os miúdos cá de baixo, eles pagam 2 € por mês, ou seja, não há nada de graça no Clube Naval, eu não acredito em nada de graça, eles têm que perceber que muito do que lhes aconteceu hoje em dia foi por culpa do governo, dos governos todos, das políticas todas, porque se habituaram, olhe eu vou calar a boca aos pescadores dando euros, e quando se dá, estamos a incitar ou levar as pessoas a pensarem deixar de produzir, se me dão porque é que me hei de chatear? E isso dado durante muitos anos é loucura total – porque as pessoas habituem-se, porque é que me hei de chatear se me dão? Porque eu se calhar no lugar das pessoas fazia exatamente a mesma coisa, se me dão, eu não preciso de trabalhar, tenho o rendimento mínimo. Eu faço um bocado de barulho dão-me o motor para o barco, eu faço um bocado de barulho dão-me não sei quê, dão, dão, dão... e o Clube Naval não dá nada a ninguém, e os meninos se querem comprar uma colcha ou um boneco novo vão à loja e ninguém vos dá aquele bonequinho novo, vocês podem brigar, fazer barulho que ninguém

vos dá aquele boneco e no Clube Naval é a mesma coisa ou seja, não me digam que não têm 2€ por mês, porque têm sim senhor. A quota de sócio é 24€ por ano e o que é que nós fazemos, o sócio paga 24€ e automaticamente o cônjuge e os filhos têm direito a utilizar... isso são sócios, o que é nós fazemos? O miúdo tem 14, tem 15 anos, o pai paga a quota de sócio, faz um documentozinho a dizer que não tem condições, assina, só para evitar que as pessoas todas façam isso, e então o miúdo automaticamente faz as atividades, o pai é que está pagar os 24€ e trazer os 2€ por mês, não faz mal a ninguém, nós gastamos muito mais do que 2€ mês seja lá com quem for, e a ideia é passar... mas mesmo assim ainda há muitos que não pagam e não é por causa disso que deixam de fazer, mas a gente passa sempre a ideia que eles estão a pagar... e eles sabem que têm que pagar, eles sabem que estão em incumprimento, vale o que vale mas é passar a ideia de que não há facilitismo, esse facilitismo é que fez com que ficasse assim, em parte, ou seja, ninguém se quis chatear a sério.

***Acha que sim, que foi a questão de dar, do facilitismo que fez com que não tenham outros objetivos?***

Não tenho a mínima dúvida. Isto tem um reflexo em termos de comunidade, somos uma comunidade que não há aqui tiros... portanto se ninguém desse, o dinheiro ia ter que aparecer de alguma forma, eu não tenho a mínima dúvida, que se fizesse aqui uma ação a sério em termos de perceber com o que é que podemos contar dessa comunidade... nós teríamos aqui barraquinhas como o Brasil, teríamos aqui favelas e teríamos aqui assaltos porque as pessoas teriam que sobreviver, agora o que é que acontece, em termos de pesca aqui divide-se... o que aconteceu aqui foi mais ou menos isso, ou seja vocês vão pescar, vocês põem o peixinho aqui em terra que nós vamos consumindo isso, vamos dividindo aqui as coisas e vocês não chateiam ninguém, pronto, podem ter as vossas leis... eu acho que isso não é solução para o futuro, porque as pessoas não vão passar dali, ou seja, o que se pretende que se faça aqui é que se comece a separar um bocadinho o trigo do joio, perceber que nós não vamos ter aqui 100 embarcações, nós temos aqui 100 embarcações, podemos ter só 50, essas outras 50 algumas hão de ser aproveitadas para passar para as 50 que tem, desses 50 alguns estão a mais e vamos organizar aqui um bocadinho as coisas. As pessoas podem continuar a receber o rendimento mínimo e não ir à pesca, porque se as pessoas só precisam de dinheiro para beber todos os dias, pronto, trata-se do filho para ver se não é alcoólico e a pessoa vai bebendo até ao final dos seus dias. Mas deixe a pesca.

Eu sou presidente da associação das pescas também e atualmente o que faço da vida, faço parte do conselho de administração da Lotaçor, a Lotaçor é a empresa que faz gestão dos portos de pescas dos Açores todos, obviamente que falar da pesca para mim é fácil, para mais em 2012 a minha tese de mestrado versou sobre a gestão de recursos humanos nas pescas em Rabo de Peixe e então eu sei o que é que a malta faz e o que é que pensa, por via que aquilo que eu faço hoje em dia, por via daquilo que eles pedem para fazer na associação, e por via daquilo que estudei e portanto estou muito à vontade com esta malta e digo que o que nós precisamos é de organizar, porque se tivesse uma empresa, contratava alguém só por ser seu primo, por pior que seja? Ou vai tentar fazer um recrutamento normal e depois dentro do recrutamento fazer a melhor seleção para a empresa ser produtiva. Se tiver que ficar com o seu primo já vai ser um entrave ao sucesso da sua empresa. O que acontece aqui todos os dias é isso, ele não pode dizer que não ao tio, ao sobrinho, alcoólico que não produz, não faz porque é família e depois vai ficar mal, porque não sei das quantas. Os primeiros que

conseguirem quebrar estes laços são os mais ricos dessa comunidade. Os que conseguiram dizer, olha tu não vais trabalhar comigo porque és alcoólico, não vens. E depois tem 3 pessoas que ficaram desempregadas na família, peço desculpa, não posso, a minha empresa tem o máximo de 7 não posso ter 10. Se começam, pronto anda para cá, não vais morrer de fome, e não sei quê... já não tem 7 já tem 10, a riqueza não pode ser a mesma para todos. E depois está toda a gente descontente, porque antes até tinham um valor agora têm que dividir, e isso faz com que não sejam...

O que é que acontece? Eles chateiam-se, tudo é um problema, as coisas não dão certo, depois o governo é que tem que apoiar, e depois são 10 gajos a fazer barulho e o governo dá qualquer coisa, desorganiza tudo, pronto.

Mas fazendo aqui um corte radical vamos ter o problema social, o que é que se faz a 1000 ou 2000 pessoas que nem sequer sabem ler? Que reorganização profissional se faz, o que é que essas pessoas estão prontas para fazer? Zero, nada. Até podemos pegar 200 e as outras 1800? Há aqui um problema que não vai ter solução fácil, eu acho que temos todas as condições para trabalhar nele, de forma paulatina obviamente, mas temos que começar por uma ponta, passar a perceber o que é que nós queremos da pesca, começar pelas embarcações que vai ser o futuro da pesca, a separar um bocadinho o trigo do joio, para daqui a 20 anos estar mais ou menos em condições.

Mas eu agora fugi completamente à pergunta.

Estava na parte do financiamento, o financiamento passa pelo 2€. Para muito poucos, aqueles que não têm hipótese nenhuma, temos aqui o xadrez, o xadrez nós avançámos e temos aqui aproximadamente 10 ou 12 pessoas a praticar xadrez, hoje não está cá ninguém porque este é o sábado da festa, portanto não há atividades hoje, não há nada. O xadrez é interessante porque são miúdos de Rabo de Peixe, são miúdos muito pobrinhos mas sabem jogar Xadrez e há muito malta aí de nariz no ar: - Ah mas eu não sei jogar xadrez! – Ah mas esse miúdo sabe! É interessante.

E temos um campeão regional, o Paulo, foi campeão e foi até participar nos nacionais, isto não tem nada a ver com o Clube Naval, mas são projetos que vão surgindo e se nós virmos que há possibilidade de manter e de oferecer aos miúdos aquilo que eles precisam e para aquilo que foi feito o clube, efetivamente, nós vamos dando seguimento a isso, mas eles não pagam nada. Consegui que a juventude desse um valor a partir de tal, complementado pelo desporto e nós temos os sócios que pagam os valores. Nós temos os sócios que pagam os valores, alguém que venha praticar natação sozinho paga 12,5 o ano inteiro, todos os meses, é uma quota que se faz, se pagar um ano de uma vez só tem 10% de desconto, se pagar trimestralmente tem 5% de desconto, depois fizemos uma coisa que é trazer a família, um pack familiar, se pagar 25€ por mês, toda a família pode fazer natação, que é a loucura total, e agora ainda conseguimos criar mais uma coisa, que é, pusemos lá uma professora de zumba e um professor de *fitness* e quem quiser paga 40 € e toda a família faz zumba ou *fitness* e natação e não sei quê. Para quê? Porque que depois o pai não vem porque não pode, vem o filho.

O nosso objetivo é esse, é potenciar o máximo o desporto.

***Considera que, com a implementação do projeto, passou a haver um maior envolvimento da população em situação de pobreza nas atividades do CNRP?***

A resposta, eu acho que sim, quando digo eu acho que sim porque não tenho números para provar isso, mas acho que sim por forma empírica, ou seja, eu vou vendo que de facto as pessoas que estavam

aqui, vinham fazer, por via também de um aumento de oferta, ou seja, as pessoas vinham fazer surf, depois aquilo começou a ficar um bocadinho mais fraquinho, mas havia canoagem, havia 7 ou 8 miúdos que andavam de caiaque, pronto, pouco mais do que isso. Hoje em dia mantivemos a canoagem, aumentámos, pusemos mais o *bodyboard*, que agora já existe, sai o surf entra o bodyboard, existe a natação, obviamente que há mais, o projeto só por aí garantiu esta oferta, quer dizer, só por aí a resposta é sim, temos mais. Mal seria termos este edifício aqui e a piscina lá em cima e não termos ninguém a praticar, isso seria muito, muito grave. Inicialmente houve aqui algumas dificuldades porque as pessoas pensavam que piscina era um spa e pensavam que em Rabo de Peixe havia uma piscina, e as senhoras vinham para cá fazer hidroginástica e depois queixavam-se que a água estava fria, e nós tivemos problemas porque também não podemos dizer às pessoas então vá-se embora, a nossa missão também não é essa, mas, dizer, tenha em atenção, perceba. Mas passados 5 ou 6 anos, já nem sequer sei dizer, as pessoas já perceberam que de facto é um projeto que tem muito do social, as pessoas estão a pagar e querem ter um serviço, como é óbvio, nós sabemos que as pessoas pagam porque continuamos a ter as atividades organizadas, mas as pessoas já percebem, já dão valor ao facto de os miúdos irem cada vez praticando mais, valoriza Rabo de Peixe, as pessoas chegam e dizem - Eh pá tem uma piscina aqui a sério! e chegam cá às instalações do Clube Naval e ficam – eh pá!!

O único problema que aqui tivemos nestes últimos 5 anos foi, o projeto podia ter previsto um acesso ao Clube Naval diferente, ou seja, na realidade nós fomos um enclave aqui, em que nem se conseguia chegar aqui. Veio num dia muito bom, porque se vier ainda esta semana ou daqui a duas semanas até ao Clube Naval de RP, vai ver que eles trabalham as sedas aqui no meio da rua, e está tudo sujo, as pessoas não veem cá abaixo à sede. Não se consegue abrir o bar porque ninguém quer abrir o bar onde não há clientes, ou seja, as pessoas não chegam aqui como é que vou vender seja o que for? se nós abrissemos o bar, a comunidade piscatória ia utilizar o bar, ou seja mais tasca, e não se quer uma tasca no meio de um sítio que se quer fazer diferente. Isto condiciona-nos a todos os níveis, foram 5 anos que estivemos a marcar passo, porque nós poderíamos ter mais sustentabilidade financeira, podíamos atirar para outras áreas podíamos ter uma intervenção diferente, precisamos de um concelho que se integre, precisamos que venham mais pessoas a Rabo de Peixe, para que as pessoas de Rabo de Peixe se sintam que se tenham que comportar. Eu acho que as pessoas precisam de se integrar, de irem para fora, e de verem mais pessoas cá, as pessoas fizeram disto um pequeno mundo seu, que pode estar sujo, que podem falar como querem e as pessoas quando saem de Rabo de Peixe comportam-se de outra maneira. Repare, os pescadores de Rabo de Peixe vão a todos os portos e não sujam o porto, comem uma laranja e põe as cascas na algibeira, menos em Rabo de Peixe. Porquê? Porque em Rabo de Peixe criou-se a ideia de que se pode tudo, ninguém diz nada, as pessoas sentem-se excluídas, as pessoas fazem um exercício mental, então, mas espera aí, mas eu posso fazer tudo? Mas quem diz quê? Ninguém me liga, ninguém quer saber de mim, depois começam a fazer esse exercício e depois começam a portar mal e começam a acusar.

Ou seja, o que nós estamos agora a impor, e eu profissionalmente faço questão de o fazer, até porque tenho alguma possibilidade por ser o presidente da associação, mas a partir do momento em que haja regras, e isto vai-nos ajudar ao Clube Naval pelo menos muito, que é o facto de agora na avenida não se poder trabalhar as linhas, vai passar a haver um espaço dentro do porto para o fazer, ou seja, a

acessibilidade ao clube fica garantida e a acessibilidade ao mar, porque fizeram um Clube Naval mas depois não havia uma rampa para pôr os barcos na água, era barco nos ombros. Havia atividades de caça submarina e de mergulho que desenvolvemos inicialmente, e quando chegámos aqui, havia atividades que marcávamos e não podíamos pôr o barco na água, e depois Rabo de Peixe não tinha uma grua.

Ou seja quando o projeto foi preparado faltou aquilo que muitas vezes falta e acontece em muitos projetos no mundo inteiro, que é o trabalho de secretária e esquecem-se que muitas vezes é preciso ouvir alguém da parte operacional, não ouviram completamente ninguém do Clube Naval a sério, quando digo a sério quero dizer, por exemplo, tinha-se resolvido todo esse problema, na altura no meio de um projeto de 24 milhões, salvo erro, com mais 30.000 euros para uma grua pequenina, para ficar ali do Clube Naval, ou uma passadeirazinha para pôr os caiaques na água, foi preciso intervir na comunidade, porque na realidade ainda era partilhar com a comunidade e tornarmo-nos invasores, porque a comunidade tinha uma rampa piscatória e tivemos que dividir o corredor, quer dizer, o objetivo principal do clube era dizer, venham cá, que nós vamos-vos ajudar, ficou enviesado porque automaticamente nos já fomos invasores – É pá, estes gajos vêm agora para aqui, estão-nos a pôr cada vez mais pequeninos. Ou seja, a relação com o Clube Naval tornou-se mais difícil, o facto de não termos acessibilidade para o clube para dinamizarmos mais coisas, para interagirmos de outra forma e para termos sustentabilidade financeira, aliado ao facto de não haver acessibilidade ao mar, tornou o projeto muito mais difícil, mas graças a Deus nós não desistimos, temos o respeito da comunidade, porque a direção é quase toda daqui, temos o respeito das pessoas, nunca fomos vandalizados, nunca ninguém nos partiu um vidro, nunca fomos assaltados, disseram: - Vocês são malucos, vão fazer uma coisa dessas no meio do porto de pesca! Mas isto é que dá gosto, fazer uma casa num sítio qualquer, escondido para aí, não tem prazer nenhum, isto dá gosto é trabalharmos junto deles, e isso dá-nos imenso prazer aliás, quando depois montamos uma associação de pescas aqui, disseram exatamente a mesma coisa, tu és maluco, como uma associação de pescas em Rabo de Peixe? Por causa de uma outra questão que é a Porto de Abrigo, que é uma associação que existe aí, uma cooperativa, e é tudo... Mas isso é que dá sabor à coisa, não é?

E as coisas acontecem, de facto as pessoas estão sedentas que olhem para elas, e vamos fazer isso porque assim é que está certo... Mas o pescador tem um problema, que é o perfil, ou seja, o perfil do pescador armador, é uma pessoa que fala alto, fala depressa e usa um vocabulário triste, está-me a perceber o triste, não é? Porque ele faz isso todo o dia no mar, ele todo o dia tem que falar alto, porque o motor está a trabalhar porque senão os companheiros não o ouvem, e porque é que ele há de falar com calma? Fala da forma que ele precisa mandar e ele manda aquilo para fora, e depois quando vem para terra, faz aquilo naturalmente, e ainda por cima se se associar um bocadinho de álcool é uma coisa até muito séria.

Obviamente quando sai do seu habitat natural para interagir tem que ter mais calma, mas se nós sairmos daqui e tivermos uma conversa com um armador vai ficar assustada, vai parecer que estamos num clima de guerra e que querem bater uns nos outros, é a forma de estar. Não é fácil, mas agora repare, imagine que alguém quer interagir com os pescadores e que passados 5 minutos de conversa acontece isso - olhe desculpe eu vou-me embora, depois de estar no caminho começa a arraiar..., vais

te embora, tu queres é-me bater, acontece muito isso. Mas quando nós parámos um bocadinho, espera aí, ele não nos que bater e então começamos a perceber o que é e o que não é. Porque depois ele fica frustrado porque não conseguiu passar a mensagem e depois apercebe-se que não foi ele... quer dizer há aqui uma série de condicionantes que fazem toda a diferença.

Bom, eu também só percebo isso porque passei 6 anos aqui no Clube Naval. Provavelmente se essa comunidade - espero bem que sim - der um salto qualitativo, em termos de organização, por via da Lotaçor que é o que eu faço hoje, e por via também do impulso que possa a própria associação fazer, a génese está no Clube Naval. Eu não sou melhor que ninguém, mas já fiz alguma formação académica, quer dizer, é mais fácil eu tratar de alguns assuntos do que para os pescadores, fazer ver a mensagem e transmitir aquilo que eles querem também.

Ou seja, eu não o teria feito, se não fosse o Clube Naval, porque dificilmente alguém entraria na confiança deles assim à primeira vindo de fora, e eu pelo trabalho que fiz no Clube Naval que fomos sempre parceiros a fazer atividades aqui nas festas de São Pedro Gonçalves, de forma natural, porque eu também sou de cá, fomos ganhando alguma confiança, fui transmitindo algumas mensagens, as coisas proporcionaram-se, ou seja, se não tivesse havido o Clube Naval que é o primeiro objetivo de todos, quer dizer na formação não, mas dentro do âmbito do EFTA o primeiro objetivo era, olhe vamos lançar aqui uma lança em África e ver depois o que a floresta diz, foi o Clube Naval.

***Mas então acha que essa proximidade, essa confiança acaba por fazer toda a diferença?***

Toda a diferença, eu não tenho a mínima dúvidas em dizer que por via dessa aproximação deste ganhar de confiança - isto é como os leões em África, aparece alguém, que vemos no youtube, a viver com os leões, ele passou lá muito tempo, cresceu com eles, não se consegue ir de um momento para o outro para o meio dos leões, mas hoje em dia conseguimos ver pessoas a confraternizar com os leões, não é? Há um processo e esse processo começa-se sempre em alguém ou de alguma forma, e eu não tenho a mínima dúvida que começou pelo Clube Naval.

***Os miúdos e jovens de Rabo de Peixe interessam-se pelas atividades náuticas? Interessam-se e percebem a importância de apreender a nadar, por ex.? Eu ouvi e até através do projeto, que muitos dos miúdos atiram-se ao mar mas que não sabem nadar.***

É assim, eles não sabem nadar, eles sabem boiar, eles sabem ir do porto até a outra ponta, porque nadar implica tecnicamente um estilo, porque acho que eles começam a nadar antes de andar. Não, não é bem assim, mas pronto.

Por acaso há um texto de uns jesuítas que vêm cá muitas vezes de verão, um texto infeliz, que diz que nós vivemos numa pobreza, parecia que vivíamos na amazónia, parecíamos uma tribo qualquer do pacífico, que os miúdos começam a nadar antes de andar, os jesuítas também - não sei se tem alguma ligação - mas eles têm que justificar porque é que vêm cá, eu não condeno o projeto deles, têm um projeto muito interessante, eles agarram numas pessoas que dão formação, todos os anos vêm cá, fazem um *workshop*: - Venham trabalhar numa comunidade que precisa da nossa ajuda! e os miúdos aqui gostam muito de estar com eles e eles gostam muito de estar com eles, pronto, eles precisam de justificar porque é que ainda têm que vir cá, mas o texto não cai bem para quem está cá a trabalhar, nós não somos eremitas isto não é uma tribo, quer dizer, mas ainda precisamos de algumas coisas, podiam ter feito de outra maneira.

Mas isso para dizer que os miúdos aqui nadam todos, mas eles passam a vida... daí eu estar a dizer, quem é que é feliz? Eu não sei... nós tínhamos aqui um... ainda existe e eu já instiguei e tive que ser sincero com toda a gente que lá estava, porque não estava a ser sincero nem comigo nem com eles, que é, então mas que disparate é esse? Então nós não andamos aqui a dizer que queremos construir uma rede de felicidade e nós estamos aqui - estávamos naquela sala com aqueles vidros abertos que depois hei de mostrar - nós estamos aqui, a olhar para uma coisa que é os miúdos todos num dia de verão a atirarem-se para a água e a apanharem sol, eles é que são felizes. Nós estamos aqui sem ar-condicionado, a tentar descobrir qual é a felicidade deles? Desculpa isto é um erro, ou nós percebemos exatamente, estatisticamente o que é que podemos fazer e arranjamos uma rede entre nós, estávamos a falar aqui da PSP, da Câmara... queriam uma rede, mas andávamos aqui já com 4 ou 5 reuniões e depois andamos aqui, as pessoas gostam muito de fazer reuniões, e depois gostam de fazer reuniões na hora de serviço – Olhem venham cá no sábado, mas vamos fazer essa reunião no sábado para se poder perceber do realmente estamos a falar, eh pá não posso. Então o que é que estamos aqui a fazer? Vocês desculpem, mas quando estiverem prontos para ajudar Rabo de Peixe, façamos isso. - Não ando aí a brincar. - Desculpe eu estou a ser realista e eu queria que se despachasse porque eu tenho mais que fazer! Eh pá, se calhar portei-me mal, mas tentei-lhes chamar um bocado para a realidade, andamos aqui a brincar com Rabo de Peixe, brincar literalmente, estamos a falar de pessoas que são sociólogas, que são da ação social, está certíssimo, estão a fazer o seu trabalho, mas só que estão a fazer o seu trabalho *nine to five*, estão a arranjar qualquer coisa para fazer com o trabalho a sério que Rabo de Peixe precisa, precisa alguém que se preocupe fora do seu horário de trabalho, se calhar, ou alguém que diga eu vou fazer isso, mas quando chegar *nine to five*, eu já não posso. Os pescadores, sabe o que é que eles dizem? Quem vem para aqui trabalhar ou vem obrigada ou vem ganhar dinheiro, é verdade, e eles perderam a fé nessas pessoas, quem vem para aqui no horário das nove às cinco não espere nada dos pescadores, porque vem no seu horário de trabalho, ou vem tirar fotografia para o jornal, ou vem fazer uma entrevista, ou não sei quê, quem vem fora desse tempo ou pá se a pessoa não vem obrigada e se está aqui a perder o seu tempo, então alguma coisa é. Nós tivemos algum sucesso, chamemos-lhe sucesso, exatamente por causa disso, porque é num sábado. Repare, mas isso é a forma de estar na vida, eu não lhe conhecia até há 20 minutos atrás, mas tenho o maior prazer em estar aqui a partilhar isso consigo, percebe? Muita gente aí dizia das 9 às 5, percebe? E nós estamos à procura dessas pessoas. E os pescadores têm respeitado muito, daí as coisas terem surgido, eu não acredito é em projetos milagrosos, eu sou cristão mas o nosso senhor que fez milagres nesta terra, crucificaram-no, não acredito em milagres, acredito em trabalho, alguma disciplina, porque às vezes não se consegue ter a 100% e as coisas vão surgindo naturalmente, agora, os miúdos nadam de forma normal, os miúdos atiram-se para a água, os miúdos são verdadeiros lobos-do-mar desde pequeninos, enquanto as pessoas estão a brincar, ah coitadinhos não pode brincar, pode brincar, estes miúdos pegam numa chapa... Vou-te dar um exemplo, há dois anos e meio atrás passou aqui dentro do porto um tubarão, os miúdos levaram uma chapa para a água e apanharam o tubarão. Esta malta, para ter uma noção, são miúdos que, a minha mãe, se eu tivesse 4 ou 5 anos, a minha mãe se calhar dizia cuidado com a cadeira, não sei quê, estes miúdos “bora” apanhar o tubarão, e puseram a chapa para a água e apanharam o tubarão.

Portanto, são miúdos que tem uma forma de estar na vida, por isso é que eu digo, quem é que tem razão, quem é que não tem? Porque a esses miúdos não lhes falta nada, quer dizer, atenção, em termos de doenças se calhar, não têm o acompanhamento médico que deviam, em termos de nutrição também, mas nós brincamos muitas vezes com isso, que se fosse eu já estava doente... mas o certo é que depois chegam aos 50 e aquilo tem uma série de coisas ali que já não começa a bater certo. Pronto paga-se esse pecado, paga-se, mas digo que há muita gente aí que tem uma alimentação, por via do peixe, equilibrada, há muita gente aí que até sabe comer e há muita gente aí que pratica desporto pelo trabalho que faz, eles têm todos uma constituição física minimamente interessante, quase como quem faz musculação, se as pessoas lhes tirassem o fumo e o álcool... há malta que não fuma e que não bebe que tem, eu vou-lhe mostrar uma pessoa que tem 56 anos e que é avô, e que parece ter 34 ou 35 anos, eu tenho 38 e pareço ter 44 se calhar, mas é verdade, as coisas são assim mesmo, ele consome ómega 3 e 4 a níveis fantásticos, ele tem uma hidratação, ele bebe muita água, ele tem uma pele extraordinária e vai balançando com o sol. Eles tinham todas as condições, se não fumassem, se não bebessem, de ter uma alimentação fantástica, cerca de 90% como peixe, vai faltar uma carniinha, mas eles tinham essa possibilidade, agora o que é que acontece? As mães não têm educação nenhuma, o filho está cheio de forme, dão-lhe um bocado de pão com açúcar e por isso eles têm diabetes, e se calhar ela tem o peixe ali e não tem paciência para o fazer e ainda é: - Ah coitadinho, vai comer outra vez peixe? Então toma pão com açúcar.

***Mas então os miúdos interessam-se pelas atividades náuticas?***

É importante para o projeto perceber isso que é, neste caso para a sua tese, se eu for ali fora e apitar, se agora chegar ali fora e assobiar para fazer canoagem, eu tenho 100 miúdos para andar de caiaque, mas o objetivo não é esse, o objetivo é trazer 100 na primeira fase e na semana a seguir ter uma equipa de 20 que vão perceber que por via do treino, do esforço, é passar-lhes esses ensinamentos, o objetivo é esse, porque não há vantagem nenhuma em pô-los a andar de caiaque, eles vão ser felizes se derem 3 voltinhas de caiaque, ou no dia a seguir se derem 3 mergulhos, no dia a seguir já não se lembram, porque de facto, as pessoas depois dizem ah, mas deixa esses miúdos... toda a gente já andou aqui de caiaque neste porto, porque durante todo o ano há algumas situações pontuais que toda a gente experimenta, isso não lhes traz mais-valia nenhuma, o que lhes traz mais valia é participar numa equipa, é ter um horário... para dar um exemplo, alguns pais deles, que estão no RSI, hoje em dia têm que trabalhar pelo menos 3 horas num sitio qualquer, antes tinham o rendimento mínimo e não faziam nada, isto é um disparate total, no RSI, a pessoa que agora está no RSI, tem que trabalhar 3 horas, cumprir um horário, ter um superior hierárquico saber o que é que são objetivos, essa é a mensagem que se quer, e o pai acaba por passar isso um bocadinho para os miúdos, mas há muitos miúdos que nem isso, nem sequer conseguem perceber o que é a disciplina, porque não há em sitio nenhum, e a estes é difícil de chegar.

Mas há muita malta que a escola faz o seu papel, há 4 ou 5 que não estão na escola e esses vamos conseguindo aproximar devagarinho, porque esses são de facto o nosso objetivo, nós não nos podemos substituir à escola, e temos um problema, não é um problema, porque isso é perfeitamente normal, 90% quer é futebol. E isso é perfeitamente normal, e eu com a idade deles nem me falassem de outra coisa que não o futebol. Hoje em dia, isso é importante, eu só andei de caiaque uma vez e

estou aqui há 6 anos, o barco, sou patrão local, de vez em quando pego no barco a gente faz uma coisinha ou outra, só andei de caiaque há muito pouco tempo, faço natação pontualmente, percebe? Eu sendo de Rabo de Peixe 90% da popularidade é ser jogador de futebol e é por aí e continua a ser assim, nós temos é que perceber que existem outros 10% que têm direitos.

***É o CNRP que explora a piscina do complexo desportivo? Mas a piscina também é utilizada pelas escolas, ou como funciona?***

Vou-lhe explicar, vai perceber. A piscina tem durante o dia, das 8h às 6h está com a escola e toda a gente de Rabo de Peixe, pratica, pelo menos faz natação.

***Mas quando diz toda a gente, toda a gente quem, a quem se refere?***

Toda a gente da comunidade escolar. Toda a gente da comunidade escolar faz das 8h às 6h natação. Nas aulas de educação física têm 3 vez por semana em que 2 são na piscina, quer dizer, os professores é que sabem, mas há natação, os miúdos já experimentaram. Nós damo-nos bem com a comunidade escolar, com a escola, quando aparece alguém que sabe praticar ou que gosta, que possa ser um talento, nós vamos lá buscar e pomos na equipa de competição, ou seja, a nadar a partir das 6h.

Só depois entramos no tal entrave, que é, ali ele não tem transporte, quem é que o leva? Nós não sabemos, às vezes o miúdo não se inscreve, mas não se inscreve porque não tem transporte, nós já dissemos: - Não faz mal porque vamos-te buscar a casa. Mas não diz, porque eu tenho que dormir cedo, não sei quê... há uma série de condicionantes, e depois o miúdo gosta de jogar futebol, não quer saber da natação.

Aqueles que gostam mesmo, e os que nós queríamos mesmo é aqueles que nem vão à escola, o caso do Hugo Laranja era um caso destes, ele nem ia à escola, porque a escola está a fazer o seu papel, a Santa Casa está a fazer o seu papel, os ATL estão a fazer o seu papel, o que nós queremos é potenciar o desporto, quem for rico também pode fazer atividades no Clube Naval, não há problema nenhum, quem tiver habilidade para o desporto também o pode fazer, ora, o que é que nós queremos? Nós queremos é potenciar esta escola, ou seja, temos que ter sempre 40, 50 pessoas a nadar para termos 5 a competir e 3 a ganhar qualquer coisa e o que nós queremos é potenciar cada vez mais e nunca esquecer no recrutamento a nossa missão social. E agora eu sinto que há aqui alguns miúdos que estão na faixa dos 14 ou 16 que já é tarde para começarem a natação, mas não interessa porque eles depois vão competir entre si de alguma maneira, é melhor que estar no café, venham, entram e façam, agora o que é que nós fazemos? Nós exploramos a natação, vamos chamar explorar e vai perceber já porquê, das 18h30 às 20h30, tudo o que acontece lá em cima é do Clube Naval, há hidroginástica, há natação para adultos, há natação promoção, há natação tartarugas, que são dos 3 aos 6, tudo isso as pessoas pagam um valor, mas pagam um valor mínimo, o que nós queremos é que no final do mês dê zero, não pode dar zero, tem que dar sempre mais qualquer coisinha, mas temos um preço de mercado, porque nós não temos preço para sócio e não sócio, portanto, nós juntamente com a direção regional é que temos um contrato-programa para utilização daquele espaço, por isso é que eu dizia há bocadinho, não temos um spa, em que a pessoa chega e dá, é sócio não é sócio, não há natação livre, todas as aulas são acompanhadas por um corpo técnico, todos os nossos professores são professores de educação física, treinadores com nível 2, somos muito criteriosos, se há uma coisa que não nos podem acusar é por falta de coerência, nós sabemos o que é que queremos e sabemos para onde é

que queremos ir, podemos às vezes não ter massa humana necessária, mas sabemos o que é que queremos, providenciamos para os miúdos o melhor para o projeto e financeiramente a sustentabilidade, nunca nenhum formador recebeu a partir do dia 10, nós até ao dia 10 pagámos o mês anterior, e isso dá-nos uma credibilidade. Nós somos muito procurados em termo de pequenos clubes, que surgem, o clube de karaté, por exemplo, que depois querem-se juntar a nós, mas nós não somos a Direção Regional do Desporto.

***Há um bom convívio entre os miúdos mais carenciados e os menos carenciados? Verifica algum tipo de discriminação ou de afastamento entre eles?***

Inicialmente começou... mas eles também, eu também tenho que ser, e não é o resultado do trabalho do Clube Naval é o resultado se calhar de uma escola, na escola se calhar acontece-lhes isso, eles têm que se dar com toda a gente, e depois acaba por naturalmente, se bem que os pais às vezes ajudam e desajudam, há pais complicados há pais menos complicados. Mas se for à página do *facebook* do Clube Naval de Rabo de Peixe vai encontrar montanhas de fotografias de atividades da natação e vai ver o espírito da camaradagem da natação.

***Eu já fui, mas não consegui perceber exatamente a população...***

Posso-lhe dizer que alguns de lá são muito necessitados, muitos não são da comunidade piscatória mas são muito necessitados também, há lá pais desempregados. O que eu queria frisar é que Rabo de Peixe não é só a comunidade piscatória, são quase oito mil e tal, quase 9 mil pessoas, portanto, são quatro ilhas juntas.

***Mas independente de ser da comunidade piscatória ou não, há um bom convívio no geral?***

Sim, há.

***Que mudanças têm-se verificado nas crianças e jovens de Rabo de Peixe com o desenvolvimento de atividades do CNRP, mas mais a nível comportamental, de atitude perante a vida?***

Eu confesso que Rabo de Peixe deu um salto quantitativo em termos de equipamentos com a EFTA, isto é indubitável, o edifício da Escola Profissional, o edifício do Clube Naval, a Creche, tudo isso, as próprias infraestruturas em termos de saneamento, de água, tudo isso, a parte humana, ou seja o projeto em termos de mudança social ficou aquém do esperado. Criaram-se muitas expetativas que durante 4 anos algumas coisas se podiam ter feito, e o certo é que durante quatro anos algumas coisas foram feitas, mas só que em termos sociais, não houve um clique, houve um melhoramento, mas posso-lhe dizer que durante esses 4 anos houve a construção dos equipamentos, finalizados os equipamentos, passados 6 anos, eu consigo verificar mudanças, consigo. A única questão que não está alterada, e que temos alguma dificuldade, é sem sombra de dúvidas o lixo, nesta zona, circunscrita, porque nós já conseguimos passar em Rabo de Peixe, e nós já conseguimos perceber que os miúdos já se preocupam em fazer reciclagem, recolha seletiva do lixo já existe, antigamente não existia. Há aqui uma série de coisas que conseguimos perceber que os miúdos estão diferentes. Miúdos que eu via só aqui no porto, vou usar uma expressão muito de cá, com ranheta no nariz a passear, são campeões de *badmintown*, são miúdos que já têm uma preocupação em comprar uns calçõesinhos, eles arranjam dinheiro para comprar umas sapatilhas diferentes para poderem estar com as outras pessoas, não estou a dizer que acho certo que têm que ter as sapatilhas puma, eles já têm essa

preocupação, e antes era de chinelo, ranheta e era mal visto. Ainda há um ou dois de ranhetazinha, mas aqueles que estavam na etapa da ranheta, eu já vejo alguns que já se integram, que têm a preocupação em fazer o bodyboard, eu já vejo pais armadores preocupados em que os filhos façam bodyboard e que acompanhem a tendência, eu já vejo isso, já vejo.

E digo, é muito importante que nos próximos anos o Clube Naval consiga chamar muita malta e pôr muita malta a fazer mais isso, mas ainda não está ao nível que esperava. Ou seja eu estava à espera que, de facto, passados 10 anos nós estivéssemos num nível completamente diferente, faltam 4 e nós não vamos estar no nível que estava à espera. Eu criei expectativas muito altas, eu criei expectativas muito altas porque eu consegui prever em 10 anos a majoração, ou seja um miúdo de 8 anos vai ter 18 anos, bom, nós ainda não chegámos lá, eu fui chefe de escuteiros aqui durante muitos anos, e tinha miúdos que tinham 10, 12 anos, depois tive oportunidade de dar aulas aqui, ou seja, eu estou muito ligado a isto aqui e vi os jovens crescer, e eu estava à espera que passados 10 anos as miúdas de 16 anos não estivessem grávidas, por exemplo, mas isso ainda continua a existir, ou seja é um entrave ao crescimento de alguém aos 16 anos ter que abandonar tudo porque tem que criar um filho e há outros que aos 18 já têm 2. Para-se no tempo, quer se queira quer não, passa a ser uma função natural que é ser mãe, ou seja, não há tempo para mais nada, não se incentiva a mais nada, quer dizer, não tenho nada contra as mães, salve seja, eu tenho três filhas, por isso nem é essa questão.

Há um percurso que tem que ser feito, há competências que têm que ser adquiridas para depois haver uma sustentabilidade e depois se decidir o que se quer fazer, e hoje em dia isso ainda não acontece, se bem que já vejo cá pessoas que têm uma grande preocupação em ir para a procissão com a roupa nova, mas depois em termos de nutrição não têm preocupação nenhuma, já vejo algumas pessoas a conseguir isto, filhas de armadores que já têm algum potencial, ou seja aquela malta que ainda não tem necessidade de estar... Não há mal nenhum em às vezes se exhibir um bocadinho, porquê? Quer dizer que há necessidade de se integrar, as pessoas que não têm essa necessidade, não têm incentivo nenhum à mudança, se eu à for à procissão de chinelos, que se lixe se estou bêbado, quer que se lixe, eu prefiro que aquela pessoa não estivesse bêbada, ir de chinelos é como o outro, mas que já tivesse uma preocupação em se integrar, ser normal, se bem que eu não sei se é normal um ou outro. Daí eu estar-lhe a dizer, ou seja, eu acho que ainda falta um bocadinho e há uma parte da comunidade que não vai chegar lá nos próximos 4 anos, mas felizmente há uma parte que já vai.

E eu não sei até que ponto, mas também não tenho formação nenhuma na área da sociologia ou na parte de assistência social, será que o melhor é mesmo separar, fracionar e depois intervir de forma diferente ou é continuar a aplicar o mesmo para todos e há uns que não vão crescer e há outros que vão crescer pouco, quer dizer?

***Mas acha que essas mudanças que falou deveram-se ao projeto?***

Deveu-se ao projeto, o projeto deu oportunidade de criar ATLS e criou condições para que as coisas fossem implementadas de outra forma, todas as teorias que pudessem haver, arrancaram a sério com o projeto.

Vamos lá ver, há coisas que arrancaram com o projeto, concretamente a partir do projeto, mas há outras que o projeto pura e simplesmente acelerou, catalisou.

Vou-te dar um exemplo, associações de mães, estou à procura do termo certo, mas acho que é mesmo a Associação de Mães de Rabo de Peixe arrancou com o projeto EFTA, há atividades que se começaram a desenvolver nas escolas que arrancaram por iniciativas do EFTA, com as pessoas que cá trabalhavam na altura, tinha uma equipa com sociólogo, psicólogo, etc. esta parte arrancou com algumas iniciativas, algumas coisas que têm reflexo hoje arrancaram com o EFTA. Mas outras não, os ATLS já existiam, as escolas, o Clube Naval, quer dizer, há outros que foram só potenciados. Daí eu dizer que a partir do momento que há um EFTA, e que os resultados começam a ser diferentes, obviamente que algumas coisas também se devem ao arranque que o EFTA deu, não só pela catalisação mas também, pela intervenção, pelo arranque. Separá-los, não consigo, não se consegue perceber exatamente o que foi o que não foi, provavelmente se fizéssemos um estudo ou talvez o seu próprio estudo, vai conseguir no fim perceber: - olhe, isto afinal bateu aqui porque... Percebe-se que foi deste ramo ou daquele, mas olhando assim para uma evolução em troco comum, eu pelo menos não tenho ferramentas que permitam perceber, nós chegamos aqui por causa disto. Agora, continuo a dizer, há uma opinião generalizada que em termos sociais o projeto ficou um bocadinho aquém.

***Então foram sendo feitas coisas, intervenções, mas os impactos esperados na população não foram bem os esperados?***

Nunca nenhum projeto dá... do princípio até ao fim, mas eu presumo que foram estabelecidas metas, calendarizações, objetivos, e aquilo que me dizem é que de facto, no final, em termos sociais aquilo que se previa não foi atingido. Mas isso eu percebi empiricamente, obviamente que lá está posto no papel e criou estratégias para e definiu para em termos sociais... Em termos de gestão de equipamentos de construção civil o projeto foi um sucesso, uma coisa extraordinária, tanto é que os senhores da EFTA vieram cá fazer uma auditoria e ficaram assustados como é que cresceu dinheiro, tanto que ficaram tão contentes com o que estava a ser feito aqui, que pela 1ª vez também permitiram que o remanescente fosse para equipar o espaço, foi aí que o Clube Naval conseguiu comprar o barco que tem hoje, foi aí que o Clube Naval conseguiu comprar estas mesas e estas cadeiras, o quadro interativo, quer dizer, há aqui uma série de coisas que depois foram exatamente porque eles disseram, o projeto está a arrancar, está a funcionar... E teria o maior prazer dentro de 2 ou 3 anos de convidar algumas pessoas para virem cá, para lhes dizer: - Olhe, vocês é que despoletaram tudo isso. E não me canso de dizer, quem vem para aqui para o clube pensar que isto é um spa, não senhor, os senhores da Noruega quando vieram cá, não vieram cá oferecer spas, vieram cá preparar ou dar uma ajuda a quem precisava e nós temos que continuar a dar essa ajuda.

***Sim, mas isto está a ser feito não é? Ou pelo menos serviu para arrancar?***

Isto agora está sem sombra de dúvida... é exatamente isso, se o clube Naval não tivesse esta situação, metade do que foi feito, metade daquilo que se conseguiu, não se fazia nada, nós até podíamos ter percebido, olhe vamos conseguir mudar quando alguém que tiver essa responsabilidade possa ser um *opinion-maker* na comunidade, pronto, já chegámos lá, quase que inconscientemente, mas já chegámos lá. Porque o objetivo era esse, criar algo dentro da comunidade, no seio da comunidade que pudesse desenvolver qualquer coisa e que pudesse ir cativando e melhorando à volta ou influenciando positivamente. Bom, pelos vistos está acontecendo. E dentro de um ano...

Quando é que vem cá a próxima vez? É de cá?

***Sim, sou de cá, mas estou fora há algum tempo***

Quando vem cá?

***Venho na altura do Natal.***

Quando vier cá no Natal vai ver uma grande diferença aqui, no Clube Naval, no espaço, nesta zona. E um dia vai dizer, realmente...

***Mas o que é que vou ver?***

Conhece a teoria do elástico? A teoria do elástico diz-nos que se estiver mole, não estamos a utilizar o máximo e se nós formos puxando... temos é que ter noção do máximo, senão ele parte-se. Nós neste preciso momento estamos a começar a esticar, porque ele andou sempre aqui, flácido. Ele agora está a ser esticado e acho que em Dezembro vamos ter condições, porquê? Mudam as regras, há um regulamento de portos que vai ser implementado, há uma zona nova para os pescadores, os pescadores passam para aqui, há uma série de coisas que vão acontecer, quer dizer, durante Novembro, Dezembro, é o mês de menos trabalho, de mais mau tempo e então, vamos esticar o elástico, portanto quando cá vier em Dezembro já vai ver uma realidade nova.

E vai perceber que com o que nós andámos aqui há imenso tempo, isto agora sou eu com as minhas teorias malucas, que é a teoria da fisga, o que nós estamos a fazer agora aqui é a puxar a fisga cada vez mais para trás, estamos trabalhando, chegou a altura de lhe largar, a ver o que é que acontece e eu já estou vendo o que é que vamos fazer, que é, quando isto estiver tudo organizado, temos este inverno para puxar o máximo a fisga e soltar, porque no próximo ano temos que ter uma realidade completamente diferente, temos que ter o concelho integrado, temos que ter pessoas com um fluxo para aqui, temos que ter isto com um dinamismo completamente diferente e os pescadores a aceitarem isto de forma natural.

Por isso em Dezembro quando cá vier, já vai ver a fisga cá atrás, e então no próximo ano marque já as suas férias para passar cá, para julho, agosto.

E aí vamos poder dizer que o EFTA teve de facto aqui trabalho. Porque se não tivesse sido o EFTA...

***Ou que criou condições?***

Ofereceu condições, agora, eu sou um defensor acérrimo das pessoas, porque por mim podemos construir aqui um arranha-céus, as pessoas é que fazem a diferença, em todo o lado, em todo o sítio, as empresas são pessoas.

***Está a falar também das pessoas que intervieram?***

Não tenho a mínima dúvida. O EFTA só pecou, em minha opinião, por não ter percebido a 100% como é que podia ter tocado em algumas organizações de forma a melhorá-las, dá trabalho, isto dá muito trabalho, perceber como é que aquela banda da música não tem impacto ali e ali, mas poderá ter ali, ok, o que é que eu posso fazer para que aquilo realmente fique melhor.

Ou seja, não é mandar na casa dos outros, mas perceber que às vezes basta o clique ou acender a luz certa, ou equilibrar os pesos, pronto. Acho que podiam ter intervindo um bocadinho melhor, mas existem também tantas questões paralelas como a política, a política acima de tudo, não é? Mas eu julgo que os políticos... este projeto é interessantíssimo, esse projeto nasceu com o PSD na câmara implementou-se com o PS na Câmara e agora está novamente o PSD na Câmara, ou seja o PSD é novo, é uma equipa completamente nova, mas olha para o projeto e, pronto, é um projeto que já nem

se lembra, quem olha para aqui vê um Clube Naval, já nem se lembra que houve um projeto, enquanto o anterior executivo ainda perceberia que de facto isto foi aqui a crescer. Agora vamos tentar ver se não temos problemas com isso, por exemplo, eu preciso que me façam a cedência deste espaço para poder pôr o bar a funcionar, porque se a Câmara entender que isto é um edifício da Câmara, que é preciso fazer um concurso público para o bar, depois vêm pessoas de outros espaços para aqui, e eu tenho que respirar fundo e fazer passar a mensagem: - Olhe o que nós precisamos é que não se mexa com o sentimento de pertença, façam uma adjudicação, porque este espaço foi feito para Rabo de Peixe, não foi para mais um edifício camarário, não foi para o concelho, foi para Rabo de Peixe, e o que nós vamos fazer é a cedência, é o pescador que é de Rabo de Peixe, que é um senhor que tem um restaurante, e isto quando começar a funcionar, trazemos o concelho para cá, e é preciso perceber isso, tenho medo que...

***Pois, então aí é preciso ir passando a mensagem, ou as pessoas que vêm ao poder “esquecem-se” facilmente do percurso anterior, das atividades desenvolvidas, neste caso do projeto?***

Não, o problema aqui é que as pessoas não percebem... não é problema, pode não ser. As pessoas que estão no executivo camarário não sabem o que é o projeto EFTA.

Não se podem esquecer, o termo não é esquecer, que eles têm conhecimento, mas não podem esquecer o que foi feito ou o que está ser feito.

Mas imagine agora que acontece uma coisa destas, é um entrave, agora, daí eu dizer que há muitas coisas que são muito bonitas, sim, senhor, mas depois às vezes esbarram na política. Mas vai correr tudo bem.

## Anexo J – Entrevista com Teresa Rosa e Susana Cavaco

### Dra. Teresa Rosa

***Assumiu o cargo recentemente, no entanto, terá com certeza uma perspetiva sobre a implementação do projeto. Com a implementação do projeto VGNC, houve mudanças no funcionamento da escola? Se sim, quais?***

As alterações, portanto, com maior incremento foi precisamente a construção desta nova escola que foi construída com os fundos EFTA. A Escola Profissional da Ribeira Grande anteriormente estava num edifício aqui também na freguesia, mas num edifício muito mais antigo, com muitos poucos recursos, onde não havia capacidade de haver lecionação das aulas naquele próprio edifício e os alunos então estavam distribuídos por vários polos, de uma certa forma abrangia mais o concelho da Ribeira Grande, mas as condições nunca eram as ideais. Com a construção desta sede, conseguiu-se concentrar todos os alunos na sede da própria escola em si e daí, com todas as condições, como pode ver ou já viu, é uma escola com umas condições fantásticas o que por si só ajuda em tudo aquilo que nós sabemos, os alunos sentem-se bem, os alunos estão bem, muitas vezes, aquando da seleção dos alunos na sua inscrição para os cursos que são colocados, há disponibilidade deles, muitas vezes nós perguntámos: - Então e porque quer vir para esta escola? Há várias respostas desde a proximidade com casa, desde o interesse pelo curso disponibilizado, mas também apanhámos respostas do género: -Ah esta escola é tão bonita! e este ano tivemos uma situação curiosa que deu para dar algumas gargalhadas que foi uma menina dizer que esta escola até tem espelhos na casa de banho. Portanto, a miúda estava pela primeira vez a aguardar pela sua entrevista e então, aquilo que veio mais à ideia, porque é que gostava de vir mais para esta escola, foi porque até a escola tem espelhos na casa de banho.

E nós temos de facto... a conduta dos nossos alunos é um bocadinho diferente do ensino regular. Não há um risco nas paredes, não há um risco nas portas, as casas de banho têm espelhos, nunca se partiu nada, sem ser no uso do quotidiano, mas não ocorrem as situações que ocorrem muitas vezes nas outras escolas, porque acho mesmo que os alunos também sentem-se um bocadinho diferentes no ensino regular, portanto, não há toque de entrada, não há toque de saída eles próprios são responsáveis e todo este ambiente gera boa conduta, porque a partir do momento em que se vê as coisas partidas, as coisas maltratadas, ou que não haja as condições por excelência, também os miúdos vão-se desinteressando, portanto, e aqui há de facto o cuidado e eles têm de facto cuidado. Não se vêem corridas não se vê... realmente têm uma conduta diferente do ensino regular. Isto na sequência desta construção da sede.

Depois entretanto também houve a construção do polo de Centro de Artes de Ofícios, não sei se está a par?

***Eu por acaso ia perguntar em relação a esse polo...***

Certo, aquilo que eu ouvi, e não sei se é o certo ou não, que houve a construção deste polo, localizado numa zona mais ou menos problemática, não sei se é muito problemática se é menos problemática, mas numa zona de bairro social, onde o interesse e o intuito era a constituição de oficinas que pudessem dar formação à população de modo a dar, quer na melhoria da sua qualificação a nível de

ensino, quer a nível de qualificação em termos profissionais. Sei que na altura esse edifício supostamente era para ter ficado para Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

***Pois, pelo que sei era para trabalharem de forma mais independente, que não estaria relacionado com a Escola Profissional. E era precisamente uma das perguntas, hoje em dia como funciona?***

Exato, aquilo que eu na altura ouvi é que depois, não sei se foi desinteresse ou se foram outros projetos, e o edifício ficou com a Câmara e nós, escola, acabámos por aproveitar esse edifício. O que é que nos fazemos nesse edifício? Nesse edifício estão oficinas montadas conforme o tipo de curso disponibilizado para o ano, ou seja, este ano por exemplo, vão ser ministrados lá dois cursos de Reactivar, um de dupla certificação na área de informática e de telecomunicações e o segundo no apoio à comunidade e à família, estes cursos ainda não se iniciaram, porque nós estamos dependentes quer das autorizações da Direção Geral da Educação quer da Direção Regional do Emprego e de Qualificação Profissional, que já as recebemos, mas entretanto estamos à espera da indicação dos candidatos para estes cursos, que são indicados pelo centro de emprego.

Não sei se está bem por dentro desta...

***Eu não estou assim tanto, da dinâmica do ensino profissional...***

Portanto o ensino profissional, nós disponibilizámos os cursos, nós informamos...

***Mas são vocês que decidem os cursos a fazer?***

Não. Nós não temos autonomia na decisão nos cursos que nós queremos. Este ano por acaso ocorreu de uma maneira diferente, o que foi excelente. Porque o que nos recebíamos todos os anos eram, vários cursos e havia um nível, o qual era enviado pelo Observatório do Emprego, que indicava que aqueles cursos eram os cursos mais necessários...

***Mas para a zona?***

Para a região, porque era igual para todos.

***Igual para todas as escolas da ilha?***

Exatamente. A escola acabava sempre por escolher os cursos com mais necessidade porque era um passo de garantia que haveria autorização de lecionação daquele curso. O que é que acontecia? Na maior parte das vezes, as escolas à volta, tinham todas o mesmo curso. Este ano graças a Deus houve uma luz, e nós recebemos uma informação no início do ano a propor que fossem as escolas a propor os cursos que achariam que teriam mais interesse na zona para fundamentar a escola. Esta escola propôs cursos, um dos quais técnico de produção agrícola/animal, as escolhas também incidiram no inquérito feito à população que no próximo ano que concorrerem aos cursos profissionais, portanto, nós fomos a todas as escolas do concelho questionar quais os cursos que gostariam que a escola profissional lecionasse e também igualmente se esse curso que escolheram, se achavam que teria saída. Porque uma coisa é gostar, eu quero ser isto, mas depois ter a consciência de que isto não tem repercussão e inserção no mercado de trabalho, que é o que se deseja no ensino profissional. Daí depois de nós termos feito uma proposta, pronto, não ficámos desagradados, porque ambos os cursos que nos autorizaram foram cursos que nós pedimos, ficamos só desagradados na quantidade do nº cursos, porque este ano de facto, só tivemos autorização para lecionar dois novos cursos, quando por norma tínhamos 4, 5, 6, mas tem a ver com a mudança do quadro comunitário, que as verbas não

estão ainda disponíveis, e então limitaram o nº de cursos profissionais. Esta é uma tipologia que a escola profissional se insere.

Depois outra tipologia é na qualificação das pessoas desempregadas, onde há qualificação em termos de profissionalização, mas também nas competências básicas, ou seja, e isso são os chamados os cursos Reactivar, os cursos Reactivar, e voltando um bocadinho à nossa conversa, são os cursos que são ministrados no polo do Centro de Artes e Ofícios, o que é excelente porque aí conseguimos montar as oficinas conforme os cursos que vão ser dados no ano, temos uma certa mobilidade em termos de espaço e conseguimos montar, de um ano para o outro, o tipo de oficina que é necessário, isto no R/C, e no piso superior temos as ditas normais salas de aulas.

O facto de separarmos os cursos de Reactivar naquele polo e os cursos profissionais aqui, de uma certa forma, e como são de um nível de população completamente diferente, para nós também acaba por nos facultar e de nos facilitar, ou melhor, de nos facilitar a separação das tipologias de formação que a escola profissional ministra.

***E os cursos ministrados no CAO, os Reactivar, em que áreas é que normalmente são realizados?***

Aí não temos qualquer poder de decisão, é a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, que orienta. Já tivemos várias tipologias, costureira modista - isto estou a falar dos de dupla certificação - costureira modista, reparação de computadores, de apoio à comunidade e à família, portanto, é uma série de tipologias que é a direção que define.

***É então a Direção Regional que define esses cursos?***

Exato. Estes são os de dupla certificação. Depois há os FBs, os de formação básica, que o formando entra com 7º, 8º ano incompletos e depois no espaço de um ano conseguem a equivalência ao 9º ano. Este concelho aqui da Ribeira Grande é um concelho um bocadinho diferente, ou melhor, um bocadinho atípico dos outros concelhos da ilha, porque existe uma enorme discrepância em termos da qualificação nas pessoas, neste concelho, porquê? Há uns anos atrás quando a vida corria bem e existia muitas empresas de construção civil, então o que é que acontecia? Os meninos estavam na escola, mas a partir de uma determinada altura desinteressavam-se e como havia ingresso automático no mercado de trabalho, desistiam facilmente da escola e iam trabalhar para a construção civil. Com a crise, sei lá 70 ou 60% das empresas de construção civil encerraram e essas pessoas foram todas para o desemprego sem qualificação nenhuma. Portanto, a indicação que existe por parte da DREQP, é que de facto este concelho é um dos concelhos mais deficitários em termos de desemprego e as pessoas desempregadas não têm escolaridade obrigatória daí a insistência e a necessidade da EPRG, em conjunto com as entidades oficiais, dar essa formação a estas pessoas, de modo a que seja mais fácil o seu ingresso no mercado de trabalho.

***Eu por acaso confesso, pensava que eram vocês que definissem os cursos, que tivessem essa autonomia, ou que pelo menos pudessem sugerir-los.***

Este ano já foi excelente, nós conseguimos sugerir...

***Sim, mas só para os cursos profissionais?***

Sim.

***Porque para os cursos Reactivar a DREQP, pelo que percebi, define também de igual forma para toda a ilha? Ou tem em atenção a localidade?***

Sim, a localidade, julgo eu que sim, e distribui os cursos... não são sempre os mesmos, embora haja repetição dos cursos noutras escolas, mas não são sempre os mesmos.

***Tem-se verificado interesse e inscrições de alunos na escola, provenientes de famílias em situação de pobreza de Rabo de Peixe? Ou mesmo jovens adultos que sejam beneficiários do RSI?***

Aqui acontece várias situações, existe muitas vezes indicação por parte da psicóloga da escola onde estão que indica o aluno que de facto será melhor seguir a via do ensino profissional, existe outra situação, que é a proximidade local com a residência das famílias, por exemplo, por acaso este ano vimos muito isto nos alunos que se inscreveram, que se candidataram aos cursos, o facto de ser a escola em Rabo de Peixe e de não quererem ir para a Ribeira Grande, ou seja, aí nós verificámos que independentemente do curso que disponibilizássemos o interesse deles era vir para esta escola, ou seja, é a escola que querem, depois existe também a 3ª variante onde são os alunos que por causa daquele curso querem inscrever-se nesta escola. E é engraço porque nós vimos isso este ano, devido à especificidade dos dois cursos que nós abrimos, técnico de produção agrícola e animador sociocultural, o que é que acontece? Quem queria, quem se inscreveu como 1ª opção no curso de técnico de produção agrícola tinha mesmo vontade de estar naquele curso, de tal forma que os 25 alunos que estão, são poucos os que são desta zona, e são todos da zona oriental do concelho que são as zonas mais dedicadas à gestão agrícola e à produção animal. Portanto, verificou-se nitidamente que queriam vir para esta escola porque tinha este curso e vêm neste curso uma possibilidade de ingressar no mercado de trabalho.

Tivemos também o prazer, neste ano, de termos batido o record de número de candidatos aos nossos cursos, nunca tal nos tinha acontecido no número de inscrições, o que nos deixa muito... é muito gratificante porque os alunos não estão a aumentar, pelo contrário, os alunos estão a diminuir, o facto de termos mais inscrições significa que há maior interesse em vir para esta escola. E também tivemos o grato prazer de recebermos candidatos de outros concelhos, onde no concelho de origem destes candidatos havia cursos iguais, o mesmo curso, e o aluno querer vir para esta escola, portanto, isto para nós é super gratificante, onde nós perguntámos e incidimos mesmo, porque queres vir para aqui se tens uma escola mais perto? E ele diz: - Mas eu quero esta escola!

***Mas acha que isso deve-se às condições da escola?***

Eu acho que tem muito a ver com a passagem da informação e por quem já passou. Nós quando recebemos os cursos nós temos várias ações de formação de divulgação dos nossos cursos, porque nós queremos é candidatos. E então, há publicidade, há a ida às escolas e fazemos reuniões com os alunos do 9º ano a transmitir os cursos que vamos ter, há a afixação de cartazes, há várias situações. Numa das perguntas que se faz quando o aluno vai às entrevistas, é sempre, como ouviste falar desta escola ou como ouviste falar deste curso? - Não é através do facebook, não é através da publicidade é: - Através do meu amigo que já esteve aqui. Portanto, a publicidade de boca a boca continua a ser a melhor delas todas. Obviamente que acredito que o facto das instalações que levam por si só a uma conduta melhorada ou de uma certa forma, uma escola de excelência, que também ajuda, porque se a escola tivesse outras condições provavelmente não haveria tanto interesse.

Queria ainda referir que o ensino profissional tem também uma característica que é, os alunos auferem o subsídio de refeição. Por dia o aluno tem direito a 4,27€ por estar nesses cursos, no fim do mês pode haver situações que se alterem. Se esses 4,27€ por dia será uma condição decisiva no facto de querer o ensino profissional? Eu não acredito muito. Ajuda, porque eles ficam muito contente porque ao fim do mês recebem algum.

A questão aqui das famílias mais carenciadas, a proximidade se calhar é um fator mais decisivo, o facto de não haver deslocação... não sei. O facto é que a maioria dos nossos alunos são daqui da zona de Rabo de Peixe, sem dúvida alguma. Também acontece muito, o irmão já esteve, eu também quero. Já estamos numa fase em que já apanhámos filhos de alunos que por cá passaram, portanto o apoio financeiro pode ajudar.

***Mas e os jovens adultos beneficiários de RSI - não sei se têm esses dados – se os beneficiários de RSI também têm interesse em inscrever-se nos cursos?***

Nós também temos situações onde o formando ou o candidato já está fora da escolaridade obrigatória e também há esse interesse.

(telefone...)

***Um dos objetivos de intervenção social era a de criar ações de sensibilização à população para a importância da formação e qualificação profissional. Atualmente essas ações de sensibilização, pelo que percebi são feitas via publicidade, contacto com as escolas, etc. Mas essas ações são feitas diretamente com os alunos? Ou com os diretores das escolas?***

Não, pedimos uma autorização e informamos pelas vias oficiais quais são os cursos que a escola terá, mas nós fazemos questão de nos deslocar às escolas. Este ano houve uma situação um bocadinho diferente, porque ocorreu uma feira de profissões numa das escolas, na escola secundária da Ribeira Grande, como sabe, também o ensino regular começa a disponibilizar o ensino profissional nas escolas, não sei se tinha esta ideia. Com a diminuição do número de alunos, com o quadro do pessoal docente superior às necessidades da escolas e por outras razões, as escolas do ensino regular começaram a disponibilizar cursos profissionais nas suas próprias escolas. E acabam aqui um bocadinho... torna-se aqui uma situação complicada – Mas porquê financiar-se as escolas profissionais? Porquê ter-se investido nas escolas profissionais? Porquê ter-se pedido que se abrissem escolas profissionais? Porque as escolas do ensino regular andam também a ter cursos do ensino profissional. Pronto, foram-nos dadas essas desculpas que acabei de dar e por outras razões que as tutelas pensaram, e estão a pensar na resolução dos seus problemas, no entanto, foi-nos sempre garantido que os cursos disponibilizados por essas escolas nunca entrariam em competição com as escolas profissionais, ou seja, nós teríamos direito de opção e só depois de estarem definidos os cursos que nos desejamos ou que nos dessem indicação, as escolas do ensino regular abririam outros. Mas pronto, lá está, são diretrizes de quem tutela, mas de facto começa também a haver essa competição entre o ensino regular e o ensino profissional.

Houve uma destas escolas que decidiu fazer a feira e concentrar todas as escolas da ilha lá e todos os alunos do 9º ano do concelho da ribeira grande deslocaram-se a essa feira. Nós estivemos presente, com animação, pedimos a colaboração dos nossos alunos em apresentar atividades de maneira que quem por lá visitasse, a nossa escola acabasse por se destacar, todas as escolas o tentam fazer,

obviamente. Mas para além disso visitámos todas as turmas do 9º ano do concelho, portanto tentámos ao máximo chegar a toda a gente, e de facto é engraçado porque há uma verba que nós temos que disponibilizar para esta publicidade, e é engraçado porque quando depois vamos perguntar aos alunos como é que ouviram falar desta escola, mais de 50% nos diz que foi o amigo ou o irmão, ou outra pessoa que frequentou a escola.

***E considera que os alunos do 9º ano estão interessados em inscreverem-se nos cursos?***

Sim, ou porque já foram orientados pela psicóloga da escola ou porque de facto têm um gosto em vir para a escola profissional porque querem seguir o ensino universitário mas já com uma outra bagagem diferente do ensino regular, nós temos tido casos destes. Temos este ano um aluno no 1º ano que quer seguir Engenharia Zootécnica ou agrícola, mas que decidiu vir para o ensino profissional, porque acha que em termos de prática será muito superior do que ir para o ensino regular e temos vários exemplos destes e também situações onde o aluno faz, por exemplo, o apoio à infância que terminou no ano passado, há uma das alunas que depois se candidatou ao educador de infância, ao curso do ensino superior, e entrou, porque também considerou que, de facto, esta escola e o ensino profissional acabam por dar uma outra bagagem.

E vê-se pelo interesse dos alunos.... não imagina a quantidade de atividades que temos nesta escola ao fim-de-semana.

E nós não podemos obrigar os alunos a participar, mas de todas as vezes que pedimos a colaboração deles, eles foram sempre... aceitaram sempre e foram sempre impecáveis, porque eles próprios quando percebem que, quantas mais atividade tiverem, mais bagagem têm. Posso dar um exemplo também, que os nossos alunos em conjunto com a PSP organizam a feira de segurança infantil que é realizada uma vez por ano, é um evento que dá muito trabalho, e a PSP tem-nos agradecido imenso a colaboração.

Entretanto surgiu uma atividade da PSP, penso que no dia mundial da criança, onde essa atividade seria num domingo de manhã em Ponta Delgada, como os nossos alunos estavam ainda cansados da outra atividade, e que, ainda por cima, sendo no concelho de Ponta Delgada, que agradecíamos o convite mas que o dirigissem a uma outra escola profissional de Ponta Delgada, por que estava mais perto. E a resposta foi: Não, nós queremos os vossos alunos! Portanto tornámos a falar com os meninos, os meninos no domingo, sim, vamos embora, levantaram-se às 7h da manhã, o nosso motorista foi buscar os meninos às suas freguesias, deixou-os na Ribeira Grande e depois o transporte foi feito por parte da PSP para Ponta Delgada. Portanto, nunca há a recusa, há sempre um interesse na participação porque eles percebem que quantas mais atividades nós fizermos fora da escola mais bagagem eles recebem. E para a escola é excelente porque a escola profissional está inserida num ambiente mais social do que o regular.

***Embora tenha entretanto percebido que é a DRE e DREQP que autoriza a formação, vou-lhe perguntar de qualquer forma. Com a implementação do projeto, passou a haver formações de qualificação profissional diferentes, que considera serem mais adequadas ou direcionadas à população de Rabo de Peixe para o acesso ao mercado de trabalho? Estando parte da população ligada à pesca, nesse sentido, já ponderaram ou já fizeram formação direcionada para essa população?***

Sim, já pensámos e já apresentámos e foram sempre recusados. Embora a escola já tenha tido cursos... os primeiros dois cursos a serem ministrados na nossa escola eram, como é que era... qualquer coisa de marinho ou de navegante, eram mesmo relacionados com cursos ligados ao mar, faz todo o sentido, na zona onde nós estamos. Mas muitas vezes, lá está, o poder de decisão não está cá deste lado. O que acontece e também já aconteceu e esta escola também já fez, foi a qualificação de... portanto, há uma empresa que sugere que seja dado, na sua própria empresa, formação aos seus colaboradores, de modo a que adquiram as suas competências básicas ou até mesmo de um nível superior, e isto já ocorreu e já foi feito. A escola dirigiu-se à empresa, neste caso posso dizer que foi a empresa Marques, Lda., e ser a escola a dar a formação pós-laboral na própria empresa, na própria sede, com os funcionários e colaboradores desta empresa.

***Mas formação direcionada para a atividade da empresa?***

Por acaso até não era... Mas sim, também já houve para as atividades, mas também para as competências básicas, ou seja as pessoas que não tinham o 9º ano de escolaridade, conseguiam obter o 9º ano no horário pós-laboral e nas instalações da sua própria empresa.

Mas de facto faz sentido e faz falta um cuidado na questão de direcionar os cursos para as escolas nos meios onde estão inseridas.

Este ano acho que foi dado um grande passo, oxalá que nos próximos anos assim continue. Porque de facto as observações que vinham do observatório do emprego, por vezes de facto, muitas vezes, não lembravam a ninguém. E assim desta forma tendo as escolas uma forma de dizer o que é que querem e o que é que acham que é mais pertinente para aquela localidade e serem depois ouvidas, porque também é importante serem depois ouvidas, acho que é uma mais-valia, e o governo regional dos açores, neste sentido, e neste caso a sua vice-presidente teve uma atuação excelente.

***Considera que a EPRG, através das formações, produziu efeitos na população de Rabo de Peixe em situação de pobreza, que frequentaram os cursos? Ou se foram criadas condições para criar essas mudanças e/ou a sua continuidade?***

Eu julgo que sim, sem dúvida alguma. Lá está, a pessoa que começa, que inicia um curso não é a pessoa que termina o curso e o que acontece muitas vezes, ao darmos os cursos que dão equivalência ao 9º ano, nós estamos a entregar o diploma e a pessoa está-nos a perguntar: - quando é que vai abrir um curso para eu tirar o 12º ano. Ou seja ganham um gosto em estar na escola e a apreender outras competências, e aconteceu isto este ano também na entrega dos diplomas dos cursos de costureira modista, onde nós estávamos a entregar e as senhoras já nos estavam a perguntar: Quando vão haver os cursos que dão equivalência ao 12º ano? Porque nós queremos!

***E isso dos cursos do Reactivar, aqueles mais direcionadas para a população?***

Exatamente, mais direcionados para população. Sim, as pessoas ganham gosto. Porque o que é que se passa muitas vezes, quando as pessoas são direcionadas pelo Centro de Emprego, e vêm para cá, a maior parte delas vêm obrigadas, porque se não vier ou se não participar naquele curso deixa de ter o subsídio de desemprego ou o RSI e muitas vezes, quando nós estamos a receber estes candidatos eles dizem mesmo: - Senhora, a gente não quer estudar, a gente quer é um emprego, um trabalho! E trabalhar com esse público, é muito, muito complicado, mas depois vê-se que eles próprios ganham

gosto e que percebem que de facto há interesse em que eles apreendam e saiam com outra qualificação, é extremamente gratificante.

***Acha que a população passou a ter um maior acesso ao emprego, produzindo uma redução na sua dependência do RSI?***

Sem dúvida alguma, ficam com maiores qualificações, mais competências, com outra forma de estar, com outra forma de ser... sem dúvida alguma.

***Mas vão tendo esse feedback das próprias pessoas ou fazem algum tipo de acompanhamento?***

Nós temos um gabinete de orientação e de inserção profissional na escola, temos uma técnica que não só acompanha e é responsável por várias situações, mas depois, após a saída dos alunos, faz o acompanhamento deles, e eles muitas vezes recorrem a ela a pedir ou solicitar ajuda para várias situações ou até em contactos telefónicos, em... - Ou como vou fazer isso, ou como posso fazer isso? E temos também um tratamento de dados, que depois ligamos, ao fim de 6 meses, para saber como está a situação profissional dos alunos. Fazemos esse acompanhamento.

Se quiser falar com a Dra. Susana Cavaco, que é a responsável pelo GOIA, e também coordenadora do Reactivar, ela melhor que ninguém poderá dar informações concretas e incisivas e já está cá na escola há mais de 10 anos e portanto tem de certeza mais informação do que eu.

**Dra. Susana Cavaco**

***Obrigada, sei que tem agora uma reunião, mas rapidamente, a Dra. Teresa explicou-me que faz o acompanhamento dos alunos que saem dos cursos, e era para perceber um pouco se realmente essas pessoas, se esses alunos que saem dos cursos, têm mais facilidade no acesso ao emprego.***

Eu penso que sim... Mas está-se a referir ao programa específico do Reativar do profissional?

***Pois eu entretanto já percebi a diferença, mas neste caso interessa mais os do programa Reactivar, que são aqueles direccionados para a população mais carenciada, certo?***

Reactivar é um programa destinado a desempregados com baixa escolaridade, pode ser para pessoas que não tenham até ao 4º ano, geralmente temos aqui para o 9º, eles vêm cá tirar o 9º ano, ou vêm tirar o 12º ano. São pessoas que geralmente, a maior parte deles, já teve contacto com o mundo do trabalho, deixou a escola por diversas razões, muito cedo, não tiveram a possibilidade de continuar os estudos, deixaram a escola para ir trabalhar, sobretudo para ir trabalhar, para ajudar os pais.

***Mas tem noção que sejam beneficiários do RSI?***

Os nossos formandos alguns recebem... vêm por várias condições, porque estão a receber o subsídio de desemprego, porque estão a receber o RSI e outros que não estão a receber nada, vêm, porque estão escritos no centro de emprego e é a resposta que o centro de emprego tem para eles naquele momento, é uma formação. E eles vêm para melhorar a sua escolaridade e a sua formação também. E saem daqui preparados para uma determinada área. Eu daqui, pelo acompanhamento pós-formação que nós temos feito, ajuda muito, portanto há um feedback que eles nos dão também. Ainda esta semana encontrei uma ex-formanda nossa que esteve cá a tirar o 9ºano e que ela, eles acabaram agora em Janeiro, e que ela agradeceu muito o trabalho que a escola fez por ela, porque ela tinha sido chamada para um concurso, para trabalhar agora no híper, que vai abrir, o híper novo que vai abrir, eu

fiquei... é gratificante. Ela é que me encontrou, ela é que me chamou, e disse-me: Ai, eu estou tão feliz, porque de 600 pessoas que foram enviadas para lá, escolheram 80 e ela foi uma das 80 e ela disse: - Ai, Senhora! Estou muito agradecida pelo que fizeram por mim! O que fizeram por mim! Portanto, ela esteve cá tirando a formação, tirou o 9º ano e ela disse, porque eu consigo destacar-me entre as outras pessoas. Ela vai para a peixaria, esteve ela explicar-me: - Eles estão a dar formação e eu tive que apresentar um trabalho em *powerpoint*, se a senhora visse, até me deram elogios. Porque eles aqui têm TIC, informática e eles aprendem estas coisas, trabalham no Word, são pessoas que se calhar nunca tiveram oportunidade de estar à frente de um computador. Vêm para cá mesmo adquirir novas competências porque são pessoas que, no fundo, já tiveram contacto com o mundo de trabalho e que vêm no futuro a sua situação melhorada, porque é o que a gente costuma dizer a eles, isso é um investimento que vocês vão fazer, vão tirar o produto disso no futuro. Portanto como eles estão numa situação precária, difícil, porque ficaram desempregados e depois a desculpa é, vocês têm baixa escolaridade, eles vêm a sua situação melhorada.

***Mas essas pessoas então têm interesse em fazer esses cursos?***

Há uma parte do grupo das turmas que nós fazemos, fazemos de 20, 23 pessoas, há uma parte que encontra-se motivada, outra, que nem por isso, sente-se obrigada, mas tem que vir senão é penalizada no centro de emprego, mas trabalhamos com essas realidades todas, e agora o nosso dever é motivá-los, interessá-los, fazê-los acreditar. Muitas vezes até eles chegam cá abaixo com baixa auto estima, que não sou capaz, a dizer que não são capazes, que estou fora da escola há mais de 20 anos, é impossível, como vou fazer isso, o inglês...

Tudo isso é trabalhado aqui, portanto um público-alvo muito específico, trabalhamos para eles e adaptamos e definimos estratégias e metodologias para eles.

Cada turma é cada turma, cada formando é cada formando, e conseguimos depois dar a volta. Posso-lhe dizer é que no início às vezes choram que não querem entrar e no fim depois choram porque não querem sair.

***Mas mesmo esses que se sentem obrigados...?***

Acabam por... eu não digo que um ou outro não seja resistente até ao fim, mas acabam por encontrar a motivação, e acabam por... lá está, porque encontram a sua valorização, do: - Afinal eu consegui!

***Então, a nível de efeitos de acesso ao emprego, melhora?***

Melhora bastante, melhora a nível pessoal deles, quer pelas competências que eles vão adquirindo aqui, porque também já têm outra postura perante a própria procura do emprego, eles já saem também preparados... também é uma preocupação nossa, da escola, também prepará-los para! Como também saem, por outro lado, muito melhores porque têm a sua escolaridade melhorada e a sua formação, qualificados numa determinada área.

***Percebi que já cá está há alguns anos, na altura do projeto VGNC, que foi o projeto dos fundos EFTA em Rabo de Peixe...***

Sim, nós na altura acompanhámos...

***E acha que nesse aspeto houve uma efetiva contribuição do projeto? Sei através dos relatórios que foram realizados cursos de literacia no CAO, mas já entendi que na altura era independente da EPRG.***

Não, pois... não foram ministrado por nós, foi outra entidade que esteve lá. Nós, já estivemos envolvidos num processo parecido mas com a rede valorizar. Dávamos o 1º ciclo a pessoas também adultas.

***Sim. Mas em relação projeto na altura tem ideia se acabou por trazer diferença para a escola profissional, em termos de funcionamento, de atitude de alunos, etc.?***

À nossa escola trouxe muito, devemos muito a esse projeto porque é graças a ele que temos esta linda estrutural, sem a qual seria muito difícil. Nós temos colegas de outras escolas profissionais, e que está a ser muito difícil e que, de outra maneira, não conseguem. Por exemplo, para nós, se não fosse esse projeto se calhar ainda hoje estávamos nas antigas instalações, para nós foi muito bom.

Eu penso que esse projeto foi importantíssimo para Rabo de Peixe, foi uma grande aposta nas infraestruturas, que eu também acho que não bastam só as infraestruturas, mas é fundamental também.

***Mas acha que projeto trouxe mudanças à população no geral, principalmente à população em situação mais precária?***

Eu penso que sim, mas também acho que tem muito ainda a fazer. Mas de qualquer maneira deve ter mudado.

## Anexo K – Entrevista com 6 formandos do curso de literacia no âmbito do projeto

Nome (Identificação):

Indivíduo A

Género (F/M): Feminino Idade 38

Estado Civil:

Solteira/o \_\_\_\_\_ Casada/o X União de facto \_\_\_\_\_ Divorciada/o \_\_\_\_\_ Viúva/o \_\_\_\_\_

Tem filhos? (S/N) Sim Quantos? 4 Idades? 8, 12, 14, 18 (+1 neta)

Os filhos estão na creche/escola? (S/N) Sim

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado familiar)? 7 Quantos quartos tem a casa? 3

Habilitações literárias antes da formação: Não tinha, não sabia ler nem escrever

Era/é beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004 Sim 2008/9 Sim atualmente Sim

Trabalha? (S/N) Não Profissão? Apenas doméstica

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N) Sim

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N) Sim

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N) Sim, pelos miúdos

Quais? Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?

Eu queria era um trabalho para não precisar do RSI. O meu marido é pescador e por isso também era bom que

o preço do peixe aumentasse, era muito importante os dois terem um trabalho

Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?

Fiz o curso para a 4ª classe

Gostou da formação? (S/N) Sim, muito

Gostou do/a formador/a? (S/N) Sim

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N) Sim

Voltava a repetir outras formações/palestras do género? Sim, depois já fiz o 6º e 9º ano com o Reactivar

Porquê? Gostei muito, em casa estou sozinha, não tenho com quem falar, no curso fala-se com outras pessoas e aprende-se. É bom também estar distraída no curso, para não pensar na vida, os problemas ficam para trás.

Esta última professora é que dizia, quando se vem para a aula, fecha-se a porta de casa e os problemas ficam lá.

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim, muito

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

A poupar, aprendi a poupar em casa, a fazer poupanças nas compras. Também a estar com os meus filhos, a educá-los bem. Para estarmos bem todos juntos.

e hoje? É na poupança, por isso ajuda a minha vida.

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim,  
na maneira de pensar, em muita coisa, de estar.

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

Um trabalho.

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver alguma atividade? Sim

Nome (Identificação):

Indivíduo B

Género (F/M): Feminino Idade 44

Estado Civil:

Solteira/o  Casada/o  União de facto  Divorciada/o  Viúva/o

Tem filhos? (S/N) Sim Quantos? 3 Idades? 17, 19, 21

Os filhos estão na creche/escola? (S/N) Sim, o de 17

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado familiar)? 5 Quantos quartos tem a casa? 3

Habilitações literárias antes da formação: Não tinha, não sabia ler nem escrever

Era/beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004 Sim 2008/9 Sim atualmente Sim

Trabalha? (S/N) Não Profissão? Faço limpezas na igreja (pelo RSI)

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N) Sim

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N) Sim

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N) Sim

Quais? Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?

Não passasse fome e que os miúdos não passassem fome

Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?

O curso para a 4ª classe, mas só tenho o 3º ano, não passei.

Gostou da formação? (S/N) Sim, era bom, falávamos muito, era um convívio

Gostou do/a formador/a? (S/N) Sim, era muito boa professora

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N) Sim

Voltava a repetir outras formações/palestras do género? Sim, mas só até aos 50 anos

Porquê? Porque é bom.

---

---

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Não

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

Ajudou a cabeça, aprendi coisas, na televisão já consigo ler umas coisas

---

---

e hoje? É a mesma coisa, consigo ler a televisão, fazer contas, ajuda no dia-a-dia, contar dinheiro para ir à loja

---

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim

---

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

Ganhar mais dinheiro, um trabalho que desse mais dinheiro.

---

---

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver

alguma atividade? Sim

---

---

Nome (Identificação):

Indivíduo C

Género (F/M): Feminino Idade 42

Estado Civil:

Solteira/o  Casada/o  União de facto  Divorciada/o  Viúva/o

Tem filhos? (S/N) Sim Quantos? 6 Idades? 3, 10, 16, 19, 22, 23, todos rapazes

Os filhos estão na creche/escola? (S/N) O de 10 e 16 estão na escola, o de 3 é pequenino para ir para a creche

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado fam. 11 Quantos quartos tem a casa? 4

Habilitações literárias antes da formação: Não tinha, não sabia ler nem escrever

Era/beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004 Sim 2008/9 Sim atualmente Sim

Trabalha? (S/N) Não Profissão? \_\_\_\_\_

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N) Sim (mas mais ou menos)

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N) Sim

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N) (encolheu os ombros)

Quais? Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?

Estou bem assim... vai dando

Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?

Para ter a 4ª classe mas não passei. Sei escrever o nome, a minha cabeça não dá

Gostou da formação? (S/N) Sim

Gostou do/a formador/a? (S/N) Sim

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N) Não, só a fazer o nome

Voltava a repetir outras formações/palestras do género? Não

Porquê? A minha cabeça não dá, não consigo aprender, eu gostava saber ler, mas estou ali e não entra, fico  
sem paciência

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Não

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

Nada

e hoje? Nada

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Não

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

É a vida que eu levo.

(encolheu os ombros, pessoa resignada)

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver  
alguma atividade? (não respondeu)

Nome (Identificação):

Indivíduo D

Género (F/M): Feminino Idade 36

Estado Civil:

Solteira/o  Casada/o  União de facto  Divorciada/o  Viúva/o

Tem filhos? (S/N) Sim Quantos? 3 Idades? 10, 12, 13

Os filhos estão na creche/escola? (S/N) Sim

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado familiar)? 4 Quantos quartos tem a casa? 4

Habilitações literárias antes da formação: Não sabia ler nem escrever

Era/beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004 Sim 2008/9 Sim atualmente Sim

Trabalha? (S/N) Não Profissão? é só em casa

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N) Sim

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N) Sim

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N) Sim

Quais? Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?

Ter mais para ajudar os filhos, nunca tenho dinheiro (falou muito emotiva e exaltada que nunca tem dinheiro, que estão sempre a cortar o rendimento, que está sempre a dever na loja e que um dia chama a RTP)

Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?

Estava no curso da 4ª classe, tenho a 4ª classe mas não sei ler e nem escrever, a cabeça não dava

Gostou da formação? (S/N) Sim, mas tinha muita gente, falavam muito

Gostou do/a formador/a? (S/N) Sim, mas não puxava, deixava fazer tudo, não havia regras

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N) Não

Voltava a repetir outras formações/palestras do género? Sim

Porquê? Já tinha andado na escola, mas não sei nada e gostava de aprender mais (contou, entretanto, que estava num curso para o 4ºano e que recebia 75€ para o frequentar, mas que depois disseram-lhe que não podia continuar porque já tinha o 4ºano e que o dinheiro faz-lhe muita falta.)

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Não

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

Nada

e hoje? Nada

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Não

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

Um trabalho, a escola para aprender mais (mas só se ganhasse mais do que o RSI e se recebesse dinheiro para estar na escola)

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver

alguma atividade? Sim

Nome (Identificação):

Indivíduo E

Género (F/M): Feminino Idade 38

Estado Civil:

Solteira/o \_\_\_\_\_ Casada/o X União de facto \_\_\_\_\_ Divorciada/o \_\_\_\_\_ Viúva/o \_\_\_\_\_

Tem filhos? (S/N) Não Quantos? \_\_\_\_\_ Idades? \_\_\_\_\_

Os filhos estão na creche/escola? (S/N) \_\_\_\_\_

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado familiar)? 2 Quantos quartos tem a casa? 2

Habilitações literárias antes da formação: Não tinha, não sabia ler nem escrever

Era/beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004 Não 2008/9 Não atualmente Sim

Trabalha? (S/N) Não Profissão? \_\_\_\_\_

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N) Sim

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N) mais ou menos

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N) Sim

Quais? Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?

Mais saúde, mais trabalho, o rendimento foi cortado.

Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?

O curso era para a 4ª classe, mas não tive cabeça.

Gostou da formação? (S/N) Sim

Gostou do/a formador/a? (S/N) Sim

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N) Sim, letras, frases, fazer contas, mais ou menos

Voltava a repetir outras formações/palestras do género? Sim

Porquê? Para aprender mais. E o dinheiro é que ajudava, depois fiz outro curso que recebia 75€ e era muito bom

---

---

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

Com o outro curso (que recebia o dinheiro) ajudava a pagar as contas. Também foi bom porque já sei ler as  
datas das consultas, e sei fazer mais ou menos contas para as compras

---

e hoje? É a mesma coisa

---

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim,

fazer a 4ª classe para ler e não ter que pedir aos vizinhos para lerem as cartas, para não saberem da minha vida

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

Ter um bom trabalho ou receber mais dinheiro do rendimento (o RSI foi cortado). Ou se chamassem para a  
escola também era bom (mas para receber mais dinheiro, se não receber não vale a pena)

---

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver  
alguma atividade? Sim

---

---

Nome (Identificação):

Indivíduo F

Género (F/M): Feminino Idade 43

Estado Civil:

Solteira/o            Casada/o   X   União de facto            Divorciada/o            Viúva/o           

Tem filhos? (S/N)   Sim   Quantos?   4   Idades?   15, 16, 19, 24   (o de 24 está casado e vive fora)

Os filhos estão na creche/escola? (S/N)   Sim, o de 15 e de 16  

Quantas pessoas vivem na mesma casa (agregado familiar)?   5   Quantos quartos tem a casa?   3  

Habilitações literárias antes da formação:   Não sabia ler nem escrever  

Era/beneficiário/a do RSI? (S/N), em:

2004   Sim   2008/9   Sim   atualmente   Sim  

Trabalha? (S/N)   Não   Profissão?   fazer um curso que chamaram do fundo de emprego  

Considera que tem dificuldades económicas? (S/N)   Sim  

Considera que vive em situação de pobreza? (S/N)   Sim  

Gostaria de ter outras condições de vida? (S/N)   Sim, já se sabe  

Quais?   Que condições diferentes gostaria de ter na sua vida?  

  Gostava que dessem um emprego ao meu filho de 19 anos que já tem o 9º ano, ele anda na pesca porque não  

  tem outro trabalho. E também gostava de ter um trabalho para mim.  

  Que formação fez ou que palestra assistiu, no âmbito do projeto?  

  O curso para ter a 4ª classe e era muito bom porque dava dinheiro\*  

Gostou da formação? (S/N)   Sim  

Gostou do/a formador/a? (S/N)   Sim  

Acha que aprendeu alguma coisa com a formação? (S/N)   Sim, as letras e sei escrever o nome  

Voltava a repetir outras formações/palestras do género?   Sim

Porquê? Para ler e escrever melhor, porque eu na altura estive na escola 6 ou 7 anos e não aprendi nada. E também é bom para ganhar mais um dinheirinho.

Acha que a formação ajudou a mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim

O que mudou na sua vida com a formação (na sua situação de pobreza)? Logo após a formação?

Já não tenho que assinar com o dedo e distraía-me. E era bom porque tinha mais dinheiro.

e hoje? Hoje não, agora recebo menos de RSI.

Sente-se mais preparado/a para mudar a sua condição de vida (sair da situação de pobreza)? (S/N) Sim.

(mas respondeu exitante)

O que acha que lhe poderia ajudar/contribuir para alterar as suas condições de vida (sair da situação de pobreza)?

Na altura ajudou por causa do dinheiro, era bom que voltasse a dar mais dinheiro.

E a que estaria disposto/a a fazer para que isso acontecesse? Estaria disposto/a a trabalhar e/ou desenvolver alguma atividade? Sim

\*falei posteriormente com o Técnico da Ação Social que disse que o curso não dava dinheiro, a diferença é que na altura recebia mais de RSI e certamente devia estar a fazer confusão.

## Anexo L – Dados do RSI disponibilizados pelo ISSA



## RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>BENEFICIÁRIOS</b>													
Rabo Peixe	2 069	2 097	1 785	1 644	1 606	1 795	1 765	1 787	1 889	2 391	2 114	2 278	2 359
Ponta Delgada	6 390	6 499	5 339	5 485	5 182	4 737	4 745	4 439	4 516	5 637	5 271	5 765	6 157
Lagoa	1 954	1 983	1 348	1 261	1 356	1 414	1 533	1 490	1 546	1 774	1 443	1 582	1 644
V.F.Campo	1 893	1 913	1 309	1 251	1 129	1 158	1 027	929	932	1 077	850	972	1 079
Povoação	985	997	815	935	899	898	951	872	803	972	737	739	714
Nordeste	306	315	212	218	222	407	410	371	390	481	378	385	356
Ribeira Grande	4 407	4 483	3 483	3 553	3 488	3 627	3 637	3 883	4 177	4 957	4 234	4 663	4 945
<b>AÇORES</b>	23 966	22 623	17 471	17 921	18 122	18 432	18 611	18 324	19 034	22 245	19 185	20 106	20 508
Rabo Peixe	441	441	379	354	342	405	421	416	472	580	481	478	490
Ponta Delgada	1 832	1 831	1 545	1 672	1 485	1 352	1 349	1 279	1 336	1 670	1 568	1 710	1 915
Lagoa	522	522	380	389	385	398	429	413	439	486	379	379	397
V.F.Campo	561	561	388	393	329	347	301	276	272	305	218	239	285
Povoação	301	301	260	306	269	267	279	257	238	300	212	208	212
Nordeste	92	92	59	70	62	127	124	113	114	144	107	106	114
Ribeira Grande	1 040	1 040	825	909	810	871	895	939	1 035	1 261	1 015	1 057	1 117
<b>AÇORES</b>	6 828	6 357	5 028	5 532	5 159	5 307	5 355	5 276	5 554	6 536	5 531	5 682	6 063
<b>AGREGADOS FAMILIARES</b>													



- a) Valores não cumulativos e referentes ao mês de Dezembro de cada ano.
- b) No ano de 2004, sendo um ano de transição de RMG para RSI e consequentemente de alteração nas aplicações informáticas, foram contabilizados os beneficiários e agregados a partir de duas bases de dados.
- c) Realidade a 30 de Junho de 2014

## **Anexo M - Síntese das atividades previstas nas dimensões definidas na candidatura do projeto**

Os objetivos gerais e os impactos esperados pela implementação do projeto em Rabo de Peixe têm em mente quatro linhas essenciais:

- Promoção da sustentabilidade urbana e ambiental
- Redução da pobreza e efeito de gueto
- Melhoria na qualidade de vida dos residentes e empreendedorismo
- Revitalização e diversificação da economia local

De forma a alcançar os impactos esperados e tendo em conta as orientações traçadas, foram definidas diversas ações, agrupadas pelas quatro dimensões do projeto. São elas:

### **A. Residentes**

Neste grupo de ação pretende-se atuar diretamente sobre os habitantes, nomeadamente nas suas dinâmicas individuais, familiares e coletivas de forma a quebrar a tendência cultural enraizada da pobreza.

Serão considerados diversos focos, tais como, a identidade cultural e história local, diversificação e revitalização da economia local. Serão ainda tidos em conta fatores de sensibilização para a melhoria da saúde pública, ambiental e bem-estar individual.

De forma a quebrar com a inércia instalada e a dependência externa, vão ser trabalhadas as características empreendedoras a nível individual e social, qualificação educacional e profissional, inserção no mercado de trabalho, trabalhar com os jovens uma visão abrangente de novas oportunidades para os seus projetos de vida e a melhoria e incentivo na participação dos habitantes para a comunidade.

Para cumprir com estes propósitos, no âmbito deste plano de ação, o projeto propõe-se ao seguinte:

#### **A.1. Formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho:**

- a) Criação e animação do centro de artes e ofícios (relacionado com o ponto B.6.)
- b) Apoio na escola profissional
- c) Formação e qualificação profissional
- d) Formação a nível de competências pessoais e sociais
- e) Criação de empresas locais de inserção profissional e cooperativas de atividades económicas
- f) Seminários escolares para adultos

Pretende-se que o centro de artes e ofícios funcione como um *atelier* de “ofícios” (artesanato) e que sirva de loja para a venda de produtos locais. Tem como objetivo último o resgate de produtos e trabalhos locais, como por exemplo o bordado, artesanato ligado ao mar e pesca, gastronomia local. Com isto pretende melhorar e explorar a potencialidade das competências da população, incentivando ao autoemprego e desenvolver a produção local.

Com o apoio na escola profissional e a formação e qualificação profissional, tenciona-se trabalhar em conjunto com a escola profissional de forma a criar atividades de sensibilização à população para a

importância da formação e qualificação profissional e criar até outros projetos alternativos de profissionalização e/ou desenvolver os já existentes, nomeadamente formações ligadas à construção, jardinagem, comércio, novas tecnologias, não esquecendo também aquelas que estão relacionadas com as atividades atuais mais presentes na população, como a pesca e agricultura. Pretende-se aumentar a qualificação profissional da população, aumentando a diversidade de saídas profissionais para a mesma, incentivar a população a desenvolver potencialidades eventualmente “adormecidas”, e claro potenciar o autoemprego.

A formação a nível de competências pessoais e sociais tem em vista a preparação de *workshops* para o desenvolvimento de projetos de vida e criar um *focus group* local para partilha de experiências. Com este ponto pretende-se um trabalho a nível de melhoria de autoestima individual e social da população, incentivar a criação de projetos empreendedores e de desenvolvimento de projetos de vida.

No que se refere à criação de empresas de inserção profissional local e cooperativas de atividades económicas, pretende-se exatamente isso, criar empresas locais que façam a ponte com o mercado de trabalho, onde estejam registados os habitantes locais disponíveis para trabalhar, em áreas como construção ou pequenos trabalhos de reparação, restauração, hotelaria, produção e transformação de produtos locais, etc., e a criação de cooperativas locais para o setor da agricultura e pesca.

E por último, os seminários escolares para adultos têm como objetivo a redução da iliteracia na população, nomeadamente no seio daqueles mais jovens que abandonaram o ensino obrigatório.

#### A.2. Desenvolvimento e apoio a crianças e jovens

- a) (melhoria do plano curricular escolar)
- b) Criação do centro para a juventude e animação de atividades desportivas para jovens
- c) Atividades extracurriculares
- d) Jardim-de-infância e enfermaria

No que se refere ao centro de juventude, animação de atividades desportivas e extracurriculares para jovens, pretende-se disponibilizar um leque de atividades para crianças e jovens, nomeadamente atividades desportivas e náuticas, ocupando-os nos seus tempos livres, de forma a retirá-los de situações de risco, tais como consumo de drogas e criminalidade, projetando-os para as oportunidades que a sociedade oferece de forma a criarem os seus próprios projetos de vida. Também se pretende envolver as crianças do sexo feminino em atividades para quebrar o seu isolamento em casa. Ainda a nível de atividades extracurriculares, pretende-se reforçar as atividades e *workshops* existentes nas escolas, complementando-os com diversas áreas culturais, sociais e de lazer, nomeadamente a nível de comunicação, artística e desportivas. Existe ainda o objetivo de dinamizar atividades para as férias, de forma a proporcionar outros interesses individuais e multiculturais, e também no intercâmbio de alunos no que concerne a experiências externas.

A criação do jardim-de-infância e centro de enfermagem tem como objetivo responder de uma forma mais alargada a serviços necessários, nomeadamente permitir a uma maior disponibilidade por parte das mulheres no envolvimento do seu desenvolvimento individual e social. Envolver também a própria população na organização do projeto.

#### A.3. Participação local e cidadania

- a) Criação e animação do centro cívico/familiar como ponto de encontro

- b) Animação e criação do museu local
- c) Organização de “associação de pais” escolar
- d) Ações de mobilização associativas de vizinhança (realojamento e manutenção do espaço público/comunitário)
- e) Formação na mediação social

Criação de um novo ponto de encontro para a comunidade (centro cívico), completamente neutro, que rompa com a separação do género no acesso aos espaços e uso atribuídos. Um espaço que sirva como referência para a comunicação e informação da população bem como dinâmicas de auto-organização para iniciativas comunitárias.

O museu local terá como objetivo reforçar e proteger o património cultural e história local da comunidade, produzindo um orgulho e aumento de autoestima na população, proporcionando também a abertura da comunidade para o exterior, de forma a atrair visitantes externos à comunidade.

Pretende-se com a organização da associação de pais um espaço para encontros/reuniões regulares para atividades de formação e seminários informativos e troca de experiências entre pais, de forma a sensibilizar para o sistema e estrutura familiar.

Nas ações de mobilização associativas da comunidade pretende-se criar uma associação de “bairro” que acompanhe o processo de realojamento e de manutenção dos espaços públicos. Tem também como objetivo a criação de um fórum de espaço de discussão aberto a toda a comunidade onde se pretende debater os problemas relativos à manutenção do espaço comum à comunidade. Assim, pretende-se o envolvimento de toda a população de forma a atrair o interesse e preocupação no processo de realojamento e na conservação do espaço público e procurar solucionar os problemas que surjam ao longo dos processos, procurando consequentemente uma coesão social interna da população, reduzir o vandalismo e mitigar a imagem negativa da localidade.

Na formação na mediação social pretende-se também organizar seminários e formações em mediação de forma à população tornar-se auto-suficiente na resolução de problemas.

#### A.4 Saúde e ambiente

- a) Atividades de sensibilização ambiental
- b) Atividades de sensibilização de saúde
- c) Prevenção primária ao abuso de álcool e drogas
- d) Sensibilização para o tratamento de alcoolismo crónico e seu acompanhamento

As atividades de sensibilização tanto ambiental como de saúde, pretendem melhorar e fomentar o envolvimento dos habitantes nas questões indicadas, de forma a melhorar a qualidade de vida e saúde da vizinhança e dos próprios, reduzir a incidência da doença, poluição do espaço público, lixo e vandalismo, melhorando também a imagem da comunidade. Tem também como objetivo contribuir para o aumento da autoestima dos habitantes e uma satisfação de pertença ao local que habitam.

Relativamente à prevenção primária do abuso de álcool e drogas e tratamento da doença do alcoolismo crónico, pretende-se, no primeiro caso, desenvolver atividades de sensibilização junto das escolas e desenvolver ferramentas pedagógicas a serem aplicadas na escola, no segundo caso, atividades para identificar casos de doença crónica e ações de sensibilização de demonstração dos tratamentos existentes e acompanhamento dos mesmos.

## **B. Ambiente de construção**

No grupo de ação da renovação urbana o foco está direcionado para ultrapassar problemas ambientais e urbanos, pretendendo minimizar a poluição e degradação urbana e ambiental, bem como criar infraestruturas, serviços/instalações e equipamentos sociais necessários para a viragem no sentido de um processo dinâmico positivo social.

Para cumprir com estes propósitos, no âmbito deste plano de ação, o projeto propõe-se ao seguinte:

- B.1. (Implementação do programa de realojamento) (investimento nacional adicional)
- B.2. (Consolidação da linha costeira) (investimento nacional adicional)
- B.8. (Renovação do equipamento do porto de pesca e renovação da frota) (investimento nacional adicional)

Embora estes três primeiros pontos não sejam elegíveis no âmbito do financiamento deste projeto, são de extrema importância para a globalidade do projeto. Trata-se pois, no primeiro caso, da construção de novos fogos para o realojamento de 276 famílias que vivem de forma extremamente precária (encontra-se ainda em análise a intervenção para 200 outras famílias a viverem em habitações com necessidades consideráveis). A intervenção na linha costeira é também de extrema necessidade e relevância, dado que é necessário reforçá-la e protegê-la da força do mar e melhorar os acessos ao porto de pesca, bem como a renovação do equipamento do porto e da frota, dado que boa parte da população depende e vive, precisamente, do acesso ao mar e das atividades desenvolvidas no mar. Só assim fará sentido toda a restante reabilitação. Com a intervenção em elementos considerados básicos e vitais para a população, pode-se falar numa intervenção mais global e com pretensões de um desenvolvimento integrado, de forma a incentivar a população a usufruir de todas as restantes infraestruturas construídas.

### B.3. Novas infraestruturas:

- a) Extensão e renovação do sistema de esgotos/saneamento básico e fornecimento de água
- b) Construção de nova infraestrutura para tratamento de águas residuais

Os sistemas existentes são insuficientes para cobrir toda a população. Pretende-se com as novas infraestruturas melhorar as condições sanitárias da população e diminuir a problemas de higiene e saúde.

### B.4. Reabilitação urbana:

- a) Reabilitação do espaço urbano público
- b) Reabilitação da frente costeira urbana

A própria construção da nova rede de esgotos implicará a pavimentação das vias públicas. Adicionalmente será também realizada a reabilitação a nível de passeios pedestres, iluminação pública, equipamentos urbanos, espaços verdes, de lazer e desporto (campo de jogos e parques). A reabilitação da frente costeira tem como objetivo a demolição de habitações precárias localizadas na linha do mar, em risco de ruir, que apresentam também graves problemas de poluição em redor das mesmas, exibindo assim um grave problema de segurança e de saúde pública. Pretende-se então libertar a zona costeira, construindo passeios pedestres e ciclovias ao longo da costa e alguns espaços de lazer, potenciando a regeneração e integração urbana e tomar partido da potencialidade da paisagem natural.

### B.5. Novos equipamentos urbanos:

- a) Um centro cívico/familiar
- b) Dois pavilhões desportivos em duas escolas locais
- c) Dois espaços para atividades de tempos livres e manuais em duas escolas locais
- d) Uma escola profissional
- e) Um complexo desportivo
- f) Um edifício para acolher o clube naval local
- g) Uma piscina oceânica

Com a construção do centro cívico (ou reabilitação de um edifício para o propósito) pretende-se dar resposta a diversas solicitações sociais e atividades escolares, será um espaço de multiusos com os seguintes fins: ponto de encontro da comunidade, espaço para a associação de pais, centro para os jovens, enfermaria e jardim-de-infância, escritórios para as equipas técnicas. Este centro será de extrema importância para as ações de combate à pobreza e do efeito de gueto que a população vivencia.

Os dois pavilhões desportivos e os dois espaços para atividades de lazer e trabalhos manuais em cada uma das duas escolas locais pretende diminuir o absentismo e abandono escolar, tornando a escola mais atrativa e melhorar o nível educacional dos jovens, reduzir o vandalismo praticado por jovens e potenciais abusos de drogas, reduzir também o afastamento entre as duas realidades da população, os da terra e os do mar. O espaço para atividades de lazer e trabalhos manuais pretende ainda demonstrar a existência de outras atividades e orientações possíveis a nível profissional.

A construção da escola profissional pretende reforçar e melhorar o trabalho que tem vindo a ser feito, dado que a escola profissional funciona desde 1998 mas em três edifícios separados e em condições precárias. Esse reforço ambiciona trazer uma melhoria no desenvolvimento das suas atividades de forma a aumentar a integração no mercado de trabalho, reduzindo o desemprego e diversificar as atividades económicas na povoação.

O complexo desportivo tem como propósito oferecer à povoação um espaço para o desenvolvimento de atividades desportivas, motivando os seus habitantes para a prática de desporto, principalmente dos mais jovens, afastando-os de atos de vandalismo, drogas e integrando-os em atividades de grupo.

Dado a importância que o clube naval tem representado na população, nomeadamente nos mais jovens, por ser um atrativo pelas suas atividades ligadas ao mar, deve ser dada uma maior relevância e condições para o desenvolvimento das suas atividades, dado que se encontra a funcionar num contentor. Com condições mais dignas e novos equipamentos, poderá também ser um atrativo para uma população mais alargada, nomeadamente para a feminina. Considera-se também que as atividades náuticas que serão aí desenvolvidas poderão também ser uma atração para propósitos turísticos.

Por último, a construção da piscina oceânica é um elemento importante, já que na área não há qualquer equipamento deste género e as crianças tomam banho de mar no porto de pesca, com todos os problemas de poluição associados ao mesmo (óleos dos barcos, por exemplo). Considera-se também que esta poderá ser uma atração turística, trazendo pessoas externas a “viverem” a povoação.

#### B.6. Reabilitação de equipamentos urbanos:

- a) Reabilitação de duas escolas locais

b) Reabilitação dos edifícios existentes para fins culturais e de património

c) Reabilitação de edifícios existentes para o acolhimento provisório das atividades do projeto

A reabilitação das duas escolas é considerada fundamental para promover alterações nas atitudes sociais e comportamentais dos jovens que as frequentam. Um ambiente esteticamente renovado e com condições melhoradas, como o telhado, chão, etc. poderá ter um papel importante na atração dos mais jovens pelo ensino e assim reduzir o seu abandono e outros problemas associados já apontados anteriormente.

Pretende-se a reabilitação de um edifício já ligado às atividades dos pescadores com o propósito de receber o “museu do pescador”, promovendo assim a conservação do património cultural local de uma população que desde sempre esteve ligada ao mar, promovendo também o artesanato já existente relacionado com o mar de forma a evitar a perda de conhecimento e tradições locais das atividades ligadas à pesca. Também nesse sentido considera-se que este será mais um atrativo para atividades turísticas.

Enquanto se desenrola a construção de uma série de edifícios para as atividades referenciadas, é urgente a reabilitação de um espaço onde acomode a equipa técnica que acompanhará e desenvolverá as atividades e *workshops* a desenvolver com a população.

#### B.7. Desenvolvimento de um plano de urbanização detalhado

De forma a implementar e definir a localização de alguns espaços a construir, é necessário promover um debate e consulta pública, com o objetivo de definir a estratégia do desenvolvimento urbano da vila, permitindo assim uma bordagem global das intervenções a realizar na vila.

### C. Gestão e Organização

Este grupo de ação destina-se a melhorar o nível de eficácia de intervenção dos atores envolvidos no projeto e o desenvolvimento e implementação social do mesmo, assegurando uma implementação integrada. Também tem como intuito desenvolver parcerias de redes locais para acompanhar a implementação do projeto e manterem-se para além deste.

Para cumprir com estes propósitos, no âmbito deste plano de ação, o projeto propõe-se ao seguinte:

#### C.1. (Criação de uma estrutura de gestão para o desenvolvimento social local, com equipa de apoio e de assistência social integrada localmente)

Pretende-se que nos últimos 6 meses do projeto esteja implementado um gabinete de apoio ao desenvolvimento social local, com as respetivas parcerias estabelecidas.

#### C.2. Equipa técnica local de constituição multidisciplinar

Constituição da equipa técnica multidisciplinar, nomeadamente um gestor de projeto, arquiteto, engenheiro, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, animadores, técnico de saúde, administrativo e outros dois profissionais a definir, que deverá ficar localizada no interior da vila e a funcionar localmente.

#### C.3. Criação e acompanhamento de elementos de gestão, nomeadamente base de dados

Com a criação e manutenção da base de dados pretende-se ter uma informação atualizada para *follow-up* do projeto e identificação de eventuais ações a seguir, acompanhamento e diagnóstico do processo de realojamento e de construção dos equipamentos e planeamento e avaliação da implementação e

instrumentos técnicos, de forma a facilitar o acompanhamento do projeto e sua monitorização, permitindo uma intervenção com base no conhecimento de dados.

Este ponto é de extrema importância no que toca à monitorização em tempo real da implementação do projeto, com possível cruzamento de informação, nomeadamente na perceção de eventuais sinergias que daí possam surgir.

#### C.4. Qualificação e formação técnica:

- a) Supervisão e formação da equipa técnica local
- b) Apoio na formação de técnicos parceiros (para a mediação familiar e de jovens)

Formações técnicas e de capacitação de competências, nomeadamente no que concerne à comunicação, intervenção social, mediação de conflitos, etc., para uma gestão de proximidade a realizar-se ao longo do projeto, com eficácia e eficiência, promovendo também a motivação da equipa. Também serão realizadas formações para os técnicos das entidades parceiras, com os mesmos objetivos das anteriores.

#### C5. Ações de gestão

- a) Consolidação de parcerias
- b) (Atividades de desenvolvimento de projetos da comunidade e para a comunidade)

Sensibilização para a constituição de uma parceria com as entidades locais envolvidas no projeto, estável, credível e sustentável, que acompanhe e invista na intervenção durante e para além do projeto. Espera-se também vir a desenvolver outras atividades que não previstas no projeto, provenientes de sinergias das atividades criadas e desenvolvidas ao longo do projeto.

### **D. Representação social**

Este grupo de ação reúne, de uma certa maneira, as ações anteriores e tem como objetivo a inversão da imagem sócio espacial da comunidade, iniciando-se pela inversão da representação negativa da comunidade e seu impacto na dinâmica coletiva interna da própria comunidade.

Para cumprir com estes propósitos, no âmbito deste plano de ação, o projeto propõe-se ao seguinte:

#### D.1. Promoção do património cultural e história local

Para cumprir o ponto referido e de forma a fazer “cair” a imagem negativa existente na vila, considera-se importante interceder a vários níveis, nomeadamente, fomentar a investigação científica sobre a história local e património cultural e a sua importância para o desenvolvimento da ilha, recolha de histórias de vida de individualidades da povoação, promovendo publicações e seminários sobre o tema, colecionar bens para enriquecer o museu local e preparar um plano de ação para o mesmo.

Os objetivos que se pretendem alcançar traçam, de forma transversal, melhorias a nível de autoestima da população local e uma diminuição na segregação enraizada na população, promovendo a proximidade dos restantes habitantes da ilha.

#### D.2. Informação e comunicação interna e externa

- a) Estender a participação a não residentes
- b) Informação e comunicação

Alargar algumas das atividades a desenvolver ao longo do projeto aos residentes fora da vila, nomeadamente as atividades desportivas previstas para crianças e jovens, a criação de associação de

pais para troca de experiências e resolução de problemas comuns, seminários de formação de mediação social, ações de sensibilização para o meio ambiente, saúde e prevenção do uso abusivo de álcool e drogas e promoção da história local e património cultural. Assim, pretende-se estabelecer relações positivas entre os residentes de diferentes localidades e promover a partilha de experiências. Tenciona-se também estabelecer competências de mediação social fora da comunidade de Rabo de Peixe, facilitando a redução do efeito de gueto da população.

## **Anexo N - Síntese das atividades desenvolvidas, informação retirada dos relatórios do projeto**

Ao longo do projeto foram elaborados relatórios trimestrais, sendo o primeiro elaborado a 15/11/2004, com a denominação de *First Monitoring Report* (01/2004), seguiu-se o segundo, terceiro e quarto, respetivamente, 01/2005 de 15/02/2005, 02/2005 de 15/05/2005, 03/2005 de 15/08/2005. A 15/11/2005 é realizado o quinto relatório, mas que integra a informação preparada nos quatro primeiros: o *First Disbursement Claim* (04/2005). De uma forma geral, a apresentação dos relatórios foi realizada trimestralmente. O último relatório do projeto neste enquadramento foi apresentado a 8/11/2011, denominando-se de *Twenty Disbursement Claim*.

Os relatórios *Disbursement Claim* são, na prática, relatórios com várias componentes, não se referindo apenas ao pedido de reembolso. A estrutura dos relatórios é constituída, no seu geral, por quatro pontos-chave: as ações realizadas, o controlo físico do projeto (atividades de construção), o controlo social do projeto (atividades sociais) e o controlo financeiro do projeto.

### **O primeiro ano do projeto**

Após a nomeação formal, pelo governo português, das comissões executivas e do gestor do projeto, as equipas locais foram constituídas. Na fase inicial do projeto foram realizadas diversas reuniões entre o promotor do projeto (INH) e a comissão executiva para definir os procedimentos a adotar na implementação do projeto, bem como a explicação da funcionalidade e utilização do Sistema Informático de Monitorização.

Segundo o *Second Monitoring Report*, de 15/02/2005, dado o novo calendário do projeto, a revisão dos planos de ação do projeto foi realizada, bem como as componentes da promoção, desenvolvimento e coordenação das ações sociais previstas foram definidas, para colocar em funcionamento os planos de ação na área do desenvolvimento social.

Nesta fase inicial, foi ainda assinado um *Memorandum* de Entendimento com a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, para elaboração do planeamento urbano e intervenção na vila de Rabo de Peixe. O “Estudo de Caracterização do Planeamento Urbano para Rabo de Peixe” foi apresentado às entidades envolvidas no projeto.

Em Maio de 2005, o *Third Monitoring Report* é apresentado, dando conta de que foram realizadas várias reuniões entre a comissão executiva e parceiros locais de forma a coordenar as ações sociais previstas no projeto com as que já se encontravam em curso no território. Foi também elaborado um inquérito para a inventariação da vila de Rabo de Peixe, com o objetivo de recolher informação relevante para o desenvolvimento das ações sociais. A 29/03/2005 foi ainda elaborado o Plano de Ação Social para 2005.

Em termos de intervenção física, foram definidos os locais para uma série de edifícios previstos em candidatura, tais como, o centro cívico/familiar, complexo desportivo, os espaços para atividades de tempos livres e manuais nas escolas locais, escola profissional, clube naval, piscina oceânica, centro de artes e ofícios e o museu. O projeto da sede da comissão executiva local ficou concluído, estando

em fase de recebimento de propostas para construção. Os contratos para realização do projeto para os dois pavilhões desportivos nas escolas foram realizados. E o projeto de construção da nova rede de esgotos e saneamento básico, bem como da infraestrutura do tratamento das águas residuais e extensão do fornecimento de água foi elaborado. Foram também realizadas reuniões com a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos para discutir a demolição das casas sobre a linha costeira e realojamento das famílias.

Relembra-se que a construção de novas habitações para o realojamento das famílias, que viviam de forma extremamente precária, cabe ao Governo Regional, sendo um financiamento não abrangido pelo *Financial Instrument of EEA Grants*.

Em termos do controlo social do projeto, importa referir que à data do Third Monitoring Report, os indicadores sociais não estavam ainda completamente definidos e por isso, não disponíveis.

A 15 de Agosto de 2005, com o *Fourth Monitoring Report*, verifica-se que foi dada, essencialmente, continuidade às atividades anteriores, não havendo uma grande evolução relativamente ao relatório prévio. Em Junho de 2005 o gestor do projeto demitiu-se e é referido um atraso na intervenção física do projeto.

Salienta-se que foi aplicado o inquérito para recolher informações relevantes para o desenvolvimento do Plano de Ação Social, embora no relatório não seja detalhado o teor do inquérito, nem os resultados do mesmo.

É feita também referência à definição da previsão de alguns dos indicadores sociais. Pela primeira vez, ao longo do projeto, são quantificados alguns dos indicadores a alcançar a nível social, embora mantenham-se apenas como previsão e, entende-se que, definidos de forma muito parca. Em pouquíssimas linhas de ação foram definidas o número de atividades que pretendiam realizar e o alcance em termos de número de indivíduos que pretendiam atingir com as respetivas atividades. Na maioria das linhas de ação foi apenas atribuída uma classificação representando as expetativas para cada uma delas ao longo dos anos do projeto, sendo atribuída uma pontuação de 1 a 5, representando: 1 - atividade não iniciada ao 5 - resultados acima das expetativas.

Em termos de intervenção física, para além das atividades em curso identificadas no relatório anterior, foi preparado o concurso para receção de propostas da reabilitação da linha costeira. Intervenção prevista não contemplada pelo *Financial Instrument of EEA Grants*.

A 15 de Novembro de 2005 foi apresentado novo relatório que, por indicação do Gabinete do *Financial Mechanism of EEA Grants*, os títulos dos relatórios foram alterados para *Disbursement Claim* em substituição do *Monitoring report*, adotando assim para este quinto relatório o nome *First Disbursement Claim*.

Embora a estrutura geral dos relatórios se tenha mantido, como foi já referido, as ações referentes aos indicadores sociais, passaram a estar detalhadas de acordo com as ações definidas em candidatura, tornando-se de mais fácil análise.

### **Intervenção física**

Cerca de um ano após o início do projeto, a Câmara Municipal da Ribeira Grande recebeu os planos de construção da rede de esgotos e saneamento básico, infraestrutura do tratamento das águas

residuais e extensão do fornecimento de água. Foi também aprovada a construção da sede do projeto a 06/10/2005, embora ainda por adjudicar ao construtor.

Realizou-se um ponto de situação dos restantes projetos em curso, relativamente aos locais, desenho de projeto e construção.

Dado que alguns dos locais para as infraestruturas a construir estavam ainda por definir, a intervenção física encontrava-se com atraso ao que estava inicialmente previsto.

A referir que o novo gestor do projeto não foi ainda nomeado.

O *Second Disbursement Claim*, de 10 de Fevereiro de 2006, dá conta de que o novo gestor do projeto foi definido, a Doutora Piedade Lalanda, que procedeu à reformulação da equipa local, em termos das atividades administrativas, técnicas e sociais. Em Janeiro de 2006 elaborou também um novo plano de construção “Reprogramação do Ambiente Construído”. A intervenção física do projeto apresenta desta forma um atraso relativamente ao que estava previsto.

A comissão executiva e a equipa da gestão local do projeto foram instalados no novo edifício.

Por fim, foram definidos os locais para as infraestruturas físicas do projeto a construir. Foi ainda revisto um projeto antigo da CMRG para a construção da rede de esgotos, tratamento das águas residuais e renovação e extensão do abastecimento de água para a vila de Rabo de Peixe.

As responsabilidades atribuídas a cada entidade envolvida no projeto, o INH, o governo regional, as entidades locais municipais e a Santa Casa da Misericórdia, ficaram definidas.

Salienta-se algumas das alterações físicas que ficaram estabelecidas no projeto e que viriam a ser propostas ao Gabinete do Mecanismo Financeiro das *EEA Grants*:

- A piscina oceânica inicialmente prevista, que tinha em vista proporcionar um acesso às crianças e jovens de Rabo de Peixe aos banhos do mar de forma segura e saudável, visto que crianças e jovens tomam banho no próprio porto de Rabo de Peixe, onde há movimentação dos barcos de pesca e também óleo no mar, bem como a aproximação de Rabo de Peixe das populações vizinhas e sua interação com a população local, foi substituída por uma piscina coberta na escola do 1º ciclo Ruy Galvão de Carvalho.
- A reabilitação inicialmente prevista para duas escolas locais, foi substituída por uma reabilitação, da escola do 1º ciclo Ruy Galvão de Carvalho e a construção de uma nova escola, escola básica D. Paulo José Tavares, dada a degradação tão acentuada. A verba adicional necessária para a demolição e construção da nova escola provém da verba inicialmente destinada à renovação da orla costeira que entretanto ficou sem efeito.
- A construção de dois pavilhões desportivos em duas escolas locais e dois espaços de tempos livres e trabalhos manuais também em duas escolas locais, foram entretanto alterados para apenas uma escola, a escola do 1º ciclo Ruy Galvão de Carvalho.
- A construção do complexo desportivo para albergar as diversas atividades desportivas foi inserido na escola do 1º ciclo Ruy Galvão de Carvalho. Na prática, a construção do complexo desportivo ficou sem efeito, sendo substituído pela construção do pavilhão desportivo na escola do 1º ciclo Ruy Galvão de Carvalho.
- O centro cívico/familiar inicialmente previsto foi repartido em dois espaços, o edifício do centro familiar e o edifício do centro comunitário e da juventude.

- A reabilitação de edifício existente para propósitos culturais e de património não foi realizado, ficando previsto uma componente inserida no centro de artes & ofícios, construído de raiz, relacionada com o ensino de ofícios tradicionais. A componente do museu ficou prevista integrar o centro comunitário e da juventude.
- A reabilitação de edifício existente no centro dos bairros de Rabo de Peixe para a instalação da equipa gestora do projeto, com o intuito de aproximar a equipa do projeto aos habitantes e aos problemas vividos por estes, deu lugar à sede do clube desportivo de Rabo de Peixe.

Conforme refere o *Third Disbursement Claim*, de 10 de Maio de 2006, a 10 de Março foi apresentado em Bruxelas, no Gabinete do Secretário-Geral da EFTA, a reprogramação do projeto.

Em Maio de 2006 foi enviado o ofício ao Gabinete do Mecanismo Financeiro das *EEA Grants* precisamente com as propostas de alteração à intervenção física do projeto devidamente justificadas, indicando que as alterações solicitadas não desacreditam o “espírito” inicial do projeto, mas que, pelo contrário, preveem uma aplicação mais eficiente dos fundos inicialmente previstos.

Um dos pontos fundamentais nas alterações enviadas está relacionado com a intervenção que estava a cargo da CMRG, que previa a reabilitação da orla costeira, nomeadamente a demolição das habitações em condições extremamente precárias na linha do mar e o realojamento das famílias. Embora esse fosse um ponto fundamental e de base para toda a reabilitação da vila de Rabo de Peixe, ficou sem efeito, dadas as dificuldades apresentadas pela CMRG em financiar esta componente do projeto, que implicaria a expropriação e compra das habitações situadas na linha costeira e realojamento das famílias.

Fazem também referência que dado que os fundos das *EEA Grants* não podem ser aplicados nesta componente, impossibilitando assim a sua concretização, então, a verba inicialmente prevista para esta componente, será redirecionada para a construção da escola básica D. Paulo José Tavares, em substituição da sua reabilitação inicialmente prevista, devido a sua extrema degradação.

O próprio ofício refere que embora a renovação da orla costeira da vila de Rabo de Peixe originasse uma transformação positiva na imagem da vila, mas considerando que tal não é possível, opta-se assim por aplicar a verba em equipamento escolar, apostando na instrução das gerações mais jovens.

No *Fourth Disbursement Claim*, de 8 de Agosto de 2006, é apresentado de forma clara as novas componentes da intervenção física, entretanto aprovadas pela EFTA.

Passa-se a ter então:

#### B.3. Novas infraestruturas:

- a) Extensão e renovação do sistema de esgotos/saneamento básico e fornecimento de água
- b) Construção de nova infraestrutura para tratamento de águas residuais

Agora descritas de forma detalhada (para o efeito não interessa aqui detalhar as obras a realizar neste contexto).

#### B.4. Reabilitação urbana:

- c) Reabilitação do espaço urbano público
- d) Reabilitação da frente costeira urbana

#### B.5. Novos equipamentos urbanos:

- e) Um centro familiar

- f) Um centro comunitário e da juventude
- g) Um centro de artes & ofícios
- h) Uma escola profissional
- i) Um edifício para acolher o clube naval local
- j) Uma piscina coberta e aquecida na escola de Rabo de Peixe, Ruy Galvão de Carvalho.
- k) Uma escola básica D. Paulo José Tavares

B.6. Reabilitação de equipamentos urbanos:

- l) Um pavilhão desportivo na escola Ruy Galvão de Carvalho
- m) A escola Ruy Galvão de Carvalho
- n) Edifício para instalação da sede do Clube Desportivo de Rabo de Peixe

B.7. Desenvolvimento de um plano de urbanização detalhado

As intervenções sem efeito:

B.1. (Implementação do programa de realojamento) (investimento nacional adicional)

B.2. (Consolidação da linha costeira) (investimento nacional adicional)

B.5. Novos equipamentos urbanos:

- a) Um pavilhão desportivo numa escola local (mas que acabou por vir a ser construído)
- b) Um complexo desportivo
- c) Uma piscina oceânica

B.6. Reabilitação de equipamentos urbanos:

- a) Reabilitação de uma escola local, substituída pela construção de uma nova escola
- b) Reabilitação dos edifícios existentes para fins culturais e de património
- c) Reabilitação de edifícios existentes para o acolhimento provisório das atividades do projeto

B.8. (Renovação do equipamento do porto de pesca e renovação da frota) (investimento nacional adicional)

Nos relatórios seguintes é apresentado o ponto de situação dos trabalhos que decorreram ao longo do projeto, dando conta do ponto de situação dos concursos para recebimento de propostas de projetos, assinaturas de contratos de construção e a construção e reabilitações em curso.

De um modo geral, a intervenção física concretizou-se de acordo com o previsto, já com as respetivas alterações, embora com atrasos na sua implementação derivados de situações várias, quer pelo arranque tardio das obras, quer pelo atraso na entrega de material de construção. Lembra-se que a vila de Rabo de Peixe está situada numa ilha e, portanto, muito suscetível às condições climáticas, afetando a entrega de materiais provenientes do exterior da ilha.

Ao longo do projeto foram realizados alguns ajustes em termos de custos de obras. Algumas construções que ultrapassaram o seu orçamento foram compensadas por outras que ficaram aquém do previsto.

Há também situações, como o da escola profissional, em que, na proposta de alteração enviada à EFTA, ficou previsto que a escola profissional passaria a ter um investimento de 2.500.000€ face ao inicialmente previsto de 1.500.000€, sendo a diferença suportada pelo governo regional através de um protocolo com a CMRG. No entanto, no *Fifth Disbursement Claim*, de 8 de Novembro de 2006, é referido que por falta de financiamento da CMRG, o financiamento para a construção da Escola Profissional foi

reduzido para 1.500.000€, sendo entretanto retirado do projeto da escola profissional a cozinha, ginásio, auditório e espaços para a formação prática (embora os espaços para formação prática tenham sido incluídos no plano do projeto, para posterior construção).

No *Eleventh Disbursement Claim*, de 8 de Maio de 2008, refere também que foi aberto o concurso para recebimento de propostas de projetos para a construção de um pavilhão desportivo anexo à escola D. Paulo José Tavares, que entretanto tinha ficado sem efeito. Este é um exemplo de uma obra que ficou aquém do orçamento previsto e que foi possível utilizar a restante verba numa das ideias inicialmente previstas em candidatura, aproximando assim o projeto da ideia inicial.

Em Setembro de 2008 foi enviado novo ofício ao *Financial Instrument of EEA Grants* requerendo alterações ao projeto, nomeadamente transferências de verbas entre atividades e construções adicionais. Dado o balanço positivo no valor de 793.796,82€ previsto até ao final do projeto, restando das obras realizadas, foi pedida autorização para alargar a rede de esgotos e abastecimento de água a locais não previstos inicialmente. Com as alterações previstas, foi solicitada a prorrogação do projeto até Março de 2009.

Os relatórios posteriores informam que os trabalhos adicionais prolongaram-se muito além do prazo entretanto solicitado ao *Financial Instrument of EEA Grants*. Os relatórios dão conta de atrasos no pagamento das despesas apresentadas nos *Disbursement Claim* e, por isso, falta de financiamento da parte da CMRG para avançar com a verba necessária para o início das obras adicionais; houve ainda algumas correções necessárias aos *Disbursement Claims*; entretanto foram ainda realizados pedidos adicionais, tais como autorização para a compra de equipamento para a escola D. Paulo José Tavares e equipamento para o clube Naval, derivado do saldo positivo entretanto confirmado.

## **Intervenção social**

A nível da intervenção social, a partir do levantamento dos relatórios apresentados pelo LNEC, de 10/11/2005 a 08/02/2009, vai-se identificar em cada uma das ações delineadas as atividades realizadas. Apenas se fará referência aos relatórios que apresentarem atividades desenvolvidas no período a que dizem respeito.

Como se viu ao longo do trabalho a intervenção foi definida em 4 dimensões que, embora interligadas entre si, tinham propósitos específicos de intervenção para que, de forma geral, minimizassem as problemáticas presentes na população local de Rabo de Peixe.

Na dimensão Residentes, proponha-se essencialmente ao desenvolvimento de atividades para a formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, apoio a crianças e jovens, participação local e cidadania e desenvolvimento das áreas da saúde e desenvolvimento.

Aferiu-se, dos relatórios apresentados, o desenvolvimento das seguintes atividades:

### **A. Residentes**

#### **A.1. Formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho:**

##### **a) Criação e animação do centro de artes e ofícios**

No *Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006, indica que foi realizada uma pesquisa de artesãos locais.

Posteriormente, iniciou-se reuniões com o intuito de desenvolver parcerias com o Centro Regional de Apoio ao Artesanato, para apoiar a primeira apresentação pública de coleções de bordados criadas por locais em estreita colaboração com *designers* da ilha de São Miguel, como refere o *Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006, que se vieram a prolongar até ao final de 2006.

No âmbito desta ação foram ainda organizados e desenvolvidos cursos para decorrerem no Centro de Artes & Ofícios, como faz referência o *Eleventh Disbursement Claim* de 08/05/2008, para darem início aquando da abertura do centro.

O *Twelfth Disbursement Claim* de 08/08/2008 regista as reuniões realizadas com a futura equipa da direção do centro, a instalação dos equipamentos no centro (definidos em reuniões prévias) e a abertura do Centro de Artes & Ofícios. Informa ainda que foram desenvolvidas atividades destinadas a aproximar os jovens do Centro de Artes & Ofícios e a abertura de inscrições dos cursos organizados para decorrerem no Centro de Artes & Ofícios.

#### **b) Apoio na escola profissional**

O *First* e o *Second Disbursement Claim* de 15/11/2005 e 10/02/2006, respetivamente, fazem referência ao desenvolvimento de inquéritos e sua aplicação nas escolas locais aos alunos do 9º ano, para levantamento de necessidades de formação na Escola Profissional da Ribeira Grande.

A apresentação dos resultados dos inquéritos realizados aos alunos do 9º ano sobre o levantamento das escolhas profissionais é realizado entre Maio e Julho de 2006 (*Fourth Disbursement Claim*, de 08/08/2006).

Cerca de um ano depois é dado conta de que foram realizadas ações de motivação para os jovens integrarem a Escola Profissional (*Eighteenth Disbursement Claim* de 08/08/2007)

#### **c) Formação e qualificação profissional**

No âmbito desta ação foram desenvolvidas essencialmente duas atividades: conceção e planeamento de cursos para adultos, para desenvolvimento das competências de literacia e incentivos para a inscrições na Agência Local de Emprego, conforme indicam o *Second* e *Third Disbursement Claim*, de 10/02/2006 e 10/05/2006, respetivamente.

No *Fourth* e *Fifth Disbursement Claim* de 08/08/2006 e 08/11/2006, encontra-se informação de que foram registadas 41 inscrições no curso de literacia para adultos, que entretanto teve o seu início, no âmbito do protocolo realizado com a Direção Regional de Educação. O curso, com a duração de um ano, foi repartido por dois grupos, jovens com idades compreendidas entre os 16 e 21 anos e adultos entre os 18 e 48 anos.

Foram também realizadas dez inscrições na Agência Local de Emprego. Nos meses seguintes deu-se a colaboração de um técnico da Agência Local de Emprego com a RIAC - Rede integrada de apoio ao Cidadão para promoção de ofertas de emprego mais assertivas para os habitantes de Rabo de Peixe (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007).

No âmbito desta ação, em finais de 2007, foi desenvolvida e criada uma parceria com a indústria de pesca local, bem como um curso de atividades agrícolas, em parceria com a Direção Regional do Desenvolvimento Agrário e a Escola Profissional da Ribeira Grande.

É também assinalado nesta ação a organização de cursos a decorrer no Centro de Artes & Ofícios, já referidos na alínea a) do A.1 (*Eleventh Disbursement Claim* de 08/05/2008), bem como as atividades

destinadas a aproximar os jovens do Centro de Artes & Ofícios e a abertura de inscrições dos cursos a decorrerem no Centro de Artes & Ofícios, como refere o *Twelfth Disbursement Claim* de 08/08/2008. Preparação e arranque de novos cursos de literacia para jovens e adultos no segundo semestre de 2008 (*Thirteenth Disbursement Claim*, 08/11/2008).

**d) Formação a nível de competências pessoais e sociais**

Uma das primeiras atividades inseridas nesta ação foi a organização de sessão de esclarecimentos sobre drogas e sexualidade para alunos do 5º ano da escola Ruy Galvão de Carvalho (*First Disbursement Claim* de 15/11/2005).

O *Second Disbursement Claim* de 10/02/2006 faz referência à conceção e planeamento de atividades de natação para crianças e adultos. Alguns meses depois houve lugar a ações de sensibilização e início das aulas de natação para jovens e adultos (*Fourth Disbursement Claim*, de 08/08/2006).

O *Fifth e Sixth Disbursement Claim*, de 08/11/2006 e 08/02/2007, respetivamente, fazem referência à elaboração de contratos-programa entre associações desportivas locais, nomeadamente o Clube Naval, Associação de Jovens de Rabo de Peixe, Clube Desportivo de Rabo de Peixe e Clube de Atletismo de Rabo de Peixe e a Direção Regional de Educação, Formação e Desporto, para promover atividades de natação, ginástica, capoeira, hip-hop e teatro, para jovens e adultos.

Foram também realizados cursos breves sobre gestão doméstica e saúde doméstica para preparação da população a ser realojada, cursos breves sobre a violência doméstica, alimentação saudável e obesidade infantil, sessões de sensibilização para os pais sobre a importância das crianças brincarem e sessões de sensibilização para crianças e adolescentes sobre o abuso de drogas (*Eighth Disbursement Claim*, 08/08/2007)

Neste contexto, nos meses seguintes, houve reforço nas ações de sensibilização sobre gestão doméstica e a importância da educação física, para jovens e adultos, bem como ações educativas e de sensibilização sobre cidadania para adultos. Foi ainda montada uma tenda informativa sobre problemas de saúde genéricos e para medição da tensão arterial (*Tenth e Eleventh Disbursement Claim* de 08/02/2008 e 08/05/2008). Nos períodos seguintes mantiveram-se as mesmas ações de sensibilização direcionadas para a população, adicionando-se sessões educativas e de sensibilização sobre a sexualidade para jovens adolescentes. Realizou-se também atendimento a indivíduos toxicodependentes (*Twelfth Disbursement Claim*, 08/08/2008)

O *Thirteenth Disbursement Claim*, de 08/11/2008, refere a criação de um programa de atendimento a habitantes toxicodependentes, na sequência da atividade anterior, e sessões de sensibilização sobre a limpeza de rua e espaço público para os habitantes, para além da continuação das atividades desenvolvidas anteriormente.

**e) Criação de empresas locais de inserção profissional e cooperativas de atividades económicas**

Foram estabelecidos contactos com diversas entidades com o intuito de criação de empresas de inserção social e profissional, para planeamento da atividade (*Second Disbursement Claim* de 10/02/2006).

Os *Fourth e Fifth Disbursement Claim* de 08/08/2006 e 08/11/2006, respetivamente, fazem referência a reuniões realizadas com *designers* locais para desenvolvimento do projeto para melhoria dos

produtos de artesanato local, referido no ponto A.1.a). Iniciou-se também o planeamento da Feira de Atividades Económicas, com o intuito de envolver a participação de todas as empresas que exercem a sua atividade em Rabo de Peixe, para divulgação dos seus serviços e promover a criação de novas empresas.

No *Seventh Disbursement Claim* de 08/05/2007, constata-se a realização de reunião com a Associação Marítima Açoriana (AMA) sobre a experiência do projeto 'Mudança de Maré', no âmbito do programa Equal (2001-2006), que se debruçou sobre a comunidade piscatória.

Continuação das reuniões com a Câmara de Comércio para preparação e organização da Feira de Atividades Económicas, ficando com data prevista de 7 a 10 de Junho de 2007, a realizar-se no campo de futebol da vila e com o orçamento aprovado.

Foi também aprovado o projeto "Moda e Bordados" pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato. Adicionalmente foram realizados contactos com potenciais bordadeiras e *designers*, tendo-se assistido ao início da produção de alguns trabalhos.

Foi ainda realizada uma sessão de divulgação sobre o Microcrédito, com a participação de 7 habitantes. Nos meses seguintes realizaram-se encontros entre *designers* e 3 bordadeiras para o desenvolvimento das peças de bordados, no âmbito do projeto aprovado. Foram também enviados convites às empresas locais para participação na Feira de Atividades Económicas, entretanto adiada para Outubro de 2007 (*Eighth Disbursement Claim*, de 08/08/2007). A Feira de Atividades Económicas é novamente adiada e acaba por ser realizada de 16 a 18 de Maio de 2008.

O *Tenth Disbursement Claim* de 08/02/2008 refere a realização de atividades no âmbito do projeto em curso, entretanto denominado de "Moda e Bordados".

#### **f) Seminários escolares para adultos**

Para esta ação, foi realizado um levantamento de informação, identificando grupos-alvos e suas necessidades para posterior desenvolvimento de atividades de qualificação profissional (*Second Disbursement Claim* de 10/02/2006).

Cerca de um ano depois, é iniciada a preparação dos dois cursos de literacia para adultos, já referidos nos pontos A.1.a) e A.1.c) (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007). Posteriormente são realizadas reuniões com o Presidente da Escola Secundária de Rabo de Peixe para discutir a possível abertura de um curso para adultos, tendo em consideração o modelo de educação para adultos (*Eighth Disbursement Claim*, de 08/08/2007). No 2º semestre as duas turmas do curso de literacia para adultos arranca, como referido nos pontos A.1.a) e A.1.c).

Os cursos de literacia realizados na Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe têm a duração de um ano letivo, concluindo-se no período do fecho do ano letivo regular (*Twelfth Disbursement Claim*, 08/08/2008).

No ano letivo seguinte 2008/2009, dão início novos cursos de literacia para adultos (*Thirteenth Disbursement Claim*, de 08/11/2008).

### **A.2. Desenvolvimento e apoio a crianças e jovens**

#### **a) (melhoria do plano curricular escolar)**

As atividades com vista a melhorar o plano curricular escolar foram previstas em candidatura, embora não incluídas no financiamento do projeto.

Deram início atividades para avaliar os programas escolares a nível de desenvolvimento pessoal e social, analisando também as iniciativas governamentais e seus incentivos para desenvolvimento dos programas extracurriculares (*Second e Third Disbursement Claim*, de 10/02/2006 e 10/05/2006, respetivamente).

Seguiu-se o desenvolvimento de atividades desportivas e culturais que contribuíssem positivamente para os resultados da escola, realizando-se também um acampamento de verão. Desenvolvimento da ideia de atribuição de prémios para os melhores alunos, patrocinados pelas instituições financeiras (*Fourth Disbursement Claim* de 08/08/2006).

Foram atribuídos 17 prémios no valor de 200€ a crianças com melhores notas e que simultaneamente participaram em atividades desportivas ou culturais e com elevada taxa de assiduidade. Neste período analisou-se ainda a situação de alunos com recursos mais precários, de forma a pensar-se criar uma bolsa para estudos universitários (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006).

O *Seventh Disbursement Claim* de 08/05/2007 refere a atribuição de uma bolsa de estudos à aluna com melhores notas e taxa de assiduidade mais elevada. Foi feito também um levantamento das preferências dos estudantes para avaliação da abertura de cursos profissionais.

Seguidamente foi realizado um levantamento nas escolas locais para aferir o nível de escolaridade das crianças de Rabo de Peixe, sendo realizada a respetiva análise dos resultados, prolongando-se ao longo do período de 3 relatórios, *Eighth, ninth e tenth Disbursement Claim*, de 08/08/2007, 08/11/2007 e 08/02/2008, respetivamente.

No período do último relatório referido, foram novamente atribuídos prémios monetários por instituições financeiras a alunos excelentes.

No 1º semestre de 2008 deu-se a apresentação e debate dos resultados do levantamento realizado junto das escolas locais de Rabo de Peixe, bem como a promoção de debates sobre o insucesso escolar.

Posteriormente, o relatório sobre os resultados escolares foi apresentado à Direção Regional da Educação, com o objetivo de melhorar o programa curricular e os resultados escolares dos estudantes locais (*Thirteenth Disbursement Claim*, de 08/11/2008).

#### **b) Criação do centro para a juventude e animação de atividades desportivas para jovens**

Esta ação teve início com a conceção e planeamento de atividades desportivas (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006), referido também no ponto A.1.d).

O *Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006 faz referência aos contactos estabelecidos entre a Direção Regional da Juventude e a Associação de Jovens de Rabo de Peixe, de forma a dinamizar o Centro da Juventude.

Posteriormente são realizados protocolos para realização de atividades desportivas, tais como a natação, aeróbica, capoeira, hip-hop, ginástica e teatro para jovens e adultos, tal como referido no ponto A.1.d) (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007). No início de 2007 deram apenas início as aulas de aeróbica.

Após abertura do Centro de Juventude, foi dado apoio na utilização de computadores instalados no centro (*Fourteenth Disbursement Claim*, 08/02/2009).

#### **c) Atividades extracurriculares**

Conforme indica o *First Disbursement Claim* de 15/11/2005, foram realizados um *atelier* de verão para as crianças do Bairro Caranguejo e um acampamento de verão para 25 crianças, entre 5 e 10 de Setembro de 2005.

No final do ano, na época natalícia, deu-se a organização do *atelier* de Natal, comunidade da árvore de Natal e festa de Natal (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

No 2º trimestre de 2006 (*Fourth Disbursement Claim* de 08/08/2006), desenvolveu-se a criação de uma Bolsa para o Curso de Atletismo. Realizaram-se ainda inquéritos a alunos do 4º ao 9º ano sobre os interesses desportivos, bem como o desenvolvimento de atividades desportivas como natação, capoeira, hip-hop e *kickboxing* (ponto A.2.a)).

Ao longo do ano letivo 2006/2007, professores locais reformados voluntariaram-se, criando condições para dar apoio a 12 estudantes no Clube Desportivo de Rabo de Peixe.

No início do ano de 2007, foi realizado um levantamento para avaliação das preferências dos estudantes para abertura de cursos profissionais, referido também no A.2.a) (*Seventh Disbursement Claim* de 08/05/2007).

No período de verão de 2007 foi realizado o planeamento de um acampamento de verão para as crianças que não tenham quaisquer atividades previstas para o verão, contratando-se um animador sociocultural para dar apoio no acampamento (*Ninth Disbursement Claim* de 08/11/2007). Iniciou-se também a preparação da visita dos jovens de Rabo de Peixe a Alagoas.

No período natalício de 2007, nas férias de Natal, organizou-se um programa de férias com atividades de tempos livres e um acampamento de férias para as crianças locais. Procedeu-se também à entrega de presentes de Natal às crianças locais (*Tenth Disbursement Claim* de 08/02/2008).

Em 2008 repete-se as atividades de tempos livres para as crianças locais que não têm atividades planeadas para as suas férias de verão, bem como as atividades de tempos livres para as crianças locais para o período de Natal.

O *Thirteenth Disbursement Claim* de 08/11/2008 refere a realização de uma performance de rua de uma banda com tambores.

#### **d) Jardim-de-infância e enfermaria**

Foram realizadas visitas domiciliárias a crianças problemáticas pela equipa local (*First Disbursement Claim* de 15/11/2005).

No início de 2006 foi elaborado um relatório de avaliação do jardim-de-infância (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

Posteriormente, como indica o *Fourth Disbursement Claim* de 08/08/2006, seguiu-se o levantamento e identificação das mães do bairro e registo das crianças com necessidades educativas especiais.

Nos meses seguintes realizou-se um curso de preparação para o parto, ministrado a 9 mães adolescentes no centro de saúde (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006). Curso que veio a repetir-se em novembro para um número alargado de participantes.

Realização de reuniões entre a equipa local e a equipa de Intervenção Precoce da Ribeira Grande para planeamento de atividades a terem lugar no futuro Centro Familiar. Continuação do levantamento de identificação de famílias com crianças com necessidades educativas especiais e de mães com crianças até aos 6 anos, dos bairros problemáticos (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007).

Cerca de um ano depois, realizaram-se reuniões com a Câmara Municipal da Ribeira Grande e o Instituto de Ação Social para debate de futuras funcionalidades do Centro Familiar (*Tenth Disbursement Claim* de 08/02/2008).

O *Twelfth Disbursement Claim* de 08/08/2008 indica a abertura do Centro Familiar e formação prestada aos técnicos a integrar a equipa do Centro Familiar.

O *Thirteenth Disbursement Claim* de 08/11/2008 dá conta de vagas ainda por preencher no centro de enfermaria/familiar

### **A.3. Participação local e cidadania**

#### **a) Criação e animação do centro cívico/familiar como ponto de encontro**

No âmbito desta ação, como indica o *Second Disbursement Claim* de 10/02/2006, planeou-se atividades com o objetivo de iniciar o Clube de Drama (teatro), um centro de informação, bem como a organização da Feira de Sabores da Época.

Deu-se a apresentação pública do projeto do Centro Cívico/Familiar, expectando receber contributos e opiniões dos residentes (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006).

O grupo de teatro, entretanto criado, foi integrado na Associação de Jovens local. Em Dezembro de 2006 foi realizada uma peça pelo grupo (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007).

As atividades dos pontos A.1.d) e A.1.e) estão estreitamente relacionadas com esta ação.

#### **b) Animação e criação do museu local**

Conceção e planeamento de atividades no âmbito desta ação (*Second Disbursement Claim* de 10/02/2006).

Planeamento de exposição de fotografia com 10 fotógrafos convidados, com o objetivo de publicar um catálogo (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006) e planeamento de uma outra exposição com fotografias das crianças residentes (*Sixth Disbursement Claim*, 08/02/2007).

Organização da exposição de fotografia sobre Rabo de Peixe (*Eleventh Disbursement Claim* de 08/05/2008).

O *Thirteenth Disbursement Claim* de 08/11/2008 refere o encerramento da exposição de fotografia sobre Rabo de Peixe e a criação de um catálogo da exposição com seleção da foto vencedora.

#### **c) Organização de “associação de pais” escolar**

Conceção e planeamento de atividades no âmbito desta ação (*Second Disbursement Claim* de 10/02/2006).

Planeamento e início do curso de preparação para o parto, referido no ponto A.2.d) (*Fifth e Sixth Disbursement Claim* de 08/11/2006 e 08/02/2007).

Planeamento de uma parceria com o projeto “Porto Seguro”, que faz o acompanhamento de jovens entre os 15 e 21 anos em situações de risco ou de exclusão social. Realização de sessões de sensibilização em parceria com o centro de saúde local e o Serviço de Ação Social municipal. Levantamento e registo das adolescentes grávidas, com o apoio do centro de saúde. (*Seventh Disbursement Claim* de 08/05/2007). Após o levantamento e identificação das adolescentes grávidas, fez-se o acompanhamento destas ao longo do período de gravidez.

Definição de um plano de ação de natureza preventiva para adolescentes grávidas (*Tenth e Eleventh Disbursement Claim* de 08/02/2008 e 08/05/2008).

**d) Ações de mobilização associativas de vizinhança (reajuntamento e manutenção do espaço público/comunitário)**

Planeamento de criação de uma Associação de Bairro e outras atividades (*Second e Third Disbursement Claim*, de 10/02/2006 e 10/05/2006, respetivamente).

Realização de reuniões com alguns residentes e registo das principais necessidades. Apoio e incentivo na criação da Associação de Bairro, no Bairro Novo ou de Santos (*Fourth e Fifth Disbursement Claim* de 08/08/2006 e 08/11/2006).

Continuação com as reuniões mensais para registar e tentar resolver as necessidades dos residentes (*Sixth Disbursement Claim* de 08/02/2007).

A partir do *Eighth Disbursement Claim*, de 08/08/2007 esta ação deixa de realizar quaisquer atividades. É referido no relatório, e nos seguintes, a dificuldade em criar uma associação de bairro na comunidade de Rabo de Peixe, pela falta de envolvimento e interesse da própria comunidade.

**e) Formação na mediação social**

Para realização de atividades nesta ação, foi realizada inicialmente pesquisa bibliográfica e documental sobre qualificação na mediação social, bem como pesquisa de oportunidades de formação para a equipa local (*Second Disbursement Claim* de 10/02/2006).

Foi analisada a possibilidade da equipa técnica local receber formação na mediação de conflitos, de forma a partilhar com as entidades locais (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006).

O *Sixth Disbursement Claim* de 08/02/2007 refere os contactos estabelecidos com a Associação de Mediação Social de forma a desenvolver uma equipa local para gerir o impacto social na população, dos trabalhos de construção da rede de esgotos, tratamento das águas residuais e prolongamento do abastecimento de águas.

Posteriormente foi preparado um curso certificado sobre mediação de conflitos, que teve lugar de 24 a 27 de setembro 2007 no Clube Desportivo de Rabo de Peixe, com a participação da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, a polícia local, escolas locais e o Clube Desportivo Local (*Eighth Disbursement Claim*, de 08/08/2007).

**A.4 Saúde e ambiente**

**a) Atividades de sensibilização ambiental**

O *Second Disbursement Claim* de 10/02/2006 refere atividades de conceção e planeamento com vista à participação no projeto “ECO-Escolas”.

Preparação e realização da campanha Limp’olixo, que teve a duração de três meses, envolvendo escolas e grupos estratégicos, como os agricultores, distribuidores, etc. e sensibilização porta a porta. A campanha cobriu 1122 famílias, incluindo 1500 jovens (*Fifth e Sixth Disbursement Claim* de 08/11/2006 e 08/02/2007).

Em Janeiro de 2007 foram ainda realizadas campanhas sobre a recolha do lixo e colocados 6 ecopontos na vila de Rabo de Peixe.

O *Eight Disbursement Claim* de 08/08/2007 indica ainda a realização de um concurso de recolha de tampas de plástico e pilhas usadas, atribuindo um prémio à turma que maior angariação realizou. Atingiu-se uma recolha de 121kg de tampas e 50kg de pilhas.

**b) Atividades de sensibilização de saúde**

Foram desenvolvidas campanhas de rastreamento de colesterol elevado e diabetes, bem como campanhas de sensibilização sobre a sexualidade nas escolas locais, através da disciplina de formação cívica (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

Posteriormente foi desenvolvido um plano de ações de sensibilização sobre saúde para a população em geral, ações de sensibilização sobre a importância da atividade física e hábitos de alimentação saudável, realizadas no dia mundial do Reformado. Foram ainda realizadas ações direcionadas para as famílias com crianças com necessidades educativas especiais, de forma a serem seguidas pela Equipa de Intervenção Precoce da Ribeira Grande (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006).

O *Sixth Disbursement Claim* de 08/02/2007 indica a realização de ações de sensibilização às famílias sobre a obesidade e os diabetes nas crianças. Deram início aulas de aeróbica para mulheres adultas. Ainda no âmbito desta ação, como já referido no ponto A.1.d), foram realizados cursos breves sobre a violência doméstica, alimentação saudável e obesidade infantil, sessões de sensibilização para os pais sobre a importância das crianças brincarem e sessões de sensibilização para crianças e adolescentes sobre o abuso de drogas (*Eighth Disbursement Claim*, 08/08/2007).

#### **c) Prevenção primária ao abuso de álcool e drogas**

Cooperação em formações de sensibilização sobre a toxicodependência com apresentação nas escolas locais (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

No início de 2006 foi criado um grupo de autoajuda de indivíduos que padeciam de alcoolismo crónico. Organização da festa “Wave”, entre as 14h e 18h de 16 de Junho de 2006, alusiva ao dia internacional contra o Consumo e tráfico de drogas (*Fifth Disbursement Claim* de 08/11/2006).

#### **d) Sensibilização para o tratamento de alcoolismo crónico e seu acompanhamento**

Foram iniciados contactos com instituições e planeamento de atividades (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

Desenvolvimento de sessões públicas sobre o consumo abusivo do álcool e apoio na criação do grupo de alcoólicos anónimos (*Fourth e Fifth Disbursement Claim* de 08/08/2006 e 08/11/2006).

No início de 2007 teve lugar a 1ª reunião do grupo de alcoólicos anónimos (*Sixth Disbursement Claim* de 08/02/2007).

Na dimensão relativa à Gestão e Organização do projeto (dimensão C), vão ser referenciadas as atividades relevantes para o presente estudo, já que algumas delas referem-se à própria constituição das equipas de gestão e sua organização.

### **C. Gestão e Organização**

#### **C.1. Criação de uma estrutura de gestão para o desenvolvimento social local, com equipa de apoio e de assistência social integrada localmente**

Foi criada desde logo a estrutura de gestão, com a respetiva equipa executiva local. Aqui é importante referir que estava previsto a instalação do gabinete da equipa no centro da vila, de forma a estarem integrados na comunidade de Rabo de Peixe, mas o gabinete acabou por ser reinstalado, não mantendo o propósito inicial.

#### **C.2. Equipa técnica local de constituição multidisciplinar**

A equipa técnica local apresenta uma constituição multidisciplinar. Com a nomeação da nova gestora do projeto, foram realizadas alterações e adaptações da equipa técnica local, nomeadamente a nível das atividades administrativas, técnicas e sociais.

### **C.3. Criação e acompanhamento de elementos de gestão, nomeadamente base de dados**

Para além do Sistema Informático de Monitorização desenvolvido e implementado pelo agente de controlo, o LNEC, para o acompanhamento do projeto, foi também desenvolvida, pela equipa local, uma base de dados social com recurso ao programa SPSS, que foi sendo constantemente alimentada e adaptada conforme as necessidades do projeto.

Com recurso a essa base de dados, foram tratados e analisados os resultados dos inquéritos aplicados à população de Rabo de Peixe, nomeadamente aos bairros do Caranguejo, Pescadores, Cova da Moura, Alameda de Belém, São Sebastião e Bairro Novo.

Foram também tratados e analisados os resultados provenientes dos inquéritos realizados sobre as mães e grávidas adolescentes e sobre a campanha da recolha do lixo.

### **C.4. Qualificação e formação técnica:**

#### **a) Supervisão e formação da equipa técnica local**

A nível de formação da equipa local, no início do projeto, decorreu a participação de duas técnicas em conferências e formação nas áreas de reabilitação psicossocial, iniciação à museologia e avaliação das competências do desenvolvimento infantil (*First Disbursement Claim* de 15/11/2005).

Participação da equipa técnica num *workshop* sobre a intervenção precoce e um curso de formação sobre mediação social e comunitária (*Ninth Disbursement Claim* de 08/11/2007).

Foram realizadas, ao longo do projeto, diversas reuniões de supervisão e de apoio técnico para a intervenção social, entre a equipa do LNEC e a equipa técnica local.

#### **b) Apoio na formação de técnicos parceiros (para a mediação familiar e de jovens)**

Participação na preparação da conferência “A mulher na Pesca: que perspetivas?” e seminário “(Des)Ordem na Escola” (*Second Disbursement Claim*, de 10/02/2006).

Planeamento e preparação do curso de mediação de conflitos para os diferentes técnicos e entidades envolvidas no projeto, com a participação de entidades locais, referido no ponto A.3.e) (*Eighth Disbursement Claim*, 08/08/2007)

### **C5. Ações de gestão**

#### **a) Consolidação de parcerias**

No início do projeto foi organizado o *workshop* dos parceiros locais (*First Disbursement Claim* de 15/11/2005). Uns anos depois foi realizado novo *workshop* com os parceiros locais.

Assinatura de protocolo com a Universidade dos Açores, em Dezembro de 2006, que estabeleceu três bolsas de 2.500€ cada, para as dissertações de mestrado que tivessem como tema Rabo de Peixe.

O *Seventh Disbursement Claim* de 08/05/2007 refere a preparação de um novo *workshop* para os parceiros locais e a comissão executiva do projeto e a preparação do intercâmbio entre Alagoas e Rabo de Peixe de jovens residentes. Refere ainda a criação de novas parcerias com a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande sobre o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Realização de reuniões com o responsável pelo Departamento Social da Câmara Municipal da Ribeira Grande com o intuito de uma colaboração nos cursos sobre a limpeza de casas e acomodação das

famílias de Rabo de Peixe nas novas casas (*Eighth Disbursement Claim*, 08/08/2007). Ainda neste período realizou-se o intercâmbio entre crianças de Rabo de Peixe e Alagoas, preparado anteriormente. Verificou-se também a consolidação da parceria entre a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande e o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Preparação do curso de Intervenção precoce, orientado pela Associação Nacional de Intervenção Precoce (*Tenth e Eleventh Disbursement Claim*, 08/02/2008 e 08/05/2008).

**b) Atividades de desenvolvimento de projetos da comunidade e para a comunidade**

No 1º semestre de 2006 foi realizada a apresentação pública do projeto. (*Fourth Disbursement Claim*, de 08/08/2006).

Entre o final de 2006 e início de 2007 foram colocados diversos *outdoors* em locais estratégicos.

A dimensão D. Representação Social é de extrema importância para o reforço da imagem positiva da vila de Rabo de Peixe que se pretende criar com a implementação do projeto. Vai-se descrever, de seguida, segundo a informação dos relatórios apresentados pelo LNEC, as atividades desenvolvidas nas respetivas ações.

**D. Representação social**

**D.1. Promoção do património cultural e história local**

Criação do jornal o “Pregão” (*Third Disbursement Claim*, de 10/05/2006).

Divulgação das 3 bolsas, de 2.500€ cada, para dissertações de mestrado que adotem como tema Rabo de Peixe (*Fifth e Sixth Disbursement Claim* de 08/11/2006 e de 08/02/2007).

**D.2. Informação e comunicação interna e externa**

**a) Extensão da participação a não residentes**

Criação e desenvolvimento do *website*, em português e inglês: [www.eftarabodepeixe.com](http://www.eftarabodepeixe.com) (à data do presente estudo encontra-se desativado).

Debate sobre a promoção do projeto de Rabo de Peixe junto da comunidade emigrante açoriana, nomeadamente a residente nos EUA e Canadá e participação em eventos científicos: 2º Seminário sobre Artes & Ofícios e Seminário sobre a Gestão de Qualidade nas Organizações Sociais, de forma a divulgar o projeto (*Fifth e Sixth Disbursement Claim*, 08/11/2006 e 08/02/2007).

Realização de duas visitas organizadas a Rabo de Peixe com os alunos da escola profissional EPROSEC e o grupo parlamentar do Partido Social Democrata (*Eighth Disbursement Claim*, 08/08/2007).

Exposição fotográfica organizada pelo fotógrafo micalense Tito Cardoso, com trabalhos realizados pelos jovens residentes de Rabo de Peixe sobre a vila de Rabo de Peixe, representando elementos característicos de Rabo de Peixe (*Ninth Disbursement Claim*, 08/11/2007).

**b) Informação e comunicação**

Publicação trimestral do jornal o “Pregão”, com o primeiro número publicado no 1º trimestre de 2006. Implementação de um quadro informativo com avisos para a comunidade e colocação de *outdoors* sobre o projeto. Foi também disponibilizada uma carrinha para apoio às atividades do projeto, financiada pelo Governo Regional (*Third Disbursement Claim*, de 10/05/2006).

Ao longo do projeto, diversos artigos redigidos pela equipa local sobre o projeto, foram publicados em jornais locais, regionais e nacionais.

Participação do projeto na “Feira do Mar” (*Fifth Disbursement Claim*, de 08/11/2006) para divulgação das atividades.

Entrevista dada pela gestora do projeto, Piedade Lalanda, ao jornal “Correio do Norte” (*Seventh Disbursement Claim*, de 08/05/2007) e posteriormente à Lusa, agência de notícias de Portugal (*Eleventh Disbursement Claim* de 08/05/2008).

Apresentação sumária do projeto ao deputado português do Parlamento Europeu (*Ninth Disbursement Claim* de 08/11/2007).

Visita a Rabo de Peixe da secretária da embaixada norueguesa (*Tenth Disbursement Claim* de 08/02/2008) e nos meses seguintes pelos presidentes das Associações dos Emigrantes dos EUA e Canadá (*Eleventh Disbursement Claim* de 08/02/2008).

Em meados de 2008 foram inaugurados o Centro Familiar, Centro de Artes & Ofícios e o Centro Comunitário e da Juventude.

Realizou-se ainda reuniões com a direção da televisão nacional para proposta de um programa televisivo sobre Rabo de Peixe (*Thirteenth Disbursement Claim*, de 08/11/2008).

**Anexo O – Quadro resumo das atividades desenvolvidas e resultados previstos em candidatura**

Dimensões e ações	Atividades desenvolvidas	Resultados expectáveis do projeto
<b>A. Residentes</b>		Quebrar com a inércia instalada e a dependência externa. Trabalhar as características empreendedoras a nível individual e social, qualificação educacional e profissional, inserção no mercado de trabalho, trabalhar com os jovens uma visão abrangente de novas oportunidades para os seus projetos de vida e a melhoria e incentivo na participação dos habitantes para a comunidade.
A.1. Formação e qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho		
g) Criação e animação do centro de artes e ofícios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de artesãos locais.</li> <li>• Parcerias com o Centro Regional de Apoio ao Artesanato para apoiar apresentação pública de coleções de bordados criados por locais em estreita colaboração com <i>designers</i> da ilha de São Miguel.</li> <li>• Desenvolvimento e início de cursos de literacia.</li> <li>• Atividades para aproximar os jovens do Centro de Artes &amp; Ofícios</li> </ul>	Pretende-se que o centro de artes e ofícios funcione como um <i>atelier</i> de “ofícios” (artesanato) e que sirva de loja para a venda de produtos locais. Tem como objetivo último o resgate de produtos e trabalhos locais, como por exemplo, o bordado, artesanato ligado ao mar e pesca, gastronomia local. Com isto pretende melhorar e explorar a potencialidade das competências da população, incentivando ao autoemprego e desenvolver a produção local.
h) Apoio na escola profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inquéritos nas escolas locais aos alunos do 9º ano, para levantamento de necessidades de formação na Escola Profissional da Ribeira Grande.</li> <li>• Apresentação dos resultados</li> <li>• Ações de motivação para os jovens integrarem a Escola Profissional</li> </ul>	Com o apoio na escola profissional e a formação e qualificação profissional, tenciona-se trabalhar em conjunto com a escola profissional de forma a criar atividades de sensibilização à população para a importância da formação e qualificação profissional e criar até outros projetos alternativos de profissionalização e/ou desenvolver os já existentes,

		nomeadamente formações ligadas à construção, jardinagem, comércio, novas tecnologias, não esquecendo também aquelas que estão relacionadas com as atividades atuais mais presentes na população, como a pesca e agricultura.
i) Formação e qualificação profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos para adultos, para desenvolvimento das competências de literacia</li> <li>• Incentivos nas inscrições na Agência Local de Emprego</li> <li>• Parceria com a indústria de pesca local</li> <li>• Curso de atividades agrícolas</li> <li>• Cursos a decorrer no Centro de Artes &amp; Ofícios e atividades destinadas a aproximar os jovens do Centro de Artes &amp; Ofícios (referidos na alínea a) do A.1)</li> <li>• Preparação e arranque de novos cursos de literacia para jovens e adultos</li> </ul>	<p>Pretende-se aumentar a qualificação profissional da população, aumentando a diversidade de saídas profissionais para a mesma, incentivar a população a desenvolver potencialidades eventualmente “adormecidas”, e claro potenciar o autoemprego.</p>
j) Formação a nível de competências pessoais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de sensibilização e início de aulas de natação para jovens e adultos</li> <li>• Contratos-programa entre associações desportivas locais e a Direção Regional de Educação, Formação e Desporto, para promover atividades de natação, ginástica, capoeira, hip-hop e teatro, para jovens e adultos.</li> <li>• Cursos breves sobre gestão doméstica e saúde doméstica</li> <li>• Cursos breves sobre a violência doméstica</li> <li>• Cursos breves sobre alimentação saudável, obesidade infantil e atividade física</li> </ul>	<p>A formação a nível de competências pessoais e sociais tem em vista a preparação de <i>workshops</i> para o desenvolvimento de projetos de vida e criar um <i>focus group</i> local para partilha de experiências. Com este ponto pretende-se um trabalho a nível de melhoria de autoestima individual e social da população, incentivar a criação de projetos empreendedores e de desenvolvimento de projetos de vida.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessões de sensibilização, para os pais, sobre a importância das crianças brincarem</li> <li>• Sessões de sensibilização para crianças e adolescentes sobre o abuso de drogas</li> <li>• Sessões educativas e de sensibilização sobre a sexualidade para jovens adolescentes</li> <li>• Ações educativas e de sensibilização sobre cidadania para adultos.</li> <li>• Sessões de sensibilização sobre a limpeza de rua e espaço público</li> <li>• Tenda informativa sobre problemas de saúde genéricos e para medição da tensão arterial</li> <li>• Programa de atendimento a habitantes toxicodependentes</li> </ul>	
<p>k) Criação de empresas locais de inserção profissional e cooperativas de atividades económicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecidos contactos com diversas entidades para criação de empresas de inserção social e profissional</li> <li>• Realização da Feira de Atividades Económicas e Culturais de Rabo de Peixe para divulgação dos serviços das empresas locais e promover a criação de novas empresas.</li> <li>• Projeto “Moda e Bordados”, estabelecendo contacto entre <i>designers</i> locais e bordadeiras locais para produção de trabalhos inovadores (referido no ponto A.1.a.)</li> <li>• Realização de uma sessão de divulgação do Microcrédito.</li> </ul>	<p>No que se refere à criação de empresas de inserção profissional local e cooperativas de atividades económicas, pretende-se exatamente isso, criar empresas locais que façam a ponte com o mercado de trabalho, onde estejam registados os habitantes locais disponíveis para trabalhar, em áreas como construção ou pequenos trabalhos de reparação, restauração, hotelaria, produção e transformação de produtos locais, etc., e a criação de cooperativas locais para o setor da agricultura e pesca.</p>
<p>l) Seminários escolares para adultos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de grupos-alvos e suas necessidades</li> </ul>	<p>E por último, os seminários escolares para adultos têm como objetivo a redução da iliteracia na população, nomeadamente</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dois cursos de literacia para adultos no ano letivo de 2007/2008 e outros para o ano letivo de 2008/2009 (referidos nos pontos A.1.a) e A.1.c))</li> </ul>	<p>no seio daqueles mais jovens que abandonaram o ensino obrigatório.</p>
<p>A.2. Desenvolvimento e apoio a crianças e jovens</p>		
<p>a) (melhoria do plano curricular escolar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de programas escolares a nível de desenvolvimento pessoal e social e análise das iniciativas governamentais e seus incentivos para desenvolvimento dos programas extracurriculares</li> <li>• Desenvolvimento de atividades desportivas e culturais</li> <li>• Acampamento de verão</li> <li>• Atribuição de mais de 17 prémios no valor de 200€ a crianças com melhores notas e que simultaneamente participaram em atividades desportivas ou culturais e com elevada taxa de assiduidade.</li> <li>• Atribuição de uma bolsa de estudos à aluna com melhores notas e taxa de assiduidade mais elevada.</li> <li>• Levantamento das preferências dos estudantes para avaliação da abertura de cursos profissionais.</li> <li>• Levantamento do nível de escolaridade das crianças de Rabo de Peixe realizado nas escolas locais e promoção de debates sobre o insucesso escolar.</li> <li>• Apresentação do relatório sobre os resultados escolares à Direção Regional da Educação, para a melhoria do programa curricular e resultados escolares dos estudantes locais</li> </ul>	<p>Atividades não previstas em candidatura para desenvolvimento da respetiva ação, visto que é uma atividade extra financiamento do projeto, embora seja necessária para uma integração completa das diferentes dimensões do projeto</p>

<p>b) Criação do centro para a juventude e animação de atividades desportivas para jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceção e planeamento de atividades desportivas, referido no ponto A.1.d).</li> <li>• Contactos estabelecidos entre a Direção Regional da Juventude e a Associação de Jovens de Rabo de Peixe para dinamizar o Centro da Juventude.</li> <li>• Protocolos para realização de atividades desportivas: natação, aeróbica, capoeira, hip-hop, ginástica e teatro para jovens e adultos, tal como referido no ponto A.1.d)</li> <li>• No início de 2007 deram início as aulas de aeróbica.</li> <li>• Apoio na utilização de computadores instalados no Centro de Juventude</li> </ul>	<p>No que se refere ao centro de juventude, animação de atividades desportivas para jovens, pretende-se disponibilizar um leque de atividades para crianças e jovens, nomeadamente atividades desportivas e náuticas, ocupando-os nos seus tempos livres, de forma a retirá-los de situações de risco, tais como consumo de drogas e criminalidade, projetando-os para as oportunidades que a sociedade oferece de forma a criarem os seus próprios projetos de vida.</p> <p>Também se pretende envolver as crianças do sexo feminino em atividades para quebrar o seu isolamento em casa.</p>
<p>c) Atividades extracurriculares</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Atelier</i> de verão 2005 para as crianças do Bairro Caranguejo</li> <li>• Acampamento de verão para 25 crianças, entre 5 e 10 de Setembro de 2005.</li> <li>• Organização do <i>atelier</i> de Natal, comunidade da árvore de Natal e festa de Natal 2005</li> <li>• Desenvolvimento de Bolsa para o Curso de Atletismo</li> <li>• Realização de inquéritos a alunos do 4º ao 9º ano sobre os interesses desportivos</li> <li>• Desenvolvimento de atividades desportivas como natação, capoeira, hip-hop e <i>kickboxing</i> (ponto A.2.a)).</li> <li>• Apoio a 12 estudantes no Clube Desportivo de Rabo de Peixe, ao longo do ano letivo 2006/2007, de professores locais reformados voluntários</li> </ul>	<p>A nível de atividades extracurriculares, pretende-se reforçar as atividades e <i>workshops</i> existentes nas escolas, complementando-os com diversas áreas culturais, sociais e de lazer, nomeadamente a nível de comunicação, artística e desportivas. Existe ainda o objetivo de dinamizar atividades para as férias, de forma a proporcionar outros interesses individuais e multiculturais, e também no intercâmbio de alunos no que concerne a experiências externas.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento para avaliação das preferências dos estudantes para abertura de cursos profissionais, referido também no A.2.a)</li> <li>• Acampamento de verão 2007 e 2008 com a contratação de um animador sociocultural para dar apoio no acampamento</li> <li>• Preparação da visita dos jovens de Rabo de Peixe a Alagoas.</li> <li>• Atividades de tempos livres e um acampamento de férias de natal de 2007 e 2008 para as crianças locais</li> <li>• Entrega de presentes de Natal às crianças locais</li> <li>• Performance de rua de uma banda com tambores.</li> </ul>	
<p>d) Jardim-de-infância e enfermaria</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas domiciliárias a crianças problemáticas</li> <li>• Elaboração de um relatório de avaliação do jardim-de-infância</li> <li>• Levantamento e identificação das mães de bairros problemáticos com crianças até aos 6 anos e registo de famílias com crianças com necessidades educativas especiais</li> <li>• Cursos de preparação para o parto, ministrado a mães adolescentes no centro de saúde.</li> <li>• Planeamento com a equipa de Intervenção Precoce da Ribeira Grande de atividades a terem lugar no futuro Centro Familiar.</li> </ul>	<p>A criação do jardim-de-infância e centro de enfermaria tem como objetivo responder de uma forma mais alargada a serviços necessários, nomeadamente permitir a uma maior disponibilidade por parte das mulheres no envolvimento do seu desenvolvimento individual e social. Envolver também a própria população na organização do projeto.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões com a Câmara Municipal da Ribeira Grande e o Instituto de Ação Social para debate de futuras funcionalidades do Centro Familiar</li> </ul>	
A.3. Participação local e cidadania		
a) Criação e animação do centro cívico/familiar como ponto de encontro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Clube de Drama (teatro), entretanto integrado na Associação de Jovens local. Em Dezembro de 2006 foi realizada uma peça pelo grupo</li> <li>• Organização da Feira de Sabores da Época.</li> <li>• Apresentação pública do projeto do Centro Cívico/Familiar, expectando receber contributos e opiniões dos residentes</li> <li>• As atividades dos pontos A.1.d) e A.1.e) estão estreitamente relacionadas com esta ação.</li> </ul>	Criação de um novo ponto de encontro para a comunidade (centro cívico), completamente neutro, que rompa com a separação do género no acesso aos espaços e uso atribuídos. Um espaço que sirva como referência para a comunicação e informação da população bem como dinâmicas de auto-organização para iniciativas comunitárias.
b) Animação e criação do museu local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição fotográfica sobre Rabo de Peixe, com fotografias de crianças residentes e fotógrafos convidados</li> <li>• Criação de um catálogo da exposição com seleção da foto vencedora.</li> </ul>	O museu local terá como objetivo reforçar e proteger o património cultural e história local da comunidade, produzindo um orgulho e aumento de autoestima na população, proporcionando também a abertura da comunidade para o exterior, de forma a atrair visitantes externos à comunidade.
c) Organização de "associação de pais" escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de preparação para o parto para adolescentes grávidas, referido no ponto A.2.d)</li> <li>• Planeamento de uma parceria com o projeto "Porto Seguro", que faz o acompanhamento de jovens entre os 15 e 21 anos em situações de risco ou de exclusão social.</li> <li>• Levantamento e registo das adolescentes grávidas, bem como seu acompanhamento, com o apoio do centro de saúde.</li> </ul>	Pretende-se com a organização da associação de pais um espaço para encontros/reuniões regulares para atividades de formação e seminários informativos e troca de experiências entre pais, de forma a sensibilizar para o sistema e estrutura familiar.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de sessões de sensibilização em parceria com o centro de saúde local e o Serviço de Ação Social municipal.</li> <li>• Definição de um plano de ação de natureza preventiva para adolescentes grávidas</li> </ul>	
<p>d) Ações de mobilização associativas de vizinhança (realojamento e manutenção do espaço público/comunitário)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeamento de criação de uma Associação de Bairro prestando apoio e incentivo na criação da Associação de Bairro, no Bairro Novo ou de Santo.</li> <li>• Realização de reuniões com alguns residentes e registo das principais necessidades.</li> <li>• A Associação de Bairro acabou por não se concretizar, com indicação de que não houve envolvimento e interesse da própria comunidade.</li> </ul>	<p>Nas ações de mobilização associativas da comunidade pretende-se criar uma associação de “bairro” que acompanhe o processo de realojamento e de manutenção dos espaços públicos. Tem também como objetivo a criação de um fórum de espaço de discussão aberto a toda a comunidade onde se pretende debater os problemas relativos à manutenção do espaço comum à comunidade. Assim, pretende-se o envolvimento de toda a população de forma a atrair o interesse e preocupação no processo de realojamento e na conservação do espaço público e procurar solucionar os problemas que surjam ao longo dos processos, procurando conseqüentemente uma coesão social interna da população, reduzir o vandalismo e mitigar a imagem negativa da localidade.</p>
<p>e) Formação na mediação social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contactos estabelecidos com a Associação de Mediação Social para criação de equipa local para gerir o impacto social na população, dos trabalhos de construção da rede de esgotos, tratamento das águas residuais e prolongamento do abastecimento de águas.</li> <li>• Curso certificado sobre mediação de conflitos com a participação da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira</li> </ul>	<p>Na formação na mediação social pretende-se também organizar seminários e formações em mediação de forma à população tornar-se auto-suficiente na resolução de problemas.</p>

	Grande, a polícia local, escolas locais e o Clube Desportivo Local	
A.4 Saúde e ambiente		
e) Atividades de sensibilização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no projeto “ECO-Escolas”.</li> <li>• Preparação e realização da campanha Limp’olixo”. A campanha cobriu 1122 famílias, incluindo 1500 jovens</li> <li>• Campanhas sobre a recolha do lixo e colocação de 6 ecopontos na vila de Rabo de Peixe.</li> <li>• Realização de um concurso de recolha de tampas de plástico e pilhas usadas. Atingiu-se uma recolha de 121kg de tampas e 50kg de pilhas</li> </ul>	As atividades de sensibilização ambiental pretendem melhorar e fomentar o envolvimento dos habitantes, de forma a melhorar a qualidade de vida e saúde da vizinhança e dos próprios, reduzir a poluição do espaço público, lixo e vandalismo, melhorando também a imagem da comunidade. Tem também como objetivo contribuir para o aumento da autoestima dos habitantes e uma satisfação de pertença ao local que habitam.
f) Atividades de sensibilização de saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campanhas de rastreamento de colesterol elevado e diabetes</li> <li>• Campanhas de sensibilização nas escolas locais sobre a sexualidade</li> <li>• Ações de sensibilização sobre a importância da atividade física e hábitos de alimentação saudável, realizadas no dia mundial do Reformado.</li> <li>• Ações de sensibilização às famílias sobre a obesidade e os diabetes nas crianças.</li> <li>• Início das aulas de aeróbica para mulheres adultas.</li> <li>• Ações direcionadas para as famílias com crianças com necessidades educativas especiais, para serem seguidas pela Equipa de Intervenção Precoce da Ribeira Grande</li> </ul>	As atividades de sensibilização de saúde, pretendem melhorar e fomentar o envolvimento dos habitantes, de forma a melhorar a qualidade de vida e saúde dos próprios, reduzir a incidência da doença, melhorando também a imagem da comunidade. Tem também como objetivo contribuir para o aumento da autoestima dos habitantes.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de cursos breves sobre a violência doméstica, sessões de sensibilização para os pais sobre a importância das crianças brincarem e sessões de sensibilização para crianças e adolescentes sobre o abuso de drogas, como já referido no ponto A.1.d),</li> </ul>	
g) Prevenção primária ao abuso de álcool e drogas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação em formações de sensibilização sobre a toxicodependência</li> <li>• Organização da festa “Wave”, alusiva ao dia internacional contra o Consumo e tráfico de drogas</li> </ul>	Relativamente à prevenção primária do abuso de álcool e drogas, pretende-se desenvolver atividades de sensibilização junto das escolas e desenvolver ferramentas pedagógicas a serem aplicadas na escola.
h) Sensibilização para o tratamento de alcoolismo crónico e seu acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessões públicas sobre o consumo abusivo do álcool</li> <li>• Apoio na criação do grupo de alcoólicos anónimos, com a realização da 1ª reunião do grupo de alcoólicos anónimos, no início de 2007</li> </ul>	Relativamente ao tratamento da doença do alcoolismo crónico, pretende-se desenvolver atividades para identificar casos de doença crónica e ações de sensibilização de demonstração dos tratamentos existentes e acompanhamento dos mesmos.
<b>C. Gestão e Organização</b>		Este grupo de ação destina-se a melhorar o nível de eficácia de intervenção dos atores envolvidos no projeto e o desenvolvimento e implementação social do mesmo, assegurando uma implementação integrada. Também tem como intuito desenvolver parcerias de redes locais para acompanhar a implementação do projeto e manterem-se para além deste.
C.1. Criação de uma estrutura de gestão para o desenvolvimento social local, com equipa de apoio e de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reinstalação da equipa executiva local, fora dos bairros problemáticos sujeitos à intervenção social direta.</li> </ul>	Pretende-se que nos últimos 6 meses do projeto esteja implementado um gabinete de apoio ao desenvolvimento social local, com as respetivas parcerias estabelecidas.

assistência social integrada localmente		
C.2. Equipa técnica local de constituição multidisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipa técnica local de constituição multidisciplinar</li> </ul>	Constituição da equipa técnica multidisciplinar, nomeadamente um gestor de projeto, arquiteto, engenheiro, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, animadores, técnico de saúde, administrativo e outros dois profissionais a definir, que deverá ficar localizada no interior da vila e a funcionar localmente.
C.3. Criação e acompanhamento de elementos de gestão, nomeadamente base de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Informático de Monitorização desenvolvido e implementado pelo agente de controlo, o LNEC, para acompanhamento geral do projeto</li> <li>• Base de dados social com recurso ao programa SPSS para tratar e analisar resultados de inquéritos aplicados à população de Rabo de Peixe</li> </ul>	<p>Com a criação e manutenção da base de dados pretende-se ter uma informação atualizada para <i>follow-up</i> do projeto e identificação de eventuais ações a seguir, acompanhamento e diagnóstico do processo de realojamento e de construção dos equipamentos e planeamento e avaliação da implementação e instrumentos técnicos, de forma a facilitar o acompanhamento do projeto e sua monitorização, permitindo uma intervenção com base no conhecimento de dados.</p> <p>Este ponto é de extrema importância no que toca à monitorização em tempo real da implementação do projeto, com possível cruzamento de informação, nomeadamente na perceção de eventuais sinergias que daí possam surgir.</p>
C.4. Qualificação e formação técnica:		
a) Supervisão e formação da equipa técnica local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação de duas técnicas em conferências e formação nas áreas de reabilitação psicossocial, iniciação à museologia e avaliação das competências do desenvolvimento infantil</li> </ul>	Formações técnicas e de capacitação de competências, nomeadamente no que concerne à comunicação, intervenção social, mediação de conflitos, etc., para uma gestão de proximidade a realizar-se ao longo do projeto, com eficácia e eficiência, promovendo também a motivação da equipa.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da equipa técnica num workshop sobre a intervenção precoce e um curso de formação sobre mediação social e comunitária</li> <li>• Reuniões de supervisão e de apoio técnico para a intervenção social, entre a equipa do LNEC e a equipa técnica local.</li> </ul>	
<b>b) Apoio na formação de técnicos parceiros (para a mediação familiar e de jovens)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na preparação da conferência “A mulher na Pesca: que perspetivas?” e seminário “(Des)Ordem na Escola”</li> <li>• Planeamento e preparação do curso de mediação de conflitos para os diferentes técnicos e entidades envolvidas no projeto, com a participação de entidades locais</li> </ul>	Formações técnicas e de capacitação de competências para os técnicos das entidades parceiras, nomeadamente no que concerne à comunicação, intervenção social, mediação de conflitos, etc., para uma gestão de proximidade a realizar-se ao longo do projeto, com eficácia e eficiência.
<b>C5. Ações de gestão</b>		
<b>a) Consolidação de parcerias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversos workshops com os parceiros locais.</li> <li>• Assinatura de protocolo com a Universidade dos Açores, para atribuição de bolsas de 2.500€ cada para as dissertações de mestrado sobre Rabo de Peixe.</li> <li>• Intercâmbio entre Alagoas e Rabo de Peixe dos jovens residentes.</li> <li>• Criação de novas parcerias com a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande sobre o Rendimento Social de Inserção (RSI).</li> <li>• Realização de reuniões com o responsável pelo Departamento Social da Câmara Municipal da Ribeira</li> </ul>	Sensibilização para a constituição de uma parceria com as entidades locais envolvidas no projeto, estável, credível e sustentável, que acompanhe e invista na intervenção durante e para além do projeto.

	<p>Grande para colaboração nos cursos sobre a limpeza de casas e acomodação das famílias de Rabo de Peixe nas novas casas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação do curso de Intervenção precoce, orientado pela Associação Nacional de Intervenção Precoce</li> </ul>	
<p>b) Atividades de desenvolvimento de projetos da comunidade e para a comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação pública do projeto.</li> <li>• Colocação de <i>outdoors</i> em locais estratégicos</li> </ul>	<p>Espera-se vir a desenvolver outras atividades que não previstas no projeto, provenientes de sinergias das atividades criadas e desenvolvidas ao longo do projeto.</p>
<p><b>D. Representação social</b></p>		<p>Este grupo de ação reúne, de uma certa maneira, as ações anteriores e tem como objetivo a inversão da imagem sócio espacial da comunidade, iniciando-se pela inversão da representação negativa da comunidade e seu impacto na dinâmica coletiva interna da própria comunidade.</p>
<p>D.1. Promoção do património cultural e história local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do jornal o “Pregão”</li> <li>• Divulgação das 3 bolsas para dissertações de mestrado com o tema Rabo de Peixe</li> </ul>	<p>Para cumprir o ponto referido e de forma a fazer “cair” a imagem negativa existente na vila, considera-se importante interceder a vários níveis, nomeadamente, fomentar a investigação científica sobre a história local e património cultural e a sua importância para o desenvolvimento da ilha, recolha de histórias de vida de individualidades da povoação, promovendo publicações e seminários sobre o tema, colecionar bens para enriquecer o museu local e preparar um plano de ação para o mesmo.</p>

		Os objetivos que se pretendem alcançar traçam, de forma transversal, melhorias a nível de autoestima da população local e uma diminuição na segregação enraizada na população, promovendo a proximidade dos restantes habitantes da ilha.
D.2. Informação e comunicação interna e externa, estendendo também a participação a não residentes		
a) Extensão da participação a não residentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e desenvolvimento do website, em português e inglês: <a href="http://www.eftarabodepeixe.com">www.eftarabodepeixe.com</a></li> <li>• Participação em eventos científicos: 2º Seminário sobre Artes &amp; Ofícios e Seminário sobre a Gestão de Qualidade nas Organizações Sociais</li> <li>• Realização de duas visitas organizadas a Rabo de Peixe pelos alunos da escola profissional EPROSEC e o grupo parlamentar do PSD</li> <li>• Exposição fotográfica organizada pelo fotógrafo micalense Tito Cardoso, com trabalhos realizados pelos jovens residentes de Rabo de Peixe sobre a vila de Rabo de Peixe</li> </ul>	Alargar algumas das atividades a desenvolver ao longo do projeto aos residentes fora da vila, nomeadamente as atividades desportivas previstas para crianças e jovens, a criação de associação de pais para troca de experiências e resolução de problemas comuns, seminários de formação de mediação social, ações de sensibilização para o meio ambiente, saúde e prevenção do uso abusivo de álcool e drogas e promoção da história local e património cultural. Assim, pretende-se estabelecer relações positivas entre os residentes de diferentes localidades e promover a partilha de experiências.
b) Informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação trimestral do jornal o “Pregão”</li> <li>• Implementação de um quadro informativo com avisos para a comunidade e colocação de outdoors sobre o projeto.</li> <li>• Disponibilização de uma carrinha de apoio às atividades do projeto</li> <li>• Publicação de artigos sobre o projeto em jornais locais, regionais e nacionais.</li> <li>• Participação do projeto na “Feira do Mar”</li> </ul>	Tenciona-se estabelecer competências de mediação social fora da comunidade de Rabo de Peixe, facilitando a redução do efeito de gueto da população.

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entrevista dada pela gestora do projeto ao jornal “Correio do Norte” e posteriormente à Lusa, agência de notícias de Portugal</li><li>• Apresentação sumária do projeto ao deputado português do Parlamento Europeu</li><li>• Visita a Rabo de Peixe da secretária da embaixada norueguesa e nos meses seguintes pelos presidentes das Associações dos Emigrantes dos EUA e Canadá</li><li>• Em meados de 2008 foram inaugurados o Centro Familiar, Centro de Artes &amp; Ofícios e o Centro Comunitário e da Juventude.</li><li>• Reuniões com a direção da televisão nacional para proposta de um programa televisivo sobre Rabo de Peixe</li></ul>	
--	---	--